

# Relatório de Atividades

2011



Tribunal Regional Federal da 1ª Região





# Relatório de Atividades do TRF 1ª Região 2011

BRASÍLIA/DF  
ABRIL/2012

#### **Elaboração/redação**

Diretoria-Geral da Secretaria – DIGES  
Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional – CENAG

#### **Produção editorial**

Divisão de Produção Editorial – DIEDI

#### **Impressão e acabamento gráfico**

Divisão de Serviços Gráficos – DIGRA

#### **Coordenação geral**

Felipe dos Santos Jacinto

#### **Coordenação técnica e de edição**

Wânia Maritça Araújo Vieira

#### **Coordenação de produção editorial**

Lucimar Nunes de Melo

#### **Consolidação geral e revisão de conteúdo**

Lúcia Beatriz de Mendonça de Sá  
Wânia Maritça Araújo Vieira

#### **Consolidação e redação de textos**

Carlos Roberto de Jesus Domingues  
Eliane de Aguiar Marques Lacombe  
Fabiano Fernandes Gomes  
Gustavus Adrianus de Faria Von Sohsten  
Mariana Gomide Madruga  
Reivaldo Dias Barbosa

#### **Dados e informações**

Unidades do TRF 1ª Região  
*Primeira Região em revista*

#### **Coordenação e supervisão da revisão**

Maria Benáurea Santos

#### **Revisão e controle de texto**

Evanildes Carvalho Amorim  
Magda Giovana Alves  
Maria Benáurea Santos  
Renato Cunha

#### **Projeto gráfico**

Gustavo Braga Beltrão (prestador de serviço)

#### **Editoração eletrônica**

André Sampaio  
Gustavo Braga Beltrão (prestador de serviço)  
Nathália Louise Correia de Lima (estagiária)

#### **Capa**

Gustavo Braga Beltrão (prestador de serviço)

#### **Confecção de chapas CTP**

Total Gráfica e Editora Ltda.

---

341.4192 Brasil. Tribunal Regional Federal (Região, 1) (TRF1)

Relatório de atividades do TRF 1ª Região : 2011

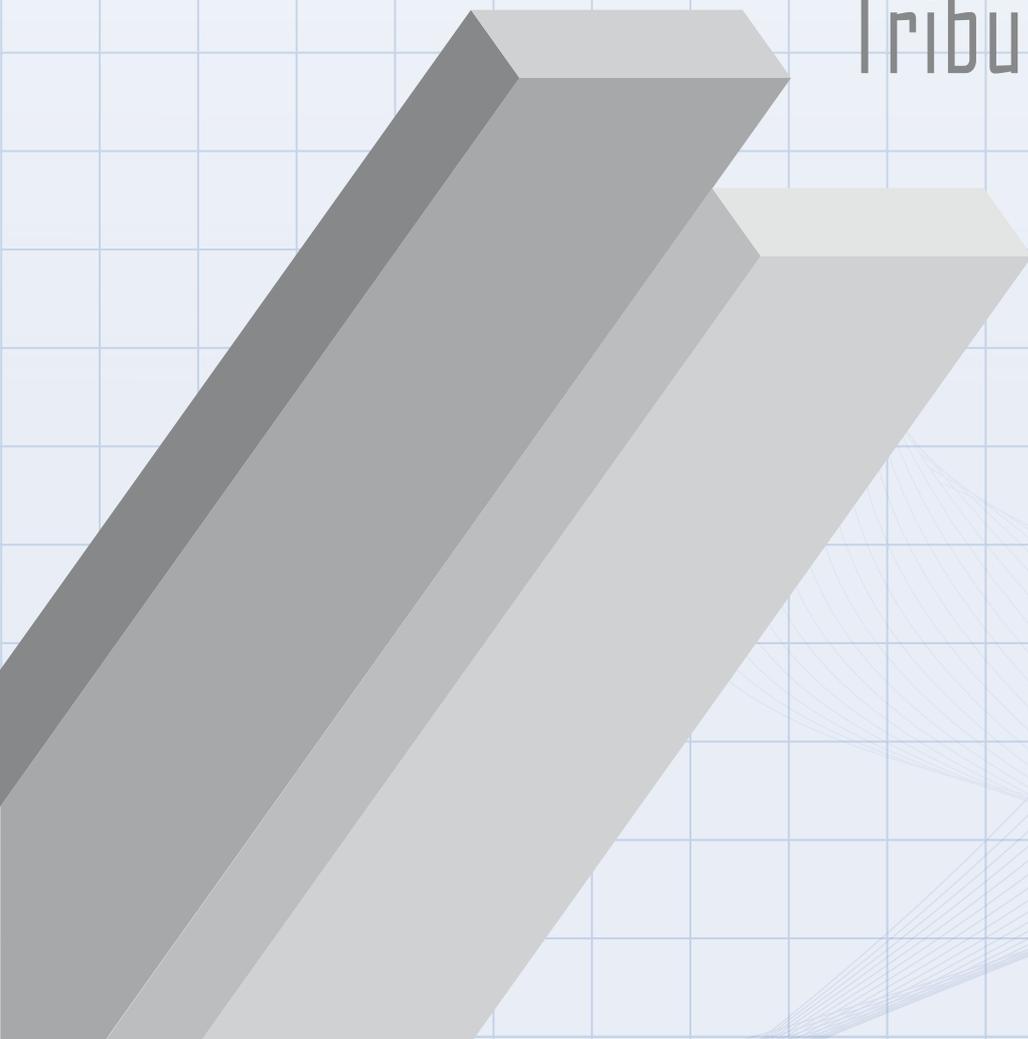
/ Tribunal Regional Federal da 1ª Região. – Brasília:  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região, 2011.

xxxiv, 218 p.; il.

1. Relatório I. Tribunal Regional Federal (Região, 1)

---

# Composição do Tribunal





**OLINDO MENEZES**  
**PRESIDENTE**



**JOSÉ AMILCAR MACHADO**  
**VICE-PRESIDENTE**



**CÂNDIDO RIBEIRO**  
**CORREGEDOR REGIONAL**



**TOURINHO NETO**



**CATÃO ALVES**



**ASSUSETE MAGALHÃES**



**JIRAIR ARAM MEGUERIAN**



**MÁRIO CÉSAR RIBEIRO**



**TOLENTINO AMARAL**



**HILTON QUEIROZ**



**CARLOS MOREIRA ALVES**



**ITALO MENDES**



**CARLOS OLAVO**



**DANIEL PAES RIBEIRO**



**JOÃO BATISTA MOREIRA**



**SOUZA PRUDENTE**



**SELENE ALMEIDA**



**FAGUNDES DE DEUS**  
APOSENTADO EM 12/01/2012



**MARIA DO CARMO CARDOSO**



**LEOMAR AMORIM**



**NEUZA ALVES**



**FRANCISCO DE ASSIS BETTI**



**REYNALDO FONSECA**



**ÂNGELA CATÃO**



**MÔNICA SIFUENTES**



**KASSIO MARQUES**



**NÉVITON GUEDES**

## Plenário

Desembargador	federal	Olindo Menezes – presidente
Desembargador	federal	José Amílcar Machado – vice-presidente
Desembargador	federal	Cândido Ribeiro – corregedor regional
Desembargador	federal	Tourinho Neto
Desembargador	federal	Catão Alves
Desembargadora	federal	Assusete Magalhães
Desembargador	federal	Jirair Aram Meguerian
Desembargador	federal	Mário César Ribeiro
Desembargador	federal	Tolentino Amaral
Desembargador	federal	Hilton Queiroz
Desembargador	federal	Carlos Moreira Alves
Desembargador	federal	Ítalo Mendes
Desembargador	federal	Carlos Olavo
Desembargador	federal	Daniel Paes Ribeiro
Desembargador	federal	João Batista Moreira
Desembargador	federal	Souza Prudente
Desembargadora	federal	Selene Almeida
Desembargadora	federal	Maria do Carmo Cardoso
Desembargador	federal	Leomar Amorim
Desembargadora	federal	Neuza Alves
Desembargador	federal	Francisco de Assis Betti
Desembargador	federal	Reynaldo Fonseca
Desembargadora	federal	Ângela Catão
Desembargadora	federal	Mônica Sifuentes
Desembargador	federal	Kassio Marques
Desembargador	federal	Néviton Guedes

## Corte Especial

Desembargador	federal	Olindo Menezes – presidente
Desembargador	federal	José Amilcar Machado – vice-presidente
Desembargador	federal	Cândido Ribeiro – corregedor regional
Desembargador	federal	Tourinho Neto
Desembargador	federal	Catão Alves
Desembargadora	federal	Assusete Magalhães
Desembargador	federal	Jirair Aram Meguerian
Desembargador	federal	Mário César Ribeiro
Desembargador	federal	Tolentino Amaral
Desembargador	federal	Carlos Moreira Alves
Desembargador	federal	I'talo Mendes
Desembargador	federal	Carlos Olavo
Desembargador	federal	Daniel Paes Ribeiro
Desembargadora	federal	Selene Almeida
Desembargadora	federal	Maria do Carmo Cardoso
Desembargador	federal	Leomar Amorim
Desembargadora	federal	Mônica Sifuentes
Desembargadora	federal	Neuza Alves

## Conselho de Administração

Desembargador	federal	Olindo Menezes – presidente
Desembargador	federal	José Amilcar Machado – vice-presidente
Desembargador	federal	Cândido Ribeiro – corregedor regional
Desembargador	federal	Tourinho Neto
Desembargadora	federal	Assusete Magalhães
Desembargador	federal	Jirair Aram Meguerian
Desembargador	federal	Carlos Olavo
Desembargador	federal	Daniel Paes Ribeiro
Desembargadora	federal	Maria do Carmo Cardoso

## 1ª Seção

Desembargadora	federal	Neuza Alves – presidente
Desembargador	federal	Francisco de Assis Betti
Desembargadora	federal	Ângela Catão
Desembargadora	federal	Mônica Sifuentes
Desembargador	federal	Kassio Marques
Desembargador	federal	Néviton Guedes

## 1ª Turma

Desembargadora	federal	Ângela Catão – presidente
Desembargador	federal	Kassio Marques
Desembargador	federal	Néviton Guedes

## 2ª Turma

Desembargadora	federal	Neuza Alves – presidente
Desembargador	federal	Francisco de Assis Betti
Desembargadora	federal	Mônica Sifuentes

## 2ª Seção

Desembargador	federal	Hilton Queiroz – presidente
Desembargador	federal	Ítalo Mendes
Desembargador	federal	Tourinho Neto
Desembargador	federal	Mário César Ribeiro
Desembargadora	federal	Assusete Magalhães
Desembargador	federal	Carlos Olavo

## 3ª Turma

Desembargadora	federal	Assusete Magalhães – presidente
Desembargador	federal	Tourinho Neto
Desembargador	federal	Carlos Olavo

## 4ª Turma

Desembargador	federal	Hilton Queiroz – presidente
Desembargador	federal	Ítalo Mendes
Desembargador	federal	Mário César Ribeiro

## 3ª Seção

Desembargador	federal	Daniel Paes Ribeiro – presidente
Desembargador	federal	João Batista Moreira
Desembargadora	federal	Selene Almeida
Desembargador	federal	Carlos Moreira Alves
Desembargador	federal	Jirair Aram Meguerian
Desembargador	federal	Souza Prudente

## 5ª Turma

Desembargadora	federal	Selene Almeida – presidente
Desembargador	federal	João Batista Moreira
Desembargador	federal	Souza Prudente

## 6ª Turma

Desembargador	federal	Carlos Moreira Alves – presidente
Desembargador	federal	Daniel Paes Ribeiro
Desembargador	federal	Jirair Aram Meguerian

## 4ª Seção

Desembargador	federal	Tolentino Amaral – presidente
Desembargadora	federal	Maria do Carmo Cardoso
Desembargador	federal	Leomar Amorim
Desembargador	federal	Catão Alves
Desembargador	federal	Reynaldo Fonseca

## 7ª Turma

Desembargador	federal	Tolentino Amaral – presidente
Desembargador	federal	Catão Alves
Desembargador	federal	Reynaldo Fonseca

## 8ª Turma

Desembargador	federal	Leomar Amorim – presidente
Desembargadora	federal	Maria do Carmo Cardoso

## Comissões Permanentes

### Comissão de Regimento

Desembargador	federal	Tourinho Neto – presidente
Desembargador	federal	Reynaldo Fonseca – efetivo
Desembargadora	federal	Mônica Sifuentes – efetivo
Desembargadora	federal	Ângela Catão – suplente

### Comissão de Jurisprudência

Desembargador	federal	Daniel Paes Ribeiro – presidente
Desembargadora	federal	Maria do Carmo Cardoso – efetivo
Desembargadora	federal	Mônica Sifuentes – efetivo
Desembargador	federal	Francisco de Assis Betti – suplente

### Comissão de Promoção

Desembargador	federal	Cândido Ribeiro – presidente
Desembargadora	federal	Ângela Catão
Desembargadora	federal	Neuza Alves
Desembargadora	federal	Assusete Magalhães
Desembargador	federal	Hilton Queiroz
Desembargadora	federal	Selene Almeida
Desembargador	federal	Carlos Moreira Alves
Desembargador	federal	Tolentino Amaral
Desembargador	federal	Leomar Amorim

### Comissão de Acervo Jurídico

Desembargador	federal	Carlos Moreira Alves – presidente
Desembargador	federal	Carlos Olavo – efetivo
Diretora da Divisão de Biblioteca e Acervo Documental – Marcia Mazo Santos – secretária		

## Comissão Temporária

### Comissão Examinadora do XIV Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da 1ª Região

Desembargador federal José Amilcar Machado – presidente

#### Membros efetivos

Desembargador federal Carlos Moreira Alves

Juiz federal Saulo José Casali Bahia

Advogado Raul Livino Ventim de Azevedo, representante do Conselho Federal da OAB

Professora Ana Frazão, representante da UnB

#### Membros suplentes

Desembargadora federal Selene Almeida

Desembargador federal Ítalo Mendes

Juiz federal Renato Martins Prates

Advogado Pierpaolo Cruz Bottini, representante do Conselho Federal da OAB

Professor Frederico Henrique Viegas de Lima, representante da UnB

## Escola de Magistratura Federal da 1ª Região – Esmaf

Desembargador federal Carlos Moreira Alves – diretor

Desembargador federal Ítalo Mendes – vice-diretor

## Gabinete do Desembargador Federal Diretor da Revista

Desembargador federal Ítalo Mendes – diretor

## Coordenação dos Juizados Especiais Federais – Cojef

Desembargador federal Tourinho Neto – coordenador

## Conselho do Colar e da Medalha do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria

### Chanceler

Desembargador federal Olindo Menezes

### Membros

Desembargador federal José Amílcar Machado – vice-presidente

Desembargador federal Cândido Ribeiro – corregedor regional

Desembargador federal Hilton Queiroz

Desembargador federal Carlos Moreira Alves

### Secretária

Juliana Bezerra Espíndola Moreira

## Conselho Deliberativo do Pro-Social

### Presidente

Desembargador federal Olindo Menezes

### Representante dos magistrados

Desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso

### Diretor-geral

Felipe dos Santos Jacinto

### Diretor da Secbe

Marcos de Oliveira Dias

### Diretora da Secoi

Ionice de Paula Ribeiro

### Representante dos servidores

Eliane do Socorro Alves da Silva

## Secretaria do Tribunal

Diretoria-Geral da Secretaria – Diges

Felipe dos Santos Jacinto

Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional – Cenag

Wânia Marítiça Araújo Vieira

Secretaria Judiciária – Secju

Ricardo Paulo Tomaz

Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro – Secor

Carlos Frederico Maia Bezerra

Secretaria de Recursos Humanos – Secre

Ruth Maria Cruz Vaz

Secretaria de Administração – Secad

Ruiter Roberto Ramos

Secretaria de Tecnologia da Informação – Secin

Márcio Cruz de Souza

Secretaria de Bem-Estar Social – Secbe

Marcos de Oliveira Dias

## Secretaria de Controle Interno – Secoi

Ionice de Paula Ribeiro

# Apresentação

Excelentíssimos senhores desembargadores federais, excelentíssimos senhores juízes federais, senhores servidores,

Consoante o disposto no art. 21, XLIII, do Regimento Interno, entre as atribuições do presidente deste Tribunal está a de apresentar, na segunda sessão plenária após o recesso forense, relatório circunstanciado dos trabalhos efetuados no ano decorrido, assim como o mapa dos julgados. Em cumprimento a tal dispositivo, apresento a vossas excelências o *Relatório de Atividades do TRF 1ª Região – 2011*.

Destaco que o presente relatório foi elaborado com novo projeto editorial, dispondo as matérias de modo mais sucinto e objetivo, evitando-se repetições em cada uma das unidades envolvidas nas mesmas atividades. No modelo anterior, os trabalhos eram descritos por unidade organizacional. Neste, a descrição, em todas as perspectivas — política, gerencial e executiva —, é realizada por atividade/projeto, de forma única e agrupada, que recebeu o título “Gestão da 1ª Região”.

Incluem-se na “Gestão da 1ª Região” as atividades do presidente, a quem compete a prática de atos de gestão da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 1ª Região, das unidades vinculadas à Presidência e da Secretaria do Tribunal, composta da Diretoria-Geral, responsável por coordenar e dirigir as atividades administrativas do Tribunal e orientar estas atividades nas seções judiciárias da 1ª Região, e de suas unidades subordinadas.

A Vice-Presidência, a Corregedoria Regional da Justiça Federal, a Coordenação dos Juizados Especiais Federais e a Escola de Magistratura Federal da 1ª Região permaneceram destacadas como unidades autônomas.

Esta publicação reveste-se de múltiplas funções, que nos permitem aquilatar sua importância. Além de conter os mapas dos julgados do Tribunal e da 1ª instância, estabelecidos no Regimento Interno, ela constitui relevante ferramenta gerencial, inesgotável fonte de pesquisa e registro histórico sistemático.

Assim, neste relatório, pode-se verificar, por exemplo, a distribuição de 137.058 feitos no decorrer de um único ano, dos quais, apesar de enfrentar inúmeras dificuldades, o Tribunal julgou 117.055; a tramitação de 2.189.336 processos no 1º grau da 1ª Região, além de detalhes sobre os projetos de conciliação, sobre a evolução do processo digital, sobre o desempenho das turmas suplementares do mutirão Judiciário em Dia e sobre o pagamento de R\$ 3.875.065.763,57 em precatórios e requisições de pequeno valor a 300.248 beneficiários.

Encontram-se também informações sobre a movimentação da magistratura; sobre a retomada da obra do edifício-sede do Tribunal; sobre a revitalização da Universidade Corporativa da Justiça Federal da 1ª Região; sobre a instalação de 19 varas federais, todas dotadas de adequada infraestrutura; sobre o projeto de modernização das varas; sobre o orçamento, sua descentralização e

execução; sobre a gestão do Pro-Social; sobre as compras, licitações e contratações; sobre os documentos normativos emitidos; sobre a composição da força de trabalho; sobre a administração dos 115 prédios que abrigam as instalações da 1ª Região e, ainda, sobre o controle interno da gestão administrativa.

A poucos dias de encerrar meu mandato como presidente deste Tribunal, não poderia deixar de agradecer a todos aqueles que contribuíram para a realização dos trabalhos aqui descritos. Agradeço a todos os meus colegas desembargadores federais, aos magistrados de 1º grau, aos membros da Corte Especial, do Conselho de Administração, das comissões permanentes e temporárias, aos dois últimos diretores da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região, aos dois últimos diretores da Revista, ao coordenador do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região – Sistcon e a todos os servidores e colaboradores do Tribunal e de toda a 1ª Região.

Agradeço, especialmente:

- ao vice-presidente, desembargador federal José Amílcar Machado; ao corregedor regional, desembargador federal Cândido Ribeiro; ao coordenador dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região, desembargador federal Tourinho Neto, por toda a colaboração recebida na administração desta Corte;
- aos juízes federais José Alexandre Franco e Saulo Casali pelo auxílio nos assuntos da Presidência e na condução do mutirão Judiciário em Dia;
- aos juízes federais que participaram ou participam do mutirão Judiciário em Dia por sua colaboração na superação de metas do Poder Judiciário;
- a todos os juízes convocados para prestar auxílio ou para substituir membros da Corte pela disposição em prestar sua colaboração;
- aos diretores e vice-diretores de foro e aos diretores de subseções judiciárias, partícipes desta administração;
- ao diretor-geral da Secretaria do Tribunal, Felipe dos Santos Jacinto, por sua valorosa contribuição nos trabalhos descritos neste relatório e por sua habilidosa condução das equipes de trabalho;
- aos dirigentes e servidores de todas as unidades, que não medem esforços ou sacrifícios para a realização e o aperfeiçoamento das atividades;
- à equipe de servidores da Presidência pela elevada dedicação;
- à equipe do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional pela zelosa produção deste Relatório de Atividades.

Desejo à próxima administração, que em poucos dias sucederá esta, os melhores votos de elevado sucesso.

Brasília, 12 de abril de 2012.

Desembargador Federal Olindo Menezes  
Presidente

# Índice de quadros e gráficos

## GESTÃO DA 1ª REGIÃO

- Quadro 1 Quantitativo de sessões e órgãos colegiados **3**
- Quadro 2 Processos julgados nos órgãos colegiados administrativos **3**
- Quadro 3 Participação em sessões do Conselho da Justiça Federal – CJF **4**
- Quadro 4 Participação do presidente em reuniões **4**
- Quadro 5 Abertura e participação em solenidades **5**
- Quadro 6 Viagens oficiais **5**
- Quadro 7 Visitas protocolares **6**
- Quadro 8 Movimentação de Processos **8**
- Quadro 9 Repercussão geral – processos sobrestados **8**
- Gráfico 1 Petições apresentadas no Tribunal **9**
- Gráfico 2 Petições protocoladas **10**
- Quadro 10 Protocolo descentralizado de petições iniciais **10**
- Quadro 11 Central de digitalização **11**
- Gráfico 3 Desempenho do Tribunal **11**
- Quadro 12 Distribuição de feitos (por magistrado) **12**
- Quadro 13 Sessões de julgamento realizadas **13**
- Quadro 14 Desempenho dos órgãos julgadores **14**
- Quadro 15 Outras estatísticas **14**
- Quadro 16 Acórdãos e decisões publicados **15**
- Quadro 17 Movimentação de recursos **16**
- Quadro 18 Folhas ou notas taquigráficas por sessão e outros eventos **16**
- Gráfico 4 Quantidade de processos julgados X não julgados no mutirão **18**
- Quadro 19 Estatística processual do 1º grau **19**
- Gráfico 5 Beneficiários de RPVs e precatórios **20**
- Gráfico 6 Pagamento de precatórios **20**
- Gráfico 7 Pagamento de RPVs **21**
- Quadro 20 Processamentos e pagamentos **21**
- Quadro 21 Precatórios e RPVs que aguardam pagamento **23**
- Quadro 22 Informativos da 1ª Região – telejornalismo **24**
- Quadro 23 Informativos da 1ª Região – jornalismo impresso **25**
- Quadro 24 Outras atividades de Comunicação Social **26**
- Quadro 25 Programa de visitas **27**
- Quadro 26 Metas do Poder Judiciário 2011 **29**
- Quadro 27 Processos pautados e julgados no mutirão Judiciário em Dia (situação em 16/12/2011, às 17h) **34**
- Quadro 28 Semana Nacional de Conciliação **35**
- Quadro 29 Resoluções emitidas **38**
- Quadro 30 Portarias emitidas **40**
- Quadro 31 Instruções normativas atualizadas **44**
- Quadro 32 Varas instaladas em 2011 – Lei 12.011/2009 **47**
- Quadro 33 Resumo de emendas de interesse da Justiça Federal da 1ª Região ao PL 28/2011 – LOA/2012 **47**
- Quadro 34 Proposta de Emenda à Constituição – PEC – Câmara dos Deputados **49**

- Quadro 35 Proposta de Emenda à Constituição – PEC – Senado Federal **52**
- Quadro 36 Juízes federais e juízes federais substitutos da 1ª Região **57**
- Quadro 37 Quantitativo de movimentações de magistrados **58**
- Quadro 38 Remoção de juiz federal **58**
- Quadro 39 Remoção de juiz federal substituto **61**
- Quadro 40 Remoção de magistrado para outra região **61**
- Quadro 41 Permuta de magistrados entre regiões **62**
- Quadro 42 Promoção de magistrados na 1ª Região **62**
- Quadro 43 Diretores e vice-diretores das seções judiciárias da 1ª Região **63**
- Quadro 44 Magistrados convocados para gabinete de desembargador federal **64**
- Quadro 45 Magistrados convocados para gabinete vago de desembargador federal **65**
- Quadro 46 XIV Concurso para Juiz Federal Substituto **66**
- Quadro 47 Força de trabalho da 1ª Região **67**
- Quadro 48 Aposentados e pensionistas da 1ª Região **67**
- Quadro 49 Movimentação de pessoal **68**
- Quadro 50 Atos de servidor **68**
- Quadro 51 Concessão de auxílios **69**
- Quadro 52 Concessão de benefícios **69**
- Quadro 53 V Concurso Público **70**
- Quadro 54 Lotação de servidores em funções comissionadas **70**
- Quadro 55 Processo seletivo para lotação de servidores em funções comissionadas **71**
- Quadro 56 Estagiários do TRF 1ª Região **71**
- Quadro 57 Eventos de capacitação – virtual (colaboradores) **74**
- Quadro 58 Eventos de capacitação – virtual (servidores) **74**
- Quadro 59 Evento de capacitação – presencial interno **75**
- Quadro 60 Eventos de capacitação – presencial externo **77**
- Quadro 61 Eventos de capacitação – presencial por videoconferência **80**
- Quadro 62 Distribuição das ações de capacitação por área do conhecimento **81**
- Quadro 63 Processo seletivo para concessão de bolsas de estudos **82**
- Quadro 64 Programas e campanhas para o bem-estar **83**
- Quadro 65 Projeto Superação – Assistência Social **84**
- Quadro 66 Projeto Doe Sangue, Doe Vida **84**
- Quadro 67 atendimentos do Serviço Médico – TRF **85**
- Gráfico 8 Usuários do Serviço Médico **85**
- Quadro 68 atendimentos de enfermagem **86**
- Quadro 69 Atendimento odontológico **86**
- Quadro 70 Usuários do serviço odontológico **87**
- Quadro 71 Atendimento psicológico **87**
- Quadro 72 Perícias e homologações de atestados **88**
- Quadro 73 Assistência materno-infantil **88**
- Quadro 74 Orientação nutricional **88**
- Quadro 75 Demonstrativo de credenciamentos em 2011 **89**
- Quadro 76 Beneficiários do Pro-Social **89**
- Gráfico 9 Evolução do quantitativo de beneficiários do Pro-Social **90**
- Quadro 77 Ambulatório e Unimed/intercâmbio – jan. a dez./2011 **92**

- Quadro 78 Internação – jan. a dez./2011 **92**
- Quadro 79 Órteses, próteses e materiais especiais – OPME – jan. a dez./2011 **92**
- Quadro 80 Auditoria médica – valores – jan. a dez./2011 **93**
- Quadro 81 Análise comparativa – receita e despesa 2010/2011 **93**
- Quadro 82 Composição dos recursos próprios do Pro-Social **94**
- Quadro 83 Aplicação dos recursos do Pro-Social por benefícios **94**
- Quadro 84 Benefícios concedidos na área de saúde – atendimento externo **96**
- Quadro 85 Evolução do número de beneficiários e variação percentual – 1999/2010 **97**
- Quadro 86 Outras informações administrativas/financeiras da Divaf **97**
- Quadro 87 Número de beneficiários do Programa **98**
- Quadro 88 Aplicação dos recursos *per capita*/mês **98**
- Quadro 89 Requisições de serviço atendidas **106**
- Quadro 90 Licitações **107**
- Quadro 91 Registro de preço **107**
- Quadro 92 Compras e contratações **107**
- Quadro 93 Convênios/acordos/termos de cooperação/protocolos firmados **108**
- Quadro 94 Atividades da área de material e patrimônio **110**
- Quadro 95 Serviços e obras executadas **111**
- Quadro 96 Especificações e projetos desenvolvidos (em fase de contratação) **112**
- Quadro 97 Apoio às seções e subseções judiciárias e novas varas **113**
- Quadro 98 Situação dos prédios da 1ª Região **114**
- Quadro 99 Execução do orçamento **118**
- Quadro 100 Execução do orçamento por categoria de gasto – precatório/RPV **118**
- Quadro 101 Execução do orçamento por grupo de despesa – sem precatório/RPV **119**
- Quadro 102 Execução do orçamento por natureza da despesa **120**
- Quadro 103 Despesa de pessoal **122**
- Quadro 104 Atividades de comunicação e expedição **123**
- Gráfico 10 Publicação de matérias administrativas **124**
- Quadro 105 Jurisprudência – publicações **124**
- Quadro 106 Base de jurisprudência – indexação **125**
- Quadro 107 Acórdãos processados **125**
- Quadro 108 Processos e documentos arquivados **125**
- Quadro 109 Arquivamento de processos **125**
- Quadro 110 Descarte judicial **126**
- Quadro 111 Acervo da Biblioteca **126**
- Gráfico 11 Acervo da Biblioteca **127**
- Quadro 112 Atualização do acervo – livros e periódicos adquiridos **127**
- Quadro 113 Atualização de acervos – valores gastos **128**
- Quadro 114 Atendimento ao usuário da Biblioteca **128**
- Quadro 115 Produção editorial **130**
- Quadro 116 Principais serviços gráficos – reprodução, acabamento e montagem **131**
- Quadro 117 Publicação eletrônica *O Quê do Mês* **132**
- Quadro 118 1ª Região – orçamento de 2011 **133**
- Quadro 119 Demonstrativo das alterações na Lei Orçamentária de 2011 **134**
- Quadro 120 Distribuição do orçamento por tipo de ação **135**

- Quadro 121 Limites financeiros concedidos, Darfs/GPS/GRU, e receitas arrecadadas em 2011 **136**
- Quadro 122 Execução orçamentária da 1ª Região – consolidada **137**
- Quadro 123 Execução orçamentária da 1ª Região – pessoal **138**
- Quadro 124 Execução orçamentária da 1ª Região – benefícios **139**
- Quadro 125 Execução orçamentária da 1ª Região – atividades **140**
- Quadro 126 Aquisição de veículos **140**
- Quadro 127 Execução orçamentária da 1ª Região – AJPC **141**
- Quadro 128 Execução orçamentária da 1ª Região – projetos **142**
- Quadro 129 Demonstrativo da execução de reformas **146**
- Quadro 130 Instalação de varas federais **152**
- Quadro 131 Demonstrativo de realização do Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal – Isigi **153**
- Quadro 132 Precatórios e RPVs **154**
- Quadro 133 Execução de precatórios e RPVs **155**
- Quadro 134 Execução de restos a pagar de precatórios e RPVs **156**
- Quadro 135 Execução de restos a pagar em 2011 **158**
- Quadro 136 Projetos da 1ª Região **159**
- Quadro 137 Resumo de emendas aprovadas (PL 28/2011 – LOA/2012) **160**
- Quadro 138 Comparativo dos orçamentos de 2011 e 2012 por unidade orçamentária **161**
- Quadro 139 Obras/reformas/desapropriação **162**
- Quadro 140 PPA – por grupo de prioridade **162**
- Quadro 141 Atividades desenvolvidas **164**
- Quadro 142 Execução de auditorias **165**
- Quadro 143 Quantitativo de recomendações e solicitações de providências/justificativas expedidas **166**
- Quadro 144 Processos de tomada de contas **168**
- Quadro 145 Orientações e documentos expedidos **169**
- VIPRE
- Quadro 146 Admissibilidade de recursos decididos pela Vice-Presidência **173**
- Quadro 147 Decisões publicadas no *e-DJF1* **173**
- Quadro 148 Presidência na distribuição de processos **174**
- Quadro 149 Presidência de órgão julgador **174**
- Quadro 150 Participação em sessões de julgamento **174**
- Quadro 151 Participação em eventos, missão oficial e solenidades **174**
- COGER
- Quadro 152 Juízes federais convocados **179**
- Quadro 153 Varas federais na capital e no interior **179**
- Quadro 154 Distribuição de varas federais na 1ª Região **180**
- Quadro 155 Instalação de novas varas em 2011 **180**
- Quadro 156 Dados estatísticos da 1ª instância **181**
- Quadro 157 Dados acumulados da 1ª instância **183**
- Gráfico 12 Processos distribuídos, julgados e em tramitação nas varas federais **183**
- Gráfico 13 Processos distribuídos, julgados e em tramitação nas turmas recursais **184**
- Gráfico 14 Processos distribuídos, julgados e em tramitação nos Juizados Especiais Federais **185**
- Quadro 158 Provimentos expedidos **186**
- Quadro 159 Portarias expedidas **186**

- Quadro 160 Correições gerais ordinárias realizadas em 2011 **189**
- Quadro 161 Sistemas informatizados que contaram com a participação dos juízes convocados em auxílio à Coger **191**
- Quadro 162 Processos autuados **193**
- Quadro 163 Processos arquivados **193**
- Quadro 164 Decisões e despachos proferidos por procedimento **194**
- Quadro 165 Dados da Ouvidoria – consolidação da 1ª Região **194**

### COJEF

- Quadro 166 Principais expedientes normativos **198**
- Quadro 167 Juizados e turmas recursais da 1ª Região **199**
- Quadro 168 Processos distribuídos, julgados e em tramitação nos JEFs **199**
- Quadro 169 Evolução dos processos virtuais nos JEFs **200**
- Quadro 170 Estatística dos JEFs por seção judiciária **201**
- Quadro 171 Itinerantes realizados **201**
- Quadro 172 Estatística do projeto Perícia Itinerante em 2011 **202**
- Quadro 173 Resultados dos mutirões de audiências e julgamentos **203**
- Quadro 174 Julgamentos nas turmas recursais da 1ª Região **205**

### ESMAF

- Quadro 175 Ciclo de conferências **211**
- Quadro 176 Magistrados afastados para cursar pós-graduação **217**

## Sumário

Gestão do TRF 1ª Região, **1**

Vice-Presidência – Vipre, **171**

Corregedoria Regional – Coger, **177**

Coordenação dos Juizados Especiais Federais – Cojef, **195**

Escola de Magistratura Federal da 1ª Região – Esmaf, **209**

# GESTÃO

Gestão da 1ª Região



O presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região é responsável pela prática de atos de gestão da Justiça Federal de 1º e 2º graus e exerce suas atribuições em conformidade com o art. 21 do Regimento Interno do TRF 1ª Região, com a redação dada pela Emenda Regimental 7, de 26 de agosto de 2010.

Entre suas inúmeras atribuições destacam-se a representação oficial do Tribunal e das seções e subseções judiciárias perante os órgãos e segmentos públicos e privados, a presidência das sessões de colegiados do Tribunal e a gestão administrativa da 1ª Região.

## Sessões e reuniões

### Quadro 1

Quantitativo de sessões e órgãos colegiados

Colegiado	Ordinárias	Extraordinárias	Total
Plenário	4	2	6
Corte Especial Judiciária	19	–	19
Corte Especial Administrativa	16	4	20
Conselho de Administração	12	–	12
Conselho Deliberativo do Pro-Social	7	1	8
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>7</b>	<b>65</b>

### Quadro 2

Processos julgados nos órgãos colegiados administrativos

Colegiado	Sessões realizadas	Processos julgados	Referendas
Plenário	6	6	1
Corte Especial Administrativa	20	167	12
Conselho de Administração	12	83	66
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>256</b>	<b>79</b>

**Quadro 3**

Participação em sessões do Conselho da Justiça Federal – CJF

Data	Tipo de sessão
14/02	Ordinária
28/03	Ordinária
25/04	Ordinária
16/05	Ordinária
13/06	Ordinária
27/06	Extraordinária
08/08	Ordinária
12/09	Ordinária
24/10	Ordinária
28/11	Ordinária
12/12	Ordinária

**Quadro 4**

Participação do presidente em reuniões

Data	Participantes/tema
01/03 e 12/04	Juízes do mutirão Judiciário em Dia
27/04	Dirigentes do TRF 1ª Região
05/08	Metas do Conselho Nacional de Justiça
09/08	Avaliação do projeto mutirão Judiciário em Dia
24/08	Reunião para elaboração de projeto para julgamento dos processos do SFH
12/09, 24/10, 28/11 e 12/12	Presidentes do TRF2, TRF3, TRF4 e TRF5
21/10	3ª reunião de avaliação da gestão e encontro dos diretores das secretarias do tribunal e diretores de foro da 1ª Região

**Quadro 5**

Abertura e participação em solenidades

Data	Evento
28/02	Abertura da palestra proferida pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso: "O Brasil no panorama internacional", promovida pela Esmaf
28/02	Abertura do curso de formação dos novos magistrados
24/03	Sessão plenária solene para posse dos juízes federais substitutos aprovados no XIII Concurso
30/03	Abertura da II Jornada de Planejamento e Gestão da Esmaf
10/08	Participação na palestra "Novas medidas cautelares pessoais da Lei 12.403", na PRR
19/08	Abertura do seminário sobre a PEC dos Recursos, no Centrejufe
22/08	Participação na palestra "Dívida externa brasileira em libras esterlinas", do professor Habib Tamer Elias Merhi Badião, no Salão Nobre
29/08	Abertura do IV Seminário "Justiça em Números", promovido pela Esmaf
06/10	Abertura do Encontro de Gestores de Segurança da Justiça Federal da 1ª Região
14/11	Abertura da solenidade do 8º descarte de documentos
16/11	Cerimônia de abertura da inspeção, no TRF1, da Corregedoria do Conselho da Justiça Federal

**Quadro 6**

Viagens oficiais

Data	Local	Finalidade
04 a 13/03	Frankfurt/Alemanha	Visita oficial dos presidentes dos tribunais regionais federais e do corregedor-geral da Justiça Federal a órgão judiciário da República Federal da Alemanha
15/03	Salvador/BA	Participar da reunião sobre o mutirão do SFH, promovido pela Corregedoria do CNJ
25/03	Uberlândia/MG	Solenidade de instalação da vara
30/03	Recife/PE	Solenidade de posse dos dirigentes do TRF 5ª Região
07/04	Rio de Janeiro/RJ	Solenidade de posse dos dirigentes do TRF 2ª Região
29/04	Montes Claros/MG	Solenidade de instalação da vara
19/05	Marabá/PA	Solenidade de instalação da vara
20/05	Redenção/PA	Solenidade de instalação da vara
14/06	Manhuaçu/MG	Solenidade de instalação da vara

Data	Local	Finalidade
21/06	Jataí/GO	Solenidade de instalação da vara
22/06	Gurupi/GO	Solenidade de instalação da vara
28/06	São Luís/MA	Solenidade de instalação da vara
30/06	Contagem/MG	Solenidade de instalação de duas varas
13/07	Irecê/BA	Solenidade de instalação da vara
14/07	Feira de Santana/BA	Solenidade de instalação da vara
30/08	Teresina/PI	Participar da I Jornada de Ciências Sociais, promovida pela Esmaf
22/09	Ipatinga/MG	Solenidade de instalação da vara
23/09	Muriae/MG	Solenidade de instalação da vara
25/09	Salvador/BA	Retomada do Processo Digital no estado da Bahia (SJ/BA)
19/10	Goiânia/GO	Participar da II Jornada de Ciências Sociais, promovida pela Esmaf da 1ª Região
25/10	Laranjal do Jari/AP	Solenidade de Instalação da vara
04/11	Barra do Garça/MT	Solenidade de instalação da vara
10/11	São Paulo/SP	Participar do seminário internacional Brasil-Alemanha, promovido pelo TRF da 3ª Região
22/11	Curitiba/PR	Palestrante na XXI Conferência Nacional da OAB
02/12	Diapoque/AP	Solenidade de instalação da vara
15/12	Teixeira de Freitas/BA	Solenidade de instalação da vara

## Visitas protocolares

**Quadro 7**  
Visitas protocolares

Data	Visitante/evento
29/03	Deputado federal Sandro Mabel
04/04	Procurador da AGU Roberto Eduardo Giffoni
09/05	Corregedor da Polícia Federal, Valdinho Caetano
17/05	Senadora Ângela Portela
16/11	Deputado federal Wellington Fagundes

### ► Condecorações

O presidente do Tribunal, desembargador federal Olindo Menezes, recebeu do Comando da Aeronáutica, em 20 de julho, a Medalha do Mérito Santos Dumont.

## Novos espaços no Tribunal

### Espaço Orlando Gomes

Foi inaugurado em abril o conjunto de salas de uso institucional e corporativo, denominado Espaço Orlando Gomes, nas dependências da Presidência do TRF 1ª Região.

O Espaço é composto por um salão de eventos institucionais — destinado à realização de sessões do Conselho de Administração, reuniões reservadas do Plenário, da Corte Especial, das Seções e das Turmas, e de interrogatórios — e por uma sala de reuniões corporativas, destinada à realização de reuniões e videoconferências conduzidas pelo presidente do Tribunal.

O conjunto de salas que integra o Espaço Orlando Gomes pode ser utilizado por desembargador federal integrante da Corte, por unidade organizacional do Tribunal, pelas comissões permanentes ou temporárias e por comissões administrativas, desde que autorizados pelo presidente do Tribunal e mediante agendamento prévio.

### Espaços destinados à convivência

Entre várias preocupações da Corte, para solucionar as necessidades de espaço físico do Tribunal, não pode passar despercebido que a estada dos magistrados, servidores e colaboradores no ambiente de trabalho deve ser agradável.

A convivência harmoniosa fora das atividades comuns, ainda que por breves momentos, possibilita um melhor clima organizacional e melhor qualidade de vida no trabalho, refletindo-se diretamente na produtividade. Pensando nisso, a Presidência

preocupou-se em destinar dois espaços no Tribunal a essa finalidade. O primeiro abrigará uma sala onde as autoridades que visitam o Tribunal poderão ser recepcionadas pelos desembargadores federais. O outro espaço, situado ao lado do Plenário, cuja reforma foi iniciada em 2011 — com previsão de conclusão no primeiro trimestre de 2012 —, será destinado à realização de pequenos eventos comemorativos e estará à disposição de magistrados e servidores.

## Atividades judicantes

No segmento judicial, os resultados alcançados, tanto no 1º como no 2º grau, foram muito positivos, como quantificam os quadros e gráficos a seguir.

Em relação a 2010, verifica-se um crescimento de 24,8% no número de feitos distribuídos/registados no Tribunal e de 13,6% no número de julgados.

Parte desse aumento pode ser creditada à forte expansão da Justiça Federal promovida pela Lei 12.011/2009, que deu ensejo à destinação de 94 varas à 1ª Região, 38 delas instaladas no biênio 2010-2011.

### ► Atividades judicantes da Presidência

Nos feitos submetidos a exame de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário e nas cautelares com pedido de efeito suspensivo para estes recursos, a Presidência proferiu despachos e decisões em 13.571 processos.

É meta da atual Presidência despachar todos os processos conclusos há mais de 30 dias até a mudança de gestão.

### Recursos especiais e extraordinários

Nos feitos submetidos a exame de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário e nas cautelares com pedido de efeito suspensivo para estes recursos, a Presidência, por meio da Porta-

ria/Presi/Cenag 174 de 22/04/2010, delegou ao vice-presidente a competência para a análise dos feitos oriundos da 1ª e 3ª Seções, mantidos os da 2ª e 4ª Seções na Presidência.

Destaca-se, por oportuno, com a proximidade do final do mandato da atual Presidência, que se tem por perspectiva de final de trabalho

entregar para a próxima Presidência processos para despacho que tenham sido conclusos há, no máximo, 30 dias, sem nenhuma interrupção no fluxo de processos entre a Coordenadoria de Recursos e a Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários.

### Quadro 8

Movimentação de Processos

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Entradas	658	1.627	1.260	696	1.080	972	872	1.251	1.622	756	1.152	653
Saídas	908	2.114	1.591	712	1.205	1.037	807	1.463	1.509	836	1.030	359
Saldo atual	2.397	1.910	1.579	1.563	1.438	1.373	1.438	1.226	1.339	1.259	1.381	1.675

### Quadro 9

Repercussão geral – processos sobrestados

Mapa do inventário								
	RE	REsp	Principal	AG	AG/RE	AG/REsp	CC/STJ	Total
Recursos admitidos	345	1.713		1		2		2.061
Recursos julgados	8	105	68	15	36	275		507
Proc. princ. aguardando julgamento	4	2	33	1	266	348	2	656
Agravos aguardando julgamento		7	48	3	86	84		228
Processos para baixa	–	27	11	–	2	4		44
Acres. vol. Juris	1	96	3	3		1		104
Substituição de capa de autos	3	78	6	16	1	5		109
Processos sobrestados – STJ	341	1.944	81	309	32	881		3.588
Processos sobrestados – STF	1	–	3	1	40	–		45
Of. STJ não juntado falta julg. RE						1		
Processos sobrestados TRF	53	15	149	30	83	155		485
RE trans. em julg. antes do REsp		1	1					

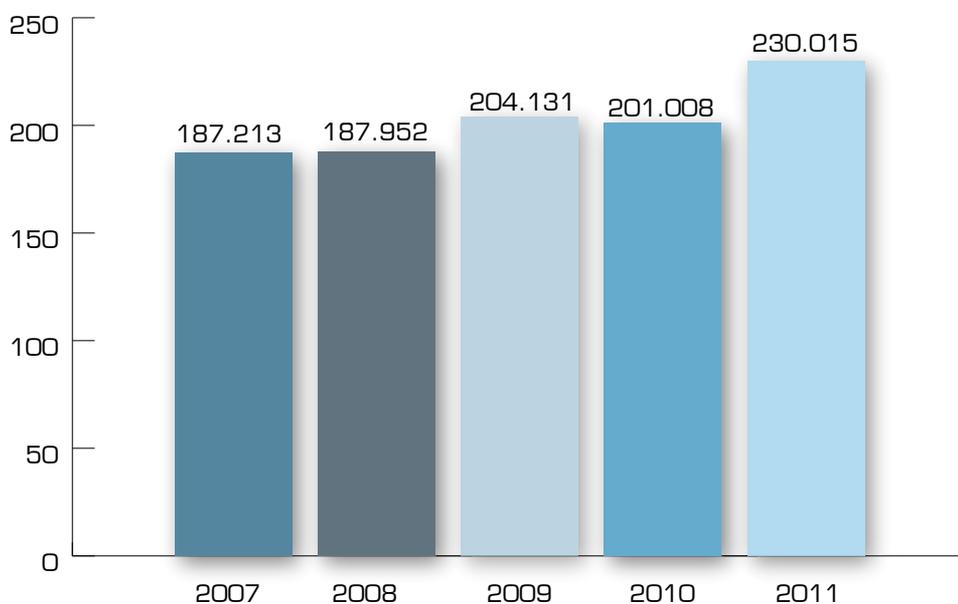
Mapa do inventário								
	RE	REsp	Principal	AG	AG/RE	AG/REsp	CC/STJ	Total
Proc. encam. repercussão geral			3			3		
Proc. encam. para juiz de retrat.			2					
Proc. encaminhados ao STF			1					

Fonte: Secju

► **Estatística 2º grau – Tribunal**

**Gráfico 1**

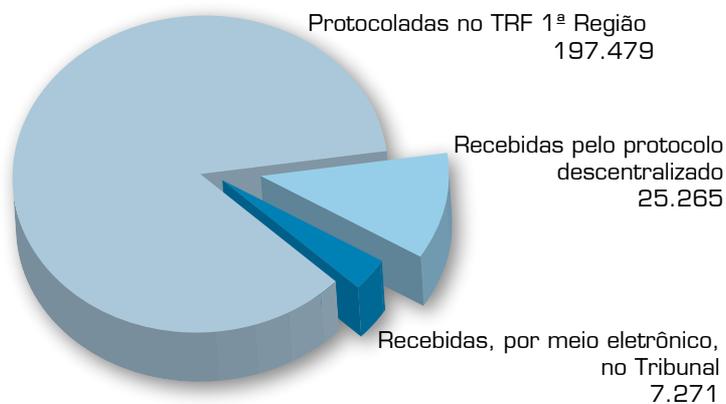
Petições apresentadas no Tribunal



Fonte: Secju

## Gráfico 2

Petições protocoladas



Fonte: Secju

## Quadro 10

Protocolo descentralizado de petições iniciais

Seção judiciária	Total
Acre	236
Amapá	233
Amazonas	612
Bahia	4.363
Goiás	1.605
Maranhão	594
Mato Grosso	1.545
Minas Gerais	7.852
Pará	1.505
Piauí	528
Rondônia	714
Roraima	113
Tocantins	498
<b>Total</b>	<b>20.398</b>

Fonte: Secju

### Quadro 11

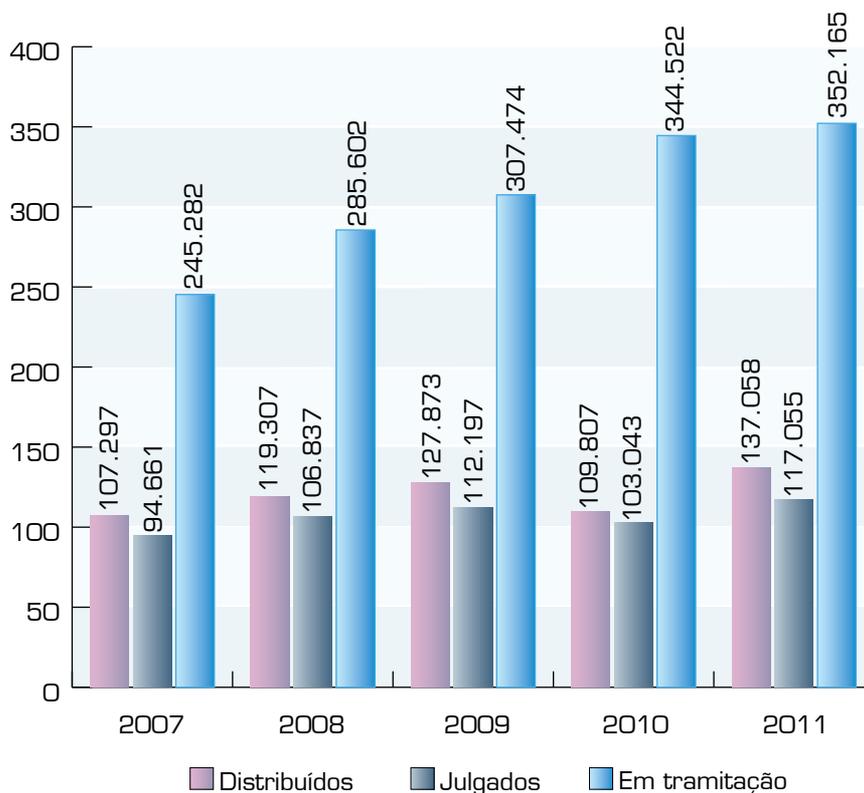
Central de digitalização

Mês	Quantidade de documentos		
	Digitalizados	Validados	Indexados
Total	27.984	28.152	27.378
Páginas digitalizadas no ano			3.677.014

Fonte: Secju

### Gráfico 3

Desempenho do Tribunal



Fonte: Diest

**Quadro 12**

Distribuição de feitos (por magistrado)

Desembargador(a) federal	Distribuídos	Redistribuídos
Presidente	249.072	–
Tourinho Neto	1.205	49
Catão Alves	7.099	87
Assusete Magalhães	1.171	88
Jirair Aram Meguerian	4.724	294
Mário César Ribeiro	1.167	47
Luciano Tolentino Amaral	6.920	175
Cândido Ribeiro	16	1
Hilton Queiroz	1.180	28
Carlos Moreira Alves	4.385	249
Ítalo Fioravanti Sabo Mendes	1.208	26
Carlos Olavo	1.153	67
José Amílcar Machado	18	1
Daniel Paes Ribeiro	4.644	255
João Batista Moreira	4.648	218
Souza Prudente	6.835	452
Selene Almeida	4.751	210
Fagundes de Deus	4.725	194
Maria do Carmo Cardoso	6.963	148
Leomar Amorim	6.884	555
Neuza Alves	10.051	69
Francisco de Assis Betti	10.053	78
Reynaldo Fonseca	6.262	192
Ângela Catão	10.173	215
Mônica Sifuentes	10.083	215

Desembargador(a) federal	Distribuídos	Redistribuídos
Kassio Nunes Marques	5.776	20.204
Néviton Guedes	4.425	24.305
Juiz federal Marcos Augusto de Sousa (convocado)	4.388	25
Juiz federal Charles Renaud Frazao de Moraes (convocado)	5.639	54
Presidente da 4ª Seção	96	3
Presidente da 3ª Seção	2	–
Presidente da 1ª Seção	2	–
Presidente da 7ª Turma	5	–
Presidente da 8ª Turma	1	–

Fonte: Secju

### Quadro 13

Sessões de julgamento realizadas

Órgão julgador	Sessões		
	Ordinárias	Extraordinárias	Total
Corte Especial	23	–	23
1ª Seção	20	–	20
2ª Seção	22	–	22
3ª Seção	21	–	21
4ª Seção	19	–	19
1ª Turma	37	1	38
2ª Turma	66	1	67
3ª Turma	72	3	75
4ª Turma	70	–	70
5ª Turma	65	–	65
6ª Turma	68	–	68
7ª Turma	53	–	53
8ª Turma	39	1	40
Total	555	6	581

Fonte: Secju

### Quadro 14

Desempenho dos órgãos julgadores

Órgão julgador	Voto relator (processos julgados)	Decisões terminativas
Corte Especial	350	354
1ª Seção	433	186
1ª Turma	12.824	4.525
2ª Turma	22.632	2.834
2ª Seção	344	457
3ª Turma	3.355	311
4ª Turma	2.424	236
3ª Seção	343	274
5ª Turma	2.817	6.227
6ª Turma	4.506	4.493
4ª Seção	782	1.699
7ª Turma	11.329	6.732
8ª Turma	15.071	5.551
<b>Total</b>	<b>77.210</b>	<b>33.879</b>

Fonte: Secju

### Quadro 15

Outras estatísticas

Órgão julgador	Pautas publicadas	Atas publicadas	Remetidos à Corec	Baixados à origem
Corte Especial	20	26	4711	33
1ª Seção	27	20	161	115
2ª Seção	30	22	88	278
3ª Seção	20	21	197	106
4ª Seção	20	20	207	1848
1ª Turma	48	35	4593	7799
2ª Turma	65	80	4380	13692

Órgão julgador	Pautas publicadas	Atas publicadas	Remetidos à Corec	Baixados à origem
3ª Turma	72	33	492	2029
4ª Turma	70	65	326	1671
5ª Turma	65	61	141	1.509
6ª Turma	64	27	1.122	8.038
7ª Turma	54	52	2.062	10.476
8ª Turma	41	38	00	10.891
<b>Total</b>	<b>596</b>	<b>500</b>	<b>18.583</b>	<b>58.485</b>

Fonte: Secju

### Quadro 16

Acórdãos e decisões publicados

Órgão julgador	Acórdãos publicados	Decisões terminativas publicadas	Total
Corte Especial	350	354	704
1ª Seção	419	186	605
2ª Seção	283	457	740
3ª Seção	333	274	607
4ª Seção	739	1.699	2.438
1ª Turma	12.375	4.525	16.900
2ª Turma	20.407	2.834	23.241
3ª Turma	3.349	311	3.660
4ª Turma	2.186	236	2.422
5ª Turma	2.734	6.227	8.961
6ª Turma	4.506	4.493	8.999
7ª Turma	11.057	6.732	17.789
8ª Turma	14.143	5.383	19.526
<b>Total</b>	<b>72.881</b>	<b>33.711</b>	<b>106.592</b>

Fonte: Secju

### Quadro 17

Movimentação de recursos

<b>Remetidos</b>	ao STJ	770
	ao STF	1.104
	ao STF – e-RE	-
<b>Recebidos</b>	do STJ	531
	do STF	2.272
	do STF – e-RE	-
<b>Agravos processados</b>		7.065
<b>Processos sobrestados</b>		9.431
<b>Baixa definitiva à origem</b>		10.153

Fonte: Secju

Em 2011, houve ainda a movimentação de 10.186 processos digitais remetidos ao STJ.

### Quadro 18

Folhas ou notas taquigráficas por sessão e outros eventos

Órgão julgador	Folhas ou notas taquigráficas elaboradas	Quantidade de sessões ou eventos
1ª Turma	849	39
2ª Turma	1.134	65
3ª Turma	3.588	72
4ª Turma	2.719	70
5ª Turma	1.365	65
6ª Turma	989	68
7ª Turma	2.018	54
8ª Turma	3.773	40
1ª Turma Suplementar	531	32
2ª Turma Suplementar	459	39

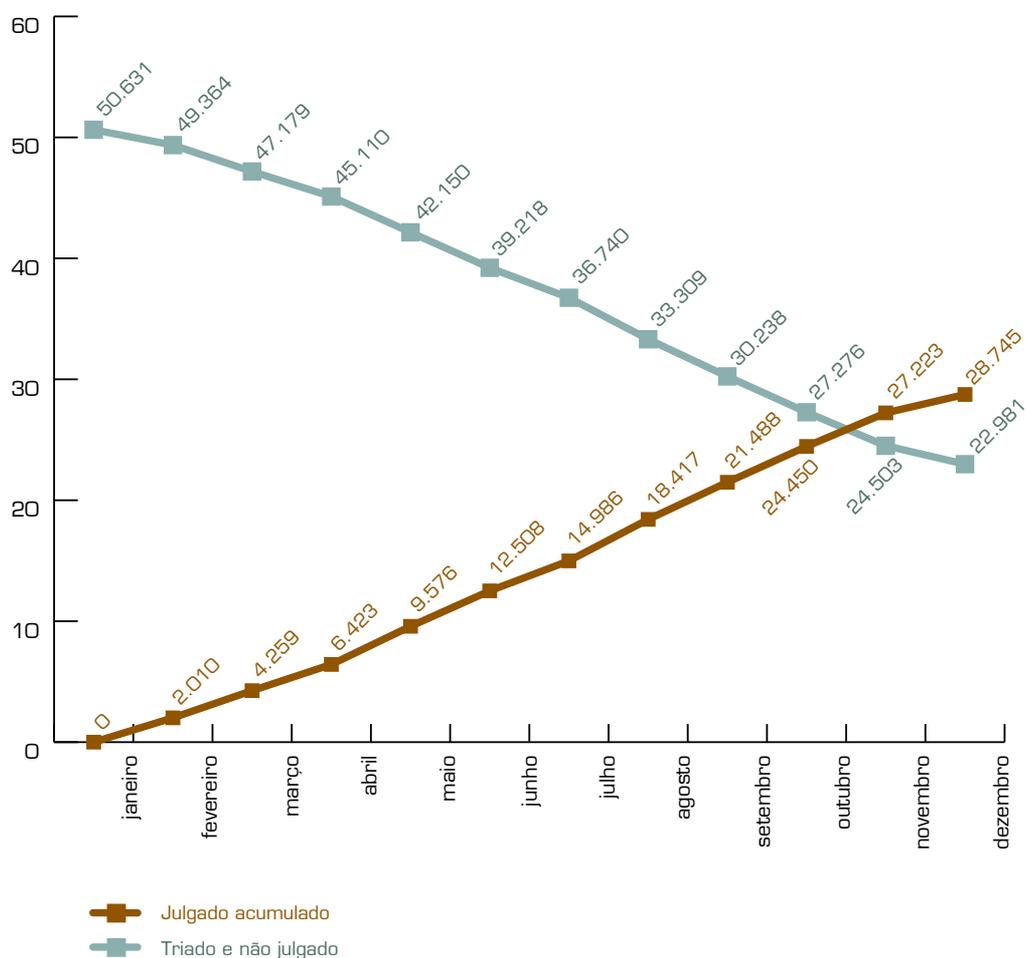
Órgão julgador	Folhas ou notas taquigráficas elaboradas	Quantidade de sessões ou eventos
3ª Turma Suplementar	1.781	42
4ª Turma Suplementar	609	42
5ª Turma Suplementar	423	43
6ª Turma Suplementar	746	42
7ª Turma Suplementar	1.325	39
1ª Seção	572	23
2ª Seção	696	22
3ª Seção	557	21
4ª Seção	1.520	19
Corte Especial Judiciária	996	25
Corte Especial Administrativa	570	20
Plenário	123	6
Conselho de Administração	793	13
Conselho Deliberativo do Pro-Social	170	8
Turma Regional de Uniformização	201	1
Comissão de Concursos	36	2
Comissão de Promoção	6	2
Sessões solenes	21	2
<b>Total</b>	<b>28.570</b>	<b>916</b>

Fonte: Secju

No projeto mutirão Judiciário em Dia, pelo qual são apreciados processos autuados na 1ª Região até 2006 e abrangidos pela Meta 2 do CNJ, os resultados alcançados foram expressivos, com o julgamento de 28.745 em 2011, conforme pormenoriza o quadro a seguir.

**Gráfico 4**

Quantidade de processos julgados X não julgados no mutirão



► **Estatística de 1º grau**

Nas seções e subseções judiciárias da 1ª Região, conforme dados estatísticos apresentados no relatório da Corregedoria Regional, em 2011, foram distribuídos 852.067 processos e julgados 674.038 processos, registrando-se em dezembro 2.189.336 processos em tramitação. Houve, portanto, um crescimento de cerca de 10% em relação a 2011, tanto nos feitos distribuídos quanto nos julgados.

## Quadro 19

Estatística processual do 1º grau

	Órgão julgador	Distribuídos			Julgados			Em tramitação		
		2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Total 1ª instância	Vara	329.010	322.444	362.641	170.469	168.056	189.827	1.184.795	1.217.607	1.291.881
	Juizado	357.000	364.154	374.861	344.931	354.637	387.201	645.072	669.331	676.060
	Turma recursal	112.880	93.495	114.565	86.247	87.510	97.010	172.760	194.177	221.395
	<b>Total</b>	<b>798.890</b>	<b>780.093</b>	<b>852.067</b>	<b>601.647</b>	<b>610.203</b>	<b>674.038</b>	<b>2.002.627</b>	<b>2.081.115</b>	<b>2.189.336</b>

Fonte: Corre

### ► Sentenças judiciais transitadas em julgado – precatórios e requisições de pequeno valor – RPV

Durante o exercício de 2011, foram processados e pagos 22.347 precatórios e 234.880 RPVs. Os pagamentos contemplaram 300.248 beneficiários diretos, dos quais 267.204 receberam seus créditos por meio de RPV e 33.044 por precatório. As requisições foram processadas e pagas constando a identificação nominal e CPF/CNPJ de todos os beneficiários, em obediência aos ditames da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000 e da Resolução 122/2010, revogada pela Resolução 168/2011, do Conselho da Justiça Federal.

Para a execução do pagamento do programa Cumprimento de Sentenças Judiciais – precatórios e requisições de pequeno valor, a Secretaria de Orçamento e Finanças do Governo Federal disponibilizou as dotações orçamentárias para este Tribunal, por força de legislação, quer seja dos débitos de responsabilidade da União, quer seja das entidades diversas.

Tendo em vista a criação de programa de trabalho específico para as sentenças judiciais da

União (030696 – RPVs e 030697 – RPVs), discriminadas como Encargos Financeiros da União – EFU, estas despesas deixaram de ser alocadas no orçamento do Tribunal.

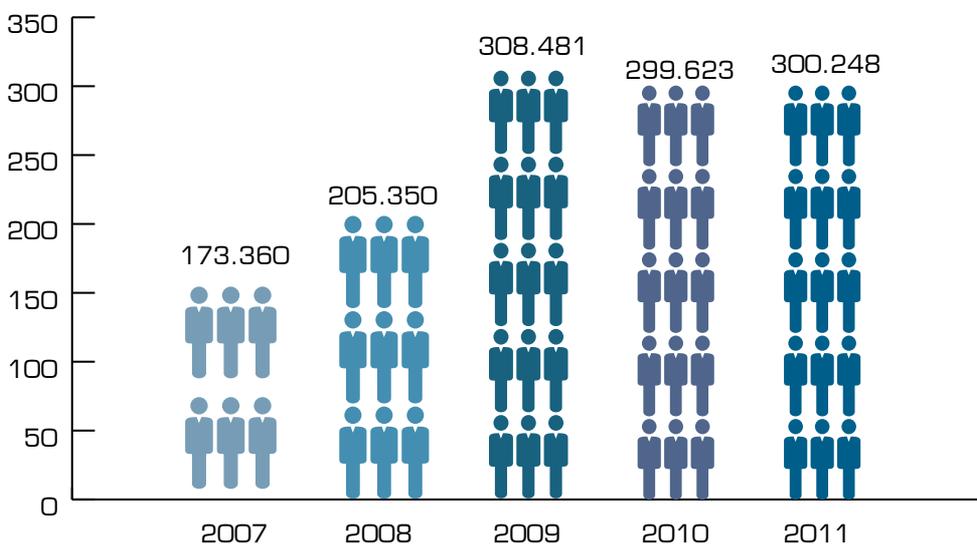
O pagamento dos processos de precatório foi efetivado no mês de fevereiro, relativo aos precatórios de natureza alimentícia, e nos meses de março e abril, relativos aos precatórios de outras naturezas, conforme cronograma de pagamento acertado entre a SOF/MPOG e CJF.

Os recursos foram disponibilizados e foram pagos os precatórios e requisições de pequeno valor por meio das unidades gestoras – UG 090049 (criada especificamente para efetuar esse tipo de despesa) e UG 090027 (para os pagamentos dos parcelados, cujas parcelas anteriores já vinham sendo pagas).

Em relação aos recursos financeiros, as sobras do exercício e exercícios anteriores foram devolvidas ao CJF – UG 090001, objetivando o encerramento do exercício de 2010.

**Gráfico 5**

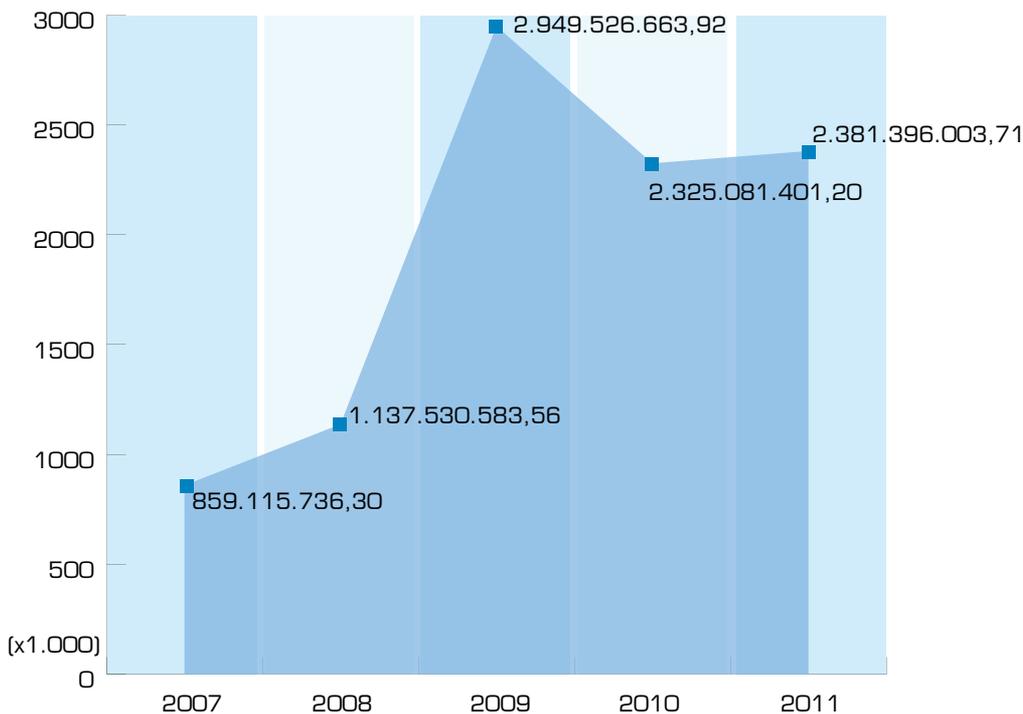
Beneficiários de RPVs e precatórios



Para realização dos pagamentos das requisições, foi executada, no período, a importância de R\$ 3.875.065.763,57. Desse total, foram gastos R\$ 2.381.396.003,71 para pagamento de precatórios e R\$ 1.493.669.759,86 para RPVs.

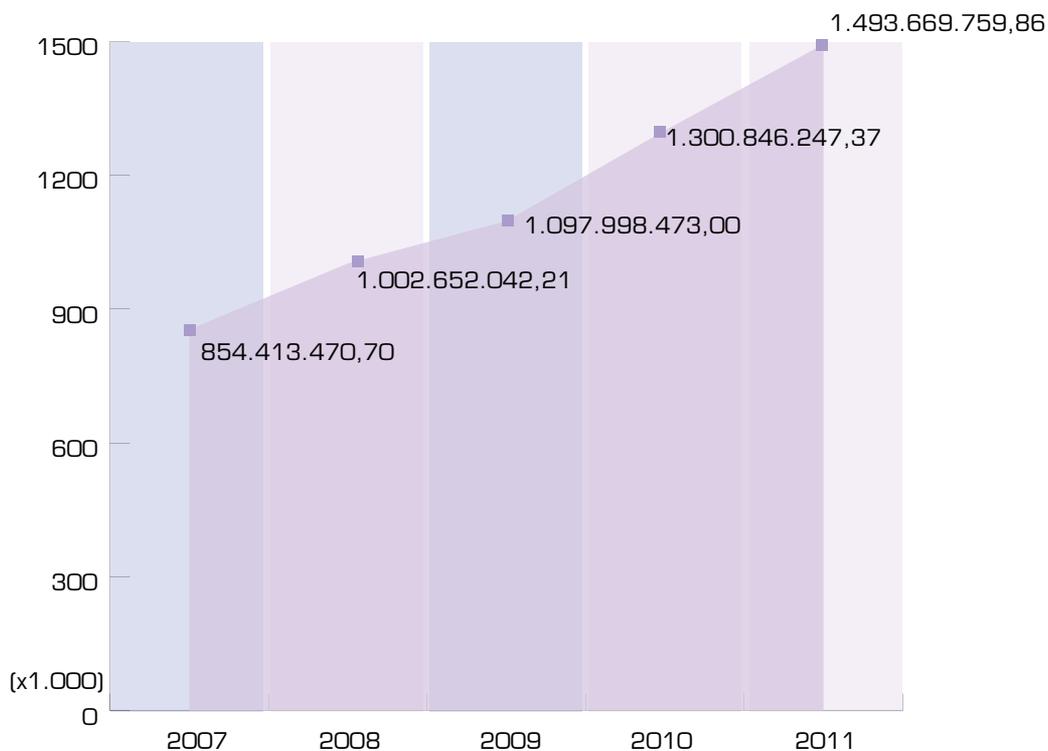
**Gráfico 6**

Pagamento de precatórios



### Gráfico 7

Pagamento de RPVs



### Quadro 20

Processamentos e pagamentos

Precatórios e RPVs pagos	Proces- sos	Beneficiá- rios	Valor depositado
Pagamento de precatórios não alimentares União de 2002 – 10ª parcela	38	55	20.034.091,74
Pagamento de precatórios não alimentares União de 2003 – 9ª parcela	33	42	28.581.375,05
Pagamento de precatórios não alimentares União de 2004 – 8ª parcela	49	66	140.533.329,44
Pagamento de precatórios não alimentares União de 2005 – 7ª parcela	61	84	52.853.216,29
Pagamento de precatórios não alimentares União de 2006 – 6ª parcela	69	106	18.724.775,94
Pagamento de precatórios não alimentares União de 2007 – 5ª parcela	83	141	72.111.913,43
Pagamento de precatórios não alimentares União de 2008 – 4ª parcela	91	118	8.702.405,83
Pagamento de precatórios não alimentares União de 2009 – 3ª parcela	177	254	30.533.105,40
Pagamento de precatórios não alimentares União de 2010 – 2ª parcela	369	410	114.607.791,78

Precatórios e RPVs pagos	Proces- sos	Beneficiá- rios	Valor depositado
Pagamento de precatórios não alimentares União de 2011 – 1ª parcela	701	811	156.597.704,57
Pagamento de precatórios alimentares União de 2011	11.311	19.903	1.197.842.427,70
Pagamento de precatórios não alimentares de entidades de 2002 – 10ª parcela	15	19	15.867.936,97
Pagamento de precatórios não alimentares de entidades de 2003 – 9ª parcela	9	11	3.507.027,66
Pagamento de precatórios não alimentares de entidades de 2004 – 8ª parcela	27	35	3.580.469,25
Pagamento de precatórios não alimentares de entidades de 2005 – 7ª parcela	34	55	5.980.010,06
Pagamento de precatórios não alimentares de entidades de 2006 – 6ª parcela	55	83	9.759.654,38
Pagamento de precatórios não alimentares de entidades de 2007 – 5ª parcela	50	68	5.855.987,50
Pagamento de precatórios não alimentares de entidades de 2008 – 4ª parcela	64	84	61.751.142,86
Pagamento de precatórios não alimentares de entidades de 2009 – 3ª parcela	76	102	5.115.419,03
Pagamento de precatórios não alimentares de entidades de 2010 – 2ª parcela	160	175	10.633.206,30
Pagamento de precatórios não alimentares de entidades de 2011 – 1ª parcela	335	346	14.758.214,02
Pagamento de precatórios alimentares de entidades de 2011	8.526	10.059	401.389.106,94
Pagamento de precatórios extraorçamentários (pagamento fora do Siafi)	14	17	2.075.691,57
Pagamento de RPV (Lei 10.259/2001) no ano de 2011	234.880	267.204	1.493.669.759,86
<b>Total</b>	<b>257.227</b>	<b>300.248</b>	<b>3.875.065.763,57</b>

### Quadro 21

Precatórios e RPVs que aguardam pagamento

Requisições aguardando pagamento em 2011	Processos	Beneficiários
Precatórios não alimentares da União de 2003 – 10ª parcela	26	35
Precatórios não alimentares da União de 2004 – 9ª parcela	41	54
Precatórios não alimentares da União de 2005 – 8ª parcela	50	68
Precatórios não alimentares da União de 2006 – 7ª parcela	63	93
Precatórios não alimentares da União de 2007 – 6ª parcela	67	121
Precatórios não alimentares da União de 2008 – 5ª parcela	74	95
Precatórios não alimentares da União de 2009 – 4ª parcela	138	192
Precatórios não alimentares da União de 2010 – 3ª parcela	214	229
Precatórios não alimentares da União de 2011 – 2ª parcela	190	231
Precatórios não alimentares da União de 2012 – parcela única	515	613
Precatórios alimentares da União de 2012	5.131	7.831
Precatórios não alimentares de entidades de 2003 – 10ª parcela	6	7
Precatórios não alimentares de entidades de 2004 – 9ª parcela	25	30
Precatórios não alimentares de entidades de 2005 – 8ª parcela	24	45
Precatórios não alimentares de entidades de 2006 – 7ª parcela	50	73
Precatórios não alimentares de entidades de 2007 – 6ª parcela	42	53
Precatórios não alimentares de entidades de 2008 – 5ª parcela	54	73
Precatórios não alimentares de entidades de 2009 – 4ª parcela	59	75
Precatórios não alimentares de entidades de 2010 – 3ª parcela	113	124
Precatórios não alimentares de entidades de 2011 – 2ª parcela	95	98
Precatórios não alimentares de entidades de 2012 – parcela única	187	205
Precatórios alimentares de entidades de 2012	5.862	8.176
Precatórios extraorçamentários (pagamento fora do Siafi)	200	210
<b>Total</b>	<b>13.226</b>	<b>18.731</b>

## Comunicação Social

### ► Assessoria de Imprensa – telejornalismo

Durante o ano, diversos veículos de comunicação procuraram a Assessoria de Comunicação Social do Tribunal para solicitar entrevistas e obter informações sobre processos e iniciativas diversas da 1ª Região, tais como a TV Justiça, TV Globo, TV Record, Centro América e Rede Amazônica, *Jornal Correio Braziliense*, *Folha de São Paulo*, *Revista Época*, *Consultor Jurídico*, *Valor Econômico*, programa Voz do Brasil, Rádio Justiça e órgãos de imprensa da Ajufe, Conjur, CJF e Ajufer.

As informações mais buscadas referiram-se aos mutirões de audiências em processos do Juizado Especial Federal, instalação de novas varas da Justiça Federal, construção da nova sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, concursos públicos promovidos pelo Tribunal, implantação da digitalização processual no Tribunal, quantitativo de juízes no Brasil e posse de desembargadores no TRF.

Os processos mais procurados pela imprensa foram os relativos à Usina de Belo Monte, à investigação dos dirigentes do Cruzeiro Esporte Clube, ao licenciamento ambiental da Usina São Manoel, à construção da nova sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ao teto salarial na Câmara e no Senado, ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), ao Aeroclube Plaza Show, à Operação Alquimia, à devolução do dinheiro do Grupo OK para o Tesouro, ao processo que invalidou as gravações telefônicas produzidas pela PF durante a operação Mercúrio, ao acolhimento das denúncias contra os promotores Deborah Guerner e Leonardo Bandarra, à licitação de obras do Aeroporto de Confins, à Operação Passárgada e à ação penal envolvendo a deputada Jaqueline Roriz.

A área de comunicação recebeu 41 solicitações formais de entrevistas com magistrados e dirigentes do Tribunal.

## Quadro 22

Informativos da 1ª Região – telejornalismo

Meio de comunicação	Quantidade	Conteúdo
TV Justiça	94 reportagens	As reportagens, com média de dois minutos, veiculadas no Jornal da Justiça e transmitidas pela TV Justiça, também foram encaminhadas ao CNJ para disponibilização no YouTube ( <a href="http://www.youtube.com/cnj">www.youtube.com/cnj</a> )
Programa Via Legal	58 matérias	A parceria com o CJF permaneceu. As matérias foram veiculadas pela TV Justiça, TV Cultura e TV Brasil
Cobertura de eventos e solenidades	107 coberturas de eventos e solenidades	
Primeira Região na TV	45 programas	Webprograma semanal com aproximadamente oito minutos

► **Radiojornalismo**

**Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça**

O TRF 1ª Região conquistou o 2º lugar na categoria “programa de rádio”, concedido pelo Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça – Conbrascom, em função do programa Painel de Notícias. O programa é veiculado na Rádio Justiça todos os sábados e domingos, às 10h30min. A rádio pode ser sintonizada de três formas: 1) Em FM, na frequência 104.7 MHz, em Brasília. 2) Na internet, no endereço [www.radiojustica.jus.br](http://www.radiojustica.jus.br). 3) Via satélite, pelo StarOne C2, frequência de descida 3674 MHz, polarização vertical, symbol rate 6666,17 Mbps, FEC 3/4, PID de Áudio 0350.

**Rádio Justiça**

Foi mantida a parceria com a Rádio Justiça na produção de boletins diários e do programa semanal Painel de Notícias. Destaca-se a eventual participação do Tribunal na Voz do Brasil, o que é relevante, devido ao pequeno espaço de tempo (cinco minutos) destinado às matérias de todo o Poder Judiciário. No total, foram encaminhados 105 boletins para noticiários da Rádio Justiça.

**Painel de Notícias**

O programa semanal Painel de Notícias continuou sendo produzido pela área de comunicação. Manteve a duração de 10 minutos e matérias de toda a 1ª Região em sua formatação. Foram encaminhados 50 programas para a Rádio Justiça.

**Quadro 23**

Informativos da 1ª Região – jornalismo impresso

Informativo	N. de edições	Periodicidade	Conteúdo
<i>Primeira Região Hoje</i>	232	Diária	Principais notícias da 1ª Região
<i>Primeira Região em Revista</i>	19	Mensal	Aprofunda as notícias sobre as ações e fatos institucionais. Publicadas 11 entrevistas, 77 matérias jornalísticas institucionais (42 em 2010) e 14 matérias especiais de decisões proferidas por magistrados e de interesse da sociedade
<i>Primeira Região Especial</i>	9	Mensal	Temas ligados à saúde e a datas comemorativas como Dia do Servidor Público, Dia do Doador Voluntário de Sangue, bem como edições especiais como a elaborada sobre a Semana Nacional de Conciliação
<i>Primeira Região Variedades</i>	46	Semanal	Datas dos aniversários de magistrados e servidores e os anúncios classificados solicitados pelo corpo funcional do Tribunal
Jornalismo impresso	Encaminhadas a todos os <i>e-mails</i> do Tribunal, das seções e subseções judiciárias da 1ª Região, as publicações atingiram um público aproximado de três mil pessoas		

## Quadro 24

Outras atividades de Comunicação Social

Atividade	Descrição
Exposição permanente sobre a obra da nova sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região	A exposição, aberta ao público interno e externo desde outubro, tem por objetivo imprimir transparência a todas as fases da obra de construção da nova sede do órgão e informar sobre o andamento do projeto
Jornalismo <i>on-line</i>	Veiculadas 1.256 notícias na página do Tribunal, sendo 401 especificamente sobre processos 232 avisos de interesse do público interno e externo foram publicados no <i>site</i> eletrônico do TRF
Informações pela rede (serviço mensageiro)	Os casos de urgência, bem como assuntos referentes a desligamento de equipamentos de informática, realização de eventos, pertences encontrados pelo serviço de segurança, entre outros, foram divulgados instantaneamente nos computadores do Tribunal

### Representação e programação social

Foram planejadas e organizadas tecnicamente diversas sessões solenes no Tribunal, solenidades e eventos oficiais, tanto na própria Corte como nas seções e subseções judiciárias da 1ª Região, incluindo -se as 19 localidades onde foram instaladas novas varas durante o ano e as novas sedes inauguradas no interior.

Situações como posse de desembargadores e assinatura de convênios, contratos e acordos, abertura de cursos, palestras, conferências e reuniões também demandaram intenso trabalho.

Todos os eventos foram realizados com observância às normas de cerimonial, cujos procedimentos foram uniformizados e regulamentados no âmbito da 1ª Região pela Portaria Presi/Asrep 172 de 13 de abril de 2011, que dispõe sobre o cerimonial do Tribunal, e pela Portaria Presi/Asrep 173 de mesma data, que institui normas gerais relativas ao cerimonial na 1ª instância.

A coordenação de 15 eventos culturais, tais como exposições de pinturas, esculturas e fotos, e visitas guiadas de estudantes a sessões de julgamento e de magistrados e servidores à nova sede do Tribunal também mereceram atenção.

A seguir, o quantitativo de sessões solenes, eventos, solenidades e outras atividades organizadas pelo Tribunal.

Tipo		Quantidade
Sessão solene		3
Solenidades	Internas	4
	Externas	21
Eventos	Internos	33
	Externos	11
<b>Total</b>		<b>72</b>

## Quadro 25

### Programa de visitas

Data	Tipo	Nome	Local
16/03	Visita	Visita de estudantes da UDF	TRF 1ª Região
15/04	Sustentação oral	Jornada de sustentação oral da UDF	Sala de sessões n. 3
27/04	Visita	Visita de estudantes da Facthus – Uberaba/MG	TRF 1ª Região
17/05	Visita	Magistrados intercambistas do Mercosul	TRF 1ª Região
20/05	Sustentação oral	3º Torneio de Sustentação Oral – Faculdade Projeção	Sala de sessões n. 3
26/05	Visita	Visita de estudantes de Direito da Faculdade Atenas de Paracatu/MG	Edifícios-sede I e II
02/06	Visita	Visita de Estudantes do UniCeub/DF	Edifícios-sede I e II
14/06	Visita	Visita de estudantes do curso de Direito da Faculdade Católica (Dom Orione – Araguaína/GO)	TRF 1ª Região
16/08	Visita	Visita de estudantes do UniCeub – DF	Edifícios-sede I e II
02/09	Sustentação oral	XVIII Jornada de Sustentação Oral Centro Universitário do DF – UniDF	Sala de sessões n. 3
13/09	Visita	Visita de estudantes da UniDF	Edifícios-sede I e II
20/09	Visita à obra	Visita à obra de servidores do Tribunal (vespertino)	Canteiro de obras da nova sede no SAF Sul
22/09	Visita à obra	Visita à obra de servidores do Tribunal (matutino)	Canteiro de obras da nova sede no SAF Sul
21/10	Julgamento simulado	Julgamento simulado da apelação criminal “Jujubas Verdes”, manhã e tarde, com participação da turma de 4ª série da Escola Classe 413 Sul e de filhos e netos de magistrados e colaboradores do Tribunal	Plenário
27/09	Visita	Visita de estudantes da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul – Unijuí	Edifícios-sede I e II
28/10	Visita	Visita de assessor da Corte Suprema de Justiça do Uruguai – participante do programa de intercâmbio de magistrados e servidores judiciais do Supremo Tribunal Federal	Edifícios-sede I e II
08/11	Visita	Visita de estudantes do curso de Direito do Instituto de Ensino Superior de Rondônia	Edifícios-sede I e II
10/11	Sustentação oral	4º Torneio de Sustentação Oral – Faculdade Projeção	Sala de sessões n. 2
21/11	Visita	Visita de estudantes da Universidade Católica de Brasília	Edifícios-sede I e II
23/11	Visita	Visita de estudantes do UniCeub – DF	Edifícios-sede I e II
25/11	Visita à obra	Visita dos desembargadores federais à obra de construção da nova sede do TRF 1ª Região (matutino)	Canteiro de obras da nova sede no SAF Sul
25/11	Visita	Visita de estudantes do curso de Direito da Unifeb de Brusque/SC	Edifício-sede I e II

**Gestão estratégica**

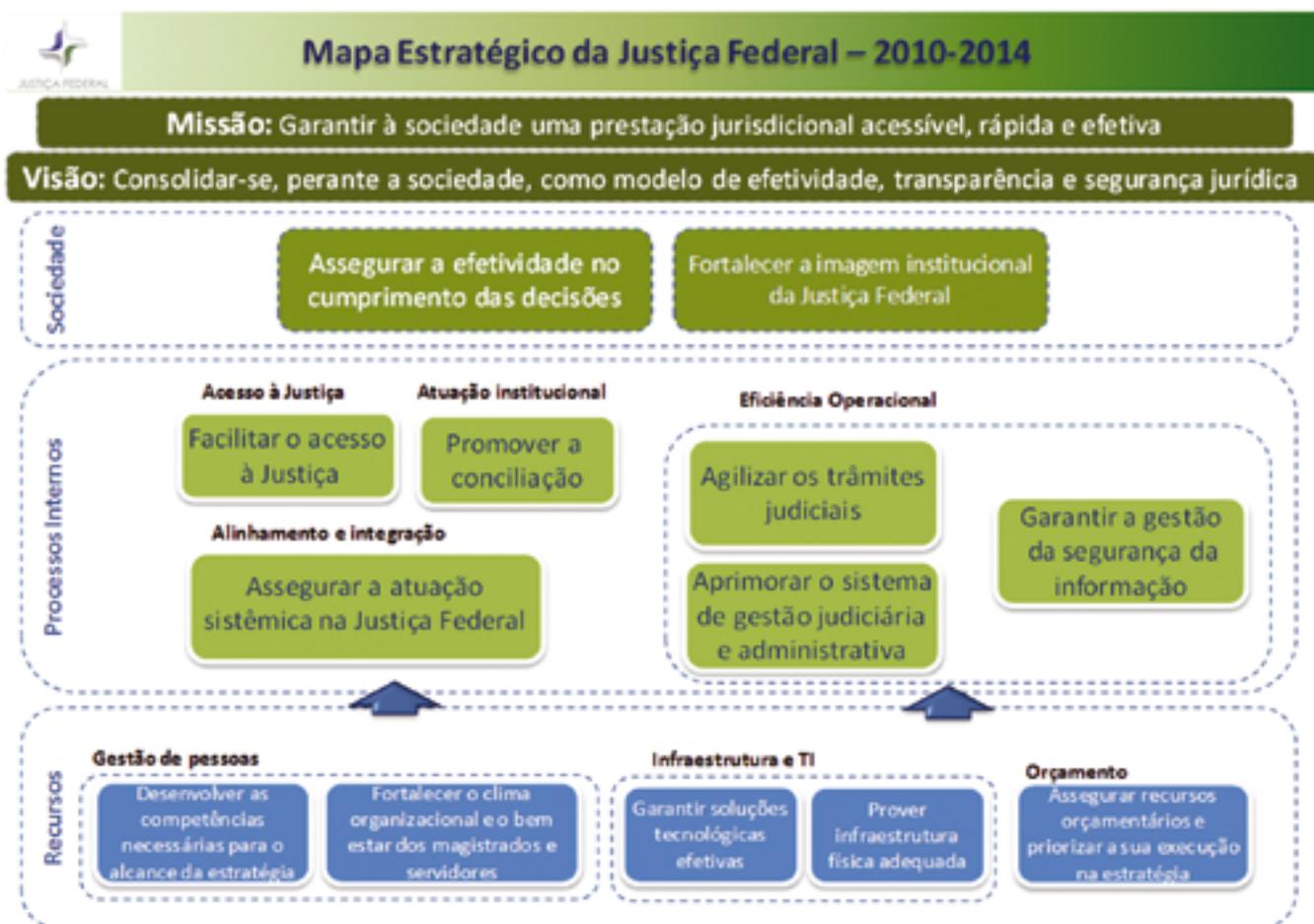
► **Planejamento estratégico 2010-2014**

O Plano Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região, aprovado pela Resolução Presi 600-27 de 17 de dezembro de 2009, está em execução sob a metodologia de gestão por projetos, com a formação de um portfólio estratégico, viável orçamentariamente, que caracteriza as diretrizes da administração.

Em 2011, os tribunais regionais federais, sob a coordenação do Conselho da Justiça Federal, fizeram estudos para unificação dos mapas estratégicos da Justiça Federal, com revisão dos objetivos estratégicos e dos indicadores.

A revisão do Plano Estratégico da Justiça Federal para 2010-2014 será submetida ao Plenário do Conselho da Justiça Federal no primeiro semestre de 2012.

Revisão do Mapa Estratégico da Justiça Federal



### ► Metas e projetos estratégicos

#### Criação do Escritório de Projetos Estratégicos Regional – Eper

Entre as metas nacionais para o Poder Judiciário estabelecidas pelo CNJ para 2011 estava a criação de uma unidade de gerenciamento de projetos para auxiliar a implantação da gestão estratégica.

Em cumprimento à referida meta, em março, pela Portaria Presi/Cenag 142, instituiu-se no Tribunal o Escritório de Projetos Estratégicos Re-

gional – Eper, com a missão de prover suporte para a gestão de portfólio e gerenciamento de projetos e buscar os objetivos de garantir a aderência estratégica aos projetos, implantar as melhores práticas em toda a 1ª Região e difundir a forma de gestão pública por projetos. É também sua atribuição o acompanhamento das metas de cada ano, fazendo a interface entre os gestores e o Conselho Nacional de Justiça. A seguir, demonstram-se as metas acompanhadas pelo Eper, assim como demais atividades realizadas e projetos em acompanhamento.

## Quadro 26

### Metas do Poder Judiciário 2011

Cumpridas				
Meta	Gestor	Assunto	Área responsável pelo lançamento	Cumprimento %
1	Cenag	Criar unidade de gerenciamento de projetos nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica	Eper	100%
2	Secin	Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de 1º grau em cada tribunal	Secin	100%
4	Segep/Asrep/ Ascom	Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos	Eper	100%
Em acompanhamento				
Meta	Gestor	Assunto	Área responsável pelo lançamento	Cumprimento %
3	Diest	Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal	Diest	83,96%
9	Secin	Implantar processo eletrônico judicial e administrativo em 70% das unidades de 1º grau e 2º grau até dez./2011	Secin	86,77%

**Outras atividades do Escritório de Projetos Estratégicos Regional – Eper**

Definição da metodologia e seus respectivos formulários e fluxogramas	Metodologia de gerenciamento de portfólio e projetos; 9 formulários; 4 fluxos de trabalho	
Visita aos setores para consultorias e elaboração de novos projetos	10 setores visitados	
Principais projetos acompanhados	Projetos	Unidade demandante
	Sigcustos	Secor
	Manual de Língua Portuguesa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Diedi
	Jornada em livro	Esmaf
	Mapeamento de bens não localizados	Dimap
	Criação do código de conduta	CPSPA – Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar

Com o amadurecimento do Eper, a tendência é que grande parte dos projetos sejam por ele acompanhados, até que todos estejam abrangidos, de modo que, por meio de ferramentas próprias de acompanhamento, a alta administração tenha condições de saber, de pronto, a situação de cada projeto em desenvolvimento e tomar decisões.

► **Retomada da obra de construção da nova sede do Tribunal**

Desde 2007, está em construção a nova sede desta Corte, no Setor da Administração Federal Sul, próximo às sedes do Superior Tribunal de Justiça – STJ, do Tribunal Superior do Trabalho – TST e do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.



Fotos: Márcia Foizer

Estágio da obra da nova sede do Tribunal em dezembro de 2011.

Conquanto necessária, tal obra passou por um período de turbulência. Foi atacada pela imprensa, pelo Tribunal de Contas da União – TCU, pelo Ministério Público Federal – MPF e pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, o que gerou trans-tornos de toda ordem, entre os quais a rescisão contratual com o consórcio vencedor da licitação inicial, que resultou na paralisação da obra e des-gaste da instituição diante da opinião pública.

Sobrevieram providências, a partir de então, para que a obra tivesse prosseguimento. Entendimentos foram travados com o TCU, o CNJ e demais órgãos no sentido de sanar eventuais irregularidades para prosseguimento da obra. Tais tratativas resultaram frutíferas. Foram corrigidos os problemas decorrentes da contratação anterior, procedeu-se à nova licitação, na modalidade de concorrência pública, para contratação da etapa seguinte da obra, atualmente em execução. Conseguiram-se o alvará de licenciamento e a inclusão de recursos nas propostas orçamentárias de 2011 e 2012.

No ano de 2011, foi concluída a etapa de fundamento da obra e agora ela começa a ser levantada do solo, com a construção do bloco D do projeto, que abrigará as unidades administrativas.

A seguir, o detalhamento específico das atividades realizadas em 2011 que possibilitaram a continuação da obra:

- a) celebração do 1º termo aditivo com a Engelfort para inclusão dos serviços não executados pela Tecon;
- b) contatos com todos os órgãos convergentes para a construção do edifício-sede, destacando-se, entre eles, o CJF, o CNJ, a SOF, o TCU, o CREA e o GDF;
- c) obtenção do alvará de construção no GDF;
- d) acompanhamento da execução das obras;
- e) atendimento ao Acórdão 15342011 – TCU, determinando a cobrança de valores ao Consórcio Nova Sede do TRF1 e ao escritório Niemeyer e cancelamento do saldo orçamentário empenhado ao citado consórcio. A AGU propôs ação de cobrança, em andamento na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal;
- f) publicação do Acórdão 2517/2011 – TCU alterando a classificação orçamentária da obra, com relação ao contrato firmado com o Consórcio Nova Sede do TRF1, de IGP (irregularidade com indicação de paralisação) para IGC (irregularidade com indicação de continuação);
- g) aprovação, pelo plenário do CNJ, de Parecer de Mérito 0004395-79.2011.2.00.0000, da relatoria do conselheiro Gilberto Valente Martins, recomendando a exclusão de R\$ 50.000.000,00 alocados pelo CJF na proposta orçamentária de 2012, com base em entendimento de que a obra estaria paralisada e com irregularidades;
- h) interposição de embargos de declaração pelo TRF1 em face da decisão proferida pelo CNJ de exclusão de R\$ 50.000.000,00 da proposta orçamentária para 2012;
- i) decisão plenária do CNJ, em 6 de dezembro, retificando a decisão proferida na 135ª sessão ordinária, para excluir a ressalva quanto às obras do edifício-sede do TRF 1ª Região, nos termos apresentados pelo relator e pelo procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, que reconheceu a insubsistência da motivação;
- j) obra em plena execução, com aproximadamente 800 operários em serviço;
- k) levantamento de dados para licitações futuras, especialmente elevadores e sistema de ar-condicionado.

Dos serviços contratados da Engefort, empresa vencedora do certame licitatório da terceira etapa, Contrato 98/2010, foram executados os serviços de estrutura em concreto armado até a 10ª medição, no valor de R\$ 22.420.563,04.

Para possibilitar um acompanhamento mais próximo do público interno, o Tribunal iniciou visitas guiadas de dirigentes, servidores e colaboradores do TRF ao canteiro de obras da nova sede do Tribunal, onde tiveram a oportunidade de conhecer de perto os trabalhos de conclusão da área de subsolo e a preparação para a construção das duas torres dos blocos dos desembargadores e da área administrativa.



Juízes federais diretores de foro visitam a obra da nova sede do Tribunal.



Grupo de servidores do TRF visitam a obra da nova sede.

Fotos: Márcia Foizer

### ► Programa de Modernização da Justiça Federal da 1ª Região

Objetivando adotar soluções para atenuar a sobrecarga de trabalho na 1ª Região, foi criado em 2011 o Programa de Modernização da Justiça Federal da 1ª Região, direcionado, principalmente, a três focos:

- revisão e ajuste sistemático e anual dos quadros de pessoal da 1ª Região;
- racionalização e simplificação de procedimentos de trabalho e
- virtualização judicial, cartorária e administrativa.

A implementação das medidas previstas ensejará várias ações em curto, médio e longo prazo. A 1ª fase do programa, voltada para o reequilíbrio dos quadros de pessoal da 1ª instância, foi iniciada com a edição Resolução Presi/Cenag 24 de

15/12/2011, que regulamentou a redefinição dos padrões dos quadros de cargos e de servidores das varas, subseções e centrais de mandados, bem como a organização e a composição dos quadros de pessoal das varas a serem instaladas na 1ª Região entre 2012 e 2014. O Tribunal buscou, dessa forma, contornar as dificuldades para aprovação de aumento de quadro de pessoal pela via legislativa.

Considerando-se que um dos grandes entraves ao atingimento de melhores resultados na prestação jurisdicional passa pela área de tecnologia da informação, as medidas adotadas na 1ª fase permitirão a destinação de cargos para a reorganização dos quadros da área de TI, por meio de concurso específico, que será iniciado em breve, ou mediante aproveitamento de aprovados em concursos de outros tribunais, com vistas à efetivação dos processos de virtualização judicial e administrativa.

Outras providências, como o estabelecimento de uma política de treinamento e de readequação contínua de quadro às necessidades, implantação de boas práticas, desenvolvimento de soluções eletrônicas, serão implementadas nas próximas etapas do Programa de Modernização da Justiça Federal da 1ª Região, que se desenvolverão durante o ano de 2012 e seguintes.

► **Otimização dos procedimentos para julgamento dos processos relativos ao Sistema Financeiro da Habitação**

O Tribunal desenvolveu estudos no intuito de obter maior produtividade nas sessões de julgamentos de processos. Desses estudos, após avaliação e emendas pela Corte Especial, foi editada a Resolução Presi/Cenag 23 de 14/12/2011, estabelecendo formato mais célere para julgamento dos processos relativos ao Sistema Financeiro da Habitação pelos desembargadores federais da 3ª Seção.

Segundo o projeto, os processos serão agrupados e julgados em lotes em sessões de esforço concentrado, nas quais serão priorizados os julgamentos dos processos do tema. Haverá compartilhamento não identificado de votos em ambiente seguro para que os desembargadores manifestem eventual divergência, de modo a evitar discussões e leitura de voto durante a sessão de julgamento.

A partir da experiência granjeada nesses processos específicos e verificado o sucesso do modelo, este projeto poderá ser estendido para outros tipos de processos e para outras seções e turmas especializadas.

► **Projeto mutirão Judiciário em Dia**

Iniciado no ano anterior e previsto para funcionar durante seis meses, decorrente de convênio firmado entre este Tribunal, a Corregedoria Nacional de Justiça e a Corregedoria-Geral da Justiça Federal, o mutirão Judiciário em Dia objetiva concluir a meta definida pelo Conselho Nacional de Justiça de julgar todos os processos ingressos no TRF 1ª Região até 2006, o que representa cerca de 55 mil processos.

Após o esforço inicial de recebimento dos mais de 55 mil processos destinados a julgamento pelo mutirão Judiciário em Dia, foi realizada a triagem de todo o acervo e a atribuição e remessa aos juízes convocados para tal empreitada.

Nos seis primeiros meses de atividade, o mutirão julgou mais de 14 mil processos. O CNJ reconheceu a necessidade de prorrogação do mutirão e autorizou tal providência pelo período de seis meses.

Em novembro de 2011, houve nova reunião com o representante da Corregedoria Nacional de Justiça, que autorizou a prorrogação por outros seis meses, com previsão de encerramento em julho de 2012.

As unidades alocadas para apoio aos julgamentos, controle e atribuição de processos continuam mobilizadas e alguns procedimentos de trabalho foram revisados desde a primeira prorrogação, por meio da Resolução Presi/Cenag 1 de 04/03/2011. Os dados estatísticos relativos ao mutirão Judiciário em Dia podem ser verificados no quadro a seguir.

### Quadro 27

Processos pautados e julgados no mutirão Judiciário em Dia  
(situação em 16/12/2011, às 17h)

Seção	Turma suplementar	Juiz federal convocado	Processos pautados	Processos julgados
1ª Seção	1ª Turma Suplementar	*1 Francisco Hélio Camelo Ferreira	2.106	2.074
		Mark Yshida Brandão	3.265	3.288
	2ª Turma Suplementar	Rogéria Maria Castro Debelli	1.447	1.447
		Rosimayre Gonçalves de Carvalho	2.118	2.049
	3ª Turma Suplementar	Adverci Rates Mendes de Abreu	1.968	1.935
		Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes	2.029	2.046
3ª Seção	4ª Turma Suplementar	*2 Grigório Carlos dos Santos	1.720	2.356
		*3 Márcio Barbosa Maia	914	1.386
	5ª Turma Suplementar	David Wilson de Abreu Pardo	1.357	2.125
		Rodrigo Navarro de Oliveira	1.236	1.276
4ª Seção	6ª Turma Suplementar	André Prado de Vasconcelos	1.838	1.793
		Leão Aparecido Alves	2.727	2.838
	7ª Turma Suplementar	*4 Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves	1.900	1.760
		Saulo José Casali Bahia	2.305	2.126
	Não atribuído	Não atribuído	50	246
<b>Total</b>			<b>26.980</b>	<b>28.745</b>

Fonte: Sistema Processual.

#### Observações:

\*1 Inclui a produtividade do juiz federal Pompeu de Sousa Brasil, que atuou em fev./ 2011 (pautados/julgados: 140/134).

\*2 Inclui a produtividade do juiz federal Jamil Rosa de Jesus Oliveira, que atuou em fev./ 2011 a 15/jun./2011 (pautados/julgados: 443/490).

\*3 Inclui a produtividade do juiz federal Vallisney de Souza Oliveira, que atuou em fev./2011 a 5/ago./2011 (pautados/julgados: 701/753).

\*4 Inclui a produtividade do juiz federal Carlos Eduardo Castro Martins, que atuou em fev./2011 a 5/ago./2011 (pautados/julgados: 1.089/946).

#### ► Criação do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região – Sistcon

A conciliação é realidade na 1ª Região desde a criação dos Juizados Especiais Federais. Passou por várias etapas e, em 2007, foi instituído um projeto de conciliação visando à realização de acordos em questões de ações previdenciárias e do Sistema Financeiro da Habitação.

Por meio da Resolução Presi/Cenag 2 de 24/03/2011, foi criado o Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região – Sistcon. Seu objetivo principal consiste em fomentar a utilização de métodos

alternativos de solução de conflitos e, em consequência, diminuir o número de processos judiciais, possibilitando que as próprias partes encontrem a solução para suas demandas ou transijam em seu pleitos, de modo a alcançar a pacificação social sem necessitar de um veredicto judicial. Tal norma foi editada em consonância com a Resolução CNJ 125, de 29/11/2010, que dispõe sobre a política judiciária nacional de tratamento adequado aos conflitos de interesse no âmbito do Poder Judiciário.

Estabeleceu-se na norma do Tribunal que em cada seccional da 1ª Região funcionará um núcleo de conciliação, sem prejuízo da criação de outros em centros judiciários. No Tribunal, foi criado o Núcleo Central da Conciliação, com os objetivos de promover a conciliação, sobretudo em relação às ações previdenciárias e do Sistema Financeiro da Habitação, e de coordenar os núcleos seccionais.

O Sistcon é coordenado por um desembargador federal, com mandato de dois anos, coincidindo com o da administração do Tribunal. Neste primeiro ano de sua instituição, a coordenação foi exercida pelo desembargador federal Reynaldo Fonseca. Há, ainda, os coordenadores seccionais e uma comissão técnica e consultiva, que auxiliam o coordenador. Além disso, há centros judiciários de pacificação instalados nas 14 unidades federadas abrangidas pela 1ª Região.

Tendo sido premiado na categoria projeto em 2010, repetindo o reconhecimento do ano anterior, o Sistcon da 1ª Região foi premiado pelo CNJ, agora em 2011, como sistema implantado, ocupando o primeiro lugar entre os TRFs, em razão dos resultados alcançados e pela adoção de métodos alternativos de conciliação.

A seguir, o número de acordos em 2011.

Unidade	Processos apresentados	Acordos firmados	Percentual de acordos
TRF	2.936	2.267	77,22%
Varas comuns	105.259	5.452	5,18%
JEFs		79.155	75,20%

Fonte: Núcleo Central da Conciliação da 1ª Região

De todos os processos passíveis de conciliação encaminhados, foi possível a homologação de 86.874 acordos, o que representa um aproveitamento acima dos 75%. Com isso, ganha a Justiça Federal e, principalmente, a população jurisdicionada, uma vez que inúmeras causas, que levariam anos para serem decididas, puderam ser resolvidas com antecedência.

Ainda na vertente da conciliação, desde o ano de 2006, o Conselho Nacional de Justiça coordena a Semana Nacional de Conciliação. A Justiça Federal da 1ª Região participou de todas elas. Em 2011, já por intermédio do Sistcon, os números alcançados foram significativos, conforme se verifica do quadro abaixo.

### Quadro 28

Semana Nacional de Conciliação

Seccional	N. de audiências realizadas	N. de acordos	Valores negociados	N. de pessoas atendidas	Palestras	Transação penal	Percentual de acordos
Acre	33	29	237.681,61	55	1	0	87,88%

Seccional	N. de audiências realizadas	N. de acordos	Valores negociados	N. de pessoas atendidas	Palestras	Transação penal	Percentual de acordos
Amazonas	128	92	1.612.308,25	172	2	1	71,88%
Amapá	2.005	1.949	12.012.055,15	2.013	2	1	97,21%
Bahia	1.356	1.000	16.970.734,65	1.483	4	1	73,75%
Distrito Federal	776	578	19.700.624,68	8.826	4	2	74,48%
Goiás	943	621	7.631.560,90	965	7	2	65,85%
Maranhão	1.365	1.134	11.018.595,92	1.542	2	0	83,08%
Minas Gerais	2.109	1.676	15.379.170,20	2.222	5	2	79,47%
Mato Grosso	411	224	5.832.895,68	331	1	0	54,50%
Pará	841	715	7.367.127,41	716	2	1	85,02%
Piauí	918	764	5.040.074,24	1.017	1	0	83,22%
Rondônia	126	84	1.317.995,20	169	6	0	66,67%
Roraima	134	80	1.094.406,93	182	1	0	59,70%
Tocantins	721	555	2.346.500,44	579	6	0	76,98%
<b>Total</b>	<b>11.866</b>	<b>9.501</b>	<b>107.561.731,26</b>	<b>20.272</b>	<b>44</b>	<b>10</b>	<b>80,07%</b>

Fonte: Núcleo Central da Conciliação

O Sistcon é mais um instrumento fundamental para a Justiça Federal da 1ª Região, pois possibilita o decréscimo das demandas em juízo, assim como as que se pretendem ajuizar.

Por meio dele, outras classes de processos, como as execuções fiscais e as relativas aos servidores públicos, foram abrangidas pela conciliação, de modo que a tendência é que os números alcançados em 2011 sejam melhorados.

#### ► Comitê Gestor de Tecnologia – CGTI-TRF1

Instituído por intermédio da Portaria Presi/Cenag 411 de 26/09/2011, o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – CGTI-TRF1 tem por finalidade discutir as ações e os investimentos em tecnologia

da informação e apresentar soluções tecnológicas de qualidade e de segurança das informações. Entre suas atribuições está a de subsidiar o presidente do Tribunal na tomada de decisões quanto às políticas e diretrizes de tecnologia da informação da Justiça Federal da 1ª Região, as prioridades de ações, serviços e aquisições de equipamentos e os eventuais planos de emergência, mediante a observância das diretrizes definidas na portaria de sua constituição.

É presidido pelo presidente do Tribunal e integrado pelo diretor-geral e pelos diretores do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional – Cenag, da Secretaria Judiciária – Secju, da Secretaria de Tecnologia da Informação – Secin, por um juiz indicado pela Corregedoria Regional, representando a primeira instância, e outro indicado pela Presidência.

O CGTI-TRF1 propôs, entre suas prioridades, o desenvolvimento da rotina de gestão de agravos de instrumento e a revisão do fluxo de produção e publicação de documentos, previsto para substituir as ferramentas G-Doc e envio eletrônico em 2012.

► **Continuação do processo digital da 1ª Região – e-Jur**

Em continuação ao projeto de aperfeiçoamento do processo digital da 1ª Região – e-Jur, instituído pela Portaria/Presi/Cenag 259 de 02/07/2010, algumas dificuldades verificadas no sistema, que levaram à suspensão temporária de parte de suas ferramentas, foram superadas, viabilizando sua retomada.

Atualmente, o sistema encontra-se em funcionamento no Tribunal e na quase totalidade das seções judiciárias da 1ª Região, restando apenas a Seção Judiciária de Minas Gerais para concluir a implantação, o que deverá ocorrer no início de 2012.

► **Criação do escritório de apoio ao processo digital *Bureau de Digitalização***

Para dar efetividade ao disposto na Portaria Presi/Cenag 446 de 03/11/2011, a qual previu a obrigatoriedade de recebimento de petições em meio digital, desde que dirigidas a processos que tramitem nesse meio e ressalvadas as exceções previstas na regulamentação —, foi instalado escritório de apoio ao processo digital no 1º subsolo do edifício-sede II, para que os advogados possam digitalizar as petições de modo a atender à determinação normativa.

No referido escritório, há equipamentos para tal fim com acesso à rede mundial de computadores, terminais de consulta à movimentação processual e servidores especializados para auxiliar os interessados, em caso de dúvidas.

► **Propostas de ampliação do Tribunal**

Os estudos anteriormente apresentados ao CJF pelo Tribunal visando à ampliação de sua composição foram apreciados por uma comissão de desembargadores federais, instituída pelo Conselho da Justiça Federal por meio da Portaria 6 de 17/02/2011, presidida pelo desembargador federal Tourinho Neto.

A última proposta apresentada pelo TRF 1ª Região ao CJF pretendia: ampliar sua composição para 60 membros; recompor o quadro de servidores da área fim em virtude do aumento da demanda; recompor o quadro de servidores da área meio em virtude do aumento da composição, no ano 2000, de 18 para 27 membros; ampliar a área meio proporcionalmente ao crescimento do número de julgadores, de 27 para 60 membros, e substituir os 205 terceirizados da área de tecnologia da informação por servidores concursados, em aderência à Resolução CNJ 90 de 29/09/2009.

A proposta da comissão de desembargadores contemplou parcialmente essas pretensões da 1ª Região. Após avaliação e sugestões pelos TRFs e pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal, foi elaborada nova proposição pela Comissão e uma proposta alternativa da Corregedoria do CJF.

Ambas foram apreciadas pelo Plenário do Tribunal, que se posicionou favorável ao projeto elaborado pela Comissão, de acréscimo de 32 desembargadores federais para o TRF 1ª Região, implementação gradativa em cinco anos, acréscimo de pessoal para os gabinetes e coordenadorias processantes — sendo 288 analistas e 160 técnicos, no total de 448 —, previsão de adequação da estrutura dos gabinetes e turmas em funcionamento ao novo padrão proposto (menor que o atual) após o provimento de todos os cargos previstos para o TRF.

No tocante ao reforço da área administrativa do Tribunal, o Plenário entendeu pela conveniência

de postergar o pleito em relação ao aumento do número de servidores, devido às dificuldades orçamentárias para um projeto de grandes dimensões.

A manifestação final do Tribunal sobre o assunto foi encaminhada ao CJF pelo Ofício Presi 1.181 de 13/05/2011.

► **Projeto de levantamento de dados técnicos e fotográficos das unidades administrativas da 1ª Região**

O projeto de levantamento de dados técnicos e fotográficos das unidades administrativas da 1ª Região teve início com a visita, por servidores da área de orçamento, às Seções Judiciárias do Distrito Federal e de Minas Gerais e às Subseções de Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Lavras, Pouso Alegre, Patos de Minas, São João del-Rei, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Uberlândia, Uberaba e Varginha, todas em Minas Gerais.

O objetivo do projeto é levantar as necessidades dos órgãos visitados, identificar os problemas enfrentados, mapear as necessidades e priorizar as demandas. Como resultado dessa primeira etapa, muitas demandas já foram atendidas em 2011 por meio de crédito adicional, outras estão sendo priorizadas para os próximos exercícios e outras foram encaminhadas para os setores competentes.

Em 2012, o projeto terá continuação, com o objetivo de atingir a todas as seções e subseções judiciárias da 1ª Região.

► **Principais documentos normativos**

**Quadro 29**

Resoluções emitidas

Número	Assunto
Resolução Presi/Cenag 1 de 04/03	Altera dispositivos da Resolução/Presi/Cenag 25 de 18 de novembro de 2010, que disciplina a realização e o funcionamento do mutirão da 1ª, 3ª e 4ª Seções especializadas do Tribunal
Resolução Presi/Cenag 2 de 24/03	Dispõe sobre o Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região – Sistcon
Resolução Presi/Cenag 3 de 07/04	Altera o art. 3º da Resolução/Presi 600-26 de 7 de dezembro de 2009
Resolução Presi/Cenag 4 de 17/05	Altera Resolução/Presi/Cenag 24 de 18 de novembro de 2010, que autoriza a instalação, na 1ª Região, em 2011, de 19 varas federais criadas pela Lei 12.011/2009
Resolução Presi/Cenag 5 de 31/05	Altera o horário de funcionamento da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 1ª Região, para atendimento ao público externo, definido pela Resolução 7 de 23 de maio de 2000
Resolução Presi/Cenag 6 de 09/06	Referenda Resolução/Presi/Cenag 5 de 31 de maio de 2011, que altera o horário de funcionamento da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 1ª Região, definido pela Resolução 7 de 23 de maio de 2000 e altera seu art. 1º
Resolução Presi 7 de 08/06	Designa comissão de sindicância para apuração de fatos mencionados no Processo Administrativo 3.271/2011 – TRF1

Número	Assunto
Resolução Presi/Cenag 8 de 10/06	Suspende a implantação do processo digital da 1ª Região – e-Jur nas Seções Judiciárias dos Estados da Bahia e de Minas Gerais
Resolução Presi/Cenag 9 de 14/06	Dispõe sobre normas de serviço relativas às atribuições da Comissão de Acervo Jurídico do Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Resolução Presi/Cenag 10 de 14/06	Regulamenta o trânsito e o arquivamento dos agravos de instrumento em decisões interlocutórias da 1ª instância e em recursos extraordinários e especiais
Resolução Presi/Cenag 11 de 07/07	Dispõe sobre o uso e os modelos de vestes talares no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Resolução Presi/Cenag 12 de 07/07	Aprova alteração de regulamentação do Processo Seletivo Permanente de Remoção – PSPR
Resolução Presi/Cenag 13 de 08/07	Altera a Resolução/Presi 600-8/2009, que dispõe sobre a organização administrativa das seccionais da 1ª Região e dá outras providências
Resolução Presi/Cenag 14 de 08/08	Altera dispositivos da Resolução/Presi/Cenag 25 de 18 de novembro de 2010, que disciplina a realização e o funcionamento de mutirão na 1ª, 3ª e 4ª Seções especializadas do Tribunal
Resolução Presi/Cojef 15 de 15/08	Acrescenta o § 3º ao art. 102 da Resolução/Presi/Cojef 16/2010, que torna público o Regimento Interno das Turmas Recursais e dos JEFs da 1ª Região
Resolução Presi/Cenag 16 de 08/09	Dispõe sobre o mandato dos coordenadores dos Juizados Especiais Federais e do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região
Resolução Presi/Cenag 17 de 09/09	Retoma a implantação do Processo Digital da 1ª Região – e-Jur na Seção Judiciária do estado da Bahia, suspensa pela Resolução Presi/Cenag 8 de 10 de junho de 2011
Resolução Presi/Coger 18 de 29/09	Dispõe sobre a promoção de juizes federais substitutos; o acesso de juizes federais ao Tribunal e a remoção e movimentação de juizes federais e juizes federais substitutos no âmbito da 1ª Região
Resolução Presi/Cenag 19 de 21/09	Revoga a Resolução 100-009, de 28/03/2055, e a IN 14-20 – porte de arma de fogo institucional.
Resolução Presi/Cenag 20 de 14/10	Dispõe sobre a ampliação da competência do JEF da Subseção Judiciária de Santarém/PA
Resolução Presi/Cenag 21 de 14/11	Autoriza a instalação, na 1ª Região, em 2012, de varas federais criadas pela Lei 12.011/2009
Resolução Presi/Cenag 22 de 07/12	Autoriza a prorrogação de mutirão na 1ª, 3ª e 4ª Seções especializadas do TRF 1ª Região, conforme convênio celebrado com a Corregedoria Nacional de Justiça e a Corregedoria-Geral da Justiça Federal, respectivamente do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho da Justiça Federal
Resolução Presi/Cenag 23 de 14/12	Dispõe sobre procedimentos para otimização do julgamento de processos relativos ao Sistema Financeiro da Habitação pelos órgãos julgadores da 3ª Seção e dá outras providências
Resolução Presi/Cenag 24 de 15/12/2011	Redefine os padrões dos quadros de pessoal da 1ª instância e organiza as varas que serão instaladas em 2012 na 1ª Região

**Quadro 30**

## Portarias emitidas

Portaria	Assunto
Portaria 22 de 17/01	Define as datas-limite de fechamento das folhas ordinárias de pagamento de pessoal, do envio à área de execução financeira, suas apropriações, e liberação dos recursos financeiros correspondentes, no exercício de 2011, referente ao TRF 1ª Região e seções judiciárias a ele vinculadas
Portaria 32 de 20/01	Dispõe sobre a administração, os serviços e o funcionamento do Centro de Treinamento da Justiça Federal – Centrejufe
Portaria 50 de 27/01	Torna público o cronograma de pautas das sessões de julgamento das turmas suplementares do TRF 1ª Região e dá outras providências
Portaria 52 de 28/01	Fixa o valor da cota anual do Pro-Social para o ano de 2011
Portaria 72 de 07/02	Dispõe sobre os valores do auxílio-transporte devido aos estagiários nas seções e subseções judiciárias da 1ª Região
Portaria 79 de 09/02	Designa o secretário-geral da Presidência do Tribunal para prestar assessoramento ao diretor da Secretaria de Administração na coordenação de trabalhos daquela Secretaria
Portaria 84 de 14/02	Dispõe sobre normas gerais para pagamento de custas judiciais e porte de remessa e retorno dos autos no âmbito da Justiça Federal e altera tabela de custas
Portaria 107 de 28/02	Estabelece escala de plantão judicial no âmbito do TRF 1ª Região
Portaria 123 de 14/03	Organiza a Secretaria Executiva do projeto mutirão Judiciário em Dia.
Portaria 131 de 17/03	Dispõe sobre a instalação da 4ª Vara de Juizado Especial Federal na Subseção Judiciária de Uberlândia/MG e dá outras providências
Portaria 142 de 24/03	Dispõe sobre a instituição do Escritório de Projetos Estratégicos da 1ª Região
Portaria 165 de 06/04	Designa os gestores das Metas Nacionais do Poder Judiciário
Portaria 172 de 13/04	Dispõe sobre o cerimonial do TRF 1ª Região
Portaria 173 de 13/04	Regula o cerimonial das seções e subseções Judiciárias da 1ª Região
Portaria 174 de 13/04	Institui conjunto de salas de uso institucional e corporativo denominado Espaço Orlando Gomes
Portaria 183 de 15/04	Dispõe sobre a abertura de processo eletivo para a escolha do representante dos magistrados no Conselho Deliberativo do Pro-Social, no biênio 2011-2013
Portaria 187 de 18/04	Dispõe sobre a instalação da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Montes Claros/MG e dá outras providências
Portaria 191 de 25/04	Dispõe sobre a remessa de processos remanescentes, relativos à Meta 2 do CNJ, à Secretaria Executiva do projeto mutirão Judiciário em Dia
Portaria 199 de 02/05	Institui o Comitê Regional das Tabelas Processuais da Justiça Federal da 1ª Região – Coretab1

Portaria	Assunto
Portaria 207 de 10/05	Altera cronograma de sessões de julgamentos da 2ª Turma Suplementar
Portaria 214 de 11/05	Dispõe sobre a instalação da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Marabá/PA e dá outras providências
Portaria 215 de 11/05	Dispõe sobre a criação da Subseção Judiciária de Redenção/PA, integrada por Vara Federal Única e dá outras providências
Portaria 216 de 11/05	Dispõe sobre a criação da Subseção Judiciária de Manhuaçu/MG, integrada por Vara Federal Única e dá outras providências
Portaria 224 de 17/05	Designa magistrados para coordenação do núcleo de conciliação nas Seções Judiciárias do estado do Acre, do Amapá, do Maranhão, de Mato Grosso, de Rondônia e de Roraima
Portaria 230 de 17/05	Institui grupo de trabalho para coordenar ações destinadas à transferência de unidades do TRF1 para os edifícios que serão desocupados pelo TSE, localizados na Praça dos Tribunais Superiores
Portaria 241 de 16/05	Designa servidores para integrarem a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Diretoria-Geral da Secretaria
Portaria 250 de 31/05	Designa Comissão do XIV Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da 1ª Região
Portaria 255 de 31/05	Dispõe sobre a criação da Subseção Judiciária de Gurupi/TO, integrada por Vara Federal Única e dá outras providências
Portaria 257 de 31/05	Dispõe sobre a criação da Subseção Judiciária de Jataí/GO, integrada por Vara Federal Única e dá outras providências
Portaria 258 de 31/05	Dispõe sobre a criação da Subseção Judiciária de Irecê/BA, integrada por Vara Federal Única e dá outras providências
Portaria 259 de 31/05	Dispõe sobre a criação da Subseção Judiciária de Contagem/MG e dá outras providências
Portaria 271 de 07/06	Designa magistrados para coordenação do núcleo de conciliação nas Seções Judiciárias do estado do Amazonas e de Goiás
Portaria 317 de 08/07	Dispõe sobre a instalação da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Feira de Santana/BA e dá outras providências
Portaria 318 de 08/07	Designa o diretor do Foro da Seccional de Minas Gerais para, de acordo com suas competências, representar a Justiça Federal de Minas Gerais no Conselho das Justiças do estado de Minas Gerais
Portaria 338 de 22/07	Regulamenta a utilização do selo de autenticidade digital no âmbito da 1ª Região
Portaria 351 de 01/08	Define a composição das Turmas Suplementares do projeto mutirão Judiciário em Dia e o calendário de sessões de julgamento, a partir de 08/08/2011

Portaria	Assunto
Portaria 355 de 05/08	Altera a Portaria/Presi/Cenag 37 de 21/01/2011, que torna público o cronograma de pautas das sessões ordinárias dos órgãos fracionários judiciais do TRF 1ª Região para o ano de 2011
Portaria 356 de 05/08	Delega a prática de atos de mero expediente ao diretor da Coordenadoria de Recursos do Tribunal
Portaria 382 de 05/09	Regulamenta a prestação de assistência jurídica gratuita e o cadastro de advogados voluntários no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região
Portaria 386 de 08/09	Dispõe sobre a instalação da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Ipatinga
Portaria 387 de 12/09	Altera a Portaria Presi/Secad 372 que dispõe sobre os turnos de revezamento nas áreas de segurança e transporte no âmbito do TRF1
Portaria 394 de 15/09	Dispõe sobre a criação da Subseção Judiciária de Muriaé/MG
Portaria 396 de 16/09	Designa a desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso como representante dos magistrados no Pro-Social no biênio 2011-2013
Portaria 411 de 26/09	Institui o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do TRF 1ª Região
Portaria 412 de 30/09	Dispõe sobre a implantação do sistema de gravação audiovisual de audiências e sessões de julgamento no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região
Portaria 413 de 30/09	Dispõe sobre os procedimentos de avaliação e eliminação de documentos e processos administrativos e judiciais findos
Portaria 415 de 03/10	Estabelece escala de plantão judicial no âmbito do TRF 1ª Região
Portaria 420 de 10/10	Dispõe sobre a criação da Subseção Judiciária de Laranjal do Jari/AP, integrada por Vara Federal Única e dá outras providências
Portaria 421 de 10/10	Dispõe sobre a criação da Subseção Judiciária de Barra do Garças/MT, integrada por Vara Federal Única e dá outras providências
Portaria 422 de 10/10	Dispõe sobre a criação da Subseção Judiciária de Teixeira de Freitas/BA, integrada por Vara Federal Única e dá outras providências
Portaria 432 de 24/10	Dispõe sobre a implantação do Sistema de Gestão Administrativa Integrada – e-Admin no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região
Portaria 444 de 03/11	Aprova a implantação e determina a utilização do Sistema de Gerenciamento e Controle de Documentos e Processos Administrativos Digitais – e-Sisad, módulo do Sistema de Gestão Administrativa Integrada – e-Admin
Portaria 445 de 03/11	Aprova a implantação e determina a utilização do Sistema de Solicitação de Serviços em Tecnologia da Informação – e-Sosti, módulo do Sistema de Gestão Administrativa Integrada – e-Admin
Portaria 446 de 03/11	Dispõe sobre o recebimento de petições, digitais e físicas, no âmbito do TRF 1ª Região
Portaria 447 de 03/11	Institui Comissão Permanente de Segurança dos Magistrados da 1ª Região

Portaria	Assunto
Portaria 451 de 04/11	Determina a quantidade e o valor de bolsas de estudos para cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> para os servidores da Justiça Federal da 1ª Região
Portaria 456 de 09/11	Dispõe sobre a criação da Subseção Judiciária de Teixeira de Freitas/BA, integrada por Vara Federal Única e dá outras providências
Portaria 457 de 09/11	Dispõe sobre a criação da Subseção Judiciária de Diapoque/AP, integrada por Vara Federal Única e dá outras providências
Portaria 458 de 09/11	Institui o serviço de acompanhamento dos recursos repetitivos e de repercussão geral encaminhados, respectivamente, ao STJ e ao STF pelos tribunais federais
Portaria 461 de 11/11	Dispõe sobre os procedimentos relativos ao sistema de telefonia fixa e móvel no TRF 1ª Região, bem como regulamenta o uso da tecnologia VoIP no âmbito da 1ª Região
Portaria 475 de 22/11	Altera a Portaria/Presi/Secju 446 de 03/11/2011, que dispõe sobre o recebimento de petições, digitais e físicas, no âmbito do TRF 1ª Região
Portaria 480 de 25/11	Institui comissão de desembargadores federais para acompanhamento da execução da obra do edifício-sede do TRF 1ª Região
Portaria 488 de 29/11	Delibera sobre o expediente do plantão judiciário durante o recesso forense na Justiça Federal da 1ª Região
Portaria 494 de 05/12	Delibera sobre o expediente do plantão administrativo durante o recesso forense
Portaria 497 de 09/12	Descentraliza as bases de dados e as aplicações do Processo Digital da 1ª Região – e-Jur na Seção Judiciária do estado do Amapá
Portaria 504 de 13/12	Institui grupo de trabalho com servidores do TRF 1ª Região, da Procuradoria Regional da República da 1ª Região, da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para desenvolvimento da ferramenta <i>Web Service</i> para integração do sistema de peticionamento eletrônico
Portaria 511 de 15/12	Institui comissão para planejamento de assistência judiciária gratuita
Portaria 517 de 19/12	Fixa o valor do auxílio-transporte para os estagiários do TRF1
Portaria 518 de 19/12	Fixa o valor do auxílio financeiro das bolsas de estágio para estudantes
Portaria 520 de 20/12/2011	Dispõe sobre a instalação da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Vitória da Conquista/BA
Portaria 521 de 20/12	Dispõe sobre a instalação da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Santarém/PA
Portaria 522 de 20/12/2011	Dispõe sobre a instalação da 10ª Vara Federal na Seção Judiciária do estado do Pará

### Quadro 31

Instruções normativas atualizadas

Instrução normativa	Assunto	Portaria/Presi
IN-14-08	Administração de veículos	Alterada pela Portaria 506 de 14/12/2011
IN-14-20	Porte de arma de fogo institucional	Revogada pela Resolução 19 de 21/09/2011
IN-18-06	Auxílio-alimentação	Revogada pela Portaria 399 de 16/09/2011
IN-13-05	Auxílio-transporte	Alterada pela Portaria 393 de 14/09/2011
IN-14-10	Serviços de portaria e segurança	Alterada pela Portaria 391 de 13/09/2011
IN-14-11	Viagens a serviço	Alterada pela Portaria 385 de 08/09/2011

#### ► Novas varas da 1ª Região

Foram instaladas 19 varas federais, em continuação ao processo de instalação das 230 varas criadas pela Lei 12.011/2009, das quais 94 destinadas à 1ª Região, sendo 12 em novas subseções judiciárias.

As novas varas e subseções judiciárias foram organizadas de acordo com a Resolução Presi/Cenag 24 de 18/11/2010, com as alterações da Resolução 4 de 17/05/2011.

A 1ª Região chegou ao final de 2011 com 232 varas em funcionamento, sediadas em 14 seções judiciárias e em 63 subseções judiciárias.

Todas as varas foram instaladas em locais adequados, nos melhores imóveis que o município tinha a oferecer, e com as reformas e adaptações necessárias. É fato a necessidade pontual de melhorias, como o caso da Subseção de Parnaíba/PI, que não possui o espaço considerado necessário, contudo, até o momento não há imóveis disponíveis na localidade que permita a readequação das instalações.

Em relação a mobiliário e equipamentos, foram dadas todas as condições para que as seccionais os adquirissem para seu funcionamento adequado. Em relação à área de TI, as compras foram centralizadas no Tribunal, e o quantitativo de equipamentos padronizado de acordo com critérios técnicos. As instalações estão sendo realizadas com todos os equipamentos adquiridos e instalados. Existem problemas pontuais em relação ao *link* de comunicação, como no caso de Irecê/BA que funciona em caráter provisório por falta de estrutura do município, onde está sendo providenciada pela Embratel a expansão da malha da rede lógica da cidade, para ligação definitiva da subseção. Há também dificuldades de velocidade de transmissão nas subseções de Oiapoque e Laranjal do Jari, ambas no Amapá, em razão da ligação ser feita por satélite.

## Quadro 32

Varas instaladas em 2011 – Lei 12.011/2009

UF	Município	Vara	Tipo	Competência	Ato de instalação/ Portaria Presi/ Cenag	Data de instalação
AP	Oiapoque	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto (fronteira)	Cível e criminal	457 de 09/11	02/12
AP	Laranjal do Jari	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto (fronteira)	Cível e criminal	420 de 10/10	25/10
BA	Teixeira de Freitas	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal	456 de 09/11 (422 de 10/10 revogada)	16/12
BA	Irecê	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal	258 de 31/05	30/06
BA	Feira de Santana	2ª Vara Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal	317 de 08/07	15/07
GO	Jataí	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal	257 de 31/05	20/06
GO	Goiânia	15ª Vara Federal	Juizado Especial Federal	Cível	256 de 31/05	21/06
MA	São Luís	10ª Vara Federal	Juizado Especial Federal	Cível	268 de 31/05	28/06
MG	Uberlândia	4ª Vara Federal	Juizado Especial Federal	Cível e criminal	131 de 17/03	25/03
MG	Muriaé	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal	394 de 15/09	23/09
MG	Montes Claros	2ª Vara Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal	187 de 18/04	29/04
MG	Manhuaçu	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal	216 de 11/05	14/06
MG	Ipatinga	2ª Vara Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal	386 de 08/09	22/09
MG	Contagem	1ª Vara Federal	Juizado Especial Federal	Cível e criminal	259 de 31/05	30/06
MG	Contagem	2ª Vara Federal	Juizado Especial Federal	Cível e criminal	259 de 31/05	30/06
MT	Barra do Garças	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal	421 de 10/10	04/11
PA	Redenção	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal	215 de 11/05	20/05
PA	Marabá	2ª Vara Federal	Ambiental e agrária com JEF adjunto cível e criminal	Cível, criminal e execução fiscal	214 de 11/05, alterada pela 229 de 17/05	19/05
TO	Gurupi	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal	255 de 31/05	22/06

### Instalação de subseções judiciárias

Foto Ramón Pereira



Subseção Judiciária de Redenção/PA.



Foto Ramón Pereira

Subseção Judiciária de Manhuaçu/MG.

Foto Leonardo Costa



Subseção Judiciária de Jataí/AP.



Foto Ramón Pereira

Subseção Judiciária de Muriaé/MG.

Foto Ramón Pereira



Subseção Judiciária de Laranjal do Jari/AP.



Foto Carlos Rodrigues

Subseção de Barra do Garças/MT.

Foto Leonardo Costa



Subseção Judiciária do Oiapoque/AP.

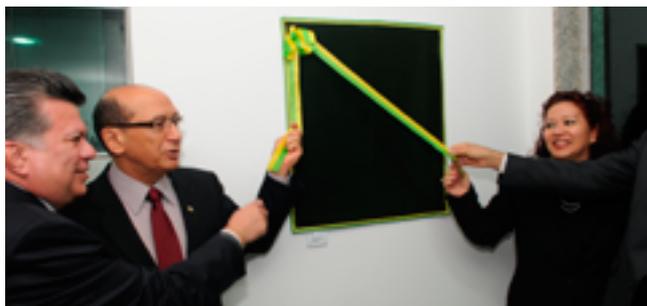


Foto Ramón da Silva

Subseção Judiciária de Teixeira de Freitas/BA.

## ► Acompanhamento parlamentar

**Quadro 33**

Resumo de emendas de interesse da Justiça Federal da 1ª Região ao PL 28/2011 – LOA/2012

SJ	Unidade	Projeto	Emenda	Parlamentar	Valor	Total
MT	Barra do Garças	CES – Barra do Garças	18310005	Wellington Fagundes – PR/MT	100.000,00	100.000,00
	Diamantino	CES – Diamantino	18310006	Wellington Fagundes – PR/MT	100.000,00	100.000,00
	Cáceres	CES – Cáceres	28920002	Pedro Taques – PDT/MT	1.000.000,00	1.000.000,00
	Sinop	CES – Sinop	28920003	Pedro Taques – PDT/MT	1.000.000,00	1.000.000,00
<b>Total Mato Grosso</b>						<b>2.200.000,00</b>
MG	Minas Gerais	CES – Pouso Alegre	14070014	Odair Cunha – PT/MG	300.000,00	300.000,00
RR	Roraima	CES – Boa Vista	71240012	Bancada de Roraima – Construção do edifício-sede de Roraima ficou 21.500.000,00 com o relatório setorial	49.500.000,00	49.500.000,00
		Reforma do edifício-sede – Boa Vista	29200002	Angela Portela – PT/RR	1.000.000,00	
			23190006	Mozarildo Cavalcanti – PTB/RR	1.000.000,00	2.000.000,00
<b>Total Roraima</b>						<b>51.500.000,00</b>

SJ	Unidade	Projeto	Emenda	Parlamentar	Valor	Total
TO	Tocantins	CEA – Palmas	26890010	Ângelo Agnolin – PDT/TO	300.000,00	300.000,00
			26900007	César Halum – PSD/TO	250.000,00	250.000,00
			12010016	Eduardo Gomes – PSDB/TO	400.000,00	400.000,00
			20450009	João Ribeiro – PR/TO	300.000,00	300.000,00
			26920004	Júnior Coimbra – PMDB/TO	300.000,00	300.000,00
			23590002	Kátia Abreu – PSD/TO	300.000,00	300.000,00
			23930008	Laurez Moreira – PSB/TO	100.000,00	100.000,00
			24290010	Lázaro Botelho – PP/TO	200.000,00	200.000,00
			26930005	Professora Dorinha Seabra DEM/TO	300.000,00	300.000,00
			29180009	Vicentinho Alves – PR/TO	300.000,00	300.000,00
			29180015	Vicentinho Alves – PR/TO	500.000,00	500.000,00
<b>Total Tocantins</b>						<b>3.250.000,00</b>
BA	Barreiras	CES – Barreiras	13330005	Antonio C. M. Neto – DEM/BA	150.000,00	150.000,00
	Guanambi	CES – Guanambi	13460005	Fábio Souto – DEM/BA	200.000,00	200.000,00
	Campo Formoso	CES – Campo Formoso	22430011	Joseph Bandeira – PT/BA	400.000,00	400.000,00
	Juazeiro	CES – Juazeiro	22430010	Joseph Bandeira – PT/BA	500.000,00	500.000,00
	Jequié	CES – Jequié	13620011	Josias Gomes – PT/BA	150.000,00	150.000,00
		CES – Jequié	27360017	Amauri Teixeira – PT/BA	250.000,00	250.000,00
		CES – Jequié	27370015	Antonio Brito – PTB/BA	250.000,00	250.000,00
		CES – Jequié	27420004	Félix M. Júnior – PDT/BA	500.000,00	500.000,00
		CES – Jequié	27460008	Lucio Vieira Lima – PMDB/BA	100.000,00	100.000,00
		CES – Jequié	24700010	Roberto Britto – PP/BA	150.000,00	150.000,00
CES – Jequié	28800010	Walter Pinheiro – PT/BA	600.000,00	600.000,00		
<b>Total Bahia</b>						<b>3.250.000,00</b>
<b>Total</b>						<b>60.500.000,00</b>

**Quadro 34**

Proposta de Emenda à Constituição – PEC  
Câmara dos Deputados

PEC	Ementa	Última tramitação
544/2002	Cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões	08/11/2011 – Plenário (Plen.)  Apresentação do Requerimento 3.705/2011, pelo deputado Zeca Dirceu (PT-PR), que: “Requer a inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição 544, de 2002, que “Cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões”
358/2005	Altera dispositivos dos arts. 21, 22, 29, 48, 93, 95, 96, 98, 102, 103-B, 104, 105, 107, 111-A, 114, 115, 120, 123, 124, 125, 128, 129, 130-A e 134 da Constituição Federal, acrescenta os arts. 97-A, 105-A, 111-B e 116-A e dá outras providências  Inclui a necessidade de permanência de três anos no cargo para que o magistrado tenha direito à vitaliciedade na função; proíbe a prática de nepotismo nos tribunais e juízos; altera a composição do STM e incluindo competências para o STF e STJ; instituindo a “súmula impeditiva de recursos”, a ser editada pelo STJ e TST – Reforma do Judiciário. Altera a Constituição Federal de 1988	10/11/2011 – Plenário (Plen.)  Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia 3.768/2011, pela Deputada Celia Rocha (PTB-AL), que: “Inclusão Ordem do Dia da PEC 358/2005”
457/2005	Altera o art. 40 da Constituição Federal, relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	19/10/2011 – Plenário (Plen.)  Apresentação do Requerimento 3.503/2011, pelo deputado Dr. Jorge Silva (PDT-ES), que: “Solicita inclusão na pauta de votações da Proposta de Emenda à Constituição 457/2005, que ‘altera o art. 40 da Constituição Federal, relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”
178/2007	Dá nova redação aos arts. 93, 95 e 103-B da Constituição Federal, para vedar a concessão de aposentadoria como medida disciplinar e estabelecer a perda de cargo de magistrado nos casos de quebra de decoro	31/01/2011 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa)  Apresentação do Requerimento de Constituição de Comissão Especial de PEC 6.763/2010, pelo deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), que: “Solicita a instalação da Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC 178/2007, que dá nova redação aos artigos 93, 95 e 103-B da Constituição Federal, para vedar a concessão de aposentadoria como medida disciplinar e estabelecer a perda de cargo de magistrado nos casos de quebra de decoro”

PEC	Ementa	Última tramitação
3/2007	Altera o inciso XII do art. 93 da Constituição Federal  Explicação da Ementa: Permite férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau. Altera a Constituição Federal de 1988. (férias coletivas)	17/03/2011 – Plenário (Plen.)  Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia 849/2011, pelo deputado Lincoln Portela (PR-MG), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia a PEC 3 de 2007"
210/2007	Altera os arts. 95 e 128 da Constituição Federal, para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do Ministério Público	07/12/2011 – Plenário (Plen.)  Apresentação do Requerimento 4.010/2011, pelo deputado Edivaldo Holanda Junior (PTC-MA), que: "Requer a inclusão na pauta da Ordem do Dia, da Proposta de Emenda à Constituição 210 de 2007, que 'Altera os artigos 95 e 128 da Constituição Federal'"
5/2011	Altera o inciso XV do art. 48 e revoga os incisos VII e VIII do art. 49 para estabelecer que os subsídios do presidente e vice-presidente da República, ministros de Estado, senadores e deputados federais são idênticos aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal	02/03/2011 – Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição 5/2011, pelos deputados Nelson Marquezelli (PTB-SP) e outros, que: "Altera o inciso XV do art. 48 e revoga os incisos VII e VIII do art. 49 para estabelecer que os subsídios do presidente e vice-presidente da República, ministros de Estado, senadores e deputados federais são idênticos aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal"
7/2011	Dá nova redação ao art. 27 do ADCT da Constituição Federal	15/03/2011 – Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição 7/2011, pelos deputados Lourival Mendes (PT do B-MA) e outros, que: "Dá nova redação ao art. 27 do ADCT da Constituição Federal. As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional. Cria o Tribunal Regional Federal da 6ª Região
17/2011	Dá nova redação e acrescenta incisos ao parágrafo único do art. 101 da Constituição Federal, para modificar a forma de indicação dos ministros do Supremo Tribunal Federal	27/04/2011 – Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição 17/2011, pelos deputados Rubens Bueno (PPS-PR) e outros, que: "Dá nova redação e acrescenta incisos ao parágrafo único do art. 101 da Constituição Federal, para modificar a forma de indicação dos ministros do Supremo Tribunal Federal"
25/2011	Dá nova redação ao inciso I do art. 93 e ao § 3º do art. 129, ambos da Constituição Federal, para exigir dos candidatos ao ingresso na magistratura e promotoria de justiça cinco anos de efetiva prática forense	09/05/2011 – Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição 25/2011, pelos deputados Fabio Trad (PMDB-MS) e outros, que: "Dá nova redação ao inciso I do art. 93 e ao §3º do art. 129, ambos da Constituição Federal, para exigir dos candidatos ao ingresso na magistratura e promotoria de justiça cinco anos de efetiva prática forense"

PEC	Ementa	Última tramitação
33/2011	Altera a quantidade mínima de votos de membros de tribunais para declaração de inconstitucionalidade de leis; condiciona o efeito vinculante de súmulas aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal à aprovação pelo Poder Legislativo e submete ao Congresso Nacional a decisão sobre a inconstitucionalidade de emendas à Constituição	24/05/2011 – Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição 33/2011, pelos deputados Nazareno Fonteles (PT-PI) e outros, que: “Altera a quantidade mínima de votos de membros de tribunais para declaração de inconstitucionalidade de leis; condiciona o efeito vinculante de súmulas aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal à aprovação pelo Poder Legislativo e submete ao Congresso Nacional a decisão sobre a inconstitucionalidade de Emendas à Constituição”
45/2011	Revoga as alíneas <i>a</i> , <i>b</i> e <i>e</i> do inciso III e o inciso XI do art. 52, e altera a redação do § 2º do art. 73, do inciso XIV do art. 84, do art. 94, do parágrafo único do art. 101, do parágrafo único do art. 104, do § 2º do art. 103-B, do <i>caput</i> do art. 111-A, do <i>caput</i> do art. 115, do art. 119, e do §1º do art. 120, dos §§ 1º e 2º do art. 128, do <i>caput</i> e § 6º do art. 130-A da Constituição Federal. Explicação: Estabelece que os membros das próprias instituições irão escolher e nomear os novos integrantes	20/06/2011 – Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição 45/2011, pelos deputados Lucio Vieira Lima (PMDB-BA) e outros, que: “Revoga as alíneas <i>a</i> , <i>b</i> e <i>e</i> , do inciso III e o inciso XI do art. 52, e altera a redação do § 2º do art. 73, do inciso XIV do art. 84, do art. 94, do parágrafo único do art. 101, do parágrafo único do art. 104, do § 2º, do art. 103-B, do <i>caput</i> do art. 111-A, do <i>caput</i> do art. 115, do art. 119, e do §1º, do art. 120, dos §§ 1º e 2º do art. 128, do <i>caput</i> e § 6º do art. 130-A da Constituição Federal”
54/2011	Altera o art. 74 da Constituição Federal, dispondo sobre o mandato dos controladores internos de cada Poder e instituição	11/07/2011 – Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição 54/2011, pelos deputados Rubens Bueno (PPS-PR) e outros, que: “Altera ao art. 74 da Constituição Federal, dispondo sobre o mandato dos controladores internos de cada Poder e instituição”
56/2011	Altera as disposições que menciona da Constituição Federal. Explicação: Eleva o limite mínimo de idade para os candidatos ao cargo de presidente e vice-presidente da República, senador, governador e vice-governador de estado e do Distrito Federal e para o de advogado-geral da União. Também eleva o limite mínimo de idade para ingresso nos Tribunais de Contas em todas as esferas e nos Conselhos de Contas de Municípios, na carreira da magistratura, nos tribunais e no Ministério Público. Aumenta o tempo de efetivo exercício para ingresso na carreira da magistratura, nos tribunais e no Ministério Público	12/07/2011 – Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição 56/2011, pelos deputados Vicente Cândido (PT-SP) e outros, que: “Altera as disposições que menciona da Constituição Federal”
77/2011	Acrescenta a alínea <i>e</i> ao inciso II do art. 96 da Constituição Federal, sobre a remuneração mínima dos servidores dos Tribunais de Justiça	30/08/11 – Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição 77/2011, pelos deputados Delegado Protógenes (PC do B-SP) e outros, que: “Acrescenta a alínea <i>e</i> ao inciso II do art. 96 da Constituição Federal, sobre a remuneração mínima dos servidores dos Tribunais de Justiça”

PEC	Ementa	Última tramitação
86/2011	Veda a concessão de aposentadoria compulsória proporcional como pena disciplinar a juízes cuja conduta for considerada, em processo administrativo, civil ou criminal, negligente no cumprimento dos deveres do cargo, incompatível com a dignidade, a honra e o decoro das funções ou cujo proceder funcional seja incompatível com o bom desempenho das atividades do Poder Judiciário	20/09/2011 – Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição 86/2011, pela deputada Dalva Figueiredo (PT-AP) e outros, que: “Veda a concessão de aposentaria compulsória proporcional como pena disciplinar a juízes cuja conduta for considerada, em processo administrativo, civil ou criminal, negligente no cumprimento dos deveres do cargo, incompatível com a dignidade, a honra e o decoro das funções ou cujo proceder funcional seja incompatível com o bom desempenho das atividades do Poder Judiciário”
87/2011	Acresce parágrafo ao art. 94 e dá nova redação ao art. 107 da Constituição Federal, para determinar que, nos tribunais em que o número de integrantes não seja divisível por cinco, o número de vagas do quinto constitucional seja sempre o número inteiro superior à fração obtida	27/09/2011 – Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição 87/2011, pelos deputados Carlos Souza (PP-AM) e outros, que: “Acresce parágrafo ao art. 94 e dá nova redação ao art. 107 da Constituição Federal, para determinar que, nos tribunais em que o número de integrantes não seja divisível por cinco, o número de vagas do quinto constitucional seja sempre o número inteiro superior à fração obtida”
106/2011	Cria a função de “Magistrado Sênior” no Poder Judiciário	01/11/2011 – Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição 106/2011, pelos deputados Dr. Ubiali (PSB-SP) e outros, que: “Cria a função de “Magistrado Sênior” no Poder Judiciário”
107/2011	Altera o art. 109 da Constituição Federal, para possibilitar o deslocamento de competência para a Justiça Federal das causas relativas à atividade de grupos de extermínio	08/11/2011 – Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição 107/2011, pela deputada Manuela D’ávila (PCdoB-RS) e outros, que: “Altera o art. 109 da Constituição Federal, para possibilitar o deslocamento de competência para a Justiça Federal das causas relativas à atividade de grupos de extermínio”

### Quadro 35

Proposta de Emenda à Constituição – PEC  
Senado Federal

PEC	Ementa	Última tramitação
29/2004	Altera a redação dos arts. 105, I, a, e 108, I, c, e d da Constituição Federal, para incluir na competência do Superior Tribunal de Justiça o processo e julgamento de membros do Ministério Público estadual quando se tratar de prática de crimes comuns e de responsabilidade e para submeter aos tribunais regionais federais o processo e julgamento de mandados de segurança e de <i>habeas corpus</i> impetrados contra ato praticado por membro do Ministério Público Federal	22/03/2011 – CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: aguardando designação do relator Ação: recebido nesta Comissão Matéria aguardando distribuição

PEC	Ementa	Última tramitação
12/2006	Acrescenta o § 7º ao art. 100 da Constituição Federal e o art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios	17/08/10 – SEXP – Secretaria de Expediente Ação: recebido neste órgão às 15h27min.
33/2006	Acrescenta parágrafo ao art. 107 da Constituição Federal. (Os tribunais regionais federais constituirão câmaras e varas com competência exclusiva para o julgamento dos crimes contra a administração pública, o sistema financeiro nacional, etc.)	13/06/11 – SSCLSF – SUBSEC. Coordenação Legislativa do Senado Aguardando inclusão na Ordem do Dia Ação: recebido neste órgão, às 16h20 Aguardando inclusão em Ordem do Dia
2/2011	Restabelece o adicional por tempo de serviço, como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do Ministério Público e dá outras providências pertinentes	06/10/2011 – CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aguardando designação do relator Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição. (Tramitam em conjunto as PECs 2, 5 e 68, de 2011)
4/2011	Acrescenta os §§ 2º a 4º ao art. 84 da Constituição Federal, para fixar prazo para o presidente nomear autoridades judiciárias ou enviar os respectivos nomes a deliberação do Senado Federal	21/06/2011 – CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pronta para a pauta na comissão Recebido o relatório do senador Aníbal Diniz, com voto favorável à proposta, com uma emenda que apresenta. Matéria pronta para a pauta na Comissão
9/2011	Modifica o <i>caput</i> e os incisos IV e V do art. 103-B da Constituição Federal para alterar a composição do Conselho Nacional de Justiça, que passará de 15 para 17 membros; alteração do número de desembargador de Tribunal de Justiça na composição do CNJ, que passará de 1 para 2; altera o número de juiz estadual na composição do CNJ, que passará de 1 para 2	28/09/2011 – CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania matéria com a relatoria Juntada a Emenda 1, de autoria do senador Rodrigo Rollemberg (fls. 9 a 13) Encaminhado ao senador Pedro Taques, para emitir relatório
26/2011	Altera o art. 93 da Constituição Federal para dispor que as aposentadorias dos magistrados dar-se-ão com proventos integrais, sendo concedidas e pagas pelos tribunais, assegurada a paridade das pensões, mediante o ressarcimento dos valores pela previdência social, e observado, no que couber, o disposto no art. 40 desta Constituição Federal	14/04/2011 – CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Aguardando designação do relator Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição

PEC	Ementa	Última tramitação
26/2011	Altera o art. 93 da Constituição Federal para dispor que as aposentadorias dos magistrados dar-se-ão com proventos integrais, sendo concedidas e pagas pelos tribunais, assegurada a paridade das pensões, mediante o ressarcimento dos valores pela previdência social, e observado, no que couber, o disposto no art. 40 desta Constituição Federal	14/04/2011 – CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aguardando designação do relator Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição
53/2011	Altera a redação do art. 93 da Constituição Federal, que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura, para excluir a pena de aposentadoria e a aposentadoria por interesse público de magistrados	15/06/2011 – CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Aguardando designação do relator Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição
66/2011	Altera a redação do inciso I do art. 109 da Constituição Federal para deslocar para a Justiça Federal a competência para julgamento das causas relativas a acidentes de trabalho em que forem interessadas (na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes) a União, entidade autárquica ou empresa pública federal	08/07/2011 – CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aguardando designação do relator Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição
86/2011	Acrescenta os §§ 11 e 12 ao art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, que deverá ser instalado no prazo de seis meses a contar da promulgação da Emenda Constitucional, composto na forma do art. 107 da Constituição Federal	01/09/2011 – CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aguardando designação do relator Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição
97/2011	Dá nova redação ao art. 102 e ao art. 103-B da Constituição Federal, que dispõem sobre a competência do Supremo Tribunal Federal e sobre o Conselho Nacional de Justiça, para explicitar as competências do Conselho Nacional de Justiça, da Corregedoria Nacional de Justiça e dá outras providências	22/12/2011 – CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Audiência pública Matéria aguardando realização de audiência pública, de acordo com o Requerimento 94, de 2011-CCJ, de iniciativa do senador Demóstenes Torres, aprovado em 19 de outubro de 2011

PEC	Ementa	Última tramitação
117/2011	Altera o art. 104 da Constituição Federal, que dispõe sobre a composição do Superior Tribunal de Justiça – STJ, para estabelecer que: a) as vagas destinadas a juízes dos tribunais regionais federais e a desembargadores dos tribunais de justiça deverão ser preenchidas por magistrados de carreira; e b) as vagas destinadas ao Ministério Público sejam preenchidas ora por membros oriundos do Ministério Público Federal, ora por membros oriundos do Ministério Público Estadual. Assunto: Organização político-administrativa do Estado – Administrativo	01/12/2011 – CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Aguardando designação do relator Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição
119/2011	Altera a redação do <i>caput</i> do art. 104 da Constituição Federal para modificar a composição do Superior Tribunal de Justiça – STJ – de, no mínimo, 33 ministros para, no mínimo, 43 ministros	07/12/2011 – CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Aguardando designação do relator Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição

### ► Ações socioambientais

O Programa Socioambiental realizou diversas ações, cabendo destacar:

- revitalização do programa, por meio de medidas voltadas à redução dos impactos ambientais gerados pelas atividades desenvolvidas pelo TRF; disseminação de práticas sustentáveis, objetivando fomentar uma cultura institucional do melhor uso dos recursos materiais; definição de nova denominação do programa (Justiça Sustentável – nome selecionado entre as sugestões dos servidores após realização de enquete); e edição de vídeos de temática ambiental (elaborados roteiros para a gravação de dois minivídeos voltados à mudança de atitudes, visando a minorar os impactos ambientais das atividades realizadas por esta Corte);

- separação de materiais, para melhor destinação, identificando aqueles considerados resíduos recicláveis danosos à saúde e ao meio ambiente, tais como cartuchos de tóner de copiadoras e impressoras e lâmpadas fluorescentes;



Foto: Frassinete Galvão

Reunião da Comissão Socioambiental.

- destinação de resíduos não tóxicos às cooperativas de catadores. A partir de agosto foi instituído novo procedimento de habilitação de cooperativas/associações de catadores de materiais recicláveis, visando à coleta seletiva dos resíduos gerados no TRF. Consequentemente, foi firmado com a Associação Pré-Cooperativista dos Catadores e Recicladores de Resíduos Sólidos de Brasília/DF – Aporb o Termo de Compromisso 1/2011;

• disseminação de práticas sustentáveis, objetivando fomentar uma cultura institucional do melhor uso dos recursos materiais. Para tanto, foram realizadas, em datas comemorativas, algumas ações pontuais de cunho ambiental: Semana do Meio Ambiente (junho), quando foram distribuídas sementes de árvores nativas do cerrado e sacolinhas para recolhimento de resíduos em veículos; Semana da Árvore (setembro), com doação de mudas nativas de espécies do cerrado; montagem de oficinas de confecção de artesanato com material reciclado, em parceria com o Programa Vida Legal (outubro – Semana do Servidor); e campanha pelo consumo consciente de papel, com a montagem da Árvore do Consumo Sustentável (novembro – Semana do Descarte Central).



Foto: Ramon Pereira

Árvore da consciência verde – Semana da Árvore.

## Magistrados da 1ª Região

### ► Nova composição do Tribunal

Em 2011, dois desembargadores federais tomaram posse em vagas destinadas ao quinto constitucional. O advogado Kássio Nunes Marques e o procurador da República Néviton de Oliveira Batista Guedes foram empossados pelo presidente do TRF 1ª Região nos dias 12/05 e 12/07, respectivamente.

O desembargador federal Néviton Guedes foi nomeado pela presidenta Dilma Rousseff no dia 13 de junho e ocupou a vaga deixada pela então desembargadora federal Maria Isabel Gallotti, que assumiu o cargo de ministra do Superior Tribunal de Justiça. Ele passou a integrar a 1ª Turma do Tribunal, responsável pelo julgamento de processos na área previdenciária. O desembargador federal Kássio Marques foi nomeado em 19 de abril e ingressou no Tribunal em decorrência da aposentadoria do desembargador federal Carlos Fernando Mathias de Souza. O magistrado também atua na 1ª Turma.



Fotos: Luiz Xavier

Desembargador federal Kássio Marques e desembargador federal Néviton Guedes recebem do presidente Olindo Menezes o Colar do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria.

### ► Assuntos da magistratura

A magistratura federal da 1ª Região chegou ao final de 2011 com um quadro de 464 cargos de juiz federal e juiz federal substituto, estando 400 providos e 64 vagos, conforme demonstra o quadro a seguir.

#### Quadro 36

Juízes federais e juízes federais substitutos da 1ª Região

Seção judiciária	Cargos de juiz federal			Cargos de juiz federal substituto		
	Providos	Vagos	Total	Providos	Vagos	Total
AC	4		4	3	1	4
AM	8		8	5	3	8
AP	5		5	3	2	5
BA	37		37	28	9	37
DF	27		27	23	4	27
GO	22		22	16	6	22
MA	13		13	8	5	13
MG	65		65	50	15	65
MT	12		12	8	4	12
PA	15		15	6	9	15
PI	9		9	8	1	9
RO	6	1	7	5	2	7
RR	3		3	2	1	3
TO	5		5	4	1	5
<b>Total</b>	<b>231</b>	<b>1</b>	<b>232</b>	<b>169</b>	<b>63</b>	<b>232</b>

Dois magistrados foram aposentados em 2011, o juiz federal Francisco Martins Ferreira, a partir de 31 de agosto, e a juíza federal Vera Maria Louzada Velozo, em 3 de março. Não houve vitaliciamento de juiz federal substituto.

► **Movimentação de magistrados****Quadro 37**

Quantitativo de movimentações de magistrados

Ocorrência	Juiz federal	Juiz federal substituto	Total
Remoção	53	5	58
Permuta	2	-	2
Promoção	-	23	23

**Quadro 38**

Remoção de juiz federal

Juiz federal	Origem	Destino
Ailton Schramm de Rocha	Vara Única da Subseção Judiciária de Guajará-Mirim	Vara Única da Subseção Judiciária de Paulo Afonso
Aníbal Magalhães da Cruz Matos	Vara Única da Subseção Judiciária de Araguaína	Vara Única da Subseção Judiciária de Manhuaçu
Arthur Pinheiro Chaves	3ª Vara da Seção Judiciária de Rondônia	8ª Vara da Seção Judiciária do Pará
Atanair Nasser Ribeiro Lopes	Vara Única da Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso	1ª Vara da Subseção Judiciária de Divinópolis
Brunno Christiano Carvalho Cardoso	4ª Vara da Seção Judiciária de Rondônia	Vara Única da Subseção Judiciária de Floriano
Carlos Alberto Gomes da Silva	3ª Vara da Seção Judiciária de Roraima	Vara Única da Subseção Judiciária de Teixeira de Freitas
Carlos Geraldo Teixeira	Vara Única da Subseção Judiciária de Passos	Vara Única da Subseção Judiciária de Lavras
Carlos Roberto Alves dos Santos	Vara Única da Subseção Judiciária de Anápolis	Vara Única da Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia
Carmen Elizângela Dias Moreira de Resende	2ª Vara da Seção Judiciária de Rondônia	1ª Vara da Subseção Judiciária de Ipatinga
Cristiane Miranda Botelho	Vara Única da Subseção Judiciária de São João del-Rei	2ª Vara da Subseção Judiciária de Contagem
Cristiane Pederzolli Rentzsch	Vara Única da Subseção Judiciária de Araguaína	2ª Vara da Seção Judiciária do Acre
Cristiano Miranda de Santana	Vara Única da Subseção Judiciária de Campo Formoso	Vara Única da Subseção Judiciária de Alagoinhas

Juiz federal	Origem	Destino
Dayana de Azevedo Bião de Souza	Vara Única da Subseção Judiciária de Irecê	Vara Única da Subseção Judiciária de Itabuna
Durval Carneiro Neto	Vara Única da Subseção Judiciária de Juazeiro	2ª Vara da Subseção Judiciária de Feira de Santana
Élcio Arruda	3ª Vara da Seção Judiciária de Rondônia	Vara Única da Subseção Judiciária de Passos
Fábio Rogério França Souza	Vara Única da Subseção Judiciária de Paulo Afonso	2ª Vara da Subseção Judiciária de Vitória da Conquista
Fernando Cleber de Araújo Gomes	Vara Única da Subseção Judiciária de Tabatinga	Vara Única da Subseção Judiciária de Barra do Garças
Francisco de Assis Garcês Castro Júnior	1ª Vara da Subseção Judiciária de Santarém	2ª Vara da Subseção Judiciária de Pouso Alegre
Francisco Renato Codevila Pinheiro Filho	Vara Única da Subseção Judiciária de Rio Verde	4ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas
Iolete Maria Fialho de Oliveira	Vara Única da Subseção Judiciária de Barreiras	Vara Única da Subseção Judiciária de Rio Verde
Ivanir César Ireno Júnior	Vara Única da Subseção Judiciária de Tabatinga	2ª Vara da Subseção Judiciária de Montes Claros
Jorge Gustavo Serra de Macêdo Costa	1ª Vara da Subseção Judiciária de Divinópolis	34ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
José Airton de Aguiar Portela	4ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas	2ª Vara da Subseção Judiciária de Santarém
José Alexandre Franco	6ª Vara da Seção Judiciária do Pará	1ª Vara da Subseção Judiciária de Juiz de Fora
José Godinho Filho	2ª Vara da Seção Judiciária de Tocantins	Vara Única da Subseção Judiciária de Anápolis
Lelis Gonçalves Souza	1ª Vara da Subseção Judiciária de Uberaba	4ª Vara da Subseção Judiciária de Uberlândia
Leonardo Tocchetto Pauperio	Vara Única da Subseção Judiciária de Diápoque	Vara Única da Subseção Judiciária de Irecê
Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo	3ª Vara da Seção Judiciária do Amapá	10ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão
Lucyana Said Daibes Pereira	Vara Única da Subseção Judiciária de Altamira	Vara Única da Subseção Judiciária de Paragominas

Juiz federal	Origem	Destino
Maízia Seal Carvalho Pamponet	Vara Única da Subseção Judiciária de Itabuna	22ª Vara da Seção Judiciária da Bahia
Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto	2ª Vara da Seção Judiciária do Acre	Vara Única da Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso
Marcelo Motta de Oliveira	Vara Única da Subseção Judiciária de Guanambi	Vara Única da Subseção Judiciária de Muriaé
Marcelo Rebello Pinheiro	4ª Vara da Seção Judiciária de Rondônia	1ª Vara da Subseção Judiciária de Pouso Alegre
Márcio Barbosa Maia	22ª Vara da Seção Judiciária da Bahia	16ª Vara da Seção Judiciária de Goiás
Márcio Flávio Mafra Leal	Vara Única da Subseção Judiciária de Eunápolis	15ª Vara da Seção Judiciária da Bahia
Marcio Sá Araújo	Vara Única da Subseção Judiciária de Laranjal do Jari	2ª Vara da Subseção Judiciária de Imperatriz
Marcos Silva Rosa	2ª Vara da Subseção Judiciária de Marabá	3ª Vara da Seção Judiciária de Roraima
Maria Helena Carreira Alvim Ribeiro	1ª Vara da Subseção Judiciária de Juiz de Fora	4ª Vara da Subseção Judiciária de Juiz de Fora
Mauro Rezende de Azevedo	Vara Única da Subseção Judiciária de Diamantino	Vara Única da Subseção Judiciária de Eunápolis
Osmar Vaz de Mello da Fonseca Júnior	1ª Vara da Subseção Judiciária de Ipatinga	1ª Vara da Subseção Judiciária de Uberaba
Paulo Ernane Moreira Barros	Vara Única da Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia	15ª Vara da Seção Judiciária de Goiás
Regina Maria de Souza Torres	Vara Única da Subseção Judiciária de Lavras	1ª Vara da Subseção Judiciária de Contagem
Ricardo Augusto de Sales	Vara Única da Subseção Judiciária de Tabatinga	8ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas
Rodrigo de Godoy Mendes	Vara Única da Subseção Judiciária de Guajará-Mirim	2ª Vara da Seção Judiciária de Rondônia
Rodrigo Pinheiro do Nascimento	Vara Única da Subseção Judiciária de Cáceres	Vara Única da Subseção Judiciária de Campo Formoso
Rodrigo Rigamonte Fonseca	Vara Única da Subseção Judiciária de Guajará-Mirim	Vara Única da Subseção Judiciária de Guanambi

Juiz federal	Origem	Destino
Ronaldo Santos de Oliveira	8ª Vara da Seção Judiciária do Pará	2ª Vara da Subseção Judiciária de Ipatinga
Rubem Lima de Paula Filho	Vara Única da Subseção Judiciária de Redenção	10ª Vara da Seção Judiciária do Pará
Ruy Dias de Souza Filho	Vara Única da Subseção Judiciária de Altamira	8ª Vara da Seção Judiciária do Pará
Ruy Dias de Souza Filho	8ª Vara da Seção Judiciária do Pará	6ª Vara da Seção Judiciária do Pará
Sidiny Garcia Filho	1ª Vara da Subseção Judiciária de Pouso Alegre	Vara Única da Subseção Judiciária de São João del-Rei
Waldemar Claudio de Carvalho	4ª Vara da Seção Judiciária do Acre	2ª Vara da Seção Judiciária do Tocantins
Warney Paulo Nery Araujo	Vara Única da Subseção Judiciária de Ji-Paraná	Vara Única da Subseção Judiciária de Jataí

### Quadro 39

Remoção de juiz federal substituto

Juiz federal substituto	Origem	Destino
Carina Cátia Bastos de Senna	4ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão	10ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão
José Maurício Lourenço	2ª Vara da Subseção Judiciária de Governador Valadares	2ª Vara da Subseção Judiciária de Contagem
José Renato Rodrigues *	Vara Única da Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso	4ª Vara da Subseção Judiciária de Uberlândia
Luiz Cláudio Lima Viana	Vara Única da Subseção Judiciária de Passos	1ª Vara da Subseção Judiciária de Contagem
Náiber Pontes de Almeida	19ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal	15ª Vara da Seção Judiciária de Goiás

### Quadro 40

Remoção de magistrado para outra região

Juiz federal substituto	Origem	Destino
José Renato Rodrigues	4ª Vara da Subseção Judiciária de Uberlândia	3ª Região

### Quadro 41

Permuta de magistrados entre regiões

Juiz federal	Origem	Destino
Anamaria Reys Resende	Vara Única da Subseção Judiciária de Sete Lagoas	2ª Região
Ana Paula Rodrigues Mathias Nunes	2ª Região	Vara Única da Subseção Judiciária de Sete Lagoas

### Quadro 42

Promoção de magistrados na 1ª Região

Juiz federal	Cargo	Titularização
Ricardo Augusto de Sales	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Tabatinga
Arthur Pinheiro Chaves	Juiz federal	3ª Vara da Seção Judiciária de Rondônia
Brunno Christiano Carvalho Cardoso	Juiz federal	4ª Vara da Seção Judiciária de Rondônia
Carlos Alberto Gomes da Silva	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Teixeira de Freitas
Dayana de Azevedo Bião de Souza	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Irecê
Eduardo Gomes Carqueija	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Juazeiro
Fabiano Verli	Juiz federal	3ª Vara da Seção Judiciária do Amapá
Fernando Cleber de Araújo Gomes	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Barra do Garças
Marcio José de Aguiar Barbosa	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Gurupi
Marcos Silva Rosa	Juiz federal	3ª Vara da Seção Judiciária de Roraima
Newton Pereira Ramos Neto	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Imperatriz
Roberto Carlos de Oliveira	Juiz federal	4ª Vara da Seção Judiciária do Acre
Rodrigo Pinheiro do Nascimento	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Cáceres
Rodrigo Rigamonte Fonseca	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Guanambi
Rubem Lima de Paula Filho	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Redenção
Vanessa Curti Perenha Gasques	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Diamantino
Ailton Schramm de Rocha	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Guarajá-Mirim
Cristiane Pederzoli Rentzsch	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Araguaína
Leonardo Tocchetto Pauperio	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Oiapoque
Lilian Oliveira da Costa Tourinho	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Ji-Paraná
Lucyana Said Daibes Pereira	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Altamira
Marcio Sá Araújo	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Laranjal de Jari
Nair Cristina Corado Pimenta de Castro	Juiz federal	2ª Vara da Subseção Judiciária de Marabá

### Quadro 43

Diretores e vice-diretores das seções judiciárias da 1ª Região

Nome	Função	Portaria	Data de publicação	SJ
Waldemar Claudio de Carvalho – até 28/06/2011	Diretor do Foro	234	17/06/2010	AC
Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto – a partir de 29/06/2011	Diretor do Foro	294	29/06/2011	AC
Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto – até 28/06/2011	Vice-diretor do Foro	234	17/06/2011	AC
Régis de Souza Araújo – a partir de 29/06/2011	Vice-diretor do Foro	294	29/06/2011	AC
Jaiza Maria Pinto Fraxe	Diretora do Foro	234	17/06/2010	AM
Maria Lúcia Gomes de Souza	Vice-diretora do Foro	234	17/06/2010	AM
Anselmo Gonçalves da Silva	Diretor do Foro	234	17/06/2010	AP
João Bosco Costa Soares da Silva	Vice-diretor do Foro	234	17/06/2010	AP
Cynthia de Araújo Lima Lopes	Diretora do Foro	234	17/06/2010	BA
César Cintra Jatahy Fonseca	Vice-diretor do Foro	234	17/06/2010	BA
Daniele Maranhão Costa	Diretora do Foro	234	17/06/2010	DF
Ricardo Gonçalves Da Rocha Castro	Vice-diretor do Foro	234	17/06/2010	DF
Carlos Augusto Tôrres Nobre	Diretor do Foro	234	17/06/2010	GO
Mark Yshida Brandão	Vice-diretor do Foro	234	17/06/2010	GO
José Carlos do Vale Madeira	Diretor do Foro	234	17/06/2010	MA
Clemência Maria Almada Lima de Ângelo	Vice-diretora do Foro	234	17/06/2010	MA
Itelmar Raydan Evangelista	Diretor do Foro	234	17/06/2010	MG
Guilherme Mendonça Doehler	Vice-diretor do Foro	234	17/06/2010	MG
José Pires da Cunha	Diretor do Foro	271	20/07/2010	MT
Rodrigo Navarro de Oliveira	Vice-diretor do Foro	271	20/07/2010	MT
Daniel Santos Rocha Sobral	Diretor do Foro	234	17/06/2010	PA
Carlos Eduardo Castro Martins	Vice-diretor do Foro	487	03/12/2010	PA
Carlos Augusto Pires Brandão	Diretor do Foro	234	17/06/2010	PI
Marcelo Carvalho Cavalcante de Oliveira	Vice-diretor do Foro	234	17/06/2010	PI
Herculano Martins Nacif	Diretor do Foro	234	17/06/2010	RO
Francisco Martins Ferreira – até 31/08/2011	Vice-diretor do Foro	271	20/07/2010	RO
Rodrigo de Godoy Mendes – a partir de 27/10/2011	Vice-diretor do Foro	435	27/10/2011	RO
Helder Girão Barreto	Diretor do Foro	234	17/06/2010	RR
Leandro Saon da Conceição Bianco	Vice-diretor do Foro	487	03/12/2010	RR
José Godinho Filho – até 28/06/2011	Diretor do Foro	234	17/06/2010	TO

Nome	Função	Portaria	Data de publicação	SJ
Marcelo Velasco Nascimento Albernaz – a partir de 29/06/2011	Diretor do Foro	294	29/06/2011	TO
Marcelo Velasco Nascimento Albernaz – até 28/06/2011	Vice-diretor do Foro	234	17/06/2010	TO
Waldemar Claudio de Carvalho – a partir de 29/06/2011	Vice-diretor do Foro	294	29/06/2011	TO

### Quadro 44

Magistrados convocados para gabinete de desembargador federal

Desembargador federal	Juiz convocado	Seção judiciária*
Olindo Menezes Presidente	César Cintra Jatagy Fonseca	Bahia
	José Alexandre Franco	Minas Gerais
	Saulo José Casali Bahia	Bahia
José Amilcar Machado Vice-presidente	Luciana Pinheiro Costa Mayer Soares	Minas Gerais
	Mark Yshida Brandão	Goiás
Cândido Ribeiro Corregedor regional	Antonio Oswaldo Scarpa	Bahia
	César Cintra Jatagy Fonseca	Bahia
	Kátia Balbino de Carvalho Ferreira	Distrito Federal
	Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo	Maranhão
Tourinho Neto	Itagiba Catta Preta Neto	Distrito Federal
	Maria Lúcia Gomes de Souza	Amazonas
Catão Alves	Antonio Claudio Macedo da Silva	Distrito Federal
	Eduardo José Corrêa	Minas Gerais
	Marcos Augusto de Sousa	Distrito Federal
Assusete Magalhães	Klaus Kuschel	Minas Gerais
	Murilo Fernandes de Almeida	Minas Gerais
Jirair Aram Meguerian	Francisco Neves da Cunha	Distrito Federal
Mário César Ribeiro	Klaus Kuschel	Minas Gerais
Tolentino Amaral	Renato Martins Prates	Minas Gerais
Hilton Queiroz	Marcus Vinícius Reis Bastos	Distrito Federal
Carlos Moreira Alves	Antonio Claudio Macedo da Silva	Distrito Federal
	Marcos Augusto de Sousa	Distrito Federal
I'talo Mendes	Clemência Maria Almada Lima de Ângelo	Maranhão

Desembargador federal	Juiz convocado	Seção judiciária*
Carlos Olavo	Evaldo de Oliveira Fernandes, filho	Minas Gerais
	Guilherme Mendonça Doehler	Minas Gerais
Daniel Paes Ribeiro	Cesar Augusto Bearsi	Mato Grosso
João Batista Moreira	Evaldo de Oliveira Fernandes, filho	Minas Gerais
	Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves	Minas Gerais
Souza Prudente	Francisco Neves da Cunha	Distrito Federal
Selene Almeida	Alexandre Jorge Fontes Laranjeira	Distrito Federal
Fagundes de Deus	Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves	Minas Gerais
	Renato Martins Prates	Minas Gerais
Maria do Carmo Cardoso	Ubirajara Teixeira	Amazonas
Leomar Amorim	Cleberson José Rocha	Tocantins
Neuza Alves	Carlos Eduardo Castro Martins	Pará
	Hind Ghassan Kayath	Pará
Francisco de Assis Betti	Cláudio José Coelho Costa	Minas Gerais
	José Henrique Guaracy Rebêlo	Minas Gerais
	Renato Martins Prates	Minas Gerais
Reynaldo Fonseca	Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas	Distrito Federal
Ângela Catão	Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes	Minas Gerais
	Regivano Fiorindo	Pará
Mônica Sifuentes	Hind Ghassan Kayath	Pará

Lotação em 31/12/2011

## Quadro 45

Magistrados convocados para gabinete vago de desembargador federal

Desembargador federal substituído	Juiz federal	Lotação
Carlos Fernando Mathias (aposentado)	Marcos Augusto de Sousa	Distrito Federal
	Rodrigo Navarro de Oliveira	Mato Grosso
Maria Isabel Gallotti (promovida ao STJ)	Charles Renaud Frazão de Moraes	Mato Grosso

### ► Concurso público para a magistratura da 1ª Região

Em parceria com o Cespe/UnB, foi iniciado o XIV Concurso Público para Juiz Federal Substituto da 1ª Região, com a realização da 1ª etapa – prova objetiva seletiva, em 16 de outubro de 2011. Nesta etapa, foram aprovados e convocados 354 candidatos para a realização da 2ª etapa – provas escritas. O concurso deverá ser concluído no primeiro semestre de 2012.

**Quadro 46**

XIV Concurso para Juiz Federal Substituto

Cidade	Inscritos	Aprovados na prova objetiva	Convocados provas escritas
Belém	401	8	8
Belo Horizonte	1.924	101	101
Boa Vista	99	1	1
Brasília	2.191	116	116
Cuiabá	331	12	12
Goiânia	652	18	18
Macapá	86		
Manaus	320	5	5
Palmas	119	4	4
Porto Velho	131	3	3
Rio Branco	88	2	2
Salvador	1.305	60	60
São Luís	345	7	7
Teresina	382	17	17
<b>Total</b>	<b>8.374</b>	<b>354</b>	<b>354</b>

**► Relatórios eletrônicos**

Em continuidade à reorganização e modernização da Assessoria de Assuntos da Magistratura, novas informações têm sido disponibilizadas para consultas na página eletrônica do Tribunal. Até o final de 2011, já estavam disponíveis os seguintes relatórios:

- presidentes, vice-presidentes e corregedores do TRF: relação histórica dos dirigentes do Tribunal;
- magistrados convocados: relação dos magistrados convocados para o TRF e para outros órgãos;
- lista de antiguidade dos juízes federais (atualizada nos meses de julho e dezembro);
- diretorias do foro e das subseções judiciárias;
- composição das turmas recursais;
- composição da Coordenação dos Juizados Especiais Federais;
- composição das comissões do Tribunal: relação dos membros da Comissão de Acervo Jurídico, da Comissão de Jurisprudência, da Comissão de Regimento, da Comissão de Concurso Público para o cargo de Juiz Federal Substituto na 1ª Região, da Comissão do Colar e Medalha Ministro Nelson Hungria, bem como da Diretoria da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região e da Turma Nacional de Uniformização;
- lotação dos juízes federais e dos juízes federais substitutos (informação da seção, subseção e, inclusive, da vara);

- composição do Sistema de Conciliação da 1ª Região Sistcon: relação, por lotação, dos coordenadores, coordenadores adjuntos e todos os magistrados designados, por meio de ato do presidente, para presidir audiências nos núcleos regionais dos diversos centros judiciários de solução de conflitos e cidadania;

- membros do TRE: relação de juízes federais membros dos TREs.

Além desses, no sistema Sarh, consta também o relatório de afastamentos dos desembargadores federais (por motivo de férias, licenças médicas, para curso, entre outras); magistrados convocados, com o desembargador substituído e o período da convocação.

### Corpo funcional da 1ª Região

#### ► Política de gestão de pessoas

O alcance dos resultados institucionais passa por uma política de gestão de pessoas participativa, empreendedora e direcionada para as necessi-

dades dos magistrados e servidores de toda a 1ª Região.

Ela deve pautar suas ações pelo respeito e pelo bom atendimento às pessoas para conciliação de seus interesses, experiências e expectativas com os objetivos estratégicos da instituição.

As páginas que se seguem registram as atividades realizadas no segmento de recursos humanos, no exercício de 2011.

O caminho para melhores resultados iniciou-se com a criação de um clima organizacional saudável, harmonioso, integrado, que gerou oportunidade de maior integração, abertura e comprometimento, tanto dos dirigentes como dos servidores.

Em decorrência dessa contextualização, alguns procedimentos de trabalho foram modificados e algumas práticas discutidas e revisadas. Todas as iniciativas da área de recursos humanos focalizaram prioritariamente o ser humano, em sua integralidade.

### Quadro 47

Força de trabalho da 1ª Região

Local	Efetivos	Requisitados	Sem vínculo	Cedidos/removidos
TRF	887	238	38	27
Seccionais	5.819	535	10	259
<b>Total</b>	<b>6.706</b>	<b>773</b>	<b>48</b>	<b>286</b>

### Quadro 48

Aposentados e pensionistas da 1ª Região

Local	Aposentados	Pensionistas
TRF	88	22
Seccionais	704	315
<b>Total</b>	<b>792</b>	<b>337</b>

**Quadro 49**

Movimentação de pessoal

Tipo	Forma	TRF	Seccionais
Provimento	Nomeação	7	325
	Redistribuição		
	Requisição/exercício provisório	17	130
	Remoção	6	188
	<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>643</b>
Vacância	Aposentadoria	14	38
	Exoneração	1	8
	Redistribuição		
	Falecimento		4
	Posse em cargo inacumulável	3	70
	Cessão/exercício provisório	20	133
	Remoção	3	192
	<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>445</b>

**Quadro 50**

Atos de servidor

Tipo	Quantitativos
Publicações de atos de nomeação	664
Publicações de atos de exoneração/vacância	99
Publicações de atos de remoção	214
Solicitações de prorrogação de cessão	417
Designação de função comissionada	771
Dispensa de função comissionada	225
Substituições de função comissionada	1.171
Interrupções de férias	189
Pagamentos de aposentadorias e pensões	98 inativos e 22 pensionistas (pensão civil)
Atos de concessão e/ou retificação de aposentadoria	67
Atos de concessão, cancelamento e/ou retificação de pensão	22
Despachos de concessão e/ou indeferimento de abono permanência	14

Tipo	Quantitativos
Apostila de revisão de aposentadoria	15
Despachos de indeferimento (aposentadoria, pensão, revisão e/ou reversão)	3
Apostilas de revisão de pensão	9
Formulários de concessão de aposentadorias e pensões (Fichas para o TCU)	70
Recadastramento de aposentados e pensionistas	110
Deferimentos de isenção de imposto de renda	3

### Quadro 51

#### Concessão de auxílios

Auxílio	Quantitativo
Alimentação	13.125
Transporte	397
Pré-escolar	2.298

### Quadro 52

#### Concessão de benefícios

Tipo	Processos analisados
Ajuda de custo para mudança de domicílio	14
Averbação	50
Licença para acompanhar cônjuge ou companheiro	38
Licença para capacitação/atividades afins	44
Licença para tratar de interesses particulares	10
Redistribuição	62
Cessão de servidor	12
Adicional de atividades penosas	7
Auxílio-natalidade	19
Vantagem pessoal	28
Conversão de férias em abono pecuniário	11
Concessão de auxílio-moradia	5
Concessão de auxílio-funeral	2

Tipo	Processos analisados
Remoção	66
Licença-prêmio/pecúnia	71

### ► Concurso público

Em parceria com a Fundação Carlos Chagas, foi realizado o V Concurso Público destinado ao provimento de cargos do Quadro de Pessoal do TRF e das seccionais da 1ª Região, com validade de dois anos.

### Quadro 53

V Concurso Público

	Cargo	Vagas	Aprovados	Nomeados (até dez./2011)
Analista Judiciário	Área judiciária	Cadastro de reserva	3.877	91
	Área administrativa	Cadastro de reserva	756	15
	Área judiciária – especialidade execução de mandados	Cadastro de reserva	2.698	25
	Área apoio especializado – especialidade contadoria	1	11	2
Técnico Judiciário	Área administrativa	Cadastro de reserva	4.154	82
	Área administrativa – especialidade segurança e transporte	Cadastro de reserva	447	5
	Área apoio especializado operação de computador	1	10	1

Para melhor integrar os novos servidores no TRF e nas seções judiciárias vinculadas, foi elaborado o *Guia de Boas-Vindas da 1ª Região* e disponibilizado curso *on-line* “Ambientação na Justiça Federal da 1ª Região”.

### ► Lotação e acompanhamento funcional

Foram realizadas 37 movimentações internas de servidores.

### Quadro 54

Lotação de servidores em funções comissionadas

Cargo	Unidade de lotação inicial	Quantitativo
Técnico judiciário (área administrativa)	Gabin	2
	Secre	3
	Secju	2
	Corej	1

Cargo	Unidade de lotação inicial	Quantitativo
Analista judiciário (área administrativa)	Secre	1
	Secad	2
Analista judiciário (área judiciária)	Secju	1
	JF/DF	1
Total		13

### Quadro 55

Processo seletivo para lotação de servidores em funções comissionadas

Recrutamento e seleção	Vagas	Participantes
Processos seletivos solicitados	68	358

#### ► Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho Funcional – Siades

Regulamentado pelas Resoluções 43/2008 e 107/2010 do Conselho da Justiça Federal, o Siades é o sistema de gestão de desempenho funcional dos servidores do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º grau para aprovação no estágio probatório, bem como para progressão funcional e promoção. Com essa finalidade, foram avaliados 185 servidores, dos quais 85 foram considerados aptos à promoção/progressão, tendo sido emitidas 21 portarias.

#### ► Programa de estágio

O Tribunal possui programa de estágio para estudantes de nível médio e superior, conforme diretrizes da Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008. Em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola – Ciee, os estagiários da 1ª Região são contratados por meio de processo seletivo e lotados conforme área de atuação, a fim de aliar experiência prática a conhecimentos teóricos adquiridos em classe.

### Quadro 56

Estagiários do TRF 1ª Região

Programa de estágio	Quantidade		Valor mensal da bolsa R\$	Valor diário do auxílio-transporte R\$
	Permitida	Atual		
Mutirão NS	42	38	600,00	6,00
Mutirão NM		1	400,00	6,00
Nível superior	275	275	600,00	6,00
Nível médio	140	118	400,00	6,00
Total	457	432	-	-
Reserva técnica	15		-	-

A Portaria Presi/Secor 518 de 19/12/2011 reajustou o auxílio financeiro da bolsa-estágio para o ano de 2012 para R\$ 620,00 no nível superior e R\$ 420,00 no nível médio. O auxílio-transporte dos estagiários foi reajustado R\$6,60 por dia, de acordo com a Portaria Presi/Secor 517 de 19/12/2011.

### ► Programa de Qualidade de Vida – Vida Legal

O Programa de Qualidade de Vida do TRF 1ª Região visa à construção de um ambiente de trabalho saudável, que assegure o desenvolvimento do potencial humano, a valorização do servidor e a promoção de qualidade de vida. As principais atividades desenvolvidas foram:

- 1) Programa de Orientação para Aposentadoria;
- 2) Programa Viva Melhor – Grupo de Aposentados;
- 3) Programa de Educação Financeira;
- 4) Programa do Voluntariado – Quero o Bem;
- 5) Mais Qualidade de Vida a Cada Dia:
  - a. Dia Internacional da Mulher;
  - b. Semana de comemoração do Dia da Árvore;
  - c. Semana do Servidor Público 2011:
    - Talk-show* “Pais competentes: o melhor presente para o adolescente”;
    - Oficina de minhocário em caixa;
    - Oficina de confecção de bolsas ecológicas;
    - Plantão de serviços da Secre;
    - Sarau de talentos da casa.

## Aperfeiçoamento e capacitação

### ► Universidade Corporativa da Justiça Federal da 1ª Região – UniCorp

A UniCorp sistematiza a educação e promove ações de desenvolvimento e capacitação de forma continuada, aperfeiçoando o equilíbrio entre a teoria e a prática, baseadas em cinco eixos de aprendizagem:

- a) gestão do conteúdo fundamental;
- b) gestão de pessoas;
- c) gestão de processos;
- d) gestão de conhecimento aplicado;
- e) gestão orçamentária e financeira.

As ações da UniCorp tiveram foco na utilização do ensino a distância por intermédio de cursos virtuais, de cursos com videoconferência e cursos mistos (presenciais com videoconferência). Para promover os cursos, foram consolidadas parcerias com o CNJ, STM, PF, ILB, Enap, Esaf e TRE/ME.

### **Programa de Capacitação Continuada de Diretores de Secretaria de Vara da Justiça Federal da 1ª Região**

Para implementar meta estabelecida pelo presidente desta Corte, a UniCorp planejou e executou o “Programa de Capacitação Continuada de Diretores de Secretaria de Vara da Justiça Federal da 1ª Região”, com oferecimento de quatro turmas (duas em Belo Horizonte, uma em Salvador e uma em Brasília), destinadas a todos os diretores de Secretaria de Vara da 1ª Região, englobando as sedes das seccionais e de todas as subseções judiciárias.

O evento visa ao aperfeiçoamento da relação dos profissionais da Justiça Federal com as ferramentas necessárias ao exercício de seus papéis e à melhoria das práticas administrativas de gestão de pessoas e de processos, estabelecendo uma relação entre as formações técnicas e as práticas cotidianas. O conteúdo foi dividido em quatro módulos, parte realizada por videoconferência, parte em encontro presencial em Brasília, com a abordagem de temas da prática cotidiana das varas federais, como gestão de pessoas, atendimento ao cidadão, sistemas informatizados, visão sistêmica, administração de varas e procedimentos jurídicos.

#### **Encontro de unidades**

Com o objetivo de compartilhar experiências e soluções de trabalho de interesse comum, foram promovidos encontros entre as unidades do Tribunal e das seções judiciárias da 1ª Região.

1. Encontro de controle interno: novos paradigmas, realizado no período de 27 a 30/06, tendo como público participante os diretores da Secoi e um representante de cada seção judiciária;

2. 2ª Reunião Avaliativa de Gestão: dando continuidade às reuniões com o corpo diretivo da Administração do Tribunal, com a finalidade de pro-

mover a integração entre gestores e aprimorar os métodos de trabalho, foi realizada nos dias 16 e 17 de agosto a 2ª reunião avaliativa. Foram convidados para o evento todos os diretores de secretarias administrativas da Justiça Federal da 1ª Região, que tiveram oportunidade de falar de seus desafios e dificuldades bem assim das práticas que vêm adotando para aperfeiçoamento da gestão.

3. 3ª Reunião Avaliativa da Gestão: na terceira reunião de avaliação, realizada no dia 21 de outubro, foi a vez dos diretores de foro das seções judiciárias, em conjunto com os diretores do Cenag e de secretarias do Tribunal apresentarem os principais projetos em andamento e os resultados alcançados em suas respectivas áreas de atuação.



Presidente Olindo Menezes, diretores de foro e dirigentes do Tribunal no encerramento da 3ª Reunião Avaliativa de Gestão do Tribunal.

Foto: Leonardo Costa

4. I Encontro de gestores da segurança judiciária da União: desenvolvido para unificar os procedimentos de segurança judiciária, realizado no período de 29 a 31/08. Entre as diversas palestras destaca-se o de “Liderança”, “Atribuições da Segurança Judiciária”, “Estrutura administrativa comparada (EUA, Europa e Brasil)”;

5. “I Encontro sobre gestão documental da 1ª Região”: promovido em fevereiro com duração de três dias, o evento teve a participação de representantes dos arquivos administrativos e judiciais de todas as seccionais. Foram amplamente discutidos os temas de interesse dos supervisores das seções de arquivo de todas as seccionais, entre os

quais os pressupostos básicos para a eliminação de documentos e processos administrativos e os procedimentos de descarte de autos findos nas seções judiciárias.

### UniCorp em videoconferência

Em parceria com as seções judiciárias, foi desenvolvido o projeto A UniCorp em Videoconferência, com realização de 16 palestras, coordenadas pelas seccionais e disponibilizadas por videoconferência para toda a 1ª Região, com 3.132 participações. O projeto recebeu segundo lugar no

Prêmio Nacional de Educação Corporativa do Judiciário, na categoria Educação a Distância.

Como parte do projeto, foram realizados também cursos virtuais ministrados por servidores voluntários para prestadores de serviço e estagiários:

- Aprender com a EAD;
- Nova Ortografia da Língua Portuguesa e
- Atendimento ao Público.

## Quadro 57

Eventos de capacitação – virtual (colaboradores)

Evento	TRF	AC	AP	AM	BA	DF	GO	MA	MT	MG	PA	PI	RO	RR	TO	Total
Aprender com a EAD – prestadores e estagiários – 11 a 15/04	7	5	1	2	3	7		7	9	9	2	5	4	8		69
Nova ortografia da língua portuguesa – turma 1 – prestadores e estagiários – 14/09 a 14/10	32			3	7	6		7	8	45	6	7	2	2	5	130
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>10</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>14</b>	<b>17</b>	<b>54</b>	<b>8</b>	<b>12</b>	<b>6</b>	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>199</b>

## Quadro 58

Eventos de capacitação – virtual (servidores)

Evento	TRF	AC	AP	AM	BA	DF	GO	MA	MT	MG	PA	PI	RO	RR	TO	TOTAL	Valor (R\$)
Direito tributário I – turma 1 – 14/03 a 14/04	10	2	2	2	5	1	4	3	3	15	6	3	5	2	1	64	9.183,60
Direito tributário I – turma 2 – 18/05 a 18/06						63										63	9.183,60
Direito tributário II – turma 1 – 20/01 a 20/02	7	3		1	3	2	3	2	3	7	3	1			1	36	4.591,00
Direito tributário II – turma 2 – 29/03 a 29/04	8				2	1			1	3		1	1		1	18	4.591,00
Direito tributário II – turma 3 – 17/08 a 21/09	6	1	1	1	4	19	2	1	1	8	3	2	2	1	2	54	9.183,60
Produção de material didático impresso para EAD 21/03 a 29/04	2															2	780,00
Didática do livre pensamento crítico 14/02 a 07/04	4															4	1.400,00

Evento	TRF	AC	AP	AM	BA	DF	GO	MA	MT	MG	PA	PI	RO	RR	TO	TOTAL	Valor (R\$)
Licitação e contratos 28/04 a 26/05	4															4	872,00
Pregão eletrônico 28/04 a 15/06	4															4	872,00
Teoria e prática de docência <i>on-line</i> 06/06 a 29/07	7										1				1	9	2.601,00
Teoria e prática de docência <i>on-line</i> 04/04 a 28/05	6															6	1.734,00
Poder Judiciário e Ministério Público: funcionamento e peculiaridades 19/08 a 27/09	4															4	872,00
Bibliotecas digitais mód. 1 21/03 a 13/06	2															2	2.472,00
Nova ortografia da língua portuguesa – turma 1 – Turma 01 - 18/04 a 18/05/2011	28	10	9	6	15	14	16	11	14	43	13	9		6	6	200	13.775,40
Nova ortografia da língua portuguesa – turma 2 – 06/06 a 08/07	68	8		1	7	1	42	5	1	44		1		3	6	187	13.775,40
Nova ortografia da língua portuguesa – turma 3 – 09/11 a 09/12	7	1		7	18	5	12	3	5	40	13	5		3	3	122	22.959,00
Direito constitucional 09/11 a 09/12	13	4		2	10	5	5	3		17	4	5		1	1	70	9.183,60
Processo penal descomplicado 09/11 a 09/12	7	2		2	7	1	4	3	2	13	4	3		2	1	51	6.122,40
Formação de tutores para o curso nova ortografia da língua portuguesa – 17/08 a 18/09	1				4	1		2		8					3	19	4.591,80
Desenvolvimento de competências gerenciais – turma 1 – 18/04 a 18/05	22	6	3	3	10	6	12	9	8	29	10	5		4	10	137	27.550,80
Desenvolvimento de competências gerenciais – turma 2 – 25/05 a 25/06	20				3					14						37	9.183,60
Desenvolvimento de competências gerenciais – turma 3 – 09/11 a 09/12	3	8		6	32	5	7	9	6	31	2		8		7	124	32.142,60
Contrato administrativo – turma 1 – 18/05 a 10/06	5	2	2	2	5	3	2	3	2	6	3	2	2	1	2	42	3.061,20
Contrato administrativo – turma 2 – 17/08 a 09/09	15	1	1		5	3	1	3	2	4	3	2	2	1	2	45	3.061,20
Contrato administrativo – turma 3 – 28/09 a 21/10	25	2			3	3	2	1	1	5	1	1	2	1	2	49	3.061,20
Contrato administrativo – 26/10 a 18/11 – turma 4	7	2		2	2	6	10	1	1	4				1	2	38	24.000,00
Conhecendo a administração pública – 9 a 28/11	10	3		9	20	5	13	5	2	17	11	4		2	2	103	24.000,00
Ambientação à Justiça Federal da 1ª Região – turma 1 – 27/07 a 26/08	8	3		12	25	6	45	12	14	36	10	7	10	9	7	204	23.000,00
<b>Total</b>	<b>303</b>	<b>58</b>	<b>18</b>	<b>56</b>	<b>180</b>	<b>150</b>	<b>180</b>	<b>76</b>	<b>66</b>	<b>344</b>	<b>87</b>	<b>51</b>	<b>32</b>	<b>37</b>	<b>60</b>	<b>1.698</b>	<b>228.498,80</b>

área fim

### Quadro 59

Evento de capacitação – presencial interno

Evento	TRF	Seccional	Total	Valor
I Encontro de gestão documental – 21 a 23/02	14	28	42	32.000,00
Desenvolvimento de equipes Direh	17		17	36.000,00
Semana gerencial Dom Cabral	43		43	190.000,00

Evento	TRF	Seccional	Total	Valor
Excel intermediário para Secor	14		14	2.400,00
Capacitação agentes de segurança – GAS – 11 a 15/04	22		22	8.571,36
Excel básico – 11, 13,15, 25 e 27/04	14		14	2.295,90
Curso repercussão geral (6h)	25		25	918,36
Curso de Excel básico	9		9	2.295,90
Encontro de controle interno 27 a 29/06	26	27	53	25.455,00
Curso de direção defensiva – 04 e 05/07	11		11	2.448,96
Programa de capacitação de agentes de segurança – Módulo II – curso “Direção defensiva operacional” – turmas 1 e 2	11		11	7.650,00
Programa de capacitação de agentes de segurança – Módulo II – curso “Direção defensiva operacional” – turmas 1 e 2	11		11	7.650,00
Curso de aposentadoria e pensões	22		22	15.000,00
Curso de capacitação de agentes de segurança – turma 3	11	13	24	9.785,84
Aperfeiçoamento da segurança judiciária – turma II – 15 a 18/08	19		19	9.785,84
Encontro de gestão administrativa da Justiça Federal da 1ª Região – 17 a 18/08	7	14	21	18.091,00
Curso de elaboração do projeto básico e termo de referência	15		15	15.200,00
Análise por ponto de função – 22 a 26/08	19	0	19	16.000,00
Gestão de folha de pagamento e remuneração no serviço público	14		14	15.000,00
Temas avançados em projeto básico e termo de referência	17		17	12.000,00
Curso de áudio	7		7	7.700,00
Encontro de gestores de segurança	14	25	39	40.472,00
Curso de mecânica para agentes de segurança	14	12	26	1.224,00
Temas relevantes na gestão de pessoas no serviço público	27	51	78	12.000,00
I Encontro das áreas de administração de recursos humanos da Justiça Federal	23	45	68	47.698,00
Auditoria da folha de pagamento no serviço público	22	23	45	15.000,00
Curso Siafi gerencial	18		18	1.836,72
Curso Excel básico – turma 2 e 4 29/09 e 13/10	14	7	21	2.295,90
<b>Total</b>	<b>480</b>	<b>245</b>	<b>725</b>	<b>556.774,78</b>

 planejamento estratégico

 área fim

**Quadro 60**

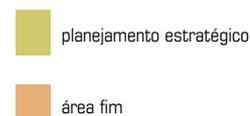
Eventos de capacitação – presencial externo

Evento externo	N. de participantes	Valor (R\$)
Dirf 2011 (regras para retenção e preenchimento) – PA 662/2011	1	643,50
Auditoria de obras públicas – PA 742/2011	9	15.200,00
Seminário: Contratação de Tecnologia da Informação IN0410 – PA 886/2011	2	4.980,00
Contratos de serviço de TI segundo a jurisprudência do TCU – PA 1.212/2011	2	3.800,00
Curso comp. elaboração de instrumento obrigatório no processo licitatório – PA 648/2011	1	1.980,00
DIPJ, Dacon, Dirf, DCYF, Dcomp – cruzamento de informações – PA 501/2011	1	715,00
Modelos de serviço de gestão de pacientes crônicos e de alto custo – PA 504/2011	3	2.241,00
82º Curso sobre Siafi (operacional) – PA 197/2011	4	3.460,00
Atualização de direito administrativo – PA 598/2011	2	1.512,00
Entendendo GFIP, SEFIP na administração pública – PA 8.235/2011	1	3.960,00
Retenção de tributos pelos órgãos da administração pública – PA 667/2011	2	3.100,00
VIII Semana da administração orçamentária, financeira e de contratações públicas – PA 1.275/2011	2	400,00
2º Seminário dos dirigentes e gestores das autogestões em saúde – PA 1.396/2011	5	2.000,00
40º Curso sobre Siafi gerencial – PA 890/2011	2	2.860,00
A nova contabilidade pública brasileira e a perspectiva de implantação – PA 867/2011	1	1.980,00
A nova contabilidade pública brasileira e a perspectiva de implantação de custos no setor público – PA 1.974/2011	1	1.980,00
Curso de processo administrativo e de improbidade administrativa – PA 2.088/2011	4	4.794,00
Gestão por competências – PA 936/2011	2	1.900,00
Home Care: Problema ou Solução – PA 1.986/2011	2	1.660,00
HSM gestão e liderança – PA 1.699/2011	2	9.500,00
XXVI Congresso brasileiro de treinamento e desenvolvimento	5	7.600,00
Zend Framework – PA 1.595/2011	2	2.680,00
Ajustamento de conduta e controle de disciplina de funcionários públicos – PA 1.793/2011	1	1.980,00
Curso CVT e Exposec – PA 2.197/2011	2	3.340,00

Evento externo	N. de participantes	Valor (R\$)
ECM – PA 1.259/2011	1	1.170,00
Gestão de escritórios de arquitetura – PA 685/2011	1	890,00
II Congresso profissional ibero-americano de comunicação cerimonial e eventos – PA 1.198/2011	3	5.760,00
Nova planilha de custos e preço da IN 02/08 – PA 2.261/2011	2	5.560,00
Reformas processuais penais – PA 3.109/2011	5	250,00
XI Encontro nacional dos usuários da rede Pergamum – PA 1.950/2011	2	400,00
4º Encontro nacional de contabilidade pública – PA 3.160/2011	7	3.500,00
6º Fórum de competências e gestão para resultados – PA 3.848/2011	2	4.218,00
8º Fórum de qualidade de vida – PA 4.465/2011	2	3.000,00
Bibliotecas digitais – PA 1.698/2011	2	2.472,00
Combrascom 2011 – PA 3.223/2011	2	1.100,00
Curso prático de direito administrativo e financeiro na administração – PA 3.997/2011	1	1.780,00
Crimes falimentares – (vagas TJDFT)	12	0,00
IX Fórum brasileiro de contratação e gestão pública – PA 2.731/2011	1	4.980,00
Seminário <i>Call Center</i> – PA 3.296/2011	2	3.480,00
II Congresso brasileiro de psicodinâmica e clínica do trabalho – PA 4.381/2011	2	1.000,00
3º Congresso brasileiro de direito administrativo – PA 5.416/2011	2	1.780,00
Processo disciplinar passo a passo – PA 5.160/2011	5	7.200,00
VI Congresso de gestão do conhecimento – PA 4.644/2011	4	2.025,00
VIII Congresso da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar PA 5.321/2011	1	490,00
IBCCRIM – PA 5.159/2011	2	1.726,00
Como planejar e julgar as licitações de obras e serviços de engenharia PA 4.719/2011	2	5.282,00
Retenção na fonte e tributos no setor público – PA 4.888/2011	1	1.780,00
I Seminário nacional de finanças públicas – PA 5.096/2011	1	1.890,00
XXIV Congresso brasileiro de biblioteconomia, documentação e ciência da informação – PA 1.697/2011	1	660,00
17º Congresso Abed de educação a distância – PA 4.643/2011	3	3.450,00
Conecjus 2011 PA 5.909/2011	5	750,00

Evento externo	N. de participantes	Valor (R\$)
Curso orçamento de obras – PA 6.250/2011	2	1.980,00
Livro raro – PA 3.861/2011	1	650,00
Curso: o processo criativo – PA 6.175/2011	4	1.920,00
Curso: Retenção de encargos trabalhistas conforme a In Mpog e Resolução CNJ 98/2009 PA 6.072/2011	6	6.600,00
Técnicas avançadas de memorização e concentração, com Renato Alves PA 5.781/2011	1	290,00
V Fórum brasileiro de controle interno e auditoria da administração pública PA 5.258/2011	1	1.390,00
Curso <i>on line</i> : o psicólogo empresarial e a gestão de pessoas nas organizações : tendências, desafios e técnicas para atuação – PA 4.515/2010	3	1.610,40
Aprender a se manifestar em diligências, citações e solicitações de auditorias e requisições do TCU e da CGU – PA 7.366/2011	1	3.560,00
II Fórum nacional de contabilidade aplicado ao setor público – PA 2.215/2011	2	3.580,00
Sistema de registro de preço, dispensa de inexigibilidade de licitação – PA 1.737/2011	1	2.780,00
8º Senaed – Seminário nacional Abed de educação a distância "Capitalizando os comuns da EAD: acadêmica, interesses corporativa e geral" – PA 1.947/2011	3	1.550,00
Top 10 – "A reinvenção do profissional" e "A magia dos grandes negociadores" – PA 2.698/2011	1	250,00
Curso de gestão por competências – PA 936/2011	2	3.800,00
Exame da admissibilidade do recurso extraordinário e do recurso especial – aspectos práticos – PA 2.882/2011	1	360,00
I Seminário nacional de finanças públicas – PA 5.096/2011	1	1.890,00
63º Congresso brasileiro de enfermagem – PA 5.813/2011	1	370,00
XI Congresso brasileiro de qualidade de vida – PA 6.015/2011	6	3.300,00
Conferência internacional de perícias em crimes cibernéticos (lccyber) – PA 4.720/2011	2	900,00
II Simpósio de gestão de documentos digitais – PA 6.647/2011	2	5.400,00
A fiscalização para a prevenção da responsabilidade trabalhista nos contratos de terceirização da administração pública – PA 6.006/2011	2	5.560,00
Auditoria governamental – PA 6.692/2011	2	6.840,00
XXV Congresso brasileiro de direito administrativo – PA 5.599/2011	2	1.800,00

Evento externo	N. de participantes	Valor (R\$)
Gestão atuarial para operadora de planos de saúde – PA 6.985/2011	2	1.660,00
Sindicância e processo administrativo disciplinar – PA 6.331/2011	2	1.590,00
Seminário nacional "Contratos administrativos – rescisão do contrato e penalidades" – PA 7.277/2011	2	4.900,00
V Curso de fiscalização de contratos administrativos – PA 6.613/2011	3	3.990,00
21º Encontro – PA 7.405/2011	7	6.600,00
III Congresso brasileiro dos serviços de saúde do Poder Judiciário – PA 4.642/2011	9	0,00
Curso de Gfip/Sefip completo – PA 6.247/2011	2	2.920,00
14º Congresso Unidas – inovações e desafios da saúde suplementar – PA 6.693/2011	5	4.000,00
Curso prático: a contabilidade pública e seus aspectos patrimoniais e legais – PA 7.534/2011	2	4.360,00
O Processo criativo – módulo II – PA 8.126/2011	2	960,00
1º Congresso de qualidade de vida no trabalho no serviço público brasileiro – PA 8.180/2011	5	2.375,00
Itil V3 Foundation – PA 8.004/2011	5	5.500,00
<b>Total</b>	<b>226</b>	<b>246.093,90</b>



## Quadro 61

Eventos de capacitação – presencial por videoconferência

Evento	TRF	AC	AP	AM	BA	DF	GO	MA	MT	MG	PA	PI	RO	RR	TO	Total
Gestão de custos – 25/02/2011	69	20	6	11	21	11	15	22	4	4	9	8	6	5	10	221
Aposentadoria e pensões – 01 a 04/03*	22	1		3		4		3				9			2	22
Repercussão geral*	27	11	12	6	48	13	36	29	45	79	37	4	13		9	342
Auditoria de folha de pagamento no serviço público – 27 a 30/06*	47	4	2	3	3	3	6	7	4		3	2	2	2	6	47
Projeto básico e termo de referência – 02 a 06/05*	41	3		6	20		12	14	13	1		5		3	5	82
Gestão da folha de pagamento e remuneração no serviço público – 30/5 A 02/6*	18	3	3	8	11	3	9		3	7	5	3		2	6	63

Evento	TRF	AC	AP	AM	BA	DF	GO	MA	MT	MG	PA	PI	RO	RR	TO	Total
Seminário SJMG – 22/08	2		6	9			12	7	4	157	30	9			2	238
Sexta jurídica – SJPI – 29/04	4			3		3		2			5	21				38
Terça gerencial – SJBA – 15/03	5	18	2	4	149	15	20	9	12	110		19		8	14	385
Sexta jurídica – SJAM – 25/03		3		42	19	3	13		6	43	3	3		4	8	147
Terça gerencial – SJMG – 12/04	14	14		15	19	5	12	4	20	194	7	18	12	8	11	353
Terça gerencial – SJDF – 10/05	14	10		1	25	53	16		9	181	8	8		7		332
Sexta jurídica – SJMG – 03/06	5	4	9	15	23	7	17	8	11	192	8			2	3	304
Terça gerencial – SJMA – 14/06	1	3	1	6	10	11	11	28	10	98	8			5	15	207
Sexta jurídica – SJGO – 17/06	1	9	1	10		9	51	3		64	3	3			4	158
Terça gerencial – SJTO – 09/08	3		2	9	29	12	11	10	25	122	4	7		5		239
Sexta jurídica – SJMG – 26/08	1	2		8	21		14	10	10	106	21	1	10	2	2	208
Terça gerencial – SJMG – 13/09	5	13	1	10	45	10		13	18	255	7	6			10	393
Sexta jurídica – SJMA – 30/09	1	1	4	16		1	10	20	13	49	15					130
<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>119</b>	<b>49</b>	<b>185</b>	<b>443</b>	<b>163</b>	<b>265</b>	<b>189</b>	<b>207</b>	<b>1662</b>	<b>173</b>	<b>126</b>	<b>43</b>	<b>53</b>	<b>107</b>	<b>3.909</b>

\* Valores estão na planilha de eventos internos presenciais

área fim

## Quadro 62

Distribuição das ações de capacitação por área do conhecimento

Área do conhecimento	Órgão/pessoas treinadas	
	Tribunal	Seções judiciárias
Planejamento estratégico	33	14
Gestão por projetos		
Gestão por processos		
Área fim	97	398
<b>Total</b>	<b>130</b>	<b>412</b>

### Treinamentos promovidos em ferramentas de TI

- 1) Treinamento dos sistemas e-Siam e e-AVS para desembargadores, juízes e servidores do TRF1, seções e subseções.
- 2) Treinamento de sistema de portaria aos servidores e prestadores de serviços da área de serviços gerais (Diseg).

- 3) Treinamento do sistema e-Digitalizador para as seccionais.
- 4) Treinamento do sistema e-Proc aos procuradores e advogados e servidores da Corip.
- 5) Treinamento ao sistema e-Jur nas seccionais para todas as seções judiciárias, exceto SJ/MG.

- 6) Treinamento aos clientes dos gabinetes que utilizam o sistema e-Jur – Processo Digital.
- 7) Treinamento aos clientes das coordenadorias que utilizam o sistema e-Jur – Processo Digital.
- 8) Treinamento aos clientes dos gabinetes do TRF1 que utilizam o Editor de Documentos Gdoc.
- 9) Treinamento do novo Editor de texto – TRF1doc para servidores das seções judiciárias, exceto SJ/MG.
- 10) Treinamento aos clientes do TRF e seções para uso do sistema e-Admin.
- 11) Treinamento presencial nas Seções de Bem-Estar Social das 14 seccionais vinculadas à 1ª Região relativo ao sistema informatizado do Pro-Social.

► **Bolsa de estudos**

### **Educadores judiciários**

Para a implementação dos eventos de capacitação, a UniCorp tem priorizado a busca de instrutores internos, que são denominados educadores judiciários. Em 2011, para fortalecer a competência didática dos educadores, foram ministradas três turmas do Curso Teoria e Prática da Docência *On-line*, com participação de 30 alunos.

O educador judiciário tem atuado também como conteudista de curso virtual, que é a pessoa responsável pela elaboração do conteúdo que será transformado em curso *on-line*.

Neste exercício, já foram finalizados e ministrados os seguintes cursos: Atendimento ao Público, Ambientação, Direito Penal Descomplicado – módulo I, Conhecendo a Administração Pública e Direito Constitucional aplicado à Administração.

### **Quadro 63**

Processo seletivo para concessão de bolsas de estudos

(Portaria 451 04/11/2011)

<b>Localidade</b>	<b>Bolsas concedidas</b>
Acre	2
Amapá	2
Amazonas	3
Bahia	12
Distrito Federal	8
Goiás	7
Maranhão	4
Mato Grosso	4
Minas Gerais	19
Pará	5
Piauí	3
Rondônia	2

Localidade	Bolsas concedidas
Roraima	2
Tocantins	2
TRF 1ª Região	24
<b>Total</b>	<b>99</b>

#### ► Adicional de qualificação – AQ

Foram concedidos 213 adicionais de qualificação em razão de ações de treinamento e 50 em razão de especialização.

#### Qualidade de vida e bem-estar social

O Tribunal promove a assistência direta e indireta à saúde dos magistrados e servidores. A

assistência direta corresponde à prestação de assistência médica, odontológica, psicológica, social e de enfermagem realizada nas dependências do Tribunal e das seções judiciárias para todos os servidores (ativos e inativos), magistrados e pensionistas, independentemente de inscrição no Pro-Social. Já a assistência indireta é aquela prestada aos beneficiários do Pro-Social.

### Quadro 64

Programas e campanhas para o bem-estar

Programas e campanhas	Ações realizadas em 2011	Resultados
Programa de Prevenção e Controle de Riscos Cardiovasculares	Palestras e acompanhamento de grupo de servidores	Aferida pressão arterial de 519 magistrados e servidores: 27,74% identificados no grupo de risco. A média brasileira é de 22,3 a 43,9%. Avaliados 622 prestadores de serviço e estagiários: 21,38% identificados no grupo de risco
	XII Semana do Coração	– Visita às unidades do Tribunal para palestras – Medição pressão arterial e circunferência abdominal
Campanha de vacinação	XII Campanha de Vacinação contra a Gripe	Administração de 1.400 doses da vacina trivalente, com a inclusão do vírus H1N1, em magistrados, servidores e algumas doses excedentes em terceirizados
Programa de Avaliação Periódica da Saúde dos Servidores – PAPSS	– pré-consultas de enfermagem	– 1.200 servidores convidados por telefone ou e-mail
	– orientações para realização dos exames e consultas – consultas médicas finais – mapeamento do perfil de saúde dos servidores do TRF	– 841 servidores fizeram a pré-consulta de enfermagem – 425 servidores fizeram consulta final com médicos da Secbe – 1.123 consultas médicas realizadas

Programas e campanhas	Ações realizadas em 2011	Resultados
Segurança do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>– vistoria em áreas de risco para medidas corretivas e preventivas relacionadas ao uso de equipamentos de proteção individual/EPI, a ruídos, temperatura e produtos químicos</li> <li>– verificação da situação ergonômica dos diversos setores</li> </ul>	12 notificações de acidente de trabalho entre servidores e terceirizados

### Quadro 65

#### Projeto Superação – Assistência Social

(acompanhamento hospitalar/domiciliar; situação de vulnerabilidade – identificação de abuso, negligência, maus tratos e casos de dependência química)

Beneficiários do Pro-Social internados (18/03 a 10/11)	83
Beneficiários internados atendidos (18/03 a 10/11)	75
Atendimentos/orientações realizadas	81
Visitas hospitalares/domiciliares realizadas	19
Relatórios de acompanhamentos/pareceres técnicos	77

### Quadro 66

#### Projeto Doe Sangue, Doe Vida

(campanhas para coleta de sangue e cadastramento de voluntários à doação de medula óssea)

Total de doadores cadastrados no projeto	220
Doadores encaminhados para doação	89
Doações de sangue realizadas, por encaminhamento do projeto	58

## ► Assistência direta à saúde

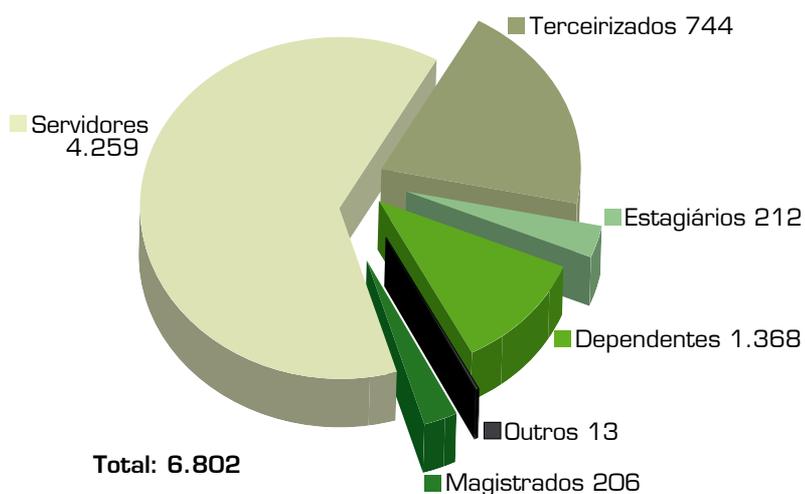
**Quadro 67**

Atendimentos do Serviço Médico – TRF

Atendimentos	Total
Atendimento emergencial	800
Atestado de saúde	28
Autorização de internação	25
Autorização de procedimento dermatológico	269
Autorização de cirurgia	368
Autorização de tratamentos seriados	1.025
Consulta médica	2.506
Exame admissional	24
Exame periódico	1.123
Outros	634
<b>Total</b>	<b>6.802</b>

**Gráfico 8**

Usuários do Serviço Médico



**Quadro 68**

## Atendimentos de enfermagem

Procedimento	Total
Antropometria (estatura, peso, IMC, circunferência abdominal)	212
Atendimento externo	203
Consulta de enfermagem	369
Curativo/aux. cirurgia/retirada de ponto ou corpo estranho/tamp. nasal	176
Eletrocardiograma	80
Glicemia/colesterol capilar	65
Imobilização	4
Medicação via EV/IM/SC/soroterapia	196
Medicação via oral/sublingual/Nbz	79
Oxigenoterapia	1
Remoção de paciente	7
Registro de acidente do trabalho/notificação compulsória	21
Revisão/reposição de maleta de emergência	30
Sinais vitais (PA/FC/TAX/FR/oximetria)	2.659
Visita ao Berçário/posto de serviço/domiciliar/técnica	133
Receita administrada pela enfermagem	1.790

**Quadro 69**

## Atendimento odontológico

Atendimentos	Total
1ª infância	46
Autorização de exame	154
Análise de radiografia	95
Consulta	546
Perícia final	3.235
Perícia inicial	1.101
Prevenção em adolescente	303

Atendimentos	Total
Prevenção em adulto	698
Prevenção em criança	350
Tratamento	147
Urgência	365
Outros	99
<b>Total</b>	<b>7.139</b>

### Quadro 70

Usuários do serviço odontológico

Magistrados	141
Servidores	3.128
Dependentes	3.788
Estagiários	13
Terceirizados	85
Outros	6

### Quadro 71

Atendimento psicológico

Especialização	Total
Memorando/ofício	38
Reunião interna/externa	89
Pesquisa/elab. de trabalho	3
Visitas às instituições	9
Acompanhamento de paciente	49
Internações	41
Atendimento psicoterápico interno	499
Autorizações psicológicas	556
Autorizações psiquiátricas	106

Especialização	Total
Autorizações fonoaudiológicas	105
Marcação de consultas	665
Análise de processo	6
Discussão de casos	79
Atividades/Berçário	175
Terapia ocupacional	4

### Quadro 72

Perícias e homologações de atestados

Atendimentos	Total
Homologação de atestado – perícia singular	1.683
Perícias e autorizações – junta médica	181

### Quadro 73

Assistência materno-infantil

Procedimento	Total
Atendimento a bebês	20 bebês: 11 do TRF e 9 da SJ/DF
Atendimento odontológico para os bebês com orientação às mães	
Realização de encontros para capacitação das cuidadoras, com a orientação da psicóloga do Tribunal	10 encontros
Realização de encontros no programa de acompanhamento às gestantes	8 encontros

### Quadro 74

Orientação nutricional

Procedimento	Total
Atendimentos nutricionais individuais	240
Palestras para o grupo de gestantes	2
Palestras para o grupo de prevenção a doenças cardiovasculares	2
Acompanhamento dos serviços prestados no restaurante do TRF	Diário
Supervisão e acompanhamento dos serviços de alimentação do Berçário do TRF	Diário

► **Assistência indireta – Pro-Social**

Por meio da assistência indireta à saúde, o Pro-Social disponibiliza a seus beneficiários uma rede credenciada com mais de 52 especialidades, atendidas por profissionais e associações, bem como pelos principais hospitais das capitais e do interior da 1ª Região, pelos Hospitais Sírio-Libanês, Fundação Faculdade de Medicina (vinculada à USP), AC Camargo e Incor (prestação de serviços cardiológicos) de São Paulo, além do plano da Unimed Norte/Nordeste e da Associação dos Médicos de Hospitais Privados do Distrito Federal – AMHP-DF.

**Quadro 75**

Demonstrativo de credenciamentos em 2011

Novos credenciados	33
Propostas analisadas	43
Termos aditivos	14
Propostas de reajustes analisadas	15
Credenciados na área médica	24
Credenciados na área odontológica	6
Credenciados na área de saúde mental	3
Solicitações, via memorando, de visitas técnicas a clínicas e hospitais em processo de credenciamento	25

**Quadro 76**

Beneficiários do Pro-Social

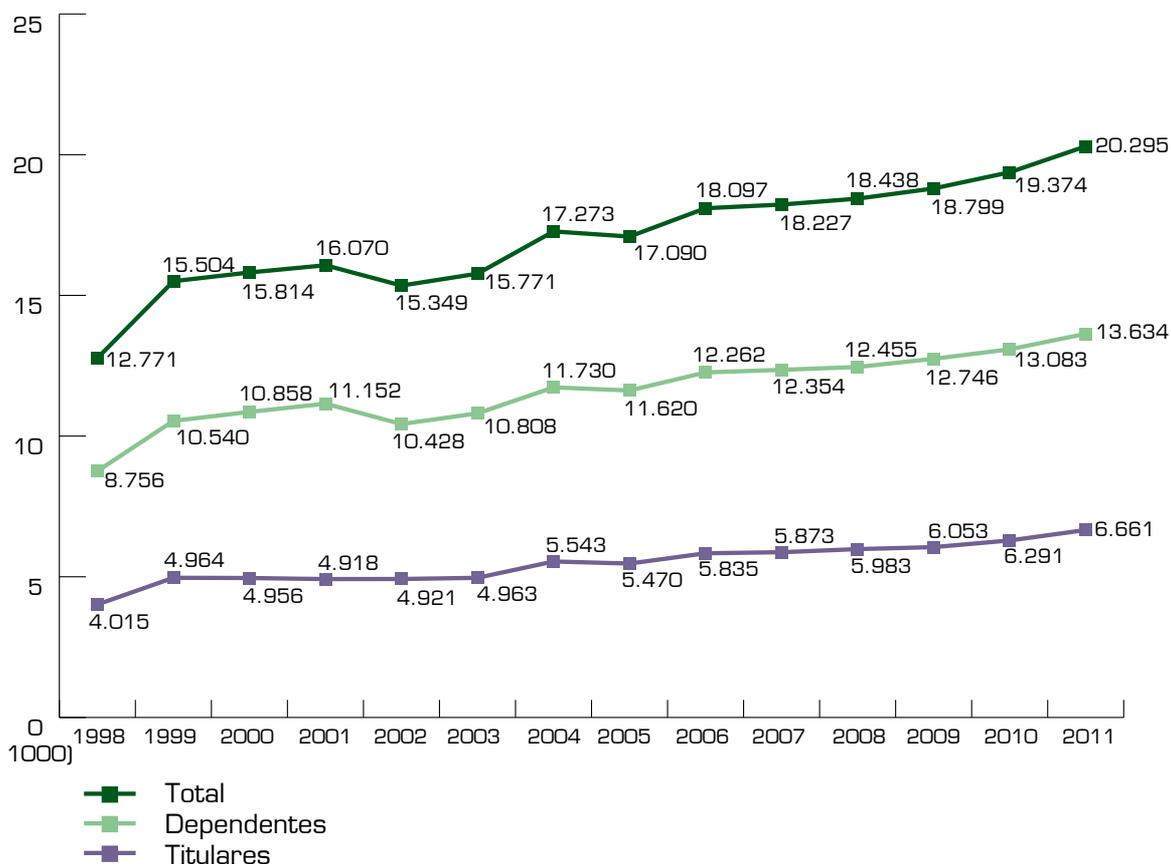
Programa de Assistência aos Magistrados e Servidores do TRF 1ª Região – Pro-Social dez./2011 (*)																
	TRF	AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MT	MG	PA	PI	RO	RR	TO	Total
<b>Ativos</b>																
Titulares	1.002	102	175	98	722	664	490	277	248	1.221	282	198	157	82	136	5.854
Dependentes	2.233	270	395	253	1.423	1.378	990	729	517	2.612	676	551	367	204	322	12.920
<b>Inativos</b>																
Titulares	91	16	21	13	53	127	48	26	28	125	28	22	15	12	9	634
Dependentes	97	25	18	18	50	139	61	32	37	137	24	22	20	15	19	714
<b>Pensionistas</b>																
Titulares	22	5	10	3	11	30	18	17	10	21	18	6	1	1	0	173

Programa de Assistência aos Magistrados e Servidores do TRF 1ª Região – Pro-Social dez./2011 (*)																
	TRF	AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MT	MG	PA	PI	RO	RR	TO	Total
<b>Subtotal</b>																
Titulares	1.115	123	206	114	786	821	556	320	286	1.367	328	226	173	95	145	6.661
Dependentes	2.330	295	413	271	1.473	1.517	1.051	761	554	2.749	700	573	387	219	341	13.634
<b>Total</b>																
Total	3.445	418	619	385	2.259	2.338	1.607	1.081	840	4.116	1.028	799	560	314	486	20.295

(\*) Os dados retirados partir do relatório TRF012 data base 31/12/2011 do sistema e-Prososocial

### Gráfico 9

Evolução do quantitativo de beneficiários do Pro-Social



#### ► Informativo Pro-Social

Foram elaborados 12 informativos, um por mês, sobre procedimentos do Pro-Social nas áreas médica, odontológica, administrativa e financeira, abordando assuntos de interesse dos beneficiários, como auxílio ortodôntico, perícias médicas, benefício e atuação da área de psicologia. Todos os informativos estão disponíveis para consulta *on-line* na página do Tribunal.

## ► Conselho Deliberativo do Pro-Social – Decisões de alcance geral

Processo Administrativo	Assunto
5.517/2002	Aprovação da contratação de mão de obra na área de saúde, para as Seccionais dos estados de Mato Grosso e do Goiás
4.705/2008	Descentralização das autorizações de Tratamento Fora do Domicílio – TFD para a Secbe, após manifestação prévia da Junta Médica do Tribunal, exceto nos casos de urgência, em que a autorização continua a ser do presidente do Tribunal, <i>ad referendum</i> do Conselho, quando favorável a Junta Médica do Tribunal
8.842/2008	Delegação para a Secbe autorizar o auxílio financeiro para OPME não cirúrgica (CPAP, BIPAP, aparelho intraoral para apneia, entre outros), atendidas todas as demais condições para sua concessão, constantes da norma vigente (Resolução 670-028, de 22/06/2008), em especial, a prévia homologação pela Junta Médica do Tribunal
8.843/2008	Reajuste, a partir de 1º/07/2011, nas tabelas do Pro-Social – Lista de Procedimentos Médicos e Tabela de Taxas e Diárias
3.753/2010	Aprovação parcial do acréscimo de profissionais na prestação de serviço de auditoria médico-hospitalar nas Seccionais da Bahia e de Minas Gerais
686/2011	Credenciamento com a Sociedade Beneficente de Senhoras – Hospital Sírio-Libanês/SP, aplicando-se para os atendimentos, o disposto na Portaria/Presi/Secbe 475 de 25/11/2010
836/2011	Regulamentação do auxílio ortodôntico aos beneficiários do Pro-Social – Portaria/Presi/Secbe 81 de 10/02/2011
1.347/2011	Contratação de mão de obra para a área de saúde da Seccional do Distrito Federal com recursos próprios do Pro-Social no exercício de 2011, passando para os recursos da União, no exercício de 2012
3.919/2011	Remoção de beneficiários do Pro-Social, em UTI aérea
4.430/2011	
4.354/2011	Credenciamento de laboratórios e clínica odontológica na Seccional do estado de Roraima, com tabela diferenciada, devido às especificidades da região
4.484/2011	
5.685/2011	
4.635/2011	Extensão dos serviços de auditoria médica para as Seccionais dos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Tocantins, Rondônia e Roraima, mediante procedimento licitatório
6.346/2011	Aprovação da contratação, com recursos próprios do Pro-Social, de empresa para a prestação de serviço de suporte de TI para a Secbe
5.080/2011	Limite de descontos em favor do Pro-Social, relativos a custeios por utilização, ao percentual de 5% da renda bruta, deduzidos o IRPF e o PSS

Processo Administrativo	Assunto
7.544/2011	Restituição do prazo de pedido de reembolso, dada a excepcionalidade da situação
7.802/2011	Deferimento do pedido para o credenciamento de clínica especializada em recuperação de lesão medular, ficando autorizado, com respaldo do serviço médico do Tribunal, para o beneficiário em questão o reembolso de até 20 sessões/mês, até que seja firmado o credenciamento com a instituição especializada em questão
8.152/2011	Aprovação do Plano de Aplicação Anual para o biênio 2012-2013

### ► Auditoria médica

O serviço de auditoria médica hospitalar é prestado no TRF e nas Seccionais da Bahia, de Goiás, de Minas Gerais e do Distrito Federal, havendo previsão de extensão desse serviço às demais seccionais da 1ª Região.

Foram analisadas guias de serviços ambulatoriais, hospitalares e outros serviços oferecidos por intermédio da assistência indireta do Pro-Social. Após análise, os serviços ou valores considerados incorretos foram glosados, resultando em uma economia superior a dois milhões e meio para o Programa, já descontado o valor pago à empresa contratada para essa finalidade, como pormenorizam os quadros a seguir.

### Quadro 77

Ambulatório e Unimed/intercâmbio – jan. a dez./2011

Meses	N. de guias	Valor apresentado	Valor pago	Valor glosado	%
Total	170.542	37.610.352,59	34.694.862,26	2.915.490,35	7,77

### Quadro 78

Internação – jan. a dez./2011

Hospitais	Pacientes auditados	Valores cobrados	Valores liberados	Valores glosados	%
Credenciados do Pro-Social – DF/BA/MG/GO	857	10.278.904,43	9.784.564,66	494.339,77	4,80

### Quadro 79

Órteses, próteses e materiais especiais – OPME – jan. a dez./2011

Valor auditado	Valor liberado	Valor economizado	%
2.952.773,13	2.381.886,85	570.886,28	19,30

**Quadro 80**

Auditoria médica – valores – jan. a dez./2011

Valor pago à empresa de auditoria (anual)	Valor economizado (somatório valor glosado – valor pago à empresa = 3.980.716,40 – 1.381.651,55)
1.381.651,55	2.599.064,85

► **Transparência – análise orçamentária e financeira do Pro-Social****Quadro 81**

Análise comparativa – receita e despesa 2010/2011

Ano/discriminação	2010	2011	Variação
Receita total	68.059.359,93	72.887.690,64	7%
União*	26.916.632,00	28.121.983,12	4%
Recursos próprios	41.142.727,93	44.765.707,52	9%
Despesa total	63.230.159,05	73.936.198,25	17%
União	26.179.151,62	26.578.923,64	2%
Recursos próprios	37.051.007,43	47.357.274,61	28%
<b>Receita média per capita</b>			
Por titular/ano	10.823,69	10.942,45	1%
Por titular/mês	901,97	911,87	1%
Por beneficiário/ano	3.518,92	3.591,41	2%
Por beneficiário/mês	293,24	299,28	2%
<b>Despesa média per capita</b>			
Por titular/ano	10.055,69	11.758,30	17%
Por titular/mês	837,97	979,86	17%
Por beneficiário/ano	3.269,23	3.643,07	11%
Por beneficiário/mês	272,44	303,59	11%
Reserva total	81.216.428,84	78.624.861,75	
N. de titulares	6.288	6661	
N. de beneficiários (titulares e dependentes )	19.341	20.295	

\* Na Receita da União está incluído o valor de R\$1.543.059,48, inscrito em Restos a Pagar

**Quadro 82**

Composição dos recursos próprios do Pro-Social

Receitas	Total
Saldo em 31/12/2010	81.216.428,84
Contribuição social	32.015.533,58
Participação	208.942,62
Cota do associado	155.390,35
Consolidado	152.189,16
Custeios diversos	3.420.326,81
Outros	352.474,56
Rendimentos	8.460.850,44
<b>Total</b>	<b>44.765.707,52</b>
Saldo em 31/12/2011	78.624.861,75

Fonte: Divaf

**Quadro 83**

Aplicação dos recursos do Pro-Social por benefícios

Benefícios	Valor	
	Total	%
I - Despesas área social		
1 - Pro-Bem	327.611,69	22,69
2- INSS Patronal Pro-Bem	16.428,64	1,14
3 - Auxílio-material escolar	1.099.956,00	76,17
Subtotal I	1.443.996,33	100,00
II - Despesas médicas		
1 - Consultas	5.561.413,03	10,53
2 - Exames laboratoriais	6.299.573,12	11,93
3 - Exames radiológicos	3.793.661,40	7,18
4 - Exames cardiológicos	1.286.955,58	2,44
5 - Quimioterapia	90.316,84	0,17

Benefícios	Valor	
	Total	%
6 - Internações clínicas e cirúrgicas	19.758.776,86	37,41
7 - Medicina física e reabilitação	1.337.487,55	2,53
8 - Psicologia	2.257.587,76	4,27
9- Fonaudiologia	546.674,83	1,03
10-OPMES	3.630.476,17	6,87
11-Outros exames e procedimentos médicos	5.593.886,79	10,59
12- INSS patronal-médica	2.662.375,99	5,04
Subtotal II	52.819.185,92	100,00
III - Despesas odontológicas		
1 - Consulta odontológica	1.201.580,45	10,29
2 - Dentisteria	1.073.348,00	9,19
3- Odontopediatria	143.613,48	1,23
4 - Prótese dentária	3.875.104,11	33,19
5 - Cirurgia	255.384,20	2,19
6 - Periodontia	759.990,10	6,51
7 - Radiologia	996.892,26	8,54
8 - Endodontia	485.912,50	4,16
9 - Prevenção	1.210.264,50	10,37
10 - Ortodontia	357.252,24	3,06
11- Outras	82.763,09	0,71
12- INSS patronal-odontológica	1.231.926,19	10,55
Subtotal III	11.674.031,12	100,00
IV - Despesas área administrativa		
1 - Locação de mão de obra médica e odontológica	6.102.507,58	76,19
2 - Serviço de auditoria médica	1.381.651,55	17,25
3 - Seguro de vida	314.812,40	3,93
4 - Passagens e hospedagem (TFD)	73.882,85	0,92

Benefícios	Valor	
	Total	%
5 - Outras despesas	136.389,35	1,70
Subtotal IV	8.009.243,73	100,00
<b>Total geral</b>	<b>73.946.457,10</b>	

Fonte: Divaf e Secor  
Recursos: União e próprios

### Quadro 84

Benefícios concedidos na área de saúde – atendimento externo

Benefícios	Quantidade de atendimentos	Média total
Consulta médica	94.411	4,65
Exame laboratoriais	298.170	14,69
Exames radiológicos	25.588	1,26
Exames cardiológicos	9.331	0,46
Quimioterapia	238	0,01
Internações clínicas e cirúrgicas	267.258	13,17
Medicina física e reabilitação	17.930	0,88
Psicologia	18.678	0,92
Fonoaudiologia	4.000	0,20
OPMES	668	0,03
Outros exames e procedimentos médicos	25.373	1,25
Consulta odontológica	15.611	0,77
Dentisteria	12.225	0,60
Odontopediatria	2.962	0,15
Prótese dentária	12.169	0,60
Cirurgia	1.415	0,07
Periodontia	9.099	0,45
Radiologia	17.775	0,88
Endodontia	2.745	0,14

Benefícios	Quantidade de atendimentos	Média total
Prevenção	22.428	1,11
Ortodontia	2.239	0,11
Outras	58	0,00
Total	860.371	42,39
N. de beneficiários	20295	

Fonte: Divaf

### Quadro 85

Evolução do número de beneficiários e variação percentual – 1999/2010

ANO	Titulares	Dependentes	Total	Variação %
1999	4.964	10.540	15.504	
2000	4.956	10.858	15.814	1,999
2001	4.918	11.152	16.070	3,651
2002**	4.921	10.428	15.349	-1,000
2003	4.963	10.808	15.771	1,722
2004	5.543	11.730	17.273	11,410
2005	5.470	11.620	17.090	10,230
2006	5.835	12.267	18.102	16,757
2007	5.873	12.354	18.227	17,563
2008	6.014	12.642	18.656	20,330
2009	6.078	12.738	18.816	21,362
2010	6.288	13.053	19.341	24,748
2011	6.661	13.634	20.295	30,902

Fonte: Divaf

\*\*redução de beneficiários – alteração rol dependentes

### Quadro 86

Outras informações administrativas/financeiras da Divaf

Atividades	Quantidade
N. de processos abertos	2.950
N. guias analisadas e pagas	236.683

**Quadro 87**

Número de beneficiários do Programa

Órgão	Titulares	Dependentes	Total
TRF	1.115	2.330	3.445
SJ/AC	123	295	418
SJ/AP	114	271	385
SJ/AM	206	413	619
SJ/BA	786	1.473	2.259
SJ/DF	821	1.517	2.338
SJ/GO	556	1051	1.607
SJ/MA	320	761	1.081
SJ/MT	286	554	840
SJ/MG	1.367	2.749	4.116
SJ/PA	328	700	1.028
SJ/PI	226	573	799
SJ/RO	173	387	560
SJ/RR	95	219	314
SJ/TO	145	341	486
<b>Total</b>	<b>6.661</b>	<b>13.634</b>	<b>20.295</b>

Fonte: Diane

**Quadro 88**Aplicação dos recursos *per capita*/mês

Despesas médico-hospitalares		Despesas odontológicas		Despesas administrativas		Despesas totais	
Total	Média mensal <i>per capita</i>	Total	Média mensal <i>per capita</i>	Total	Média mensal <i>per capita</i>	Total	Média mensal <i>per capita</i>
R\$ 52.819.185,92	R\$ 216,88	R\$ 11.674.031,12	R\$ 47,93	R\$ 9.453.240,06	R\$ 38,82	R\$ 73.946.457,10	R\$ 303,63

► **Outras atividades – Qualidade de vida e bem-estar social**

- Aguardando aprovação pela Corte Especial de proposta de alteração do Regulamento Geral do Pro-Social – apreciado e aprovado pelo Conselho Deliberativo do Pro-Social na Sessão de 15/12/2010.

- Conclusão do mapeamento dos processos de trabalho da Secbe e encaminhamento à Secin para que seja feita a integração do sistema Benner ao e-Admin.

- Continuação das análises e monitoramento microbiológicos e físico-químicos dos alimentos servidos no restaurante, ar e água dos galões, por meio de contrato com a empresa Sabinbiotec.

- Conclusão do processo de digitalização das pastas cadastrais, criando, assim, um banco de dados geral dos beneficiários do TRF e da SJ/DF, proporcionando um acesso rápido e atualizado dos dados cadastrais e um atendimento mais dinâmico e seguro.

## **Modernização e Tecnologia da Informação**

► **Processo Digital da 1ª Região – e-Jur**

O sistema Processo Digital da 1ª Região – e-Jur foi premiado pelo Centro de Estudos de Justiça das Américas (Ceja) no IX Seminário de Gestão Judicial e Acesso à Justiça, ocorrido na Costa Rica em dezembro de 2011. Tendo sido o único projeto selecionado na área processual, o e-Jur passou a ser considerado referência nas Américas. O sistema encontra-se em funcionamento no Tribunal e na quase totalidade das seções judiciárias da 1ª Região, restando apenas a Seção Judiciária de Minas Gerais para concluir a implantação.



Foto: Ceja

Apresentação do e-Jur no IX Seminário de Gestão Judicial e Acesso à Justiça

O e-Jur contempla os sistemas abaixo descritos, com suas respectivas melhorias em 2011.

- sistema GPD – Sistema para Gerência de Processos Digitais de 1º e 2º graus.

**Principais melhorias:** possibilidade de tornar o processo público e de apresentar processos pré-cadastrados (2º grau); inclusão do atributo “justiça gratuita no 1º grau” e do botão “gerenciar documentos” na tela “ver histórico”; criação dos serviços “tramitar processo para uma localização”, “estorna última tramitação”, “listar localizações de uma lotação” “trocar acervo de lotação” e do serviço para permitir troca de acervo (2º grau); ajuste no botão “nova consulta”; implantação de “apensos do Juris” e “dependente do Juris” na tela do gerenciador de documentos, da rotina “lançar movimentação”, da data/hora atual dos bancos de dados locais (com conversão de datas em horário de verão); da citação/intimação de partes do processo no GPD; melhoria na rotina “lançar movimentação”; na consulta “tipo de movimentação”; migração do GPD para o ambiente do Amapá; descentralização (TRF1); alteração do “registrar” por “assinar sem certificado digital”; preparação do GPD para trabalhar com TRF1Doc (2º grau).

- RED – Repositório Eletrônico de Documentos

**Principais melhorias:** intensificação da transferência de documentos armazenados nos bancos de dados para o sistema de arquivo, reduzindo os custos de manutenção dos bancos de dados e otimizando o uso da rede de comunicação do Tribunal. Destinado aos sistemas do TRF 1ª Região e-AVS, G-Doc, e-Siam, PJD-EF, e-Doc, e-Digitalizador, Gp-Doc, Siouv, e-Admin.

- e-Digitalizador – Sistema para Digitalização de Documentos a serem utilizados pelo e-Jur.

**Principais melhorias:** inclusão de situações nas estatísticas; duplicação de documentos; ordenação na consulta de documentos; mensagem do documento com situação “recusado”; correção da mensagem de erro vazia ao cancelar consulta; envio de documentos em lote (para um ou dois documentos); gravação de documentos na pasta “aprovados”; desenvolvimento das funcionalidades: gerenciador de processos e exclusão de documentos; correção de erros de: estatísticas de produção, consulta de documentos, situações dos documentos, leiaute do sistema; inclusão de zeros à esquerda do número do processo em nova digitalização; controle da qualidade de digitalização padrão (preto e branco); inclusão de teclas de atalho.

- e-Proc – Sistema de Peticionamento Eletrônico: permite ao jurisdicionado encaminhar à Justiça Federal da 1ª Região petições via internet.

**Principais melhorias:** alteração do módulo de validação presencial permitindo o cadastro de OABs pelos servidores da Justiça; alteração do módulo de envio de arquivos com a implementação da validação do arquivo como sendo do tipo PDF; implantação de auditoria nas tabelas do sistema; gravação do *hash* (identificador único de um arquivo) dos arquivos nos formatos MD5 e SHA1, do número de identificação do RED, para processos digitais e para petições incidentais, e do nome ori-

ginal do arquivo para permitir a auditoria sobre os arquivos enviados.

- e-Cint – Sistema de Citação e Intimação Eletrônica: permite o envio de citações e intimações via internet às entidades e advogados.

**Principais melhorias:** implementação da monitoria de disponibilidade das seções pelo NOC; alteração da consulta processual; inclusão de novos controles para identificar o motivo do cruzamento de seções; verificação de seção cruzada e impedimento de *login* no caso de uma seção cruzada; adaptação do e-Cint antigo; desenvolvimento do e-Cint para o 1º grau (Processual); integração com o GPD para a inclusão de citação e intimação via barramento de serviço; desenvolvimento do e-Cint para o 2º grau (Juris). Neste ano, apenas nos JEFs, cadastraram-se no e-Cint 86 advogados particulares e 13 entidades públicas. Com isso, 465 advogados particulares e 119 entidades públicas utilizam o sistema de citação e intimação eletrônica dos JEFs da 1ª Região.

- Sistema de Consulta Processual de 1º grau: permite consulta da movimentação, dos dados e de documentos digitais, dos processos do 1º grau, via internet.

**Principais melhorias:** reformulação do sistema de consulta de processos anterior visando a um melhor aproveitamento dos recursos computacionais; atualização da linguagem de desenvolvimento para a versão 5.2 do PHP; criação de uma aplicação única para consulta de processos dos sistemas Processual, JEF e PJD; criação da possibilidade de resultado da consulta da pesquisa pelo nome da parte; melhoria da interatividade do processo de abertura de documentos evitando a atualização da página; adoção de recursos de acessibilidade como a possibilidade de mudança do tamanho da letra e o contraste da página; inclusão de relatório de acessos aos documentos do processo; aplicação

de novo leiaute com a visualização dos dados dividida em abas para diminuir a rolagem da página.

- **Processual** – Sistema de Registro e Acompanhamento das Movimentações Processuais de 1º grau: permite o gerenciamento e o controle na tramitação dos processos judiciais de 1º grau.

**Principais melhorias:** implementação de novas funcionalidades referentes à Numeração Única; aumento da integração do Sistema Processual com os sistemas e-Jur e Juris; desenvolvimento de nova rotina para triagem das petições incidentais referentes a processos digitais; desenvolvimento de nova rotina de estorno de movimentação processual; redistribuição de processos em decorrências da criação de novas varas; novo cadastro de requisições de pagamento em decorrência da EC 62/2009; desenvolvimento de funcionalidade para retornar a classe anterior dos processos de execução de sentença (classe 4100); desenvolvimento de rotina para atribuição de processos à juiz de forma agendada.

- **Juris** – Sistema de Acompanhamento de Processos Judiciais do TRF 1ª Região: permite o gerenciamento e o controle da tramitação dos processos judiciais de 2º grau.

**Principais melhorias:** ajustes na estrutura de apensamento de processos para atender processos em formatos distintos (físico/digital); resolução de problemas na rotina de recebimento de petições iniciais vindas do e-Proc quando existem documentos duplicados; revisão do mecanismo de contadores de distribuição, em virtude do Processo 7.246/2010; vinculação de processos em fase de cumprimento de acórdão para o presidente da Seção — a partir da alteração da classe; inclusão de mecanismo para indicar a situação da parte; busca de dados do 1º grau para autuação de recursos; adaptações em registros de relator e criação de fase; manutenção de

consulta de processos no GPD; revisão da rotina de cadastro inicial — comarca.

### ► **Sistema de Gestão Administrativa Integrada – e-Admin**

O Sistema de Gestão Administrativa Integrada – e-Admin, implantado pela Portaria/Presi/Secin 445 de 3 de novembro de 2011, tem por objetivo permitir a criação, o controle e a guarda de documentos e processos administrativos digitais na 1ª Região, com integração aos sistemas internos e externos (Siafi, Siasg, Malote Digital etc.), favorecendo a elaboração e o controle de projetos institucionais. Permite a gestão integrada de todas as atividades administrativas da 1ª Região. Contempla os sistemas abaixo descritos com suas respectivas melhorias em 2011.

1. **e-Sosti** – Sistema de Atendimento a Solicitações de TI: permite a gestão e o controle das solicitações de atendimento a TI e da execução dos serviços de TI pelas empresas contratadas.

2. **e-Sisad** – permite o gerenciamento e o controle de documentos e processos administrativos digitais.

3. **e-Eleição** – Sistema de Eleição Eletrônica: permite o cadastramento e a votação de magistrados para a ocupação de cargos na Justiça. Em 2011, o sistema foi utilizado na condução de 77 eleições/referendas em 14 sessões. Melhorias: construção de relatórios e emissão da ata de resultados da eleição.

4. **e-Conciliador** – Sistema de Controle de Cadastro de Candidatos a Conciliadores: permite o cadastramento, via formulário *Web*, dos candidatos a conciliadores, e gerencia a seleção dos candidatos.

5. **e-Guardião** – Sistema de Gerenciamento de Permissões e Segurança e de Geração de Auditorias de Ações do Sistema e-Admin.

### ► Outros sistemas – atualizações e melhorias

- Siate – Sistema de Atendimento, Acompanhamento e Controle de Serviços: permite o cadastramento de solicitações de serviços.

**Situação atual:** projeto descontinuado para a área de tecnologia da informação; em funcionamento para as demais áreas de atendimento.

- SFP – Sistema de Folha de Pagamento: realiza o cálculo da folha de pagamento dos servidores e magistrados ativos, inativos e pensionistas, bem como permite a disponibilização de relatórios gerenciais financeiros, a manutenção e controle das informações e a exportação de informações para sistemas externos (Dirf – Rais – Gfip).

**Principais melhorias:** alteração na rotina que confere o fechamento da folha; alteração no cálculo de AQ (especialização) para servidores inativos; criação de rotina de interface entre o Sistema Pro-Social (Benner) e o Sistema de Folha de Pagamento; alteração no cálculo de PSS para pensionistas (pensão civil); alteração na rotina de cálculo de substituição de função comissionada; alteração na rotina de cálculo de hora extra; desenvolvimento de rotina para baixar na folha dados de planilha *Excel* e efetuar o cálculo de imposto de renda e PSS (exercícios anteriores); apuração e disponibilização em arquivo para o TCU, de dados cadastrais e financeiros de todos os servidores (ativos, inativos e pensionistas); alteração no cálculo de PSS para pensionistas (pensão civil – isenção de IR – considerando o teto da previdência em dobro, no cálculo do PSS); automação no cálculo da rubrica 614023 (diferença de custeio de auxílio-alimentação); desenvolvimento de rotina para cálculo diferenciado de 1/3 de férias com decisão judicial (isento de Imposto de Renda); automação no cálculo de GAE e GAS; automação na importação de quintos/décimos do Sarh; ajustes diversos para o cálculo da fo-

lha de gratificação natalina; e ajustes diversos para o processamento da Dirf.

- Sistema de Cálculo de Custas: facilita o cálculo de custas e despesas processuais de feitos da 1ª Região e integra-se ao *site* do Tesouro Nacional para gerar a GRU preenchida.

**Principais melhorias:** adequação do sistema à Portaria/Presi/Corej 84 de 14/02/2011.

- Sistema de Controle da Execução Orçamentária – CEO, inicialmente desenvolvido em linguagem VBA, migrou para a plataforma *Web*, em razão do crescimento de suas funcionalidades e do volume das informações orçamentárias da Justiça Federal, a fim de garantir sua melhoria.

**Fase atual:** em desenvolvimento, com 90 % dos serviços concluídos, uma versão do sistema que prevê maior vigor no gerenciamento das informações controladas, com intuito de reduzir o tempo de resposta, ampliar a abrangência e interligar os dados entre as seccionais. A fase de testes está prevista para o início de 2012.

- Sistema Catálogo Telefônico: substitui o catálogo telefônico em papel.

**Principais melhorias:** correção do problema de arrastar itens da árvore de lotação.

- Sistema de Monitoria de Aplicações da Internet: permite a monitoria contínua do funcionamento dos Sistemas de Consulta Processual e do Sistema de Peticionamento Eletrônico e-Proc.

**Principais melhorias:** criação de serviços para monitorar o adequado funcionamento da abertura de documentos dos processos em todas as seções e subseções judiciárias, a disponibilidade do banco de dados e o envio de arquivos de petição pelo e-Proc.

- Sistema de Lotação Inicial: permite aos magistrados a escolha de sua lotação, após sua aprovação no processo seletivo.

- Portal do TRF1: conjunto de informações e serviços do Tribunal, seções e subseções judiciárias disponíveis ao público geral na intranet/internet.

**Principais melhorias:** em andamento o projeto para implantação de um novo portal para o TRF1 e seções judiciárias, que está na fase de testes e homologação.

- Sarh – Sistema de Administração de Recursos Humanos: permite o gerenciamento dos dados funcionais de magistrados, servidores, estagiários e mantém o cadastro dos prestadores de serviço.

**Principais melhorias:** elaboração de relatórios *Web*, solicitados pela Asmag, para listar magistrados convocados, juizes por antiguidade, diretores de foro e das subseções, composição de turmas recursais, coordenadores de juizados especiais, composição de comissões do TRF1; alteração do Sistema de Férias dos Magistrados para correção de erros e inclusão de novas funcionalidades (solicitação da Corregedoria); adequação das rotinas do Adicional de Qualificação às regras da Resolução 126/CJF; elaboração de relatórios para atender à Meta 6/2009 (gestão de pessoas e gestão de processos); elaboração de relatórios sobre funções gerenciais para atender à Resolução 3/CJF; desenvolvimento de *scripts* para gerar arquivos XML com os dados cadastrais dos servidores da 1ª Região para serem encaminhados ao Ministério da Previdência (Atuária); alteração de rotinas do PSPR para atender a Resolução Presi/Cenag 12/2011; desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento de Capacitação dos Magistrados (*Web*) para ser utilizado pela Esmaf; início do desenvolvimento do módulo de cadastramento eletrônico dos certificados para fins de concessão do Adicional de Qualificação; adequação do módulo dos terceirizados para permitir os históricos de lotação, cargos e empresas; conclusão do módulo de cálculo de aposentadoria dos servidores; desenvolvimento de *scripts* para gerar arquivo XML das Serventias da

1ª Região para ser encaminhado ao CJF; programas para levar e atualizar dados do Sarh para o módulo “Pessoa” do OCS – dados utilizados pelo Sistema e-Admin; desenvolvimento do Sistema de Contagem de Tempo para Aposentadoria; e programas para o fornecimento de dados do Sarh para o Sistema de Controle de Frequência – Forponto.

- Sistema TRF1DOC – editor de textos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região: gerencia documentos do processo digital.

**Principais melhorias:** implantação do TRF1Doc no 1º e 2º graus; implantação das minutas, criação do “anexar documento”; criação da assinatura em lote, criação da integração com CVD, descentralização do TRF1Doc; possibilidade de criar modelo a partir de uma minuta; restrição do “gerenciar minutas” para perfil de administrador.

- e-AVS – Sistema de Autorização de Viagem a Serviço: permite gerenciar os procedimentos de viagem a serviço, controlar os valores adiantados para as diárias e suprimento de fundos e realizar a prestação de contas e o controle de passagens.

**Principais melhorias:** liquidação e correção financeira; criação do módulo de controle interno – diária em equipe; correção “unidade requisitante”.

- e-CVD – Catalogador Virtual de Documentos: arquivava determinadas peças processuais provenientes de processos digitais e processos físicos.

**Fase atual:** em desenvolvimento.

- e-TAA – Sistema de Autoatendimento: permite a consulta de movimentação processual.

**Principais melhorias:** correção de listagem para não imprimir informações sobre localizações físicas marcadas como reservadas.

- e-Siam – Sistema de Controle de Afastamento de Magistrados: controla os afastamentos de todos os juizes da 1ª Região e permite a auto-

rização e o controle dos afastamentos de magistrados.

**Principais melhorias:** compatibilização do e-Siam com o Sarh; correção da recuperação da lotação do magistrado; criação de opção para mutirão itinerante.

- PJD-EF – Processo Judicial Digital – Execução Fiscal: controle virtual das varas de execuções, conhecida como Execução Fiscal Virtual.

**Principais melhorias:** manutenções corretivas na integração RED x PJD para a remessa de processos para o 2º grau.

- SNCJ – Sistema Nacional de Cálculo Judicial: disponibiliza recursos e ferramentas de apoio à elaboração dos cálculos judiciais e permite às varas a atualização dos cálculos já elaborados no sistema. Destinado às contadorias das cinco Regiões da Justiça Federal.

**Principais melhorias:** reformulação e criação da rotina que faz toda a observação de correção monetária e de juros, essencial para implantação do módulo de múltiplos encadeamentos; aperfeiçoamento no cálculo de férias do módulo de reajuste salarial; vinculação da base de dados das seções e subseções do TRF3 para a seção de São Paulo; aperfeiçoamento no cálculo de 13º salário do módulo de INSS; implantação do Sistema de Cálculo nas novas subseções da 1ª Região; análise para atualização da base de dados do Siape; trabalhos do Comitê Técnico do Sistema Nacional de Cálculos Judiciais da Justiça Federal, instituído pelo CJF.

- JEF Virtual – Sistema dos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais: permite o protocolo, o cadastramento, o trâmite e o controle dos processos judiciais virtuais dos JEFs e das Turmas Recursais da 1ª Região.

**Principais melhorias:** declínio de competência, remessa de processos virtuais do JEF/

Uberlândia (e-JUR) à TR/BH (JEF Virtual); inclusão automática de documentos do RED do JEF Virtual; remessa do JEF-AP para TR/PA; criação de nova rotina de impressão/geração de documentos em lote; padronização das caixas de tramitação SJ/MA e SJ/GO; desenvolvimento de rotina de informações a serem disponibilizadas à PR/DF; atualização de rotina de informações disponíveis à PRR1; cancelamento automático de audiências ao se lançar movimentações de “devolvidos com sentença”; apensamento entre processos virtuais no JEF Virtual; apensamento entre processos virtuais do JEF Virtual e processos físicos (processual-*Oracle*); inclusão de filtro dos processos que estão em segredo de justiça; inclusão da citação dos réus como pessoa física, assim como a possibilidade de intimação através de seus advogados; inclusão de classificação por assuntos na geração da publicação; implantação de folha de rosto para as petições eletrônicas recebidas via triagem (vara JEF e TR) e no anexador automático do JEF Virtual; atualização da rotina de geração de documentos a serem enviados para a TNU e confecção de manual de orientações acerca desse procedimento; atualização e correção da rotina de RE-STF.

- Precatórios – Sistema de Acompanhamento e Pagamento de Requisições do TRF 1ª Região: permite o gerenciamento e o controle do pagamento de RPs e precatórios, além da prestação de contas à União.

**Principais melhorias:** programa para assinatura e inserção eletrônica de documentos PDF genéricos na base de dados; programa de geração de relatórios para identificação de inconsistências nos ofícios de saque e depósito; programa de geração de relatórios para identificação de depósitos sem saque; inclusão e alteração de regras de processamento das requisições de pagamento eletrônicas; programa para identificação e alteração de destino de ofícios de saque e depósito de pro-

cessos redistribuídos no decorrer do trâmite das requisições; alterações no relatório gerado para a AGU; alterações na geração de ofícios de saque e depósito; inclusão de mecanismo de certificação digital de ofícios de saque de comarca; alteração na estrutura de geração do arquivo de dados para o CJF; alterações no cadastro e processamento de requisições de pagamento federais e de comarca; alterações nos relatórios discriminativos de requisições de pagamento; inclusão de filtros no processamento de informações vindas do Banco do Brasil e CEF.

- EEM – Envio Eletrônico de Matérias: permite a formatação, a tramitação e o envio de documentos que compõem as peças processuais, entre as origens (gabinetes e outros) e as processantes.

**Principais melhorias:** adaptações no “envio eletrônico” e “novo envio” para o mutirão e para as novas turmas suplementares; adaptação da macro do “envio das seções judiciárias para o mutirão”; implementação do registro e impressão da “guia de remessa” no “novo envio”; inclusão da classificação de documentos no “novo envio”; adaptação do “novo envio” para captura do número do incidente na reserva de documentos; implementação de controle de erros no “novo envio”, com captura da tela e envio de *e-mail* com a descrição do erro para os técnicos responsáveis; implantação do programa de conferência de publicações nas processantes que utilizam o “novo envio”

- G-Doc – Sistema Gerenciador Eletrônico de Documentos para o 2º grau: permite o gerenciamento dos documentos de processos físicos e digitais no 2º grau.

**Principais melhorias:** adaptações para o mutirão e novas turmas suplementares; adaptação para captura do número do incidente na reserva de documentos; inclusão de ofícios; inclusão do módu-

lo de assinatura (certificação digital) no projeto do G-Doc Servidor; reformulação do programa de geração de PDFs para assinatura para torná-lo mais rápido.

- Taquigrafia – Sistema de Envio de Notas Taquigráficas: auxilia o envio de notas taquigráficas para os gabinetes e as coordenadorias de turmas.

**Principais melhorias:** adaptações no sistema para o mutirão e as novas turmas suplementares; entrada em produção do módulo de apanhamento (espelho) no sistema de taquigrafia.

- CVD – Catalogador Virtual de Documentos: sistema de catalogação de acórdãos, atas, audiências, decisões, despachos, mandados de prisão, sentenças e termos de fiança, que tem por objetivo substituir o livro de registros.

**Principais melhorias:** alteração das pesquisas relacionadas aos magistrados para validar os juízes nas tabelas do processual; implementação de módulo de exclusão de sentenças para uso interno da equipe técnica; reestruturação da rotina de gravação do CD, corrigindo a logística e incluindo tempo de gravação e estimativa para facilitar as gravações mais pesadas.

- Sistemas da Jurisprudência: permite o cadastramento, a análise e a pesquisa textual da jurisprudência do Tribunal; disponibiliza documentos com pesquisa textual na intranet/internet no Tribunal; inclui os programas de atualização de dados de acórdãos, súmulas, acórdãos e súmulas do JEF, decisões monocráticas, análise comparativa, arguições e programa de pesquisa textual.

**Principais melhorias:** projeto Pesquisa Textual *Google* nas bases de jurisprudência; início da implementação da nova metodologia de cargas de decisões monocráticas; reformulação no serviço para se trabalhar tabelas ao invés de diretórios.

► **Outros sistemas – implantação**

1. DataMart Mutirão Judiciário em Dia: ferramenta de gestão do projeto mutirão Judiciário em Dia, permite a emissão de relatórios baseados em replicação de dados.

2. Relatório de Acórdãos Publicados: relatório desenvolvido no sistema *Oracle*, baseado em informações do sistema Juris, para o acompanhamento das certidões de julgamento não publicadas no 2º grau; ferramenta de auxílio ao controle da Meta 4/2010 (processos publicados em até 10 dias).

► **Sistemas terceirizados**

1. Sistema e-Pro-Social (Benner) – Concluída, em abril, a implantação em toda a 1ª Região do Sistema Informatizado para o Pro-Social (Benner), que proporciona gerenciamento eficiente do Programa no Tribunal e nas seccionais.

2. Sistema Pergamum – sistema de gerenciamento de bibliotecas que atende a toda a 1ª Região, o Pergamum, acessível por meio da internet/intranet, permite ao usuário efetuar pesquisas e outras funcionalidades referentes ao empréstimo de livros.

► **Aquisições e contratações**

• Celebração de contrato com a empresa GVT, aumentando a velocidade do circuito redundante para acesso à internet de 36 Mbps para 100 Mbps.

• Aquisição de 8 terminais de autoatendimento para instalação nas dependências do TRF 1ª Região.

• Aquisição de 1.205 impressoras *laser* para instalação na 1ª Região, visando à substituição dos equipamentos sem garantia e sem cobertura contratual.

• Aquisição de ativos de rede para substituição dos equipamentos nas Seções Judiciárias de Minas Gerais, Bahia, Pará, Goiás, Distrito Federal e Piauí.

• Aquisição de 1.650 leitores óticos para atendimento à demanda da 1ª Região.

• Aquisição de um equipamento *storage* e *switches* para atendimento à demanda do Processo Digital.

• Contratação de serviços técnicos de TI para atendimento de primeiro, segundo, terceiro e quarto níveis para o TRF 1ª Região.

• Contratação de serviços técnicos de TI para atendimento de segundo, terceiro e quarto níveis para as 14 seções judiciárias da 1ª Região.

• Contratação de serviços de gestão e monitoria de TI do TRF 1ª Região.

• Contratação de serviços técnicos de sustentação de infraestrutura do TRF 1ª Região.

• Contratação de serviços técnicos para manutenção e desenvolvimento de sistemas para a 1ª Região.

• Aquisição e instalação de equipamentos de informática para equipar as novas varas federais instaladas em 2011.

**Quadro 89**

Requisições de serviço atendidas

Ano	Número de requisições de serviço atendidas
2010	36.573
2011	43.607

## Administração geral

### ► Licitações, compras e contratações

Em 2011, todas as aquisições e contratações foram efetuadas por pregões eletrônicos, em cumprimento ao Decreto 5.450/2005, sendo algumas pelo Sistema de Registro de Preços, nos termos do Decreto 3.391/2001. Foram realizados 133 pregões, sendo 114 concluídos, 10 revogados, um cancelado, dois suspensos, quatro pendentes de análise e dois aguardando abertura.

Quanto às atividades desempenhadas para viabilizar os processos de aquisição de materiais e contratação de serviços, merece destaque a transferência, a partir de maio, da realização de cotação eletrônica e lançamentos das dispensas e inexigibilidade de licitação no Sistema Eletrônico de Compras – Sidec para o Sistema Grande Porte para a *web* – portal *comprasnet* – implantado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

### Quadro 90

Licitações realizadas em 2011

Modalidade	Quantidade	Valores estimados (R\$)	Valores adjudicados (R\$)	Valores economizados (R\$)	Percentual economizado
Pregão eletrônico	91	42.870.644,74	32.144.895,25	10.725.749,49	25,02%
SRP	23	17.293.600,17	10.346.212,90	6.947.387,27	38,76%
<b>Total</b>	<b>114</b>	<b>60.164.244,91</b>	<b>42.491.108,15</b>	<b>17.673.136,76</b>	<b>29,37%</b>

### Quadro 91

Registro de preço

	Quantidade
Atas gerenciadas pelo TRF	42
Adesões às atas de registro de preços	51
Atendimento às solicitações dos órgãos interessados nas atas gerenciadas por este TRF	320
Aquisições por ata de registro de preços	39

### Quadro 92

Compras e contratações

Atividades	Quantidade
Dispensas de licitação	286
Inexigibilidade de licitação	25
Cotação eletrônica	10

Atividades	Quantidade
Inclusão de empresas cadastradas no Sicaf	34
Atualizações de documentos de empresas no Sicaf	840
Renovação de cadastramento no Sicaf	128
Notas de empenho encaminhadas	340
Cartas de capacidade técnica emitidas	30
Laçamentos de penalidades no Sicaf/Sicam	58
Minutas de contratos e aditivos	244
Reajustes/repactuações	27
Análise de notas fiscais/faturas	2.291

► **Convênios – termos de cooperação – protocolos de intenção firmados**

**Quadro 93**

Convênios/acordos/termos de cooperação/protocolos firmados

Data	Instituição	Tipo de instrumento	Objeto
11/01	Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	Convênio	Desenvolver e realizar eventos de educação corporativa, presenciais e a distância, visando à capacitação, ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento dos servidores dos órgãos conveniados
16/03	Caixa Econômica Federal – CEF	Acordo de cooperação (CNJ, CJF, TRF1, Emgea E CEF)	Propiciar ambiente adequado à realização de mutirões de conciliação processual e pré-processual para a prevenção, composição e solução de litígios relativos a débitos de pessoas físicas, oriundos de contratos com garantia imobiliária
12/04	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT	Acordo de cooperação	Estabelecer cooperação técnica entre o TRF1 e o TJDFT para intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, visando à capacitação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, ao desenvolvimento institucional e da gestão pública, mediante a implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo e de atividades complementares de interesse comum
26/07	Tribunal de Contas da União – TCU	Acordo de cooperação	Estabelecer cooperação técnica entre o TRF1 e o TCU para intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, visando à capacitação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, ao desenvolvimento institucional e da gestão pública, mediante a implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo e de atividades complementares de interesse comum

Data	Instituição	Tipo de instrumento	Objeto
23/08	Faculdade Anísio Teixeira – FAT	Convênio	Instalação na Faculdade Anísio Teixeira de um posto avançado de atendimento do JEF adjunto da Subseção Judiciária de Feira de Santana/BA
31/08	Prefeitura do Município de Teresina/PI	Termo de cooperação	Viabilização de acesso da comunidade escolar local às instalações da Justiça Federal do Município de Teresina e realização de eventos sobre o funcionamento da Justiça na sociedade, por meio do projeto educacional “Justiça Federal na Escola”
16/09	Conselho Nacional de Justiça – CNJ	Convênio	Possibilidade de acesso às informações registradas no Sinapi – SIP-CI, nas opções funções e perfis, para fins de consulta e obtenção de informações, de acordo com a abrangência atribuída ao gestor do sistema em que houve a solicitação de acesso
17/10	Banco Santander (Brasil) S.A	Convênio	Processamento de folha de pagamento, efetuando os créditos dos valores estipulados aos servidores
21/10	Associação Pré-Cooperativa dos Catadores de materiais recicláveis	Termo de compromisso	Doação de material reciclável às cooperativas/associações de catadores de materiais recicláveis para fins de reciclagem
25/11	Supremo Tribunal Federal – STF	Acordo de cooperação	Estabelecer condições para a divulgação, pela TV Justiça, de programa de cunho educativo, produzido pelo TRF1, observada a legislação em vigor
25/11	Supremo Tribunal Federal – STF	Acordo de cooperação	Estabelecer condições para a exibição, pela Rádio Justiça, de programa de cunho educativo, produzido pelo TRF1, observada a legislação em vigor

### ► Material e patrimônio

O controle e guarda de material e patrimônio demandou, ao longo do ano, a realização das seguintes atividades:

- eliminação, em 100%, das requisições de materiais manuais com a implantação das requisições pelo Sistema de Aquisição e Controle de Material e Serviço – Sicam, de forma a evitar inconsistências no estoque decorrentes do extravio ou ausência de lançamento/cadastramento;

- otimização dos estoques de suprimentos de informática, em relação à reposição de cartuchos, em conformidade com a desativação de impressoras, de forma a evitar desperdício e má gestão do orçamento;

- readequação do planejamento e controle da gestão de estoques, com a manutenção de itens de caráter geral com saldo para atendimento da demanda para o prazo de até 12 meses;

- ações iniciais para identificação de materiais: itens obsoletos ou com data de validade vencida, para propor a baixa do estoque;

- adoção de novas rotinas relativas à conferência de materiais em estoque, visando à minimização das perdas por deterioração/desvio de materiais, com a realização de inventários periódicos por categoria;

- otimização da distribuição física dos depósitos, visando à redução da área, sem prejudicar a movimentação física;

- implementação de rotinas internas para a efetividade da gestão patrimonial, relativamente à devolução de relação de bens e termos de responsabilidade pelos agentes consignatários, com a adoção plena do Siate, mediante controle de devolução de termos de responsabilidade, com emissão de recibo de entrega de termos e emissão de memorandos de solicitação de devolução de termos assinados;

- acompanhamento constante da movimentação dos bens móveis, mediante a adoção dos

seguintes procedimentos: uso do Siate como instrumento central para pedidos de recolhimento, substituição e solicitação de bens; controle contínuo dos termos de responsabilidade, visando à manutenção do arquivo regularizado;

- encaminhamento de processos para diligências, para os bens que permaneceram na condição de não localizados após a conclusão do inventário de bens de 2010;

- início do projeto para identificação dos custos de processo de apuração de bens não localizados.

### Quadro 94

Atividades da área de material e patrimônio

Edital de desfazimento	11
Termo de referência	56
Requisição de material	4.846
Termo de cessão	95
Termo de doação	17
Termo de baixa	12
Termo de responsabilidade	2.891
Livros tombados	1.899
Outros bens tombados	877
PAM grupo 30	216
PAM grupo 52	77
Nota fiscal	444

#### ► Veículos

No Tribunal, a frota composta por 74 veículos, atendeu 14.655 solicitações de viatura/motorista. Quanto à manutenção, registraram-se, até o dia 21/12/2011, 67 atendimentos, totalizando um valor de R\$ 50.023,88.

#### ► Engenharia e manutenção

No exercício de 2011, merecem destaque, entre as atividades de engenharia e manutenção, a elaboração de leiaute para ocupação dos edifícios do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, a reforma das ins-

talações da Presidência para criação de conjunto de salas denominado Espaço Orlando Gomes, a obra do Espaço VIP do Plenário, as obras de construção da nova sede do TRF 1ª Região no SAF/SUL (3ª etapa – estrutura em concreto armado), a reforma da cobertura da Base Operacional, a contratação de serviços de reformas das unidades do Tribunal, a modernização de instalações e a instalação e manutenção das varas federais criadas pela Lei 12.011/2009.

Foram realizadas manutenções preventivas e corretivas das instalações do Tribunal, por meio do atendimento a 3.924 requisições de serviços efetuadas pelo Sistema de Atendimento, Acompanhamento e Controle de Serviços – Siate.

### Quadro 95

Serviços e obras executadas

Descrição dos contratos	Local de aplicação	Valor anual (R\$)
Fornecimento e instalação de carpete	Plenário e Presidência	52.147,63
Contratação para serviços de escoramento da estrutura do teclado da Base Operacional	Base Operacional	123.900,00
Fornecimento e instalação de divisórias	Edifícios do TRF	298.546,00
Fornecimento e instalação de divisórias	Presidência	13.239,00
Serviços de impermeabilização	Edifícios do TRF	327.008,33
Fornecimento e instalação de porta de vidro da sala de reunião da Presidência	Presidência	3.970,55
Reforma dos móveis da Presidência	Presidência	13.270,00
Fornecimento e instalação de películas	Edifícios do TRF	4.434,13
Serviços de limpeza e substituição do filtro de água	Ed. Dona Marta	160,00
Fornecimento e instalação de corrimão	Plenário – Sede I	1.171,94
Aquisição de materiais diversos	Edifícios do TRF	5.981,13
Fornecimento de vidros	Edifícios do TRF	3.869,00
Substituição da cobertura da Base Operacional	Base Operacional	695.000,00
Obra do Espaço VIP do Plenário	Edifício-sede I	336.699,00
Obra da cobertura da Base Operacional	Base Operacional	695.000,00
Confecção e fornecimento de placa metálica, em aço escovado, com gravação em baixo relevo de brasão personalizado do TRF – sala de reuniões da Presidência	Edifício-sede I	
Confecção de Painel de Bandeiras – Plenário	Edifício-sede I	5.300,00

Descrição dos contratos	Local de aplicação	Valor anual (R\$)
Construção do edifício-sede no SAF/SUL (3ª etapa – estrutura em concreto armado)	Nova sede do TRF	22.420.563,04
Aumento da demanda contratada para fornecimento de energia elétrica horo-sazonal	Edifício-sede II	112.114,32
Aquisição de disjuntores para instalação nos quadros de distribuição de energia – PDUs	CPD no edifício-sede II	606,00
Aquisição de materiais elétricos para instalação no quadro geral de baixa tensão – QGBT	Edifício-sede I	4.295,86
Aquisição de materiais para instalação de televisões	Edifício-sede I e II	4.572,60
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção no grupo motor gerador	Centrejufe	1.286,00
Fornecimento de energia elétrica horo-sazonal para novos edifícios deste Tribunal (antigos sede e anexo do TSE).	Edifício anexo	9.093,71
Análise de qualidade do ar	Edifícios-sede I e II e anexos	4.999,00
Manutenção corretiva de bomba de água servida	Edifício-sede II	580,00
Manutenção corretiva de bomba de água servida	Edifício-sede II	1.055,00
Aquisição de barreira eletrônica de porta do elevador de carga	Edifício-sede I	2.380,00
Instalação de equipamento de ar-condicionado, tipo <i>split</i> – gabinete do desembargador federal Olindo Menezes e outros locais	Edifício-sede I e II	12.421,00
Fornecimento de capa acolchoada para elevador de serviço	Edifício-sede II	1.800,00
<b>Total anual em serviços contratados (não contínuos)</b>		<b>22.581.066,53</b>

### Quadro 96

Especificações e projetos desenvolvidos (em fase de contratação)

Descrição dos contratos	Local de aplicação	Valor estimado (R\$)
Reforma dos sanitários	Edifício-sede I e II	412.876,36
Fabricação, fornecimento e montagem de mobiliário específico para Espaço VIP do Plenário	Edifício-sede I	147.097,50
Fornecimento de tapetes para o Espaço VIP do Plenário	Edifício-sede I	53.194,00
Serviços de revitalização da fachada do edifício-sede I do TRF 1ª Região	Edifício-sede I	176.053,97
Fornecimento e instalação de persianas para o Gabinete da Presidência.	Edifício-sede I	14.374,00

Descrição dos contratos	Local de aplicação	Valor estimado (R\$)
Elaboração de 70 leiautes diversos nas unidades do TRF	Edifício-sede I, sede II, Dona Marta, Cabo Frio, Funasa, Adriana.	-
Contratação de serviços de manutenção dos elevadores do edifício-sede e anexo I do TSE	Novos prédios do TSE	6.828,99
Contratação de serviços de manutenção do sistema de ar condicionado do edifício-sede e anexo I do TSE	Novos prédios do TSE	33.742,91
Contratação de serviços de manutenção em grupo motor-gerador, <i>no-breaks</i> e estabilizadores do edifício-sede e anexo I do TSE	Novos prédios do TSE, edifício-sede I e II, Dona Marta, Adriana e Centrejufe	25.241,20
Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção de Central Telefônica tipo PABX <i>Siemens HiPath 4000</i> , instalada no edifício-sede do TSE	Novos prédios do TSE	17.424,00
Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de equipamento para ampliação do PABX <i>Alcatel-Lucent Enterprise</i> localizada no TRF sede I, que servirá de interligação com central PABX <i>Siemens HiPath 4000</i> localizada no edifício-sede do TSE	Novos prédios do TSE	38.112,41
Manutenção preventiva e corretiva em <i>no breaks</i> da marca <i>American Power Conversion – APC</i>	Edifício-sede II (CPD)	6.930,00
Contratação de empresa especializada para execução de serviços com fornecimento de materiais e acessórios para montagem e remanejamento de divisórias em edifícios do TRF 1ª Região	Prédios do TRF	760.915,10
Contratação de empresa especializada para recuperação, fornecimento e instalação de vidros	Edifício-sede II e Adriana	7.772,57
<b>Total em fase de contratação (valor estimado)</b>		<b>896.967,18</b>

## Quadro 97

Apoio às seções e subseções judiciárias e novas varas

Estado	Local	Descrição	Situação
Bahia	Vitória da Conquista	Instalação do sistema VoIP	concluído
Estados da 1ª Região	Novas varas instaladas em 2011	Fornecimento, instalação a ativação de sistemas ininterruptos de energia ( <i>no-breaks</i> ), de acordo com as especificações técnicas obrigatórias e os quantitativos constantes deste contrato e seus anexos – novas varas	Em andamento

Estado	Local	Descrição	Situação
Estados da 1ª Região	Varas existentes atendidas em 2011	Fornecimento, instalação a ativação de sistemas ininterruptos de energia ( <i>no-breaks</i> ), de acordo com as especificações técnicas obrigatórias e os quantitativos constantes deste contrato e seus anexos – varas existentes	Em andamento

O Tribunal buscou dinamizar o planejamento, a execução e o monitoramento dos investimentos em obras e reformas por meio de viagens realizadas por engenheiros a unidades da Justiça Federal na Bahia, em Goiás, no Pará, em Roraima e Rondônia. Nas Seccionais de Goiás, Roraima, Pará, Piauí e Tocantins foram, inclusive, ministrados cursos com o tema “Obras Públicas no Poder Judiciário”.

► **Administração de Prédios**

A Justiça Federal da 1ª Região possuía, até o dia 31 de dezembro, 115 prédios, para abrigar as instalações do Tribunal, das seções e subseções judiciárias. Desses, 51 são próprios, 55 alugados e 9 cedidos, conforme demonstrado no quadro a seguir.

**Quadro 98**

Situação dos prédios da 1ª Região

Seções judiciárias	Capital/subseções	Quantidade de imóveis		
		Próprios	Alugados	Cedidos
Acre	Rio Branco	1		
Amapá	Macapá	1		
	Laranjal do Jari		1	
	Diapoque		1	
Subtotal AP		1	2	–
Amazonas	Manaus	4		
	Tabatinga	1		
Subtotal AM		5	–	–
Bahia	Salvador	3		
	Ilhéus	1		
	Campo Formoso		1	
	Barreiras		1	
	Feira de Santana		1	

Seções judiciárias	Capital/subseções	Quantidade de imóveis		
		Próprios	Alugados	Cedidos
	Juazeiro			1
	Jequié			1
	Paulo Afonso			1
	Guanambi		1	
	Eunápolis		1	
	Itabuna			1
	Irecê		1	
	Teixeira de Freitas		1	
Subtotal BA		4	7	4
	Distrito Federal	5		
Goiás	Goiânia	1	2	
	Anápolis		1	
	Luziânia		1	
	Rio Verde		2	
	Aparecida de Goiânia		1	
	Formosa		1	
	Uruaçu		1	
	Jataí			1
Subtotal GO		1	9	1
Maranhão	São Luís	2	1	
	Caxias	1		
	Imperatriz	1		
	Bacabal		1	
Subtotal MA		4	2	–
Mato Grosso	Cuiabá	1		
	Cáceres		1	
	Rondonópolis	1		

Seções judiciárias	Capital/subseções	Quantidade de imóveis		
		Próprios	Alugados	Cedidos
	Sinop		1	
	Diamantino			1
	Barra do Garças		1	
Subtotal MT		2	3	1
Minas Gerais	Belo Horizonte	5	2	
	São Sebastião do Paraíso		1	
	Passos		1	
	Patos De Minas		1	
	Montes Claros		3	
	Lavras		1	
	Varginha			1
	Pouso Alegre		2	
	Divinópolis		1	
	Sete Lagoas		1	
	Governador Valadares		3	
	Ipatinga		1	
	São João del-Rei		2	
	Juiz de Fora	1		
	Uberaba	1		
	Uberlândia	1		
	Paracatu		1	
	Unaí		1	
	Teófilo Otoni		1	
	Contagem		1	
Manhuaçu		1		
Muriae		1		
Ituitaba				
Subtotal MG		8	25	1

Seções judiciárias	Capital/subseções	Quantidade de imóveis		
		Próprios	Alugados	Cedidos
Pará	Belém	2		
	Marabá	2		
	Santarém	1		
	Altamira	1		
	Castanhal		1	
	Redenção		1	
Subtotal PA		6	2	–
Piauí	Teresina	2		
	Picos		1	
	Parnaíba		1	
Subtotal PI		2	2	–
Rondonia	Porto Velho	1		
	Ji-Paraná		1	
	Guajará-Mirim		1	
Subtotal RO		1	2	–
Roraima	Boa Vista	1		
Tocantins	Palmas	1		
	Araguaína		1	
	Gurupi			1
Subtotal TO		1	1	1
Total Seções		42	55	8
Trf - Sem Cabo Frio + Os dois do Tse		9		1
Total 1ª Região		51	55	9
Total de prédios da 1ª região		115		

## ► Execução financeira

**Quadro 99**

## Execução do orçamento

Projeto/atividade	Grupo de despesas	Destaques Recebidos	Provisões recebidas	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Valores pagos	Despesa executada por Insc. em RP não e proc
Outras despesas (exceto Prec./RPV)	Pessoal e encargos sociais		239.614.474,64	239.508.912,71	238.330.519,27	238.324.331,56	1.178.393,44
	Outras despesas correntes	5.142,00	94.339.809,07	92.691.533,02	73.596.194,27	73.294.452,14	19.095.338,75
	Investimentos		27.169.706,18	27.100.041,16	5.309.408,63	4.771.255,86	21.790.632,53
Subtotal		5.142,00	361.123.989,89	359.300.486,89	317.236.122,17	316.390.039,56	42.064.364,72
Precatório/RPV	Pessoal e encargos sociais		1.993.010.891,89	1.993.010.891,89	1.711.181.809,37	1.711.181.809,37	281.829.082,52
	Outras despesas correntes		2.102.009.805,72	2.102.002.304,99	2.100.142.129,47	2.100.142.129,47	1.860.175,52
	Inversões financeiras		124.463.458,92	124.463.458,92	123.100.015,67	123.100.015,67	1.363.443,25
Subtotal		0,00	4.219.484.156,53	4.219.476.655,80	3.934.423.954,51	3.934.423.954,51	285.052.701,29
Total		5.142,00	4.580.608.146,42	4.578.777.142,69	4.251.660.076,68	4.250.813.994,07	327.117.066,01

**Quadro 100**

## Execução do orçamento por categoria de gasto – precatório/RPV

Projeto/atividade	Grupo de despesa	Provisões recebidas	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Valores pagos	Desp executada por insc. em RP não proc.
Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado (precatórios) devida pela União, autarquias e fundações públicas	Pessoal e encargos sociais	1.301.359.100,89	1.301.359.100,89	1.301.359.100,89	1.301.359.100,89	
	Outras despesas correntes	954.728.272,72	954.720.771,99	954.720.771,99	954.720.771,99	
	Inversões financeiras	122.435.678,92	122.435.678,92	122.435.678,92	122.435.678,92	

Projeto/atividade	Grupo de despesa	Provisões recebidas	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Valores pagos	Desp executada por insc. em RP não proc.
Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais decorrente do pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor		2.378.523.052,53	2.378.515.551,80	2.378.515.551,80	2.378.515.551,80	0,00
	Pessoal e encargos sociais	351.654.420,00	351.654.420,00	70.105.786,96	70.105.786,96	281.548.633,04
Subtotal		351.654.420,00	351.654.420,00	70.105.786,96	70.105.786,96	281.548.633,04
Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado de pequeno valor devida pela União, autarquias e fundações públicas	Pessoal e encargos sociais	339.997.371,00	339.997.371,00	339.716.921,52	339.716.921,52	280.449,48
	Outras despesas correntes	1.147.281.533,00	1.147.281.533,00	1.145.421.357,48	1.145.421.357,48	1.860.175,52
	Inversões financeiras	2.027.780,00	2.027.780,00	664.336,75	664.336,75	1.363.443,25
Subtotal		1.489.306.684,00	1.489.306.684,00	1.485.802.615,75	1.485.802.615,75	3.504.068,25
<b>Total</b>		<b>4.219.484.156,53</b>	<b>4.219.476.655,80</b>	<b>3.934.423.954,51</b>	<b>3.934.423.954,51</b>	<b>285.052.701,29</b>

### Quadro 101

Execução do orçamento por grupo de despesa – sem precatório/RPV

Grupo de despesa	Destaques recebidos	Provisões recebidas	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Valores pagos	Desp. executada por insc. em RP não proc.
Pessoal e encargos sociais		239.614.474,64	239.508.912,71	238.330.519,27	238.324.331,56	1.178.393,44
Outras despesas correntes	5.142,00	94.339.809,07	92.691.533,02	73.596.194,27	73.294.452,14	19.095.338,75
Investimentos		27.169.706,18	27.100.041,16	5.309.408,63	4.771.255,86	21.790.632,53
<b>Total</b>	<b>5.142,00</b>	<b>361.123.989,89</b>	<b>359.300.486,89</b>	<b>317.236.122,17</b>	<b>316.390.039,56</b>	<b>42.064.364,72</b>

## Quadro 102

## Execução do orçamento por natureza da despesa

Natureza da despesa			Destques recebidos	Provisões recebidas	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Valores pagos	Desp executada por insc. em RP não proc.
319001	319001	Aposent. RPPS, reser. remuner. e refor. militar		20.452.547,80	20.452.547,80	20.448.493,89	20.448.493,89	4.053,91
319003	319003	Pensões		3.001.354,62	3.001.354,62	3.001.354,62	3.001.354,62	
319008	319008	Outros benefícios assistenciais		43.954,26	43.954,26	41.954,26	41.954,26	2.000,00
319011	319011	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil		176.984.541,13	176.984.541,13	176.938.684,26	176.936.445,81	45.856,87
319013	319013	Obrigações patronais		94.911,81	94.911,68	94.911,68	90.962,42	
319016	319016	Outras despesas variáveis – pessoal civil		2.618.864,41	2.618.864,41	1.882.110,26	1.882.110,26	736.754,15
319091	319091	Sentenças judiciais		1.616.820.341,35	1.616.820.341,35	1.616.545.925,25	1.616.545.925,25	274.416,10
319092	319092	Despesas de exercícios anteriores		28.581.217,23	28.581.217,23	28.344.219,06	28.344.219,06	236.998,17
319094	319094	Indenizações e restituições trabalhistas		270.284,82	270.284,82	269.354,67	269.354,67	930,15
319096	319096	Ressarcimento de desp. de pessoal requisitado		1.164.392,78	1.164.392,78	1.013.870,13	1.013.870,13	150.522,65
319113	319113	Obrigações patronais – op. intraorçamentárias		30.769.764,43	30.664.202,63	30.661.363,05	30.661.363,05	2.839,58
319191	319191	Sentenças judiciais		349.410.479,46	349.410.479,46	67.861.846,42	67.861.846,42	281.548.633,04
319192	319192	Despesas de exercícios anteriores		2.412.712,43	2.412.712,43	2.408.241,09	2.408.241,09	4.471,34
339008	339008	Outros benefícios assistenciais		813.306,13	807.570,00	806.670,00	806.670,00	900,00
339014	339014	Diárias – pessoal civil		2.177.839,13	1.886.156,85	1.886.156,85	1.878.632,03	
339030	339030	Material de consumo	5.000,00	2.666.778,41	2.042.869,05	1.539.970,77	1.536.770,57	502.898,28
339031	339031	Premiações culturais, artísticas, científicas, desp. e outras		2.380,00	2.380,00	490,00	490,00	1.890,00
339033	339033	Passagens e despesas com locomoção		1.879.568,52	1.750.743,52	1.088.611,22	1.088.611,22	662.132,30

Natureza da despesa			Destaques recebidos	Provisões recebidas	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Valores pagos	Desp executada por insc. em RP não proc.
339035	339035	Serviços de consultoria		332.051,00	332.051,00	75.121,00	75.121,00	256.930,00
339036	339036	Outros serviços de terceiros – pessoa física		521.201,07	476.994,08	420.974,12	420.974,12	56.019,96
339037	339037	Locação de mão de obra		37.194.189,20	37.172.489,55	34.521.534,33	34.457.222,81	2.650.955,22
339039	339039	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	142,00	38.537.567,28	38.126.103,34	23.700.573,70	23.473.868,11	14.425.529,64
339046	339046	Auxílio-alimentação		8.607.435,23	8.607.435,23	8.604.435,23	8.604.435,23	3.000,00
339047	339047	Obrigações tributárias e contributivas		42.648,67	42.648,67	32.170,38	32.170,38	10.478,29
339049	339049	Auxílio-transporte		21.650,74	21.036,59	21.036,59	21.036,59	
339091	339091	Sentenças judiciais		2.029.879.753,14	2.029.872.252,41	2.028.027.482,25	2.028.027.482,25	1.844.770,16
339092	339092	Despesas de exercícios anteriores		72.347.188,53	72.318.968,21	72.300.081,65	72.300.081,65	18.886,56
339093	339093	Indenizações e restituições		570.626,68	522.636,60	433.355,30	433.355,30	89.281,30
339139	339139	Outros serv. terceiros – pes. jurid-op.intra-orc.		485.333,28	445.208,28	21.729,27	21.729,27	423.479,01
339147	339147	Obrig.tribut.e contrib-op.intra-orçamentárias		27.963,47	24.160,32	21.221,58	21.221,58	2.938,74
339192	339192	Despesas de exercícios anteriores		32.384,31	32.384,31	32.384,31	32.384,31	
339193	339193	Indenizações e restituições		209.750,00	209.750,00	204.325,19	204.325,19	5.424,81
449039	449039	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		692.454,00	692.454,00	524.979,00	22.314,00	167.475,00
449051	449051	Obras e instalações		15.295.692,24	15.295.692,24	57.174,57	57.174,57	15.238.517,67
449052	449052	Equipamentos e material permanente		11.181.559,94	11.111.894,92	4.727.255,06	4.691.767,29	6.384.639,86
459091	459091	Sentenças judiciais		124.430.316,98	124.430.316,98	123.066.873,73	123.066.873,73	1.363.443,25
459092	459092	Despesas de exercícios anteriores		33.141,94	33.141,94	33.141,94	33.141,94	
<b>Total</b>			<b>5.142,00</b>	<b>4.580.608.146,42</b>	<b>4.578.777.142,69</b>	<b>4.251.660.076,68</b>	<b>4.250.813.994,07</b>	<b>327.117.066,01</b>

**Quadro 103**  
Despesa de pessoal

Projeto/ atividade	Natureza da despesa	Provisões recebidas	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Valores pagos	Despesa executada por insc. em RP não proc.
Pagamento de aposen- tadorias e pensões	Aposentadorias, reserva remunera- da e reformas	20.452.547,80	20.452.547,80	20.448.493,89	20.448.493,89	4.053,91
	Pensões	3.001.354,62	3.001.354,62	3.001.354,62	3.001.354,62	
	Outros benefícios assistenciais	32.099,19	32.099,19	32.099,19	32.099,19	
	Despesas de exer- cícios anteriores	1.548.265,76	1.548.265,76	1.364.870,55	1.364.870,55	183.395,21
Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o cus- teio do regime de pre- vidência dos servido- res públicos federais	Obrigações patronais	29.839.395,24	29.733.833,44	29.733.833,44	29.733.833,44	
	Despesas de exer- cícios anteriores	168.771,89	168.771,89	164.300,55	164.300,55	4.471,34
Julgamento de causas na Justiça Federal	Outros benefi- cios assistenciais	11.855,07	11.855,07	9.855,07	9.855,07	2.000,00
	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	176.984.541,13	176.984.541,13	176.938.684,26	176.936.445,81	45.856,87
	Obrigações patronais	1.025.281,00	1.025.280,87	1.022.441,29	1.018.492,03	2.839,58
	Outras despesas variáveis – pes- soal civil	2.618.864,41	2.618.864,41	1.882.110,26	1.882.110,26	736.754,15
	Sentenças judiciais	57.321,22	57.321,22	57.321,22	57.321,22	
	Despesas de exer- cícios anteriores	2.439.499,71	2.439.499,71	2.391.930,13	2.391.930,13	47.569,58
	Indenizações trabalhistas	270.284,82	270.284,82	269.354,67	269.354,67	930,15
	Ressarcimento de despesas de pes- soal requisitado	1.164.392,78	1.164.392,78	1.013.870,13	1.013.870,13	150.522,65
<b>Total</b>		<b>239.614.474,64</b>	<b>239.508.912,71</b>	<b>238.330.519,27</b>	<b>238.324.331,56</b>	<b>1.178.393,44</b>

## ► Comunicações administrativas

### Implantação do sistema Malote Digital

Em conjunto com as seções e subseções judiciárias da 1ª Região, deu-se continuidade ao cadastramento das unidades organizacionais aptas a desempenharem o trâmite de documentos, por meio do instrumento de comunicação eletrônica no âmbito de toda a 1ª Região. Entre os meses de janeiro e fevereiro, também houve o cadastramento dos cogestores de cada seção judiciária, aos quais coube o papel de efetuar o cadastro de seus respectivos usuários, possibilitando o uso corrente do sistema Malote Digital a partir de então. Todavia, não obstante o avanço considerável na implantação do sistema, ainda há 15 subseções judiciárias que não realizaram o devido cadastramento para utilizar esse instrumento eletrônico.

Em agosto, foi efetivada a instalação de nova versão do Malote Digital, que necessitou de intervenções sistemáticas do CJF, com vistas à correção e adaptação de algumas rotinas eletrônicas do sistema.

### Quadro 104

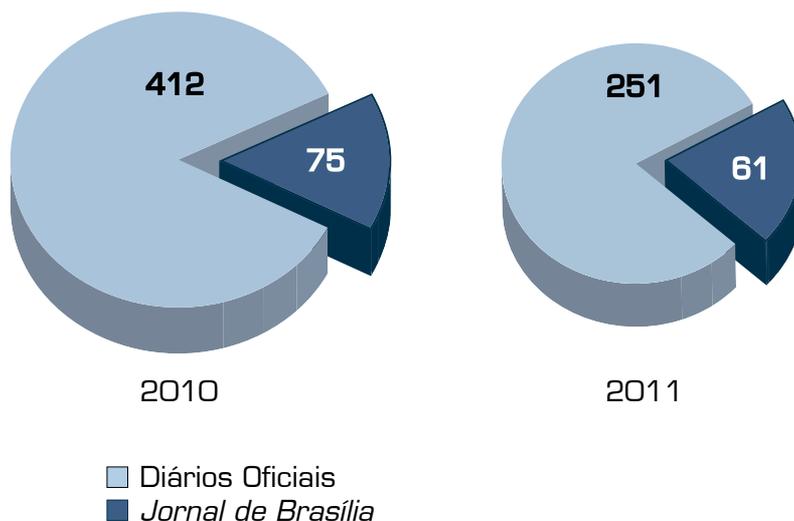
Atividades de comunicação e expedição

Atividades desenvolvidas	Quantidade/valor
Processo administrativo autuado	8.970
Matéria encaminhada para publicação nos diários oficiais	251
Matéria encaminhada para publicação no <i>Jornal de Brasília</i>	61
Telegrama transmitido	1.361
Fax transmitido	259
Petição recebida via fax	3.889
Cópia reprográfica	1.014.009
Faturas/notas fiscais protocoladas	2.070
Faturas/notas fiscais analisadas e atestadas	85
Chamadas técnicas para a empresa UBC Tecnoprint	32
Chamadas técnicas para a empresa Panacopy	119
Custas reprográficas recolhidas (R\$)	43.937,30
Documentos postados na ECT	64.433
Documentos enviados via malote para as seccionais	63.160
Processos judiciais enviados às seccionais e comarcas	70.037
Malotes enviados para as seccionais	13.181
Malotes recebidos das seccionais e TRFs	13.628
Documentos recebidos via malote e ECT	159.385

Atividades desenvolvidas	Quantidade/valor
Diários distribuídos no TRF	2.873
Jornais e revistas distribuídos no TRF	5.748

**Gráfico 10**

Publicação de matérias administrativas



**Documentação**

► **Jurisprudência**

Visando auxiliar os gabinetes dos desembargadores federais e dos juizes federais no acompanhamento dos temas representativos de controvérsia, os recursos repetitivos e de repercussão geral da Justiça Federal, extraídos dos *sites* do STJ e do STF, foram disponibilizados na intranet do Tribunal.

No que se refere à jurisprudência do TRF 1ª Região, 350 acórdãos foram acrescidos ao repositório oficial em 2011.

**Quadro 105**

Jurisprudência – publicações

Publicações	Periodicidade	Tiragem (exemplares)	Publicação na internet/intranet	Número de edições em 2011
<i>Revista do Tribunal</i>	mensal	1.200		11
<i>Índice Geral da Revista</i>	dezembro	600		1
<i>Boletim de Jurisprudência</i>	semanal	–		42 (n. 124 ao n. 165)
<i>Ementário de Jurisprudência</i>	semanal	–		44 (n. 776 ao n. 819)

**Quadro 106**

Base de jurisprudência – indexação

Documentos incluídos	Documentos analisados	Documentos pendentes
42.401	51.334	1.522

**Quadro 107**

Acórdãos processados

Ementas publicados	Ementas inseridas na base	Ementas expurgadas
96.185	36.519	59.666

► **Arquivos****Quadro 108**

Processos e documentos arquivados

Espécie/tipo/classe	2010	2011
Processos judiciais	3.329	4.712
RPVs	42.320	29.664
Precatórios	23.389	2.851
<b>Total</b>	<b>69.038</b>	<b>37.227</b>

A diminuição de quase metade do total de documentos arquivados deve-se à grande redução de recebimento pelo arquivo das requisições de pequeno valor – RPVs e dos precatórios, por força da Portaria Presi/Corej 200 de 19 de junho de 2009. Esses documentos passaram a ter a sua tramitação de forma eletrônica vinculados e passaram a ser armazenados no próprio sistema de precatórios.

**Quadro 109**

Arquivamento de processos

	Arquivamento	Desarquivamento	Rearquivamento
Processos administrativos	2.794	15.239	
Processos judiciais	4.712	629	562

► **Descarte**

No dia 14 de novembro de 2011, em solenidade no Salão Nobre, ocorreu a 8ª edição do descarte de documentos e processos administrativos e a 4ª edição de autos judiciais findos.

**Quadro 110**

Descarte judicial

Autos judiciais	Total	G.p. (art. 8º Res. 23)	Passíveis de eliminação	G.p. (guarda amos- tral Res. 23, anexo III)	Descarte	Excluídos (devido a desar- quívamento, falta adv., outros)	Descarte final
Ação rescisória	1.592	13	1.579	312	1.267	24	1.243
Conflito de competência	242	13	229	99	130	3	127
Suspensão de segurança	140	40	100	99	1	1	0
<b>Total</b>	<b>1.974</b>	<b>66</b>	<b>1.908</b>	<b>510</b>	<b>1.398</b>	<b>28</b>	<b>1.370</b>

Foram eliminados o correspondente a 58,41 metros lineares de espaço liberado.

Quanto aos processos administrativos, foram eliminados 1.031 processos referentes aos anos de 1990 a 2002, que tratavam de contratação/pagamento de serviços, reembolso de despesas, controle de plantão/recesso, viagem a serviço com ônus, aquisição de material de consumo e transferência orçamentária.

► **Biblioteca Adhemar Maciel**

A Biblioteca Adhemar Maciel, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, possui hoje um acervo com 17 mil títulos, entre livros e periódicos, com uma circulação anual de obras (empréstimo/devolução) de mais de seis mil livros (6.364 livros + 60 interbibliotecários fornecidos).

**Quadro 111**

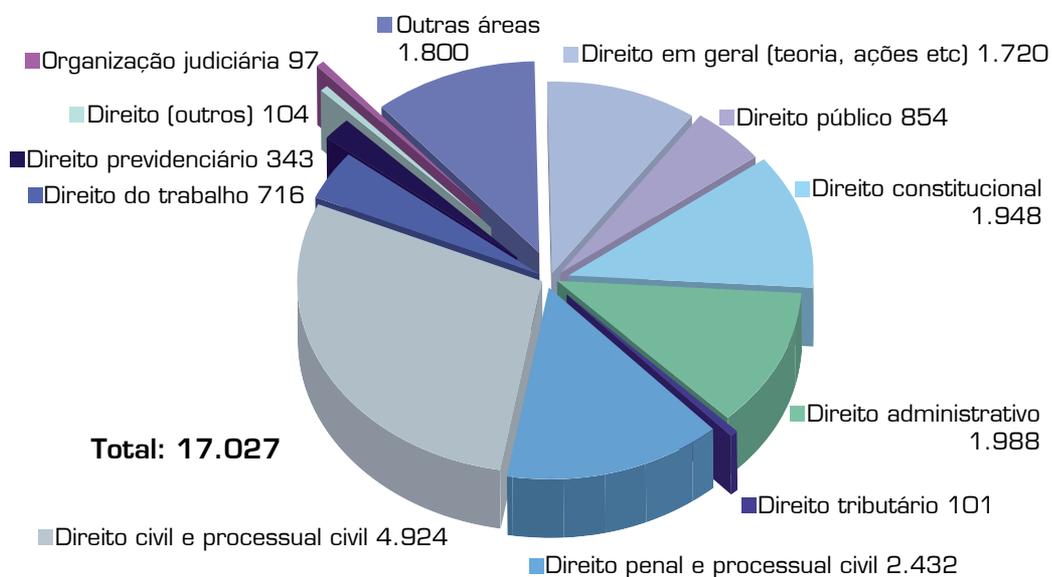
Acervo da Biblioteca

Assunto	Acervo	Obras adquiridas
Direito em geral (teoria, ações etc.)	1.720	103
Direito público	854	42
Direito constitucional	1.948	196
Direito administrativo	1.988	178
Direito tributário	101	105
Direito penal e processual penal	2.432	246
Direito civil e processual civil	4.924	374
Direito do trabalho	716	68

Assunto	Acervo	Obras adquiridas
Direito previdenciário	343	34
Direito (outros)	104	121
Organização judiciária	97	61
Outras áreas	1.800	213
<b>Total</b>	<b>17.027</b>	<b>1.741</b>

**Gráfico 11**

Acervo da Biblioteca



Foram incluídos 1.741 exemplares de livros ao acervo da Biblioteca (entre adquiridos e recebidos em doação), sendo 1.584 novos registros, 52 materiais especiais e 605 artigos de periódicos da Revista do TRF 1ª Região.

**Quadro 112**

Atualização do acervo – livros e periódicos adquiridos

Unidades	Livros adquiridos
Biblioteca (livros nacionais)	1.215
Gabinetes	294
Unidades administrativas	126
Título de periódicos renovados	44

## Quadro 113

Atualização de acervos – valores gastos

Categoria	Totais de valores empregados (R\$)
Livros nacionais	120.724,73
Periódicos	63.359,60
<b>Total</b>	<b>184.084,33</b>

### Aquisição descentralizada

A Biblioteca, em conjunto com a área de orçamento, descentralizou recursos para a aquisição de livros para as bibliotecas das seccionais do Amazonas, Amapá, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso, Piauí, Rondônia.

### Programa de Preservação, Conservação e Restauro

Tendo em vista a importância da preservação do patrimônio cultural e o dever do Poder Público na gestão documental, foi implementado o Programa de Preservação, Conservação e Restauro destinado às bibliotecas da 1ª Região, constituído de videoconferência, curso *on-line* de Conservação e Restauro, no dias 29 e 30 de novembro, e campanha de sensibilização dos setores e profissionais que exercem atividades relacionadas ao trabalho desenvolvido pelas bibliotecas que integram a Justiça Federal da 1ª Região.

### Bibliografias temáticas

Visando subsidiar as assessorias dos desembargadores federais e facilitar a pesquisa de doutrinas pelos gabinetes, foram criadas as bibliografias temáticas, que consistem em listas bibliográficas elaboradas pela Biblioteca constituídas por temas de interesse do Tribunal, entre os quais alguns em veiculação pela imprensa.

As bibliografias temáticas abordaram os seguintes temas: Lei 12.403/2011; desapontação; Sistema Financeiro de Habitação; conciliação e mediação.

### Alerta Dibib

O Alerta Dibib é o veículo de divulgação, atualizado semanalmente, da legislação de interesse do TRF 1ª Região publicada no *Diário Oficial*, no *Diário da Justiça*, no *Diário da Justiça Federal da 1ª Região* e no *Boletim de Serviço*. O Alerta Dibib divulga, também, a abertura e a homologação de concursos públicos de interesse geral e traz sugestão de leitura de artigos jurídicos ou de gestão administrativa.

## Quadro 114

Atendimento ao usuário da Biblioteca

Serviços	Total
Pesquisas	340
Circulação (empréstimo/devolução) de obras ao público interno	6.364
Empréstimos interbibliotecários solicitados	57
Empréstimos interbibliotecários fornecidos	60

## Produção editorial e serviços gráficos

O Tribunal possui estrutura própria para a revisão, editoração e reprodução gráfica de capas de processos, publicações, agendas, fôlderes, cartazes, convites e similares. Além da significativa economia, tais serviços garantem rapidez e qualidade aos trabalhos.

As principais produções editoriais foram:

1. *Relatório de Atividades – 2010*: relato circunstanciado dos trabalhos efetuados e o mapa dos julgados, em atendimento ao art. 21, XLIII, do Regimento Interno.

2. *Cerimonial da Justiça Federal da 1ª Região*: publicação das Portarias Presi/Asrep 172 e 173, que institui o cerimonial do Tribunal e institui normas gerais relativas ao cerimonial da 1ª instância, respectivamente.

3. *Guia de Boas-Vindas*, Secretaria de Recursos Humanos: cartilha destinada aos servidores empossados que ingressam no quadro de pessoal do TRF 1ª Região ou das 14 seções judiciárias e aos requisitados, a fim de possibilitar-lhes acesso a informações e a integração a seu novo ambiente de trabalho.

4. *Coleção Jornada de Estudos Esmaf de 1 a 10*: publicação de artigos jurídicos dos participantes.

5. Calendário do Tribunal e da 1ª Região: publicação de mesa com ações desenvolvidas pelas unidades do Tribunal, além de informações institucionais e datas das sessões de julgamento.

6. *Boletim de Serviço*: publicação eletrônica diária, excetuando-se os sábados, domingos e feriados nacionais e regimentais, para divulgação de atos administrativos do Tribunal. Foram 237 publicações, totalizando 1.806 páginas.

7. *Manual de língua portuguesa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região*: por iniciativa de equipe de professores de língua portuguesa, integrantes do quadro da Divisão de Produção Editorial, com colaboração da Seção de Consultoria da Língua Portuguesa, foi iniciada a produção dessa abrangente obra, elaborada com o intuito de consolidar a identidade de expressão escrita segundo a norma culta no Tribunal.

O Manual traz adequações do idioma vernáculo ao Acordo ortográfico e o aval do ilustre gramático professor doutor Evanildo Bechara, membro da Academia Brasileira de Letras, que, após ler o seu conteúdo, honrou esta Corte prefaciando a obra.

O lançamento do Manual está previsto para ocorrer por ocasião das solenidades de aniversário desta Corte, no dia 30 de março.

**Quadro 115**

Produção editorial

Descrição do serviço	Quantidade
<i>Banner</i>	11
Capa para CD e DVD	21
Capa para pasta	35
Capa para processo	14
Cartão de visita	25
Cartaz	97
Cartão de cumprimentos	9
Certificado	118
Convite eletrônico	52
Convite impresso	52
Encadernações diversas	23
Etiquetas diversas	39
Fornecimento de arquivo virtual	74
Fôlder	26
Impressão colorida	115
Livro	4
Livreto	5
Logomarca	23
Organograma	4
Placa	6
Revista	18
Relatório de Atividades	1
Regimento Interno	1
Separata	3
Outros serviços	94
<b>Total</b>	<b>870</b>

**Quadro 116**

Principais serviços gráficos – reprodução, acabamento e montagem

	Serviços	Quantidades
Periódicos	Revista – 1ª Região em Revista	8.000
	Revista do TRF	13.200
	Cartaz da Revista do TRF	2.640
	Revista – II Jornada de Direito Processual Penal/Esmaf	800
	Separata Revista – II Jornada de Direito Processual Penal/Esmaf	750
	Revista – I Jornada de Direito Constitucional/Esmaf	1.500
	Revista – I Jornada de Direito Civil/Esmaf	1.500
	Revista – II Jornada de Direito Tributário /Esmaf	1.500
	Revista – II Jornada de Direito Processual Civil/Esmaf	1.500
Outras publicações	Capas para processos	177.000
	Termo de recebimento, autuação e distribuição	50.000
	Fôlder, cartaz, pasta – I Jornada Direito Cível – Esmaf	450
	Fôlder e cartaz – I Jornada Direito Privado – Esmaf	200
	Fôlder e cartaz – I Jornada do SFH – Esmaf	200
	Livreto – Carta de serviços da SSJ – Redenção /PA	500
	Cartaz de divulgação dos JEFs	1.700
	Cartaz – Venha ser um conciliador no JEF	4.000
	Cartaz – A Justiça vencendo distância – JEFs	5.000
	Fôlder de divulgação dos JEFs	1.700
	Fôlder – Sistemas de Informações Gerenciais na JF	60
	Convites diversos	8.000
	Etiquetas diversas	240.000
	Cartazes Diversos	6.400
	Calendários TRF 2011	2.500
	Calendários TRF 2012	5.000
	Capas plásticas	900
Encadernações	1.800	

**Quadro 117**Publicação eletrônica *O Quê do Mês*

Número	Mês	Assunto
55	Janeiro	Como compor o voto de um acórdão em embargos de declaração
56	Fevereiro	Expressões latinas a quo e ad quem
57	Março	Folha/folhas: suas abreviaturas e locuções
58	Abril	Presidenta
5	Maiο	O verbo dá o recado
60	Junho	Intervir, requerer, aprazer e precaver-se
61	Julho	De bello linguae, ou comentários sobre o bombardeio a um livro didático
62	Agosto	Numerais
63	Setembro	A mercearia dos sonhos
64	Outubro	Acentuação gráfica
65	Novembro	Concordância nominal
66	Dezembro	Citação de um texto legal

## Planejamento orçamentário e financeiro

O Tribunal buscou coordenar o orçamento da Justiça Federal da 1ª Região e seus recursos financeiros segundo a Lei Orçamentária 12.381, de 09/02/2011, e as diretrizes e prioridades estabelecidas na Lei 12.309, de 09/08/2010,

com os parâmetros fixados na Lei Complementar 101, de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Em 2011, a dotação orçamentária disponível para o Tribunal foi de R\$ 1.940.330.106,13, excluídos os valores relativos a sentenças transitadas em julgado (precatórios e RPVs).

### Quadro 118

1ª Região – orçamento de 2011

(+) Dotação inicial	1.798.341.050,00
(+) Alterações orçamentárias (suplementações menos cancelamentos)	174.291.518,00
= Dotação autorizada	1.972.632.568,00
(+) Destaque recebido	359.580,93
(-) Contingenciamento	30.162.465,00
(=) Dotação final	1.942.829.683,93
(-) Destaque concedido	2.499.577,80
<b>(=) Dotação disponível</b>	<b>1.940.330.106,13</b>

As alterações na lei orçamentária foram efetuadas por meio de créditos adicionais suplementares e especiais, obedecidos os limites previstos na norma legal, destinados ao atendimento das despesas com custeios, projetos, pessoal e encargos sociais, conforme Portaria SOF 6 de 28/02/2011, Portaria SOF 7 de 01/03/2011 e Portaria CJF 14 de 11/03/2011.

1 – créditos autorizados na lei orçamentária para o Poder Judiciário por Resolução do CJF: Resoluções CJF 144, 145 e 146, de 14/04/2011; 150 e 151, de 19/09/2011; 155 e 156, de 13/10/2011; 164, 165 e 166, de 10/11/2011; 169, 170, 171 e 172, de 14/11/2011; 177 e 178, de 21/12/2011; e 182, de 26/12/2011.

2 – créditos autorizados para o projeto de implantação dos Sistemas Integrados de Gestão de

Informação – e-Jus no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário – Portaria Conjunta 2 de 31/05/2011.

3 – créditos autorizados na lei orçamentária por decreto do Poder Executivo: Decreto/PR de 04/08/2011, de 20/10/2011, de 10/11/2011.

4 – créditos dependentes de autorização legislativa por lei específica: Lei 12.510, de 11/10/2011; 12.560, de 15/12/2011; 12.555, de 15/12/2011; e 12.579, de 29/12/2011.

Por força do disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, foi editada a Resolução CJF 139, de 14/01/2011, que reabriu o saldo orçamentário remanescente do exercício de 2010, proveniente do crédito especial aprovado nos últimos quatro meses do exercício, de R\$ 1.496.831,00 para o projeto de reforma e ampliação do edifício-sede da Justiça Federal em Boa Vista/RR.

**Quadro 119**

Demonstrativo das alterações na Lei Orçamentária de 2011

Pessoal	LOA 2011	Contingenciado	Alterações	Dotação final
Julgamento de causas	1.034.155.481		72.626.589	1.106.782.070
Pagamento de aposentadorias e pensões	188.518.169		18.317.368	206.835.537
Custeio do regime de previdência dos servidores	191.711.814		7.464.239	199.176.053
<b>Total – pessoal</b>	<b>1.414.385.464</b>		<b>98.408.196</b>	<b>1.512.793.660</b>

Benefícios	LOA 2011	Contingenciado	Alterações	Dotação final
Auxílio-alimentação	48.641.040		8.049.333	56.690.373
Auxílio-transporte	192.720		6.826	199.546
Assistência pré-escolar	7.316.400		398.857	7.715.257
Assistência médica e odontológica a servidores	26.692.200		820.041	27.512.241
<b>Total – benefícios</b>	<b>82.842.360</b>		<b>9.275.057</b>	<b>92.117.417</b>

Atividades	LOA 2011	Contingenciado	Alterações	Dotação final
Julgamento de causas (3 e 4)	186.300.719		34.467.731	220.768.450
Assistência jurídica a pessoas carentes	13.991.233		5.052.119	19.043.352
Capacitação de recursos humanos	3.190.231		1.223.077	4.413.308
<b>Total manutenção</b>	<b>203.482.183</b>		<b>40.742.927</b>	<b>244.225.110</b>

Projetos	LOA 2011	Contingenciado	Alterações	Dotação final
Construção do edifício-sede em Macapá/AP	21.613.904		(3.623.500)	17.990.404
Construção do edifício anexo em Palmas/TO	6.650.000		1.800.000	8.450.000
Construção do edifício anexo em Boa Vista/RR	1.000.000		(1.000.000)	
Reforma e ampliação do edifício-sede em Boa Vista/RR	1.500.000		1.996.831	3.496.831
Construção do edifício-sede em Cáceres/MT			381.500	381.500
Construção do edifício-sede em Rondonópolis/MT	1.201.970			1.201.970
Construção do edifício-sede em Santarém/PA	300.000			300.000
Construção do edifício-sede em Marabá /PA			145.740	145.740

Projetos	LOA 2011	Contingenciado	Alterações	Dotação final
Aquisição de terreno para construção do edifício-sede em Belém/PA	550.000		280.000	830.000
Construção do edifício-sede em Vitória da Conquista/BA	2.065.169		935.000	3.000.169
Construção do edifício-sede em Jequié/BA	1.650.000			1.650.000
Construção do edifício-sede em Feira de Santana/BA	10.000.000			10.000.000
Construção do edifício-sede em Barreiras/BA			12.000	12.000
Construção do edifício anexo em Salvador/BA			1.000.000	1.000.000
Modernização de instalações da Justiça Federal	2.320.000		(642.000)	1.678.000
Implantação dos Sistemas Integrados de Gestão de Informação		124.995	13.304.762	13.179.767
Implantação de varas federais – nacional			11.400.000	11.400.000
Construção do edifício-sede do TRF 1ª Região	47.500.000	30.037.470	30.037.470	47.500.000
Modernização de instalações da Justiça Federal – TRF	1.280.000			1.280.000
Total – projetos	97.631.043	30.162.465	56.027.803	123.496.381
<b>Total geral</b>	<b>1.798.341.050</b>	<b>30.162.465</b>	<b>204.453.983</b>	<b>1.972.632.568</b>

### Quadro 120

Distribuição do orçamento por tipo de ação

Secor – 090032	Pessoal	Benefícios	AJPC	Atividades	Projetos	Total
Dotação final	1.512.793.660,00	92.117.417,00	19.043.352,00	225.181.758,00	123.496.381,00	1.972.632.568,00
Destaque recebido (+)*				359.580,93		359.580,93
Contingenciamento (-)					30.162.465,00	30.162.465,00
Dotação disponível (=)	1.512.793.660,00	92.117.417,00	19.043.352,00	225.541.338,93	93.333.916,00	1.942.829.683,93
Provisão concedida	1.511.407.227,41	91.844.672,84	19.033.130,72	224.581.114,93	89.640.065,71	1.936.506.211,61
Destaque concedido**	487.058,60	0,00	0,00	0,00	2.012.519,20	2.499.577,80
Disponível	899.373,99	272.744,16	10.221,28	955.082,00	1.681.331,09	3.818.752,52

(\*) Destaques recebidos: R\$ 359.580,93 (R\$ 354.438,93 – Ministério da Justiça e R\$ 5.142,00 – Ministério de Orçamento e Gestão).

(\*\*) Destaques concedidos: R\$ 2.499.577,80 (R\$ 487.058,60 para o STJ, objetivando o pagamento de passivos de ministros que pertenciam à 1ª Região, e R\$ 2.012.519,20 para o Comando do Exército, a fim de atender ao 2º Termo de Cooperação de Execução de Serviços Técnicos em Arquitetura e Engenharia e Assessoramento).

Padrão	Seção judiciária	Pessoal	Benefícios	AJPC	Atividades	Projetos	Total
P1	Amapá	19.855.058,97	1.226.939,48	315.472,87	4.057.051,73	18.717.768,97	44.172.292,02
	Roraima	17.806.077,98	1.173.894,78	62.823,24	3.408.539,93	3.496.831,00	25.948.166,93
	Tocantins	26.674.054,31	1.605.396,05	508.615,11	4.294.610,95	8.812.110,67	41.894.787,09
P2	Acre	27.187.938,55	1.470.734,90	373.435,70	3.278.761,34	45.700,00	32.356.570,49
	Rondônia	34.472.836,48	2.213.048,45	282.000,00	7.052.053,65	72.145,64	44.092.084,22
P3	Amazonas	45.910.158,76	2.624.456,00	250.906,83	6.478.391,37	140.975,46	55.404.888,42
	Mato Grosso	57.249.694,43	3.410.398,28	1.782.992,07	7.642.257,61	2.426.459,24	72.511.801,63
	Piauí	55.551.450,55	3.019.968,22	756.718,32	6.840.362,86	341.889,27	66.510.389,22
P4	Maranhão	69.438.628,25	4.280.131,19	1.483.238,17	8.977.029,72	161.519,57	84.340.546,90
	Pará	81.224.407,35	4.473.527,34	1.220.400,00	10.121.995,08	1.779.151,94	98.819.481,71
P5	Goiás	121.734.884,01	6.735.150,85	1.882.864,06	12.453.183,33	906.072,12	143.712.154,37
P6	Bahia	190.285.164,04	14.156.439,48	3.344.784,02	22.678.111,86	16.071.458,14	246.535.957,54
	Distrito Federal	181.302.012,61	9.870.903,48	629.234,66	17.239.183,25	74.600,00	209.115.934,00
	Minas Gerais	343.100.386,48	21.476.794,25	6.139.645,67	36.792.468,82	2.457.871,96	409.967.167,18
Subtotal		1.271.792.752,77	77.737.782,75	19.033.130,72	151.314.001,50	55.504.553,98	1.575.382.221,72
TRF		239.614.474,64	14.106.890,09	0,00	73.272.255,43	34.135.511,73	361.129.131,89
Total geral		1.511.407.227,41	91.844.672,84	19.033.130,72	224.586.256,93	89.640.065,71	1.936.511.353,61

### Quadro 121

Limites financeiros concedidos, Darfs/GPS/GRU, e receitas arrecadadas em 2011

Padrão	Seção judiciária	Categoria "A" pessoal	Categoria "C" custeio	Categoria "D" investimento	Categoria "E" inversão	Restos a pagar	Darfs/GPS/DAR/GRU	Receitas arrecadadas	Total
P1	Amapá	12.747.611,12	4.101.665,04	12.521.307,15	0,00	60.693,07	7.107.065,30		36.538.341,68
	Roraima	11.664.141,93	3.142.074,57	606.306,53	0,00	74.770,00	6.070.493,42		21.557.786,45
	Tocantins	16.892.948,03	5.076.034,60	7.571.599,61	0,00	0,00	10.055.303,91	0,00	39.595.886,15
P2	Acre	17.713.438,27	4.762.871,99	38.997,84	0,00	76.921,37	9.474.401,34	0,00	32.066.630,81
	Rondônia	22.300.061,11	8.063.730,37	198.375,00	0,00	108.735,79	12.146.709,98	0,00	42.817.612,25
P3	Amazonas	29.799.845,33	8.138.813,32	0,00	0,00	271.738,50	16.065.222,92	0,00	54.275.620,07
	Mato Grosso	36.903.961,07	11.864.989,88	1.123.000,00	0,00	572.057,43	20.447.692,98	0,00	70.911.701,36
	Piauí	35.986.382,68	8.680.792,27	267.959,55	0,00	205.003,95	19.727.127,40	0,00	64.867.265,85

Padrão	Seção judiciária	Categoria "A" pessoal	Categoria "C" custeio	Categoria "D" investimento	Categoria "E" inversão	Restos a pagar	Darfs/GPS/DAR/GRU	Receitas arrecadadas	Total
P4	Maranhão	44.855.925,28	12.234.526,35	426.474,45	0,00	1.566.838,06	24.696.920,70	0,00	83.780.684,84
	Pará	52.164.686,75	13.781.689,71	1.064.313,02	0,00	253.491,55	29.344.619,76	0,00	96.608.800,79
P5	Goiás	77.319.436,19	19.295.865,02	473.000,00	0,00	608.811,37	44.489.923,65	0,00	142.187.036,23
P6	Bahia	121.319.836,02	35.751.979,02	5.368.734,08	0,00	1.537.272,90	68.887.436,66	0,00	232.865.258,68
	Distrito Federal	118.231.943,97	26.010.996,36	128.774,08	0,00	3.126.087,88	63.412.699,59	0,00	210.910.501,88
	Minas Gerais	219.519.457,97	59.224.013,92	2.033.246,92	0,00	3.645.165,35	123.535.842,95	0,00	407.957.727,11
Subtotal		817.419.675,72	220.130.042,42	31.822.088,23	0,00	12.107.587,22	455.461.460,56	0,00	1.536.940.854,15
TRF		1.825.438.851,20	2.419.567.274,71	2.076.123,24	143.521.290,85	51.651.753,27	85.105.298,31	7.250.000,00	4.534.610.591,58
Total geral		2.642.858.526,92	2.639.697.317,13	33.898.211,47	143.521.290,85	63.759.340,49	540.566.758,87	7.250.000,00	6.071.551.445,73

► **Dotações e limites financeiros provenientes de convênios**

• Crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação – fonte 181 (recursos de convênio): R\$ 7.250.000,00, provenientes da dotação não utilizada em 2010. Do total disponível deste convênio, foi liquidada a despesa de R\$ 4.913.663,01; inscritos em restos a pagar, R\$ 2.216.353,30, e R\$ 194.898,02 não foram utilizados.

• Créditos orçamentários e recursos financeiros de R\$ 354.438,93 para execução do termo de cooperação entre o Tribunal e o Ministério da Justiça utilizados pela Cojef.

► **Acompanhamento da execução orçamentária e financeira**

A execução do orçamento foi acompanhada e controlada mediante emissão de relatórios periódicos, que demonstram a evolução da execução orçamentária e financeira do Tribunal e de cada seção judiciária conforme o planejado.

Foram emitidas 15.267 notas de movimentação de créditos, 1.727 notas de programação financeira, 1.948 notas de sistema, além de inúmeros documentos expedidos entre escritórios, memorandos, informações em processos administrativos e despachos via mensagens eletrônicas.

A execução orçamentária da 1ª Região foi de 99,62%.

## Quadro 122

Execução orçamentária da 1ª Região – consolidada

Padrão	Seção	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	44.172.292,02	44.064.370,92	107.921,10	33.114.640,30	10.949.730,62	99,76%
	Roraima	25.948.166,93	25.902.323,54	45.843,39	20.851.135,84	5.051.187,70	99,82%
	Tocantins	41.894.787,09	41.818.337,28	76.449,81	39.211.468,68	2.606.868,60	99,82%

Padrão	Seção	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P2	Acre	32.356.570,49	32.348.691,09	7.879,40	31.628.914,93	719.776,16	99,98%
	Rondônia	44.092.084,22	44.051.683,56	40.400,66	42.387.271,91	1.664.411,65	99,91%
P3	Amazonas	55.404.888,42	55.126.733,86	278.154,56	53.845.414,08	1.281.319,78	99,50%
	Mato Grosso	72.511.801,63	72.374.269,80	137.531,83	68.949.394,05	3.424.875,75	99,81%
	Piauí	66.510.389,22	66.453.685,93	56.703,29	64.506.743,26	1.946.942,67	99,91%
P4	Maranhão	84.340.546,90	84.223.865,73	116.681,17	81.093.385,60	3.130.480,13	99,86%
	Pará	98.819.481,71	98.336.787,00	482.694,71	94.009.138,24	4.327.648,76	99,51%
P5	Goiás	143.712.154,37	143.523.913,17	188.241,20	140.263.231,48	3.260.681,69	99,87%
P6	Bahia	246.535.957,54	246.509.847,65	26.109,89	227.256.479,87	19.253.367,78	99,99%
	Distrito Federal	209.115.934,00	209.059.421,12	56.512,88	205.804.804,24	3.254.616,88	99,97%
	Minas Gerais	409.967.167,18	409.936.316,26	30.850,92	401.577.541,05	8.358.775,21	99,99%
Subtotal seções judiciárias		1.575.382.221,72	1.573.730.246,91	1.651.974,81	1.504.499.563,53	69.230.683,38	99,90%
TRF		361.129.131,89	359.300.486,89	1.828.645,00	316.390.039,56	42.910.447,33	99,49%
Secor - 090032		3.818.752,52	0,00	3.818.752,52	0,00	0,00	0,00%
<b>Total geral</b>		<b>1.940.330.106,13</b>	<b>1.933.030.733,80</b>	<b>7.299.372,33</b>	<b>1.820.889.603,09</b>	<b>112.141.130,71</b>	<b>99,62%</b>

## Pessoal

### Quadro 123

Execução orçamentária da 1ª Região – pessoal

Órgão	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
Seções judiciárias	1.271.792.752,77	1.271.453.904,99	338.847,78	1.268.993.154,33	2.460.750,66	99,97%
TRF	239.614.474,64	239.508.912,71	105.561,93	238.324.331,56	1.184.581,15	99,96%
Secor – 090032	899.373,99	0,00	899.373,99	0,00	0,00	0,00%
<b>Total geral</b>	<b>1.512.306.601,40</b>	<b>1.510.962.817,70</b>	<b>1.343.783,70</b>	<b>1.507.317.485,89</b>	<b>3.645.331,81</b>	<b>99,91%</b>

Dos R\$ 1.343.783,70 constantes do crédito não utilizado, R\$ 1.255.849,23 refere-se à dotação do Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – Cups, que, de acordo com a legislação vigente, não pode ser remanejado para atender a outras despesas de pessoal, R\$ 77.618,42 à dotação de ativos e R\$ 10.316,05 à dotação de inativos.

Com a dotação orçamentária de pessoal aprovada, acrescida de suplementações orçamentárias obtidas no decorrer do exercício, foi possível pagar todas as folhas ordinárias e sentenças judiciais tran-

sitadas em julgado, entretanto ficaram pendentes de pagamento R\$ 4.778.761,00, o que é a quase totalidade de pequenos passivos de pessoal — substituições, progressões funcionais, adicional de qualificação, diferença de proventos etc. — por insuficiência orçamentária e em razão da Resolução CJF 106, de 26/05/2010.

Foram empenhados como despesas de exercícios anteriores R\$ 16.523.534,29. Desse montante, R\$15.572.385,96 foram liquidados e R\$ 951.148,33 encontram-se inscritos em restos a pagar. Dos passivos existentes, foram pagos os juros dos 11,98% e parte da parcela autônoma de equivalência dos magistrados.

O trabalho de ajuste de remuneração indevida desenvolvido permitiu recuperar o montante de R\$ 150.119,43 relativo a:

- dispensa/exoneração – R\$ 147.548,36;
- adiantamento de gratificação natalina – R\$ 2.571,07.

### Benefícios

## Quadro 124

Execução orçamentária da 1ª Região – benefícios

Órgão	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
Seções judiciárias	77.737.782,75	77.730.284,36	7.498,39	75.893.310,41	1.836.973,95	99,99%
TRF	14.106.890,09	14.087.011,71	19.878,38	14.081.350,57	5.661,14	99,86%
Secor – 090032	272.744,16	0,00	272.744,16	0,00	0,00	0,00%
<b>Total geral</b>	<b>92.117.417,00</b>	<b>91.817.296,07</b>	<b>300.120,93</b>	<b>89.974.660,98</b>	<b>1.842.635,09</b>	<b>99,67%</b>

Dos R\$ 300.120,93, constantes do crédito não utilizado para benefícios, R\$ 10.259,85 são relativos à assistência médica e odontológica – Amos, R\$ 113.859,21 à assistência pré-escolar – APE, R\$ 11.017,95 ao auxílio-transporte – AT e R\$ 164.983,92 ao auxílio-alimentação – AA. Como a dotação destinada a benefícios diz respeito a despesas obrigatórias, não há possibilidade de serem utilizadas sobras para atender a demais necessidades.

Foi editada a Portaria Conjunta 5 de 05/12/2011, que dispõe sobre a unificação dos valores *per capita* do AA e do APE no âmbito do Poder Judiciário da União e reajusta o AA para R\$ 710,00, a partir de 20/12/2011, e o APE para R\$ 581,00 bruto, a partir de janeiro de 2012.

Foi editada a Resolução CJF 175, de 16/12/2011, alterada pela Resolução CJF 180, de 26/12/2011, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação para os magistrados, com efeitos financeiros a partir de 19/05/2004.

**Atividades**

**Quadro 125**

Execução orçamentária da 1ª Região – atividades

Órgão	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
Seções	151.314.001,50	150.277.918,65	1.036.082,85	117.346.957,20	32.930.961,45	99,32%
TRF	73.272.255,43	71.569.050,74	1.703.204,69	57.029.879,76	14.539.170,98	97,68%
Secor – 090032	955.082,00	0,00	955.082,00	0,00	0,00	0,00%
<b>Total geral</b>	<b>225.541.338,93</b>	<b>221.846.969,39</b>	<b>3.694.369,54</b>	<b>174.376.836,96</b>	<b>47.470.132,43</b>	<b>98,36%</b>

Incluem-se as ações “Julgamento de causas” e “Capacitação de recursos humanos”. A perda orçamentária de R\$ 3.694.369,54 justifica-se em função de licitações frustradas no final de dezembro e ao fato de a liberação do último crédito só ter ocorrido no dia 30 de dezembro, não havendo tempo hábil para sua utilização. Mesmo assim, foram executados 99,32% nas seccionais e 98,36% no Tribunal destacando-se nesse grupo de despesa:

- ajuda de custo: R\$ 4.938.999,06, relativas à remoção de 96 magistrados e 66 servidores;
- juizado Especial Federal Itinerante: R\$ 507.507,66
- mutirões de Juizados Especiais Federais: R\$ 861.672,26
- mutirões do Sistema Financeiro da Habitação: R\$ 79.473,00
- mutirão Judiciário em Dia: R\$ 430.755,00
- veículos

**Quadro 126**

Aquisição de veículos

Padrão	Órgão	Plano e aquisição CJF		Executado	
		Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
P1	Amapá	3	320.000,00	3	267.700,00
	Roraima	2	84.000,00	2	80.146,50
	Tocantins	4	142.000,00	2	218.200,00
P2	Acre				
	Rondônia	4	142.000,00	2	104.400,00

Padrão	Órgão	Plano e aquisição CJF		Executado	
		Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
P3	Amazonas	1	42.000,00	1	41.640,00
	Mato Grosso	1	134.000,00		
	Piauí	1	100.000,00	1	100.000,00
P4	Maranhão	2	163.000,00	1	72.000,00
	Pará	3	42.000,00	2	99.049,75
P5	Goiás	7	326.000,00	3	189.399,00
P6	Bahia	4	163.000,00	3	190.450,00
	Distrito Federal				
	Minas Gerais	6	189.000,00	6	294.285,00
Subtotal seções judiciárias		38	1.847.000,00	26	1.657.270,25
TRF		7	435.000,00	6	286.500,00
<b>Total geral</b>		<b>45</b>	<b>2.282.000,00</b>	<b>32</b>	<b>1.943.770,25</b>

**Assistência jurídica a pessoas carentes – AJPC**

**Quadro 127**

Execução orçamentária da 1ª Região – AJPC

Órgão	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
Seções judiciárias	19.033.130,72	19.025.852,54	7.278,18	18.739.415,61	286.436,93	99,96%
TRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Secor – 090032	10.221,28	0,00	10.221,28	0,00	0,00	0,00%
<b>Total geral</b>	<b>19.043.352,00</b>	<b>19.025.852,54</b>	<b>17.499,46</b>	<b>18.739.415,61</b>	<b>286.436,93</b>	<b>99,91%</b>

Da dotação disponível em 2011 — R\$19.043.352,00 —, foram utilizados R\$ 11.030.189,52 para pagamento de despesas de exercícios anteriores, tendo em vista que o orçamento de 2010 foi insuficiente para supri-las, e R\$ 7.995.663,02 para complementar as despesas do exercício de 2011. Restou, assim, um passivo de R\$1.918.653,00 a ser pago em 2012.

**Projetos de engenharia**

**Quadro 128**

Execução orçamentária da 1ª Região – projetos

Órgão	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
Seções judiciárias	55.504.553,98	55.242.286,37	262.267,61	23.526.725,98	31.715.560,39	99,53%
TRF	34.135.511,73	34.135.511,73	0,00	6.954.477,67	27.181.034,06	100,00%
Secor – 090032	1.681.331,09	0,00	1.681.331,09	0,00	0,00	0,00%
<b>Total geral</b>	<b>91.321.396,80</b>	<b>89.377.798,10</b>	<b>1.943.598,70</b>	<b>30.481.203,65</b>	<b>58.896.594,45</b>	<b>97,87%</b>

Os projetos referentes ao valor de R\$ 1.943.598,70, constante do crédito não utilizado, foram os seguintes:

- R\$ 197.933,43 – projeto de modernização das instalações da Justiça Federal – 1ª Região;
- R\$ 1.000.000,00 – projeto de construção do edifício anexo de Salvador/BA. Esse crédito será reaberto para utilização em 2012;
- R\$ 308.805,95 – projeto de implantação de varas federais;
- R\$ 68.454,72 – projeto de construção do edifício-sede de Macapá/AP;
- R\$ 2.429,54 – projeto de construção do edifício-sede de Marabá/PA;
- R\$ 87.245,00 – projeto de construção do edifício-sede de Santarém/PA;
- R\$ 872,38 – projeto de construção do edifício-sede de Barreiras/BA;
- R\$ 66.364,55 – projeto de implantação dos Sistemas Integrados de Gestão de Informação Jurisdicional – e-Jus;
- R\$ 211.493,13 – projeto de construção do edifício-sede do TRF 1ª Região – DF.

**Projetos de construção, reformas e desapropriações**

- Construção do edifício-sede do Tribunal Regional Federal

Dentro dos limites destinados ao TRF 1ª Região, foi alocado inicialmente o montante de R\$ 50.000.000,00, reduzido em R\$ 2.500.000,00 no Congresso, por emenda. Considerando os R\$ 104.731.540,20 inscritos em restos a pagar, obter-se-ia uma execução estimada de R\$ 152.231.540,20 para continuidade da obra.

O Tribunal executou R\$ 26.745.103,52 e cancelou R\$ 10.028.934,10 de restos a pagar. Da dotação do exercício, foi empenhado o valor de R\$ 15.238.517,67; ficou contingenciado o valor de R\$ 30.037.470,00; foram descentralizados para o Ministério do Exército R\$ 2.012.519,20, a fim de atender ao 3º Plano de Trabalho, que inclui assessoramento técnico no gerenciamento e fiscalização da obra de construção do edifício-sede (terceira etapa); o montante de R\$ 211.493,13 ficou disponível.

- Construção do edifício-sede da Seção Judiciária do Amapá/AP

Foi alocado inicialmente o valor de R\$ 10.238.904,00, suplementado em R\$ 11.375.000,00, por meio de emendas parlamentares, totalizando R\$ 21.613.904,00, aprovado na Lei Orçamentária, e, ainda, R\$ 7.081.737,16 inscritos em restos a pagar, perfazendo o montante de R\$ 28.695.641,16, disponível para a continuidade da obra. Deste total, foram cancelados R\$ 3.623.500,00, como fonte para crédito adicional, perfazendo o valor final disponível para execução da ordem de R\$ 25.072.141,16.

O custo total da obra passou a ser de R\$ 44.182.061,00, em virtude dos aditivos aprovados.

A obra encontra-se em fase de conclusão, com previsão de entrega para o mês de maio de 2012. Atualmente, estão em andamento os serviços de testes em equipamentos (ar-condicionado, elevadores, bombas), urbanização, acabamento de piso, paredes e pintura.

- Construção do edifício anexo da Justiça Federal em Boa Vista/RR

Foi consignado na LOA 2011, por emenda, R\$ 1.000.000,00, o qual foi cancelado para ser usado no projeto de ampliação e reforma do edifício-sede de Roraima e na aquisição de material permanente.

- Reforma e ampliação do edifício-sede da Justiça Federal em Boa Vista/RR

Foi consignado na LOA 2011, por emenda, R\$ 1.500.000,00, ao qual foi acrescentado R\$ 1.496.831,00, de crédito especial de 2010 reaberto em 2011, e R\$ 500.000,00 de crédito suplementar, perfazendo o valor total disponível de R\$ 3.496.831,00, empenhado e inscrito em restos a pagar para pagamento em 2012. O prazo de execução da obra é de seis meses (28/06/2012).

- Construção do edifício anexo da Justiça Federal em Palmas/TO

Foram alocados inicialmente R\$ 4.050.000,00, suplementados em R\$ 2.600.000,00, por meio de emendas parlamentares, totalizando R\$ 6.650.000,00 e, ainda, R\$ 418.991,14 inscritos em restos a pagar, perfazendo o montante de R\$ 7.068.991,14 disponível para a continuidade da obra.

A obra encontra-se em fase final, com execução de 85%. A previsão de entrega é junho de 2012.

- Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Cáceres/MT

Não houve dotação consignada para esta obra no orçamento inicial de 2011, estando disponíveis R\$ 636.370,90, oriundos de restos a pagar, para a execução da obra.

A obra encontra-se em fase final, com execução de 97% até dezembro de 2011. A previsão de inauguração é 12/03/2012.

- Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Rondonópolis/MT

Foi alocado R\$ 1.201.970,00, que, somado aos restos a pagar de R\$ 203.478,68, totalizou R\$ 1.405.448,68, disponível para a execução da obra.

A primeira etapa da obra foi concluída e não há pendências. Quanto à segunda etapa, encontra-se na fase preliminar, com mobilização e instalações provisórias. Há previsão de iniciar-se em janeiro de 2012 e prazo de execução de seis meses.

- Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Santarém/PA

Foi consignado na LOA 2011, por emenda, o valor de R\$ 300.000,00. Deste total, foram empenhados R\$ 212.755,00 para a contratação do projeto arquitetônico, que foram inscritos em restos a pagar para pagamento em 2012; não foram utilizados R\$ 87.245,00.

- Aquisição de terreno para a construção do

edifício-sede da Seção Judiciária de Belém/PA

Foram alocados R\$ 550.000,00.

Durante o exercício, foi necessária a abertura de crédito adicional suplementar de R\$ 280.000,00. Foi empenhado o montante de R\$ 830.000,00, que ficou inscrito em restos a pagar para pagamento em 2012, sendo: R\$ 333.000,00 em cumprimento de decisão cautelar para desapropriação do imóvel do interesse da Seccional do Pará e R\$ 497.000,00 para aquisição de um terreno.

- Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Marabá/PA

Obra concluída e inaugurada em 2011. Emitido o termo de recebimento provisório.

- Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Vitória da Conquista/BA

Foram alocados R\$ 2.065.169,00, que, somados a R\$ 5.449,95 de restos a pagar, perfizeram o montante de R\$ 2.070.618,95.

Foi necessário abertura de crédito adicional suplementar de R\$ 935.000,00.

Além da execução acima mencionada, foi pago, como despesas extraorçamentárias decorrentes do convênio com a CEF, o valor de R\$ 650.747,33.

Obra concluída e inaugurada em janeiro de 2012. Emitido o termo de recebimento provisório.

- Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Feira de Santana/BA

Foram consignados na LOA 2011, por emenda, R\$ 10.000.000,00, que, somados a R\$122.391,00 de restos a pagar, perfizeram o montante de R\$ 10.122.391,00, disponíveis para a execução da obra.

O valor global da obra, sem a fiscalização, é de R\$ 10.222.228,19, que será executada pela Empresa Ativa Engenharia Ltda. em 10 meses e 100 dias.

Ordem de serviço expedida em 12 de dezembro. Obra em andamento nas fases de movimento de terra e fundação.

- Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Jequié/BA

Foi consignado, por emenda, R\$ 1.650.000,00, que, somado a R\$ 521.482,92 de restos a pagar, perfizeram o montante de R\$ R\$ 2.171.482,92.

O valor global da etapa final da obra (2ª etapa) é da ordem de R\$ 6.300.000,00, a qual será executada pela empresa Ativa Engenharia Ltda., em 24 meses e 100 dias.

Obra ainda não executada em face da necessidade de ajustes no contrato da 1ª etapa, tendo em vista que o contrato foi rescindido por inexecução parcial. Os serviços não executados na 1ª etapa serão aditados no contrato da 2ª etapa.

- Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Barreiras/BA

Não houve dotação consignada para esta obra no início do exercício, estando disponíveis R\$ 2.500,59 oriundos de restos a pagar para a quitação do projeto arquitetônico.

Foi necessário abertura de crédito adicional especial de R\$ 12.000,00.

**Projetos executivos e arquitetônicos prontos**

- Construção do edifício anexo da Seção Judiciária em Salvador/BA

Foi necessária a abertura de crédito adicional especial de R\$ 1.000.000,00, que não foi utilizado e será reaberto em 2012.

Será aberto processo licitatório da obra em fevereiro de 2012.

- Reforma do edifício anexo da Seção Judiciária em São Luís/MA

Não houve dotação consignada, estando disponíveis R\$ 838.957,30, oriundos de restos a pagar, para a execução da reforma. Desse valor, foram pagos R\$ 824.315,50 e continuam pendentes de pagamento R\$ 14.641,80.

Foram pagos com recursos extraorçamentários do convênio com a Caixa Econômica Federal R\$ 1.058.378,46.

Obra em fase de recebimento provisório. Execução de serviços pendentes.

- Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Campo Formoso/BA

Não houve dotação consignada para esta obra no exercício, apenas um saldo de R\$ 74.046,00 de restos a pagar referente ao projeto arquitetônico, que foi pago integralmente.

- Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Guanambi/BA

Não houve dotação consignada para esta obra, apenas constava saldo de R\$ 15.170,24 de restos a pagar referente ao projeto arquitetônico, que foi pago integralmente.

- Reforma do edifício-sede da Justiça Federal em Paulo Afonso/BA

Não houve dotação consignada para esta reforma. Constava saldo de R\$ 1.305,18 de restos a pagar referente à conclusão da reforma, que foi pago integralmente.

- Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Juiz de Fora/MG

Não houve dotação consignada, apenas havia saldo de R\$ 15.731,80 de restos a pagar para a conclusão da obra, que foi pago integralmente.

- Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Passos/MG

Não houve dotação consignada. Havia saldo de R\$ 54.000,00 de restos a pagar referente ao projeto arquitetônico, que foi pago integralmente.

- Construção do edifício-sede da Justiça Federal em São Sebastião do Paraíso/MG

Não houve dotação consignada para esta obra, apenas havia um saldo de R\$ 54.000,00 de restos a pagar referente ao projeto arquitetônico, que foi pago integralmente.

- Ampliação do edifício-sede da Justiça Federal em Uberlândia/MG

Não houve dotação consignada para esta obra, apenas havia um saldo de R\$ 114.816,16 de restos a pagar referente ao projeto arquitetônico, que foi pago integralmente.

### **Reformas e adaptações**

As reformas e adaptações realizadas obedeceram às diretrizes estabelecidas pelo planejamento estratégico. Foram aplicados recursos no montante de R\$ 8.033.971,66 do projeto de modernização das instalações da Justiça Federal e atividade julgamento de causas.

### Quadro 129

Demonstrativo da execução de reformas

Seção	Unidade	Descrição do serviço	Total
SJ/RR	Edifício-sede Roraima	Recuperação da 1ª Vara Federal, em caráter emergencial, na rede elétrica, telefônica, de climatização e demais instalações da 1ª Vara Federal, em função de incêndio. JC fonte 100	99.484,20
	Imóvel funcional	Construção de calçada, confecção de cobertura e pintura do muro do imóvel funcional. JC fonte 100	14.557,81
<b>Total RR</b>			<b>114.042,01</b>
SJ/RO	Edifício-sede Rondônia	Acréscimo de serviços de instalação, com fornecimento de peças e materiais, de quadro de distribuição elétrica na sala de servidores de rede e instalação de 22 células no banco de capacitores	3.577,83
		Elaboração de projetos e serviços de cabeamento estruturado de energia elétrica no CPD. JC fonte 100	443.368,72
	Guajará-Mirim	Construção de guarita	22.393,56
		Elevação do muro e ampliação e iluminação externa	38.284,25
		Instalação de cerca elétrica. JC fonte 100	17.860,00
		Instalação de sistema de circuito fechado de televisão. JC fonte 100	44.319,00
	<b>Total RO</b>		

Seção	Unidade	Descrição do serviço	Total
SJ/TO	Edifício-sede Palmas	Elaboração de projetos executivos, básicos, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro p/ interligação física das redes de dados e voz entre os edifícios-sede e anexo	20.580,00
		Elaboração de projetos de subestação de energia para o edifício anexo. JF fonte 127	5.500,00
		Serviço de revitalização dos jardins internos da sede da seccional	7.151,00
	Gurupi	Contratação de serviços de empresa especializada na execução de serviços de engenharia — contratação de subestação de energia elétrica, SPDA, adaptações de ambientes e outros	60.946,77
	Araguaína	Elaboração de projeto de adequação do espaço físico. JF fonte 12	7.700,00
		Serviço de revitalização dos jardins internos da Subseção de Araguaína. JF fonte 127	8.093,00
<b>Total TO</b>			<b>109.970,77</b>
SJ/AC	Edifício-sede Boa Vista	Execução dos serviços, com fornecimento de material, de reforma dos jardins do edifício-sede da SJ/AC	45.700,00
		Serviço de recuperação, com fornecimento de material, de parte do sistema do hidrante de incêndio da SJ/AC	12.615,00
		Serviços de reforma do imóvel funcional da JF/AC. JC fonte 100	80.004,98
<b>Total AC</b>			<b>138.319,98</b>

Seção	Unidade	Descrição do serviço	Total
SJ/AM	Edifício-sede Manaus	Execução e fiscalização da obra de interligação do prédio-sede e o edifício Rio Negro e da reforma do imóvel Tocaia	28.617,35
		Elaboração de projeto arquitetônico para a reforma da passarela que interliga o prédio-sede ao anexo II (Plenário)	8.000,00
		Serviços de elaboração de projetos de garagens cobertas para o estacionamento	2.100,00
		Reforma da guarita localizada entre o prédio-sede e o prédio do Plenário	8.000,00
		Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto de ancoragem para os serviços de limpeza da fachada dos imóveis desta seccional	9.000,00
		Implantação do sistema de combate a incêndio. JC fonte 100	94.150,00
		Reforma do prédio-sede. JC fonte 127	204.750,00
		Reforma do consultório médico e odontológico. JC fonte 100	6.989,15
	Imóvel Tocaia	Serviços de paisagismo e jardinagem. JC fonte 100	10.910,00
	Edifício Rio Solimões anexo II (Plenário)	Elaboração de projeto de prevenção e combate a incêndio	1.425,00
	Tabatinga	Aquisição e instalação de portal detector de metal	9.900,00
Instalação de tendas para uso no estacionamento		72.000,00	
<b>Total AM</b>			<b>455.841,50</b>
SJ/MT	Edifício-sede Mato Grosso	Serviço de instalação com fornecimento de material, de acessibilidade para portadores de necessidades especiais	216.349,00
		Impermeabilização da sede em Cuiabá. JC fonte 100	55.447,91
	Barra do Garças	Serviços na instalação elétrica de baixa tensão. JC fonte 100	14.936,20
		Aquisição e instalação de divisórias removíveis. JC fonte 100	29.084,99
	Rondonópolis	Reforma do prédio locado. JC fonte 100	96.453,07
		Serviço de modernização do cabeamento estruturado. JC fonte 127	60.000,00
Edifício-sede Cáceres	Aquisição e instalação de divisórias removíveis. JC fonte 100	53.999,92	
<b>Total MT</b>			<b>526.271,09</b>

Seção	Unidade	Descrição do serviço	Total
SJ/PI	Edifício-sede Teresina	Adequação da acessibilidade	11.959,31
		Contratação de serviços de pintura do edifício-sede. JC fonte 100	52.999,99
		Serviços de instalação lógica nos 6º e 7º andares. JC fonte 100	17.289,99
		Serviços de obra de ampliação do estacionamento de veículos do edifício-sede. JC fonte 100	100.000,00
	Edifício-sede Cenajus	Reforma das instalações físicas do edifício-sede do Cenajus. JC fonte 100	270.498,00
<b>Total PI</b>			<b>452.747,29</b>
SJ/MA	Edifício-sede São Luís	Elaboração de projeto de reestruturação e ordenação do estacionamento	3.450,00
		Aquisição de <i>nobreaks</i>	47.975,00
	Edifício anexo I	Pintura interna e externa dos edifícios-sede e anexo I. JC fonte 100	178.100,00
	Edifício-sede Imperatriz	Obra de construção de muro limítrofe	924,10
		Aquisição de <i>nobreaks</i>	19.475,00
		Reforma da Subseção Judiciária de Imperatriz para implantação da 2ª Vara	14.914,99
	Edifício-sede Caxias	Aquisição de <i>nobreaks</i>	19.475,00
		Construção de guarita e lixeira. JC fonte 100 – GND-4	69.239,15
<b>Total MA</b>			<b>353.553,24</b>
SJ/PA	Arquivo – Belém	Execução de serviços de reforma das instalações físicas, inclusive com a elaboração de projetos executivos das instalações prediais (projeto de arquitetura com a reforma, instalações elétricas e instalações hidrossanitárias), para a instalação do arquivo	124.584,32
		Serviços de engenharia – adaptações físicas com vista à expansão da rede elétrica e lógica no 1º andar desta seccional. JC fonte 100	14.880,90
	Altamira	Elaboração de projeto básico e executivo para realização de reforma	7.352,00
		Reforma do edifício-sede. JC fonte 100	215.682,13
	Santarém	Reforma no edifício-sede. JC fonte 100	139.610,23
	Paragominas	Reforma/adaptações de imóvel que servirá de sede da Subseção Judiciária de Paragominas. JC fonte 100	214.000,00
	Marabá	Serviços de engenharia para execução e instalação de portão com grade para porta, divisórias e pintura metálica da garagem. JC fonte 100	12.056,71
	<b>Total PA</b>		

Seção	Unidade	Descrição do serviço	Total
SJ/GO	Edifício Gama Dias	Contratação de empresa para elaboração de projetos para adaptação do imóvel locado	25.000,00
	Prédio dos JEFs	Serviços de adaptação, reforma e modernização de área e instalações no edifício onde funcionarão os JEFs desta seccional. JC fonte 100 e 127	1.058.000,00
<b>Total GO</b>			<b>1.083.000,00</b>
SJ/BA	Edifício-sede Salvador	Execução de serviço de drenagem de águas pluviais ao redor do muro da divisa do terreno	55.129,73
		Projeto de sonorização	14.800,00
	Edifício anexo Salvador	Reforma de área dos reservatórios de água do edifício anexo da Seção Judiciária/BA	35.599,90
	Edifício-sede – Juazeiro	Contratação de serviço de construção de cobertura para veículos na Subseção Judiciária de Juazeiro	11.000,00
	Eunápolis	Serviço de pintura. JC fonte 100	14.199,73
	Paulo Afonso	Serviço de reforma das instalações físicas. JC fonte 100	12.127,54
	Barreiras	Pintura interna e externa. JC fonte 100	30.999,00
		Elaboração de projeto básico de acessibilidade a deficientes físicos e sistemas de proteção contra incêndio. JC fonte 100	60.885,00
<b>Total BA</b>			<b>234.740,90</b>
SJ/DF	Edifício-sede I	Aquisição de equipamentos de rede	74.600,00
<b>Total DF</b>			<b>74.600,00</b>

Seção	Unidade	Descrição do serviço	Total
SJ/MG	Edifício Oscar Dias Corrêa	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico e projeto executivo para adequação das instalações de ar condicionado das lojas e do <i>pilotis</i> ao 16º andar	42.000,00
		Elaboração de projeto executivo e substituição das instalações hidráulicas	212.461,00
		Aquisição de <i>switches</i> tipo <i>core</i> III e tipo borda para atender às necessidades nos edifícios Antônio Fernando Pinheiro, Euclides Reis Aguiar e Oscar Dias Corrêa	182.200,00
		Contratação de serviços de ampliação do cabeamento estruturado, incluindo elaboração de projeto executivo, no edifício Oscar Dias Corrêa, em Belo Horizonte	74.909,80
		Instalação de divisórias, vidros e recomposição de forro. JC fonte 100	25.999,35
	Edifício-sede Uberlândia	Contratação de serviços de ampliação da rede lógica da Subseção Judiciária de Uberlândia	45.000,00
		Fornecimento e instalação de estabilizador eletrônico para atender às necessidades da Subseção Judiciária de Uberlândia	32.799,00
		Executar serviços de reconstrução do passeio. JC fonte 100	11.099,15
	Ipatinga	Serviços de engenharia para execução de reforma e adequação do edifício-sede. JC fonte 100	28.680,62
	Sete Lagoas	Serviços de construção de cabeamento estruturado. JC fonte 100	88.801,91
	Juiz de Fora	Serviços de impermeabilização no edifício-sede. JC fonte 100	86.605,00
		Execução de serviços de reforma. JC fonte 100	14.995,00
	Paracatu	Serviços de ampliação de cabeamento estruturado. JC fonte 100	14.434,09
	Varginha	Serviço de ampliação de cabeamento estruturado, incluindo a elaboração de <i>as-built</i> . JC fonte 100	14.000,00
	Contagem	Fornecimento e instalação de piso tipo paviflex, incluindo a aplicação de tratamento impermeabilizante. JC fonte 100	70.000,00
		Instalação de pontos de cabeamento estruturado. JC fonte 100	14.995,00
	<b>Total MG</b>		
<b>Total seções</b>			<b>5.800.036,35</b>

Seção	Unidade	Descrição do serviço	Total	
TRF	Base Operacional	Serviços de escoramento da estrutura do telhado	74.100,00	
		Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto executivo de estrutura metálica para substituição da cobertura do galpão	32.600,00	
		Contratação de empresa especializada para execução de estrutura metálica para substituição da cobertura	695.000,00	
	Centrejufe	Impermeabilização/cristalização/revestimento das áreas dos blocos I e II	20.594,57	
	Sede I	Reforma do <i>hall</i> do Plenário e criação de sala VIP	336.699,00	
		Contratação de empresa para reforma dos sanitários. JC fonte 181	360.000,00	
		Contratação de empresa para revitalização da fachada. JC fonte 181	134.067,00	
	Novo prédio TSE	Serviços de infraestrutura de rede estruturada do novo prédio. JC fonte 100	775.259,49	
	Total TRF			2.428.320,06
	Total geral			8.228.356,41

Além dos serviços acima mencionados, algumas seccionais tiveram autorizadas outras obras e reformas para serem efetuadas e por motivos diversos não utilizaram os créditos autorizados.

#### ► Projetos e sistemas

##### Projeto de implantação de varas federais

As 19 varas federais instaladas em 2011 receberam dotação de R\$ 11.400.000,00. Desse total, foram liquidados R\$ 6.341.601,01, inscritos em restos a pagar R\$ 4.749.593,04 e R\$ 308.805,95 ficaram sem utilização.

### Quadro 130

Instalação de varas federais

Seção/subseção	Total
Oiapoque e Laranjal do Jari/AP	717.148,69
Gurupi/TO	262.110,67
Manaus/AM	183,46
Barra do Garças/MT	626.212,24
Antecipação de despesa Floriano/PI	329.424,74
São Luís/MA	54.546,00

Seção/subseção	Total
Marabá e Redenção/PA	303.977,99
Goiânia e Jataí/GO	872.317,76
Feira de Santana, Irecê e Teixeira de Freitas/BA	1.308.267,74
Uberlândia, Montes Claros, Ipatinga, Contagem, Manhuaçu e Muriaé/MG	1.867.411,72
Total – seções	6.341.601,01
TRF – material e equipamentos de informática para todas as novas varas	4.749.593,04
<b>Total geral</b>	<b>11.091.194,05</b>

### Projeto de implantação de sistemas de informação – Isigi – e-Jus

Da dotação disponível para este projeto, R\$ 13.179.767,00, foram contingenciados R\$ 124.995,00, liquidados R\$ 3.988.476,29,01, inscritos em restos a pagar R\$ 8.999.931,16 e R\$ 66.364,55 ficaram sem utilização.

### Quadro 131

Demonstrativo de realização do Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal – Isigi

U.O.	Elemento de despesa	Nota de empenho	Descrição do serviço	Total
TRF	3	000429	Contrato 76/2010 ref. comun. dados Wan – 2011LI000353 Pregão SRP 41/2010 CFE. Instrumento de contrato fl.2, PA 26/11	4.764.834,28
	3	800957	Contratação de prestação de serviços na área de tecnologia da informação – TI – Processo origem: 2011PRO0084	7.698.099,17
	3	800958	Contratação de serviços de medição de sistemas – tecnologia da informação – TI – Processo origem: 2011PRO0084	128.400,00
	3	801032	Serviço de atendimento externo nas seccionais – SES – Processo origem: 2011PRO0084	34.074,00
	3	801082	Profissionais de informática – seções CFE	363.000,00
<b>Total geral</b>				<b>12.988.407,45</b>

### Sistema de informações gerenciais e de planejamento do plano plurianual – Sigplan

Procedeu-se ao encaminhamento trimestral ao CJF do desempenho físico e financeiro das ações orçamentárias pertencentes à 1ª Região, para consolidação e registro no Sigplan, consoante prevê a Lei 11.653, de 07/04/2008, e o Decreto 6.601, de 10/10/2008.

### Sistemas de Gerenciamento de Custos – Sigcustos

No exercício, o projeto Sistema de Informações Gerenciais e de Custos da 1ª Região – Sigcustos continuou com o *benchmarking* relativo às metodologias de custeio e, sequencialmente, em relação aos sistemas em funcionamento em instituições públicas e privadas. Encerrada esta fase e contratada a consultoria do IPEAD/UFMG, iniciaram-se videoconferências para apresentação do Plano de Trabalho da Comissão Sigcustos, aprovado pela Diretoria-Geral do Tribunal. Foi detectada a

necessidade de aproximação dos gestores e futuros usuários da equipe responsável pelos estudos e desenvolvimento do sistema. Assim, iniciou-se uma fase de apresentação em seccionais e subseções previamente escolhidas. Já foram visitadas as Seccionais de Minas Gerais, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Acre e Roraima. Durante a visita, o projeto é apresentado e é ministrado treinamento aos gestores locais sobre a sistemática de custos, com descrição das rotinas, atividades ou procedimentos das áreas judiciais e administrativas.

Posteriormente, serão consolidadas as informações, a fim de se definir a metodologia para construção da arquitetura e especificação técnica do sistema, objetivando seu efetivo desenvolvimento.

#### ► Precatórios e requisições de pequeno valor

As dotações consignadas no exercício de 2011 para precatório e RPV do TRF 1ª Região foram executadas conforme quadros a seguir.

### Quadro 132

Precatórios e RPVs

Precatórios + RPVs	2010	2011	Incremento
N. de processos	245.569	257.213	4,74%
N. de beneficiários	299.609	300.231	0,21%
Valor R\$	3.624.375.061,52	3.872.990.072,00	6,86%

**Quadro 133**

Execução de precatórios e RPVs

União	Tipo	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
Precatórios	Alimentício	1.197.802.757	1.197.802.756	1	1.197.802.756	-	100,00%
	Outros	643.220.541	642.970.898	249.643	642.970.898	-	99,96%
	CUPS	326.607.051	326.607.051	0	64.347.077	262.259.974	100,00%
	Total	2.167.630.349	2.167.380.705	249.644	1.905.120.731	262.259.974	99,99%
RPV	Alimentício	339.997.371	339.997.371	-	339.716.922	280.449	100,00%
	Outros	32.468.409	32.468.409	-	29.814.178	2.654.231	100,00%
	Total	372.465.780	372.465.780	-	369.531.100	2.934.680	100,00%
<b>Total União</b>		<b>2.540.096.129</b>	<b>2.539.846.485</b>	<b>249.644</b>	<b>2.274.651.831</b>	<b>265.194.654</b>	<b>99,99%</b>

Entidades	Tipo	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
Precatórios	Alimentício	105.611.856	103.556.345	2.055.511	103.556.345	-	98,05%
	Outros	457.452.926	434.185.553	23.267.373	434.185.553	-	94,91%
	CUPS	25.047.369	25.047.369	-	5.758.710	19.288.659	100,00%
	Total	588.112.151	562.789.267	25.322.884	543.500.608	19.288.659	95,69%
RPV	Alimentício	-	-	-	-	-	0,00%
	Outros	1.116.840.904	1.116.840.904	-	1.116.271.516	569.388	100,00%
	Total	1.116.840.904	1.116.840.904	-	1.116.271.516	569.388	100,00%
<b>Total entidades</b>		<b>1.704.953.055</b>	<b>1.679.630.171</b>	<b>25.322.884</b>	<b>1.659.772.124</b>	<b>19.858.047</b>	<b>98,51%</b>

União e entidades	Tipo	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
Precatórios	Alimentício	1.303.414.613	1.301.359.101	2.055.512	1.301.359.101	-	99,84%
	Outros	1.100.673.467	1.077.156.451	23.517.016	1.077.156.451	-	97,86%
	CUPS	351.654.420	351.654.420	-	70.105.787	281.548.633	100,00%
	Total	2.755.742.500	2.730.169.972	25.572.528	2.448.621.339	281.548.633	99,07%

União e entidades	Tipo	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
RPV	Alimentício	339.997.371	339.997.371	-	339.716.922	280.449	100,00%
	Outros	1.149.309.313	1.149.309.313	-	1.146.085.694	3.223.619	100,00%
	Total	1.489.306.684	1.489.306.684	-	1.485.802.616	3.504.068	100,00%
<b>Total União e entidades</b>		<b>4.245.049.184</b>	<b>4.219.476.656</b>	<b>25.572.528</b>	<b>3.934.423.955</b>	<b>285.052.701</b>	<b>99,40%</b>

Os restos a pagar de precatório e RPV inscritos em 2010, pagos em 2011, foram executados em conformidade com os demonstrativos abaixo:

### Quadro 134

Execução de restos a pagar de precatórios e RPV

União	Tipo	Inscrição de restos a pagar em 2011	Restos a pagar pagos em 2011	Restos a pagar a liquidar	Restos a pagar cancelados em 2011	% de execução
Precatórios	Alimentício					0,00%
	Outros					0,00%
	Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
RPV	Alimentício	1.025,23			1.025,23	0,00%
	Outros	3.820.611,84			3.820.611,84	0,00%
	Total	3.821.637,07	0,00	0,00	3.821.637,07	0,00%
<b>Total União</b>		<b>3.821.637,07</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.821.637,07</b>	<b>0,00%</b>

Entidades	Tipo	Inscrição de restos a pagar em 2011	Restos a pagar pagos em 2011	Restos a pagar a liquidar	Restos a pagar cancelados em 2011	% de execução
Precatórios	Alimentício					0,00%
	Outros	846.340,17			846.340,17	0,00%
	Total	846.340,17	0,00	0,00	846.340,17	0,00%
RPV	Alimentício					0,00%
	Outros					0,00%
	Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>Total entidades</b>		<b>846.340,17</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>846.340,17</b>	<b>0,00%</b>

União e entidades	Tipo	Inscrição de restos a pagar em 2011	Restos a pagar pagos em 2011	Restos a pagar a liquidar	Restos a pagar cancelados em 2011	% de execução
Precatórios	Alimentício					0,00%
	Outros	846.340,17			846.340,17	0,00%
	Total	846.340,17	0,00	0,00	846.340,17	0,00%
RPV	Alimentício	1.025,23			1.025,23	0,00%
	Outros	3.820.611,84			3.820.611,84	0,00%
	Total	3.821.637,07	0,00	0,00	3.821.637,07	0,00%
<b>Total União e entidades</b>		<b>4.667.977,24</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.667.977,24</b>	<b>0,00%</b>

### ► Contratos de ações não orçamentárias

#### Projeto processo digital

Em relação ao contrato firmado entre o CJF e os TRFs (contratantes) com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil (contratados) destinado à virtualização dos processos judiciais, cujo gestor é o CJF, e as despesas são pagas diretamente pelas contratadas, no decorrer do ano, foram aprovados para a 1ª Região R\$ 520.125,00, perfazendo um total de R\$ 14.121.382,48 (R\$ 6.332.356,36, em 2009, e, em 2010, R\$ 7.268.901,12). O valor total do contrato para a 1ª Região é de R\$ 31.493.489,00.

#### Contrato TRF e CEF

O contrato firmado entre o Tribunal e a CEF, com vigência para mais de um exercício financeiro, destinou valores financeiros extraorçamentários de R\$ 7.363.678,40.

Em 2011, foi pago R\$ 1.128.906,60, correspondente a 13 meses de locação do Edifício Dona Marta, R\$ 650.747,33 para a continuidade da obra do edifício-sede da Subseção de Vitória da Conquista/BA, R\$ 1.058.378,46 para a reforma do edifício anexo da seção de São Luís, R\$ 7.781,32 para a implantação de ponto eletrônico

e R\$ 92.704,02 para a aquisição de togas para os desembargadores federais.

#### ► Execução dos restos a pagar

Por meio do Decreto presidencial 7.418, de 31/12/2010, foi autorizada a prorrogação, até 30/04/2011, dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009. O Decreto 7.468, de 28/04/2011, autorizou a prorrogação da validade dos empenhos de restos a pagar não processados de 2007, 2008 e 2009, desde que atendidas as condições estabelecidas no decreto. Os empenhos que não atenderam a estas condições foram cancelados. Dessa forma, o Tribunal monitorou e solicitou, durante todo o ano, que cada seccional e o tribunal liquidassem os empenhos inscritos em restos a pagar em 2010 e os reinscritos de anos anteriores.

Foram cancelados R\$ 16.357.899,00, sendo R\$ 1.656.297,00 de pessoal e R\$ 14.701.302,00 de outras despesas, sendo a maior parte referente à obra de construção do Tribunal, do empenho que se encontrava em nome do antigo consórcio que teve seu contrato cancelado.

**Quadro 135**

Execução de restos a pagar em 2011

PAD	Seção	Inscritos		Pagos		Liquidados		A liquidar		Cancelados	
		Pessoal	Outros	Pessoal	Outros	Pessoal	Outros	Pessoal	Outros	Pessoal	Outros
P1	Amapá	110.329	7.440.970	74.255	7.407.783			0	5.057	36.074	28.130
	Roraima	78.226	822.173	42.526	644.795	0	34.086	34.860	77.118	840	66.174
	Tocantins	54.222	1.084.413	53.066	1.044.301			1.155	14.538	0	25.575
P2	Acre	117.899	412.814	105.277	371.196			12.623	7.275	0	34.343
	Rondônia	237.439	991.396	180.856	885.189	0	25.230	40.277	2.832	16.306	78.145
P3	Amazonas	462.893	919.551	162.295	733.261	0	9.423	300.547	128.576	51	48.291
	Mato Grosso	583.492	2.445.025	510.709	2.231.535	0	72.875	72.729	69.594	54	71.022
	Piauí	797.594	1.015.291	782.996	726.168			0	81.773	14.598	207.350
P4	Maranhão	753.539	3.163.265	729.258	2.802.732	4.566	46.802	14.133	256.785	5.583	56.946
	Pará	493.392	2.863.175	475.438	2.588.992	0	37.754	0	40.400	17.953	196.029
P5	Goiás	1.396.420	2.555.005	608.811	2.014.583					787.609	540.423
P6	Bahia	2.366.038	5.742.385	2.232.929	4.780.453	0	15.638	0	268.855	133.109	677.438
	Distrito Federal	3.525.445	2.011.896	3.285.640	1.914.991	9.744	2.682	220.362	32.284	9.698	61.938
	Minas Gerais	4.065.501	4.313.550	3.435.884	4.013.435	0	31.242			629.616	268.873
Subtotal		15.042.430	35.780.910	12.679.941	32.159.414	14.310	275.732	696.687	985.089	1.651.492	2.360.675
TRF		4.052.765	136.194.384	1.579.129	48.473.158	22.048	899.493	2.446.782	74.480.806	4.805	12.340.926
Total geral		19.095.195	171.975.294	14.259.070	80.632.571	36.358	1.175.225	3.143.469	75.465.896	1.656.297	14.701.602

► **Contingenciamento e descontingenciamento**

• 1º bimestre: limitação de empenho e movimentação financeira na Justiça Federal no valor de R\$ 112.312.096,00. Foram contingenciados os valores da reserva técnica do Conselho da Justiça Federal.

• 4º bimestre: saldo contingenciado de R\$ 20.549.131,00.

• 5º bimestre: o total contingenciado da 1ª Região ficou em R\$ 30.162.465,00.

• 6º bimestre: a posição final no encerramento do exercício foi a do 5º bimestre, ou seja, ficaram contingenciados R\$ 44.173.032,00 para a Justiça Federal. Desse montante, coube à 1ª Região a manutenção do valor de R\$ 30.162.465,00.

► **Lei Orçamentária 2012**

A proposta orçamentária para 2012 foi elaborada nos termos da Lei 12.465, de 12/08/2011 — Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO com a participação efetiva das unidades administrativas do Tribunal e das seções e subseções judiciárias vinculadas à 1ª Região.

O Tribunal encaminhou ao CJF a proposta orçamentária preliminar no valor de R\$ 2.535.121.339,00.

Em decorrência do limite orçamentário definido à Justiça Federal da 1ª Região, no mês de julho de 2011, a proposta foi ajustada ao valor de R\$ 1.854.250.308,00, que, somado à dotação de R\$ 12.540.000,00 para manutenção das varas instaladas em 2011, constantes na reserva do CJF, perfaz R\$ 1.866.790.308,00. No decorrer de 2012, esta dotação será acrescida com a distribuição dos valores constantes na reserva do CJF para instalação e manutenção das novas varas, nomeações de cargos vagos e ISIGI – e-Jus.

Com a finalidade de reforçar as dotações orçamentárias da 1ª Região, foram orientadas todas as seccionais para que trabalhassem suas bancadas parlamentares nos respectivos estados. Foram preparadas as emendas passíveis de serem apresentadas e enviadas aos diretores de foro das seções judiciárias, informando a importância da apresentação de emendas parlamentares ao Projeto de Lei do Orçamento 2011 (PL 28/2011-CN). Em consequência, foram aprovadas emendas individuais e de bancada de interesse direto da 1ª Região no valor de R\$ 33.000.000,00, passando o orçamento da 1ª Região para R\$ 1.899.790.307,00. Foram aprovadas também emendas nacionais no valor de R\$ 15.000.000,00 para o projeto de implantação de varas federais, que ficarão na reserva do CJF e serão descentralizados, conforme acordo em futuras reuniões dos diretores-gerais e de orçamento.

**Quadro 136**

Projetos 1ª Região

TRF/seção judiciária	Projetos	PL 28/2011
Tocantins	Construção do edifício anexo da Justiça Federal em Palmas	3.879.470
Bahia	Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Jequié	1.000.000
	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Feira de Santana	963.322
	Construção de prédio anexo da Seção Judiciária em Salvador	500.000

Minas Gerais	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Passos	500.000
	Reforma no edifício-sede I da Justiça Federal em Belo Horizonte	1.000.000
<b>TRF/seção judiciária</b>	<b>Projetos</b>	<b>PL 28/2011</b>
Pará	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Santarém	500.000
	Reforma geral das instalações elétricas no edifício-sede da Justiça Federal em Belém	1.100.000
TRF 1ª Região	Construção do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília	50.000.000
	Modernização das instalações da Justiça federal	3.835.000
<b>Total geral – projetos</b>		<b>63.277.792</b>

### Quadro 137

Resumo de emendas aprovadas (PL 28/2011 – LOA/2012)

1ª Região		
Unidade	Projeto	Valor
SJ/RR	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Boa Vista	21.500.000
	Reforma do edifício-sede da Justiça Federal em Boa Vista	2.000.000
	Modernização de instalações na Justiça Federal em Boa Vista	500.000
	<b>Total – Roraima</b>	<b>24.000.000</b>
SJ/TO	Construção do edifício anexo da Justiça Federal em Palmas	2.750.000
	Modernização das instalações da Justiça Federal em Palmas	500.000,00
	<b>Total – Tocantins</b>	<b>3.250.000</b>
SJ/BA	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Guanambi	200.000
	Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Jequié	2.000.000
	Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Barreiras	150.000
	Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Campo Formoso	400.000
	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Juazeiro	500.000
	<b>Total – Bahia</b>	<b>3.250.000</b>
SJ/MG	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Pouso Alegre	300.000

1ª Região		
Unidade	Projeto	Valor
SJ/MT	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Diamantino	100.000
	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Barra do Garças	100.000
	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Sinop	1.000.000
	Construção do edifício-sede II da Justiça Federal em Cáceres	1.000.000
	Total – Mato Grosso	2.200.000
<b>Total</b>		<b>33.000.000</b>
Nacional		
Unidade	Projetos	Valor
Nacional	Implantação de vara federal	15.000.000
Total – CJF		15.000.000

### Quadro 138

Comparativo dos orçamentos de 2011 e 2012 por unidade orçamentária\*

Orçamento 2011	Pessoal	Benefícios	AJPC	Atividades	Projetos	Total
TRF	241.100.126	14.293.953	10.000	57.702.415	48.780.000	361.886.494
Seções	1.271.693.534	77.823.464	19.033.352	167.479.343	50.261.609	1.586.291.302
<b>Total</b>	<b>1.512.793.660</b>	<b>92.117.417</b>	<b>19.043.352</b>	<b>225.181.758</b>	<b>99.041.609</b>	<b>1.948.177.796</b>
Orçamento 2012	Pessoal	Benefícios	AJPC	Atividades	Projetos	Total
TRF	233.500.000	15.029.434	10.000	56.829.422	51.214.172	356.583.028
Seções	1.230.500.000	82.564.808	16.945.482	168.133.370	45.063.620	1.543.207.280
<b>Total</b>	<b>1.464.000.000</b>	<b>97.594.242</b>	<b>16.955.482</b>	<b>224.962.791</b>	<b>96.277.792</b>	<b>1.899.790.307</b>
% acréscimo/redução	Pessoal	Benefícios	AJPC	Atividades	Projetos	Total
TRF	-3,15%	5,15%	0,00%	-1,51%	4,99%	-1,47%
Seções	-3,24%	6,09%	-10,97%	0,39%	-10,34%	-2,72%
<b>Total</b>	<b>-3,23%</b>	<b>5,95%</b>	<b>-10,96%</b>	<b>-0,10%</b>	<b>-2,79%</b>	<b>-2,48%</b>

\*Orçamento de 2011 com contingenciamento (R\$ 30.162.465) e sem o valor do projeto Isigi (R\$ 13.054.772,00) e do IVF (R\$ 11.400.000,00). No orçamento de 2012, os valores desses projetos ainda estão na reserva do CJF para serem distribuídos.

Verifica-se que houve decréscimo global, na ordem de 2,48%, no orçamento proposto para 2012 em relação ao orçamento de 2011. Tal percentual poderá ser diminuído pelo recebimento de crédito contido na reserva do CJF.

O orçamento aprovado para 2012, após os ajustes abaixo relacionados, está superavitário em R\$ R\$ 5.843.091,00 para atender às novas despesas com manutenção das varas já instaladas:

- retirada de R\$ 7.860.573,17 do contrato de desenvolvimento, manutenção, conservação de dados, integração e documentação de sistemas informatizados firmado com a empresa Stefanini, pois foi empenhado, em 2011, a totalidade do contrato relativo a 20 mil pontos de função que cobrirá a despesa em 2012;

- redução de R\$ 6.513.994,00 do contrato de comunicação de dados – links, que deverá ser suprido pela reserva do CJF, do JC ou do Isigi.

► **Plano Plurianual – PPA**

A proposta do Plano Plurianual de Investimentos – PPA 2012-2015 foi elaborada a partir das necessidades elencadas pelas seccionais e pelo TRF, que foram submetidas ao Comitê Técnico de Obras do TRF e compuseram a fase qualitativa do PPA. Uma vez que os limites foram definidos aquém das necessidades, a diretriz adotada foi cadastrar todos os projetos pleiteados, mesmo com dotação inferior à conclusão de uma etapa, para possibilitar futuras alocações de créditos orçamentários por meio de emendas parlamentares.

**Quadro 139**

Obras/reformas/desapropriação

Ano	Solicitados fase qualitativa	Definidos fase quantitativa
2012	110.632.606	63.277.792
2013	119.732.126	66.125.293
2014	140.793.124	69.100.931
2015	118.866.232	72.210.473
<b>Total</b>	<b>490.024.088</b>	<b>270.714.489</b>

**Quadro 140**

PPA – por grupo de prioridade

Grupo de prioridade	Solicitados fase qualitativa	Definidos fase quantitativa
Projetos com conclusão prevista para 2012	3.879.470	3.879.470
Projetos em andamento com % execução financeira < 20%	280.097.722	217.826.828

Grupo de prioridade	Solicitados fase qualitativa	Definidos fase quantitativa
Ações orçamentárias com projetos executivos concluídos	55.794.421	13.444.768
Ações orçamentárias com projetos arquitetônicos e executivos em andamento em 2011	12.940.493	3.000.000
Reformas imprescindíveis	10.000.000	3.500.000
Reformas diversas	32.686.445	16.406.864
Novas ações com projetos concluídos	31.713.672	4.000.000
Nova ação – projeto a ser licitado em 2011 com crédito especial com cancelamento de emenda	9.000.000	300.000
Desapropriação	1.436.611	1.436.611
Novas ações com terreno e sem projetos	44.537.476	4.242.905
Novas ações sem terreno	7.937.779	2.677.043
<b>Total</b>	<b>490.024.089</b>	<b>270.714.489</b>

### Controle interno da gestão

A 1ª Região consolidou em 2011 o novo paradigma de controle interno como controle prévio e preventivo dos atos de gestão administrativa. A adoção de procedimentos de natureza pedagógica tem contribuído para o aperfeiçoamento dos trabalhos e proporcionado mais rigor aos preceitos legais.

Nessa linha de ação, a equipe técnica e gerencial de controle interno, para aperfeiçoar o desempenho de suas atividades e realizar controle prévio concomitante da gestão, participou de cursos, fóruns, seminários e eventos nas áreas de planejamento, legislação tributária, previdência, licitações, contratos, contabilidade pública e auditoria; realizou reuniões com diversas secretarias do Tribunal e promoveu, em parceria com a UniCorp, o Segundo Encontro de Unidades de Controle Interno da Justiça Federal da 1ª Região.

O referido encontro foi realizado concomitantemente com o curso “Auditoria de folha de pagamento”, ministrado pelo professor Inácio Magalhães, por se tratar de uma das áreas mais sensíveis do controle. O curso e o encontro foram transmitidos a toda a 1ª Região por meio de videoconferência.

Coube à Secretaria de Controle Interno acompanhar e auxiliar a Secretaria de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União – TCU na realização de auditoria na área de recursos humanos do TRF 1ª Região, conforme Portaria TCU 339, de 10/03/2011, abrangendo servidores e magistrados, determinada pelo Acórdão TCU 2892/2010-Plenário, e, ainda, acompanhar as atividades administrativas da inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, realizada conforme Portaria CJF 11, de 05/11/2011, assinada pelo ministro-corregedor, abrangendo secretarias, gabinetes, seções e setores deste Tribunal.

► **Verificação e análise**

**Quadro 141**

Atividades desenvolvidas

Análise de processos

Assunto	Quantitativo
Licitações e contratos	73
Despesas com contratações diretas, suprimento de fundos, diárias, assistência judiciária, ajuda de custo e despesas diversas	651
Folhas de pagamento de pessoal, ajustes de contas e direitos do servidor público	237
Nomeações de servidor/magistrado e concessões de aposentadoria e pensão	370
Despesas de exercícios anteriores referentes à folha de pagamento de pessoal	408
Despesas do Pro-Social	169
<b>Total</b>	<b>1.908</b>

Consultas atendidas

Assunto	Quantitativo
Licitações, contratos e convênios	18
Despesas com contratações diretas, suprimento de fundos, diárias, assistência judiciária, ajuda de custo e despesas diversas	21
Folhas de pagamento de pessoal, ajustes de contas e direitos do servidor público	17
Nomeações e concessões de aposentadoria e pensão	5
Despesas de exercícios anteriores com pessoal	4
Despesas do Pro-Social	0
<b>Total</b>	<b>65</b>

Informações/relatórios emitidos

Assunto	Quantitativo
Licitações, contratos e convênios	68
Despesas com contratações diretas, suprimento de fundos, diárias, assistência judiciária, ajuda de custo e despesas diversas	232

Folhas de pagamento de pessoal, ajustes de contas e direitos do servidor	178
Nomeações e concessões de aposentadoria e pensão	76
Elaboração de informações resultantes da conferência dos processos de exercícios anteriores	479
Despesas do Pro-Social	2
<b>Total</b>	<b>1.035</b>

Outras atividades

Assunto	Quantitativo
Atendimento a diligências emanadas do Tribunal de Contas da União referentes à concessão de aposentadorias e pensões	15
Acompanhamento da publicação de atos de nomeações, concessões de aposentadoria e pensão e desligamento de pessoal e lançamento das informações no Sisapes	590
Envio de atos de nomeação e de concessão de aposentadorias e pensões ao TCU	370
Acompanhamento e encaminhamento de acórdãos do TCU à Secre e Asmag, para fins de registro, com julgamento de legalidade de atos de concessão e nomeação	38
Conferência de demonstrativos de cálculo-resumo de servidores selecionados por amostragem (360 servidores por mês) e processos de aposentadoria e pensão relativos ao período de janeiro a dezembro/2010	4.320
<b>Total</b>	<b>5.333</b>

Os processos administrativos relativos a atos de nomeação, concessão de aposentadoria e pensão e despesas de exercícios anteriores foram analisados em sua totalidade.

As faturas de pagamento relativas à obra da nova sede do Tribunal foram analisadas em sua totalidade.

O exame dos processos administrativos referentes a licitações, suprimento de fundos, diárias, contratos administrativos, folha de pagamento de pessoal e despesas do Pro-Social foi efetuado por amostragem, considerados o risco, a materialidade e a relevância.

► **Auditoria**

**Quadro 142**

Execução de auditorias

Código (UG)	Tipo	Localidade	Dias úteis	Período	Equipe
090027 – TRF 1ª Região	Auditoria de gestão	Brasília	16	14/03 a 31/03	8
090027 – TRF 1ª Região	Monitoramento de auditoria operacional	Brasília	11	04 a 15/07	4

Código (UG)	Tipo	Localidade	Dias úteis	Período	Equipe
090027 – TRF 1ª Região	Monitoramento de auditoria especial	Brasília	24	17/06 a 13/07	4
090025 – SJ/RO	Operacional	Porto Velho	5	16 a 20/08	4
090004 – SJ/MA	Operacional	São Luís	5	20 a 24/09	5

### **Auditoria de gestão**

Foi realizada auditoria da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional das unidades gestoras da Justiça Federal da 1ª Região, com a finalidade de comprovar a legalidade dos atos de gestão, bem como de avaliar os resultados quanto à eficácia e à eficiência.

Os exames foram efetuados por seleção de itens, de acordo com o escopo do trabalho definido pelo TCU na Decisão Normativa TCU 110/2010, alterada pela Decisão Normativa TCU 107, de 10/02/2011.

O relatório consolidado de auditoria de gestão relativo ao exercício de 2011 foi emitido com certificação pela regularidade das contas das uni-

dades gestoras vinculadas à Justiça Federal da 1ª Região.

### **Auditorias operacionais**

As auditorias operacionais foram realizadas no Tribunal e nas Seções Judiciárias dos Estados de Rondônia e do Maranhão, com ações nas atividades de gestão de recursos humanos, de benefícios sociais, de estoque de material (almoxxarifado) e de patrimônio (bens móveis).

As manifestações dos auditados, no Tribunal e nas seções judiciárias, quanto às providências adotadas e justificativas para as mencionadas recomendações, serão registradas no Relatório de Auditoria de Gestão, que integrará o processo de prestação de contas a ser encaminhado ao CJF, para posterior encaminhamento ao TCU.

## **Quadro 143**

Quantitativo de recomendações e solicitações de providências/justificativas expedidas

Unidade auditada	Recomendações			Solicitações de auditoria
	Relatórios de auditoria	Notas técnicas	Notas de auditoria	
JF/MT	83	–	–	–
JF/BA	56	–	–	–
TRF 1ª Região	–	22	45	26
JF/RO	42	12	86	6
JF/MA <sup>1</sup>	–	26	34	6
<b>Total</b>	<b>181</b>	<b>60</b>	<b>165</b>	<b>38</b>

### ***Complementação e monitoração de auditorias***

Com o objetivo de padronizar, executar e consolidar procedimentos nos processos de auditoria da Justiça Federal da 1ª Região, foi implantada a atividade de avaliação e monitoramento dos procedimentos operacionais adotados pelas unidades auditadas.

O monitoramento teve por objetivo verificar o cumprimento das recomendações expedidas nos referidos relatórios de auditoria, bem como os resultados e benefícios alcançados, procurando auxiliar a administração nos procedimentos e controles administrativos dos atos de gestão.

O trabalho foi realizado seguindo metodologia definidanoManualTécnicodeMonitoramentodeAuditoria de Natureza Operacional, aprovado pelo TCU, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, conforme as seguintes etapas:

- acompanhamento da implementação das recomendações expedidas em documentos técnicos (relatórios, notas técnicas e notas de auditoria);
- realização de estudos e propostas para a racionalização, padronização e aperfeiçoamento de procedimentos, formulários e papéis de trabalho utilizados nas ações de auditoria;
- promoção do desenvolvimento de sistemas e métodos de auditoria preventiva e concomitante;
- acompanhamento do desenvolvimento e da implementação de sistemas informatizados do Tribunal.

### **► Análise e controle contábil**

#### ***Principais atividades desenvolvidas***

Análise, acompanhamento e controle dos procedimentos contábeis relacionados ao encerramento do exercício de 2010 e à abertura do de 2011 no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi.

Análise e consolidação dos Relatórios de Prestação de Contas e de Gestão encaminhados pelo Tribunal e pelas seções judiciárias da 1ª Região para atender à Lei de Responsabilidade Fiscal e à Prestação de Contas, respectivamente.

Análise do rol de responsáveis do TRF 1ª Região e das seccionais vinculadas que compõem o Processo de Contas.

Organização e consolidação do Processo de Prestação de Contas do Exercício de 2010 do Tribunal e das seções judiciárias vinculadas, bem como acompanhamento do julgamento dos processos instaurados em exercícios anteriores.

Encaminhamento às unidades gestoras de diligências, orientações contábeis e respostas a consultas sobre matéria contábil, orçamentária, patrimonial e tributária.

Acompanhamento, via Siafi e Siafi Gerencial, da execução dos programas de trabalho consignados no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e dos registros contábeis relativos ao Tribunal e às seções judiciárias vinculadas.

Registro da conformidade contábil das unidades gestoras do Tribunal, no Siafi, atestando a regularidade ou não dos demonstrativos contábeis.

Registro da conformidade de operadores das unidades gestoras do Tribunal, no Siafi e no Siasg, atestando a regularidade dos usuários habilitados nestes sistemas.

Acompanhamento da legislação e da jurisprudência do Tribunal de Contas da União, com o fito de subsidiar a realização das atividades da área de controle interno.

Atualização da página da Secoi, na intranet, com publicação das informações expedidas, mensagens recebidas no Siafi e no Siasg e do *Informe Secoi*.

Cadastramento de operadores e cadastradores regionais dos sistemas do Governo Federal (Siafi, Siafi Gerencial e Siasg).

Análise de processos administrativos do Tribunal que versam sobre aquisição de bens de estoque permanente, folha de pagamento, incorporação e baixas extraorçamentárias de bens móveis, reposição ao erário em virtude de desligamento de servidores, precatórios e requisições de pequeno valor.

Elaboração e divulgação do informativo da Secretaria de Controle Interno, com a síntese da legislação e da jurisprudência do TCU.

### ***Acompanhamento dos julgamentos dos processos de prestação de contas pelo TCU***

#### **Quadro 144**

Processos de tomada de contas

<b>Exercício</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Observação</b>
2005	TC 15.012/2006-7	Aguardando providências na Secex-3 – 3ª Secretaria de Controle Externo/TCU desde 29/10/2010
2006	TC 019.899/2007-9	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis
2007	TC 018.750/2008-6	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis
2008	TC 015.023/2009-5	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis
2009	TC 22.943/2010-2	Aguardando providências na Secex-3 – 3ª Secretaria de Controle Externo/TCU desde 25/05/2011
2010	TC 26.219/2011-5	Aguardando providências na Secex-3 – 3ª Secretaria de Controle Externo/TCU desde 05/08/2011

Obs.: As contas individualizadas da Seção Judiciária do Estado do Acre (2001 a 2003) encontram-se aguardando providências na Secex-AC – Secretaria de Controle Externo desde 24/09/2010.

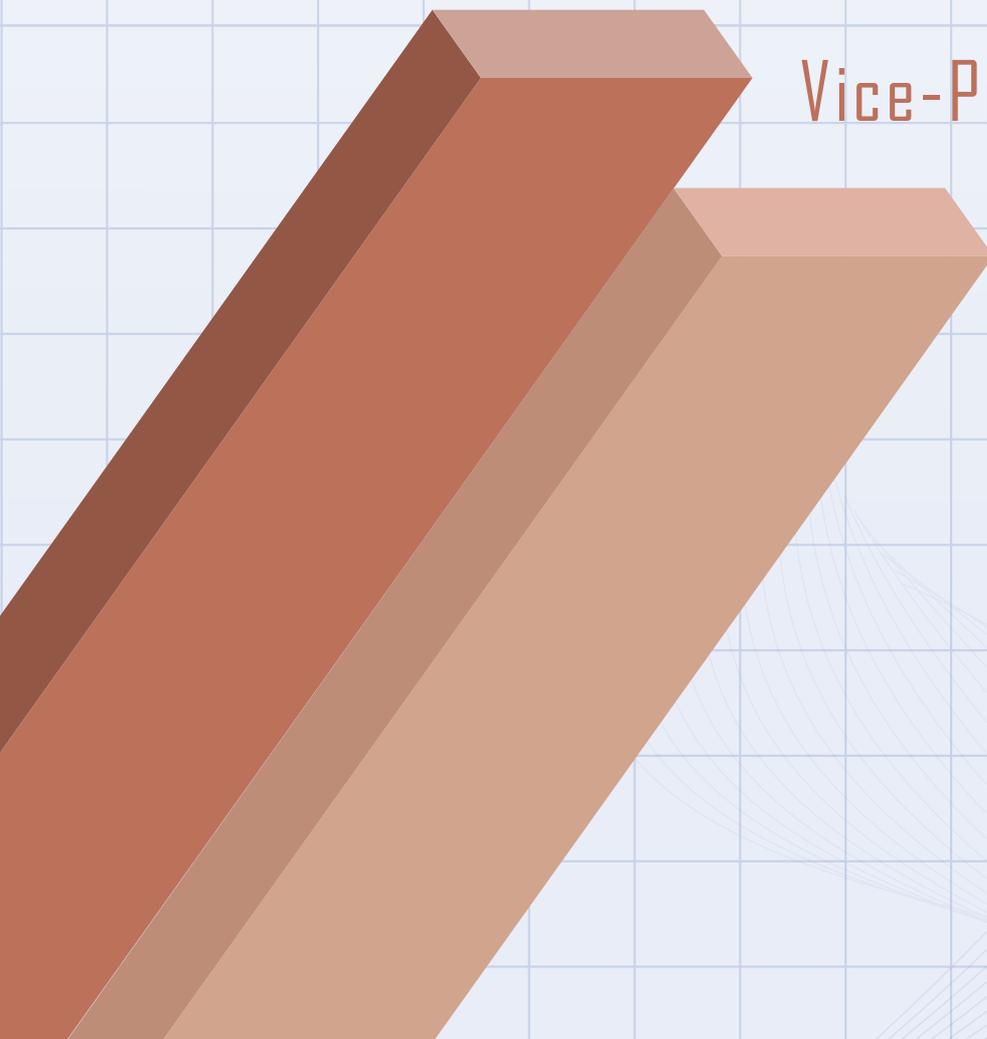
### Quadro 145

Orientações e documentos expedidos

Documento	Quantidade
– Orientações contábeis relativas a: restos a pagar (processados e não processados); recolhimentos Darf, GPS, GRU e DAR (Siafi 2010); liquidação de despesa com data retroativa; registro da conformidade contábil; registro de inscrição na dívida ativa da União; recolhimento de Darf; Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF; contabilização de decisões judiciais transitadas em julgado no sistema da folha de pagamento e no Siafi; folha de pagamento e guia de recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social – GFIP; depreciação referente aos bens de informática	20
– Informações expedidas após análises de processos administrativos	539
– Análises de processos administrativos que não geraram informação	164
– Diligências/questionamentos contábeis direcionados às unidades gestoras da 1ª Região	401
– Respostas a consultas para TRF e seccionais	403
– Documentos cadastrados na intranet, página da Secoi	158
– Cadastramento de operadores e cadastradores nos sistemas do Governo Federal (Siafi, Siafi Educacional, Siafi Gerencial e Siasg)	380
– Registro de conformidade contábil	36
– Análise de processos de diárias no sistema e-AVS – Autorização de Viagem a Serviço	942
– Acompanhamento das restrições contábeis registradas pelo órgão superior – CJF na 1ª Região (AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO e TRF – 090027 e 090049)	99
– Acompanhamento das restrições contábeis registradas pela CCONT no órgão 12000 – Justiça Federal	75
<b>Total</b>	<b>3.217</b>

**VIPRE**

Vice-Presidência



O vice-presidente, em cumprimento às determinações regimentais, desempenhou suas funções administrativas e judiciais, auxiliando na supervisão e fiscalização dos serviços da Secretaria do Tribunal, bem como nas atividades inerentes à substituição do presidente nas suas ausências regulamentares.

O vice-presidente integra, além do Plenário, a Corte Especial (Judicial e Administrativa) e o Conselho de Administração, nas funções de relator e revisor e, em substituição ao presidente do Tribunal, preside quaisquer desses colegiados.

Entre suas funções judicantes, destacam-se as decisões sobre admissibilidade de recursos — especial e extraordinário. Em 2010, quando do encerramento dos trabalhos, o gabinete da Vice-Presidência contava com 1.351 processos. Ao findar 2011, no dia 19/12, foram publicadas 21.864 decisões. O ano de 2012 será iniciado com 969 processos aguardando o processamento.

Em 2011 foram publicadas 10.663 decisões determinando o sobrestamento de processos, por força de regime repetitivo e pela repercussão geral, aguardando o pronunciamento do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Em cumprimento ao art. 175, §1º, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o vice-presidente dividiu, em sistema de rodízio, com o presidente e o corregedor regional o atendimento aos plantões judiciais destinados ao exame de medidas que reclamem urgência.

Os resultados alcançados no decorrer de 2011 deveram-se ao profícuo trabalho do vice-presidente, apoiado pela juíza federal Luciana Pinheiro Costa Mayer Soares, convocada para prestar auxílio à Vice-Presidência, pelos assessores, chefe de gabinete e demais servidores e colaboradores da Vipre, que exerceram suas atividades com a devida diligência.

## Quadro 146

Admissibilidade de recursos decididos pela Vice-Presidência

Atividade	Quantidade
RE admitidos	174
REsp admitidos	851
Negando seguimento RE	365
Negando seguimento REsp	2.817
RE inadmitidos	1.086
REsp inadmitidos	3.517
REsp sobrestados	5.524
RE sobrestados	5.139
<b>Total</b>	<b>19.473</b>

## Quadro 147

Decisões publicadas no *e-DJF1*

Atividade	Quantidade
Decisões/despachos	2.391
RE admitidos	174
REsp admitidos	851
Negando seguimento RE	365
Negando seguimento REsp	2.817
RE inadmitidos	1086
REsp inadmitidos	3.517
REsp sobrestados	5.524
RE sobrestados	5.139
<b>Total</b>	<b>21.864</b>

Fonte: Corec

**Quadro 148**

Presidência na distribuição de processos

Tipo de distribuição	Quantidade
Ordinária	40
Extraordinária	23
<b>Total</b>	<b>63</b>

Fonte: Corip

**Quadro 149**

Presidência de órgão julgador

Órgão julgador	Quantidade de sessões
Corte Especial	2
Plenário	–
Corte Especial Administrativa	4
Conselho de Administração	1
<b>Total</b>	<b>7</b>

Fonte: Asmag e Cocse

**Quadro 151**

Participação em eventos, missão oficial e solenidades

Eventos, missões oficiais e solenidades	Período
Sessão solene de posse dos novos juízes federais substitutos	23/02
Solenidade – Medalha do Mérito Militar – Superior Tribunal Militar	01/04
Solenidade – Medalha Comenda do Exército	19/04
Solenidade de inauguração da Subseção Judiciária de Contagem	30/06
V Encontro Nacional do Judiciário	17 a 19/11
Solenidade de encerramento da inspeção do Conselho da Justiça Federal	25/11

Fonte: Vipre, Asrep e Ascom

**Quadro 150**

Participação em sessões de julgamento

Órgão julgador	Quantidade de sessões
Corte Especial	13
Corte Especial Administrativa	11
Conselho de Administração	6
Plenário	2
<b>Total</b>	<b>32</b>

Fonte: Corte Especial e Asmag



Foto: Remón Pereira

Solenidade de descerramento da placa de inauguração da Subseção Judiciária de Contagem – 30/06.

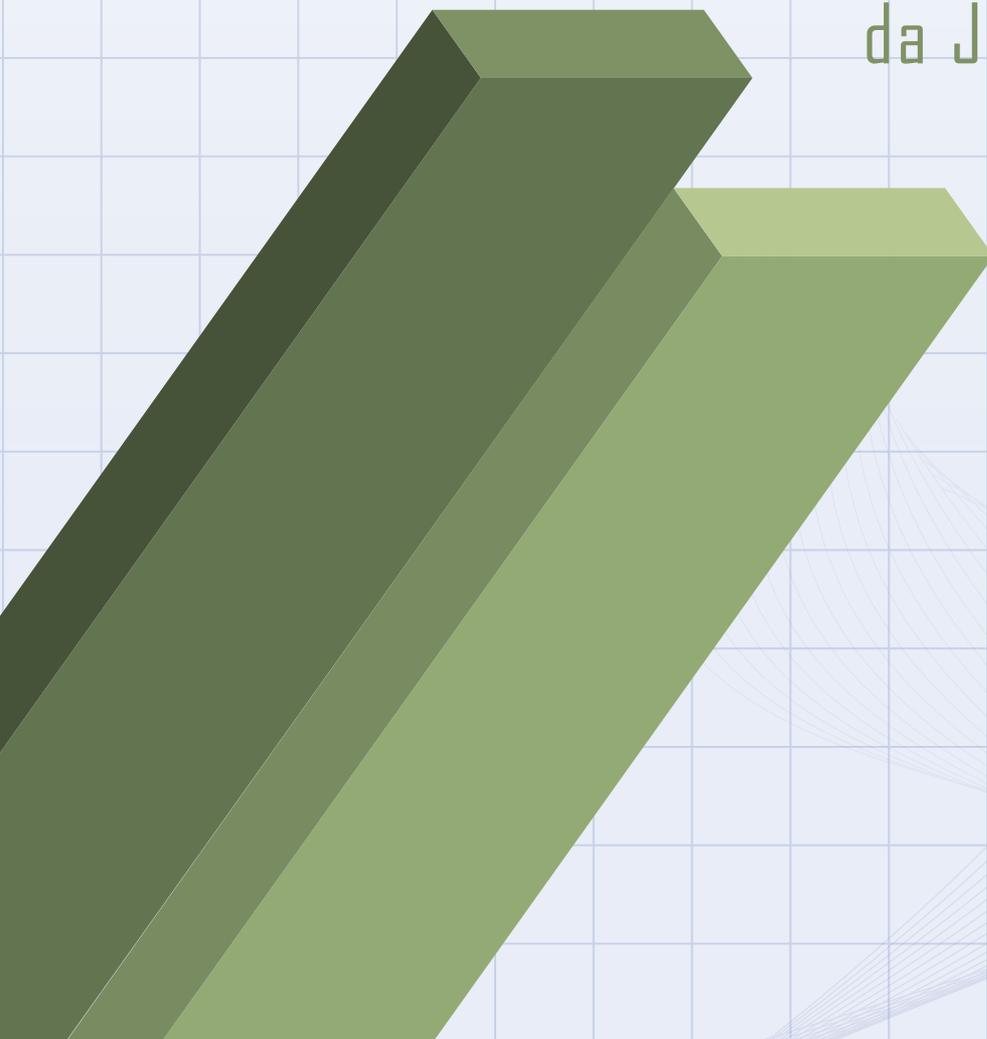


Foto: Luiz Xavier

Vice-presidente recebe medalha *Ordem do Mérito Judiciário Militar* pelo Superior Tribunal Militar – 01/04.

Foto: Luiz Xavier

Vice-presidente recebe a comenda *Ordem do Mérito Militar* na solenidade em comemoração do Dia do Exército – 19/04.



**COGER**

Corregedoria Regional  
da Justiça Federal  
da 1ª Região

**A** Corregedoria Regional da Justiça Federal da 1ª Região – Coger é o órgão da Corte responsável pela atividade correcional no âmbito das seções e subseções judiciárias que integram a 1ª Região. Exerce suas atribuições em conformidade com o art. 24 do Regimento Interno do TRF 1ª Região e com o Provimento Geral Consolidado 38, de 12/06/2009, com a redação dada pelo Provimento 39, de 03/11/2009.

Com a finalidade de implementar melhorias nos sistemas informatizados, otimizar as rotinas de trabalho da Corregedoria e auxiliar o corregedor nas tarefas diárias, foi mantida a convocação dos juízes federais Kátia Balbino de Carvalho Ferreira e Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo. O juiz federal César Cintra Jatahy Fonseca foi convocado em substituição ao juiz federal Antônio Osvaldo Scarpa, que retornou à sua vara de origem a pedido.

## Quadro 152

Juízes federais convocados

Juiz federal	Vara de origem	Convocação	Período
Kátia Balbino de Carvalho Ferreira	3ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal	Ato Presi/Asmag 502 de 05/05/2010	A partir de 23/04/2010
Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo	3ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Amapá	Ato Presi/Asmag 529 de 17/05/2010	A partir de 17/05/2010
César Cintra Jatahy Fonseca	2ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia	Ato Presi/Asmag 70 de 13/01/2011	A partir de 07/01/2011

## A jurisdição da 1ª Região

### Quadro 153

Varas federais na capital e no interior

Seção judiciária	Localização	Quantidade
Acre	Capital	4
Amapá	Capital	3
	Interior	2
Amazonas	Capital	7
	Interior	1
Bahia	Capital	23
	Interior	14
Distrito Federal	Capital	27
Goiás	Capital	15
	Interior	7
Maranhão	Capital	10
	Interior	3
Mato Grosso	Capital	7
	Interior	5

Minas Gerais	Capital	33
	Interior	32
Pará	Capital	9
	Interior	6
Piauí	Capital	7
	Interior	2
Rondônia	Capital	5
	Interior	2
Roraima	Capital	3
Tocantins	Capital	3
	Interior	2
Total na capital		156
Total no interior		76
<b>Total</b>		<b>232</b>

### Quadro 154

Distribuição de varas federais na 1ª Região

Tipo	Quantidade
Varas nas capitais	156
Varas no interior	76
Total de varas	232
Turmas recursais	16
JEFs adjuntos a varas de capital	22
JEFs adjuntos a varas de interior	66
JEFs destacados	1

### Quadro 155

Instalação de novas varas em 2011

SJ	Localização	Vara	Competência
Amapá	Interior	Laranjal do Jari Oiapoque	Vara Única com JEF adjunto – fronteira Vara Única com JEF adjunto – fronteira
Bahia	Interior	Feira de Santana (2ª) Irecê Teixeira de Freitas	Vara Única com JEF adjunto Vara Única com JEF adjunto Vara Única com JEF adjunto
Goiás	Capital Interior	15ª Vara Jataí	JEF cível Vara única com JEF adjunto
Maranhão	Capital	10ª Vara	JEF cível
Mato Grosso	Interior	Barra do Garça	Vara Única com JEF adjunto
Minas Gerais	Interior	Contagem (1ª e 2ª) Ipatinga Manhuaçu Montes Claros (2ª) Muriaé Uberlândia	JEF cível e criminal Vara Única com JEF adjunto Vara Única com JEF adjunto Vara Única com JEF adjunto Vara Única com JEF adjunto JEF cível e criminal
Pará	Interior	Marabá (2ª) Redenção	Geral com JEF adjunto e ambiental e agrária Vara Única com JEF adjunto
Tocantins	Interior	Gurupi	Vara Única com JEF adjunto
<b>Total</b>			<b>19</b>

**Estatística dos processos judiciais da 1ª instância**

Os dados estatísticos da 1ª Região são acompanhados pela Coger mediante a análise de relatórios analíticos e sintéticos gerados pelo Sistema de Acompanhamento Processual.

**Quadro 156**

Dados estatísticos da 1ª instância

Seção judiciária		Quantidade de processos		
		Distribuídos	Julgados	Em tramitação
AC	Vara	4.114	1.631	10.228
	Juizado	7.181	8.231	7.384
	Turma recursal	3.908	6.738	5.604
AM	Vara	15.626	6.249	56.045
	Juizado	4.501	4.301	6.858
	Turma recursal	1.791	2.255	2.991
AP	Vara	2.957	1.303	15.401
	Juizado	9.700	11.523	12.296
	Turma recursal	Funcionamento conjunto com a SJ/PA		
BA	Vara	45.288	40.423	189.584
	Juizado	60.339	57.824	88.489
	Turma recursal	18.644	14.636	37.285
DF	Vara	48.487	27.882	192.433
	Juizado	16.693	22.030	39.920
	Turma recursal	14.077	12.669	25.702
GO	Vara	44.102	14.924	124.565
	Juizado	35.446	34.736	45.738
	Turma recursal	11.517	9.859	16.149
MA	Vara	13.305	6.618	62.865
	Juizado	47.105	52.130	61.342
	Turma recursal	8.850	2.571	16.753

Seção judiciária		Quantidade de processos		
		Distribuídos	Julgados	Em tramitação
MG	Vara	98.678	56.326	387.461
	Juizado	84.242	93.133	198.993
	Turma recursal	31.214	18.312	72.212
MT	Vara	27.409	11.509	57.011
	Juizado	14.386	15.294	21.291
	Turma recursal	4.405	3.444	7.676
PA	Vara	24.313	9.970	92.434
	Juizado	47.899	40.502	67.517
	Turma recursal	8.733	14.405	20.140
PI	Vara	11.216	5.171	45.052
	Juizado	21.424	20.456	82.907
	Turma recursal	3.231	1.272	3.228
RO	Vara	14.387	3.940	32.742
	Juizado	9.755	12.586	24.813
	Turma recursal	4.381	6.629	7.212
RR	Vara	2.850	1.370	9.944
	Juizado	2.635	3.873	8.195
	Turma recursal	1.137	1.648	1.935
TO	Vara	9.909	2.511	16.116
	Juizado	13.555	10.582	10.317
	Turma recursal	2.677	2.572	4.508
Totais 1ª instância	Vara	362.641	189.827	1.291.881
	Juizado	374.861	387.201	676.060
	Turma recursal	114.565	97.010	221.395

Fonte: Sistema processual

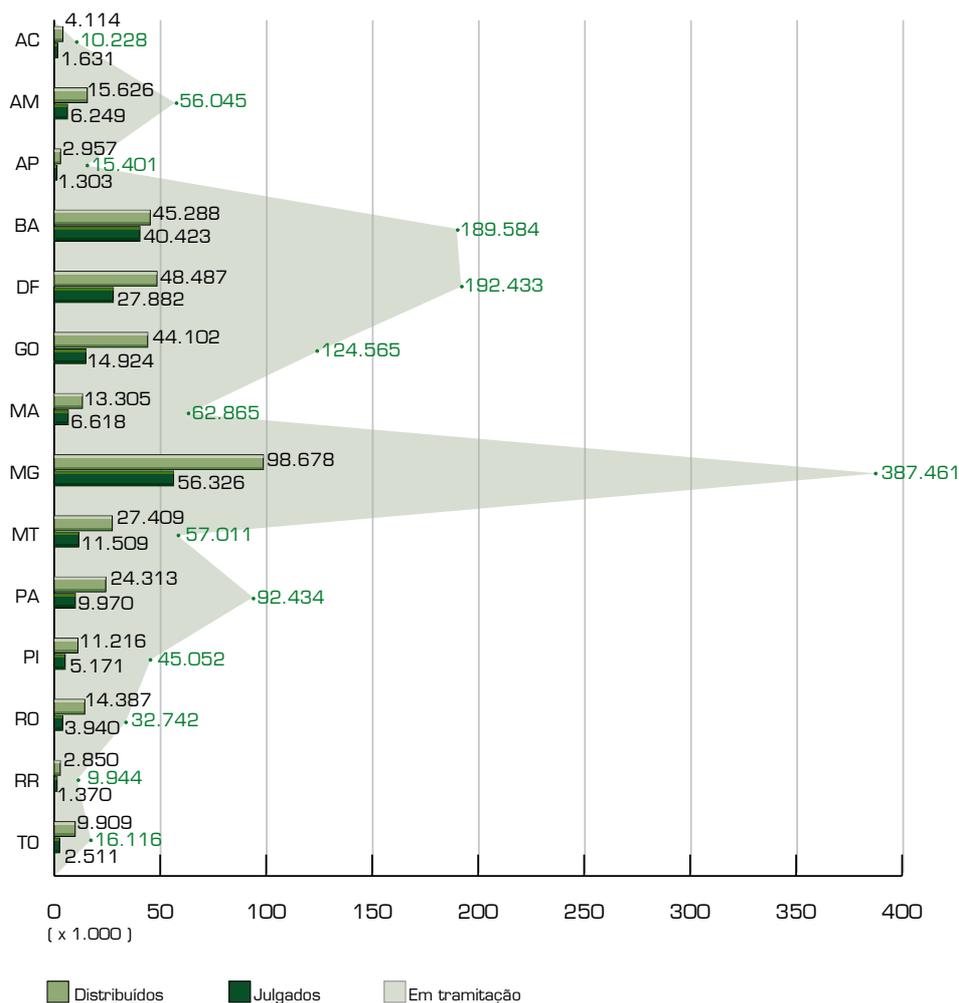
### Quadro 157

Dados acumulados da 1ª instância

Órgão julgador	Distribuídos			Julgados			Em tramitação		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Vara	329.010	322.444	362.641	170.469	168.056	189.827	1.184.795	1.217.607	1.291.881
Juizado	357.000	364.154	374.861	344.931	354.637	387.201	645.072	669.331	676.060
Turma recursal	112.880	93.495	114.565	86.247	87.510	97.010	172.760	194.177	221.395
<b>Total</b>	<b>798.890</b>	<b>780.093</b>	<b>854.078</b>	<b>601.647</b>	<b>610.203</b>	<b>676.049</b>	<b>2.002.627</b>	<b>2.081.115</b>	<b>2.191.347</b>

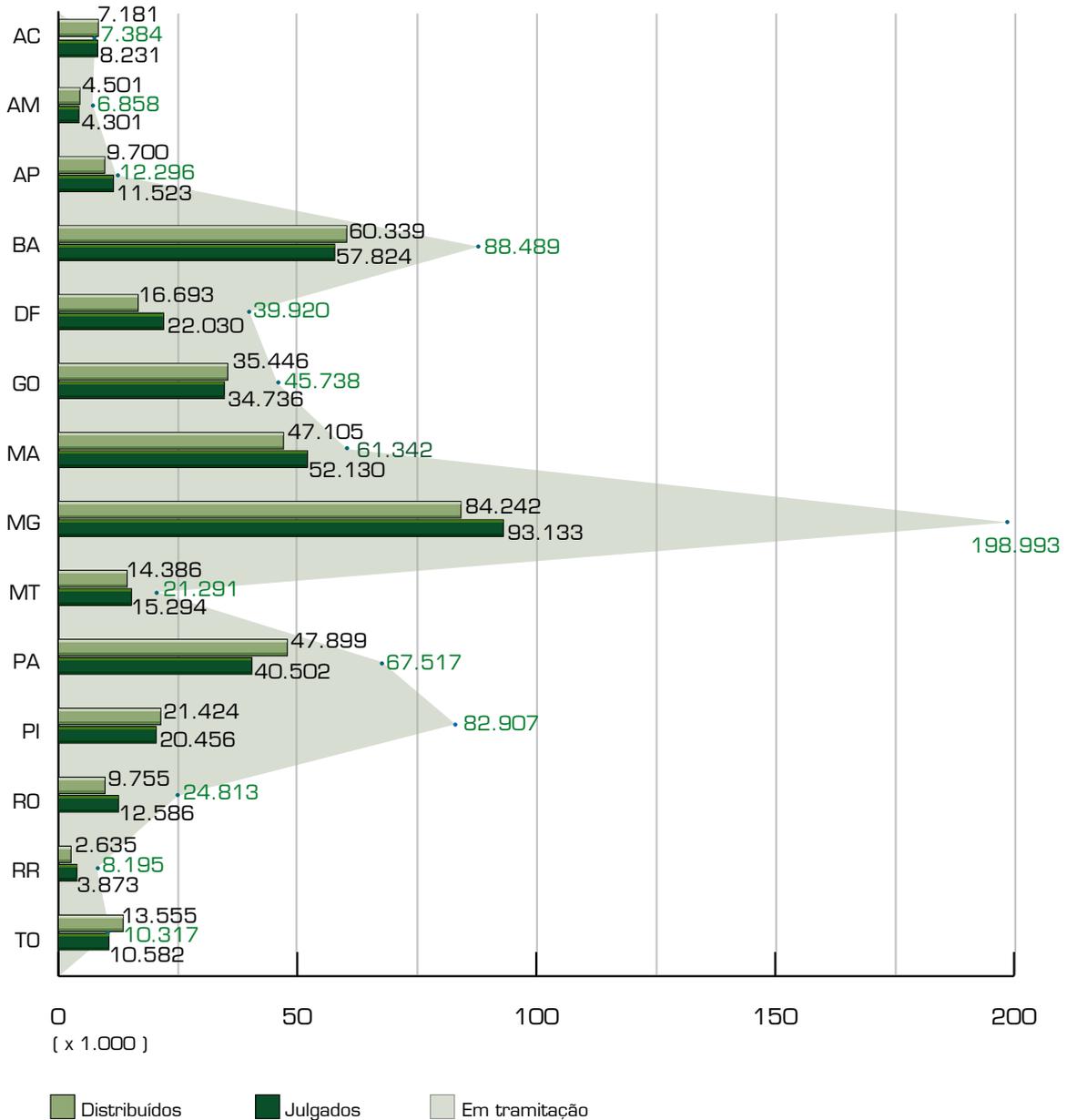
### Gráfico 12

Processos distribuídos, julgados e em tramitação nas varas federais



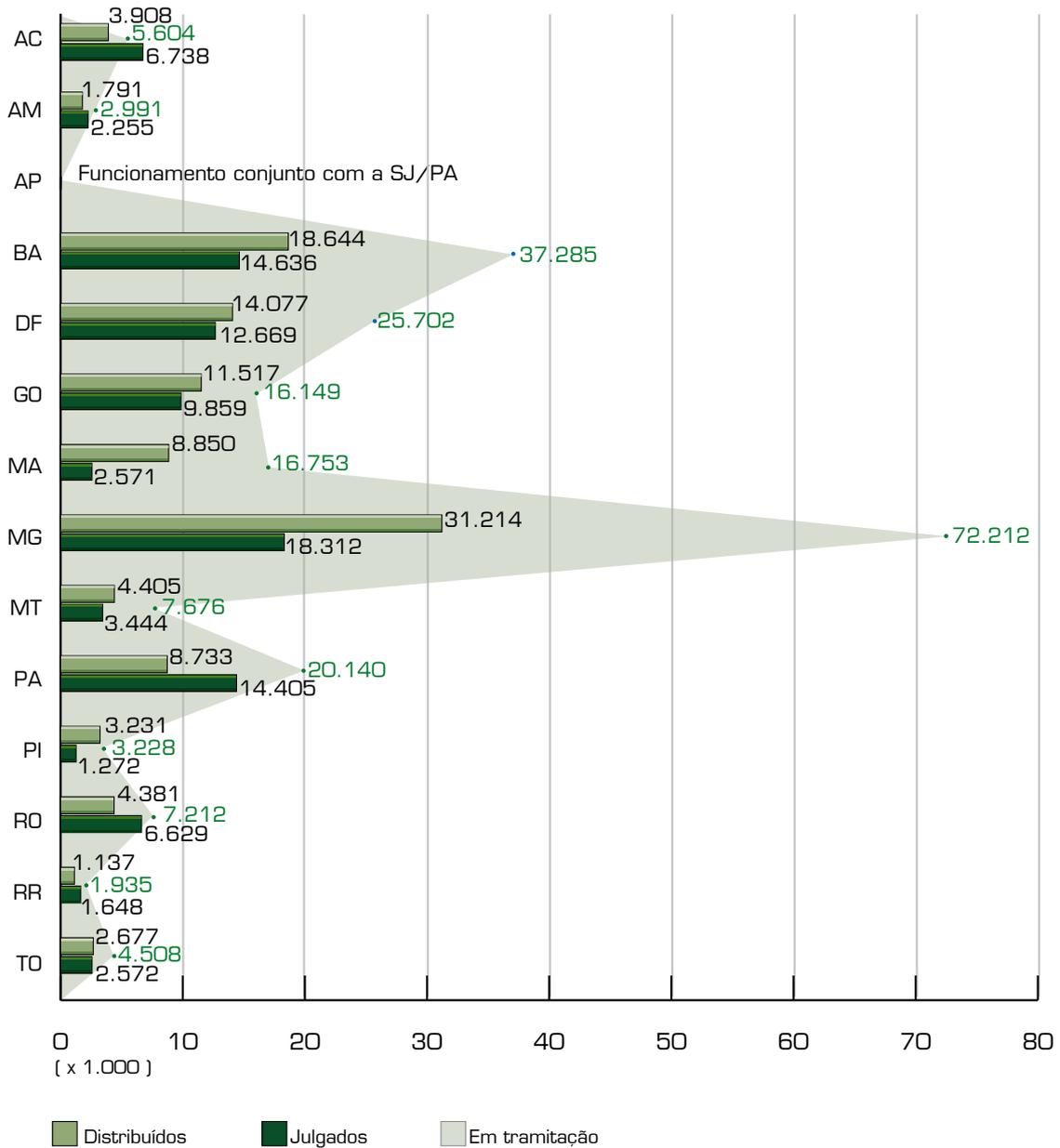
**Gráfico 13**

Processos distribuídos, julgados e em tramitação nos Juizados Especiais Federais



**Gráfico 14**

Processos distribuídos, julgados e em tramitação nas turmas recursais



### Expedientes normativos

No exercício de 2011, foram expedidas normas balizadoras aplicáveis à Justiça Federal da 1ª Região, sendo 10 provimentos, 28 portarias e 40 circulares, todas com seus inteiros teores disponíveis no sítio do Tribunal.

#### Quadro 158

Provimentos expedidos

Número	Assunto
Provimento 57, de 24/03/2011	Regulamenta a distribuição e a mudança de acervo do Juizado Especial Federal Autônomo para a 4ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG, especializada em juizado especial federal cível e criminal
Provimento 58, de 26/04/2011	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrentes da criação da 2ª Vara Federal na Subseção Judiciária de Montes Claros/MG, com juizado especial federal adjunto
Provimento 59, de 18/05/2011	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrentes da criação da 2ª Vara Federal na Subseção Judiciária de Marabá/PA, com juizado especial federal adjunto
Provimento 60, de 23/05/2011	Altera o Provimento Coger 58 de 26/04/2011, que dispõe sobre a distribuição e a redistribuição de processos decorrentes da criação da 2ª Vara Federal na Subseção Judiciária de Montes Claros/MG, com juizado especial federal adjunto
Provimento 61, de 15/06/2011	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrentes da instalação da 15ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Goiás, especializada em juizado especial federal cível, com processos exclusivamente virtuais
Provimento 62, de 15/06/2011	Regulamenta a distribuição de processos decorrente da criação da Subseção Judiciária de Contagem/MG
Provimento 63, de 20/06/2011	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrentes da instalação da 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Maranhão, especializada em juizado especial federal cível, com processos exclusivamente virtuais
Provimento 64, de 13/07/2011	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrentes da criação da 2ª Vara Federal na Subseção Judiciária de Feira de Santana/BA, com juizado especial federal adjunto
Provimento 65, de 12/09/2011	Regulamenta a distribuição e a redistribuição de processos decorrentes da criação da 2ª Vara Federal na Subseção Judiciária de Ipatinga/MG, com juizado especial federal adjunto
Provimento 66, de 16/12/2011	Altera os arts. 347 a 353 do Provimento Coger 38, de 12/06/2009, que dispõem sobre os livros, as pastas e o catalogador virtual de documentos – e-CVD, de uso obrigatório nas varas federais da 1ª Região

#### Quadro 159

Portarias expedidas

Número	Assunto
Portaria 1 de 20/01/2011	Designa magistrados e servidores para auxiliar nos trabalhos da correição geral ordinária na Seção Judiciária do Tocantins e Subseção Judiciária de Araguaína (Portaria Coger 18 de 14/12/2010), no período de 07 a 11/02/2011

Número	Assunto
Portaria 2 de 02/02/2011	Determina a realização de correição geral ordinária nas subseções judiciárias de Minas Gerais
Portaria 3 de 18/02/2011	Designa magistrados e servidores para auxiliar nos trabalhos da correição geral ordinária nas subseções judiciárias de Minas Gerais (Portaria Coger 2 de 02/02/2011)
Portaria 4 de 28/02/2011	Em aditamento aos termos da Portaria Coger 3 de 18/02/2011, designa servidor para auxiliar nos trabalhos da correição geral ordinária nas subseções judiciárias de Minas Gerais
Portaria 5 de 16/03/2011	Determina a realização, no período de 09 a 20/05/2011, de correição geral ordinária na Seção Judiciária da Bahia (sede: Salvador) e Subseção Judiciária de Feira de Santana/BA
Portaria 6 de 01/04/2011	Em aditamento aos termos da Portaria Coger 2 de 02/02/2011, remarca a correição geral ordinária nas Subseções Judiciárias de Unaí e Paracatu para os dias 18 e 19/04/2011
Portaria 7 de 05/04/2011	Em aditamento aos termos da Portaria Coger 3 de 18/02/2011, designa a servidora Castorina Nava Sousa, Assistente Técnico V da Corregedoria Regional, para auxiliar nos trabalhos de correição nas Subseções Judiciárias de Montes Claros/MG, Governador Valadares/MG, Teófilo Otoni/MG, Ipatinga/MG e Juiz de Fora/MG, no período de 11 a 15/04/2011
Portaria 8 de 08/04/2011	Designa magistrados e servidores para auxiliar nos trabalhos da correição geral ordinária na Seção Judiciária da Bahia (sede: Salvador) e Subseção Judiciária de Feira de Santana/BA, no período de 09 a 20/05/2011 (Portaria Coger 5 de 16/03/2011)
Portaria 9 de 19/04/2011	Em complemento à Portaria 8 de 08/04/2011, designa para auxiliar nos trabalhos da correição geral ordinária na Seção Judiciária da Bahia (sede: Salvador) e Subseção Judiciária de Feira de Santana/BA, no período de 09 a 20/05/2011 (Portaria Coger 5 de 16/03/2011) a servidora Giovana Simões Castro, supervisora da Secla – Seção de Classificação e Distribuição da Seção Judiciária do Maranhão, que integrará a equipe de trabalho
Portaria 10 de 26/04/2011	Em complemento à Portaria 8 de 08/04/2011, designa para auxiliar nos trabalhos da correição geral ordinária na Seção Judiciária da Bahia (sede: Salvador) e Subseção Judiciária de Feira de Santana/BA, no período de 16 a 20/05/2011 (Portaria Coger 5 de 16/03/2011) o servidor Sérgio Faria Lemos da Fonseca Neto, chefe de gabinete da Corregedoria Regional, que integrará a equipe de trabalho
Portaria 11 de 26/04/2011	Determina a realização, no período de 30/05 a 10/06/2011, de correição geral ordinária na Seção Judiciária de Mato Grosso (sede: Cuiabá) e Subseções Judiciárias de Cáceres, Rondonópolis, Sinop e Diamantino
Portaria 12 de 19/05/2011	Designa magistrados e servidores para auxiliar nos trabalhos da correição geral ordinária na Seção Judiciária de Mato Grosso (sede: Cuiabá) e Subseções Judiciárias de Cáceres, Rondonópolis, Sinop e Diamantino, no período de 30/05 a 10/06/2011 (Portaria Coger 11 de 26/04/2011)
Portaria 13 de 24/05/2011	Em complementação aos termos da Portaria Coger 12 de 19/05/2011, designa para auxiliar nos trabalhos da correição geral ordinária na Seção Judiciária de Mato Grosso (sede: Cuiabá) e Subseções Judiciárias de Cáceres, Rondonópolis, Sinop e Diamantino a servidora Fernanda Dal Bello Pinheiro, no período de 30/05 a 03/06/2011 (Portaria Coger 11 de 26/04/2011)
Portaria 14 de 01/06/2011	Homologa a escala de férias dos juízes federais titulares e substitutos para o 2º semestre de 2011
Portaria 15 de 15/06/2011	Determina a realização, no período de 25/07 a 05/08/2011, de correição geral ordinária na Seção Judiciária do Pará (sede: Belém) e Subseções Judiciárias de Altamira, Castanhal, Santarém e Redenção e na Seção Judiciária do Amapá (sede: Macapá)

Número	Assunto
Portaria 16 de 06/07/2011	Determina a realização, no período de 22 a 31/08/2011, de correição geral ordinária na Seção Judiciária do Acre (sede: Rio Branco) e Seção Judiciária de Rondônia (sede: Porto Velho) e Subseções Judiciárias de Ji-Paraná e Guajará-Mirim
Portaria 17 de 06/07/2011	Designa magistrados e servidores para auxiliar nos trabalhos da correição geral ordinária na Seção Judiciária do Pará (sede: Belém) e Subseções Judiciárias de Altamira, Castanhal, Santarém e Redenção e na Seção Judiciária do Amapá (sede: Macapá), no período de 25/07 a 05/08/2011 (Portaria Coger 15 de 15/06/2011)
Portaria 18 de 18/07/2011	Em complementação aos termos da Portaria Coger 17 de 06/07/2011, designa, para auxiliar nos trabalhos da correição geral ordinária na Seção Judiciária do Amapá, no período de 01 a 05/08/2011 (Portaria Coger 15 de 15/06/2011), o servidor Manoel Maia Jovita, oficial de gabinete da Corregedoria Regional
Portaria 19 de 28/07/2011	Designa magistrados e servidores para auxiliar nos trabalhos da correição geral ordinária na Seção Judiciária de Rondônia (sede: Porto Velho) e Subseções Judiciárias de Ji-Paraná e Guajará-Mirim e na Seção Judiciária do Acre, no período de 22 a 31/08/2011 (Portaria Coger 16 de 06/07/2011)
Portaria 20 de 28/07/2011	Determina a realização, no período de 12 a 23/09/2011, de correição geral ordinária na Seção Judiciária do Amazonas (sede: Manaus) e Subseção Judiciária de Tabatinga e na Seção Judiciária de Roraima
Portaria 21 de 01/08/2011	Em complementação aos termos da Portaria Coger 17 de 06/07/2011, designa para auxiliar nos trabalhos da correição geral ordinária na Subseção Judiciária de Redenção, no período de 04 a 05/08/2011 (Portaria Coger 15 de 15/06/2011), o supervisor da Seção de Execuções da 6ª Vara da Seção Judiciária do Pará, Claubert Brandão de Sá Júnior
Portaria 22 de 24/08/2011	Designa magistrados e servidores para auxiliar nos trabalhos da correição geral ordinária na Seção Judiciária do Amazonas (sede: Manaus) e Subseção Judiciária de Tabatinga e na Seção Judiciária de Roraima, no período de 12 a 23/09/2011 (Portaria Coger 20 de 28/07/2011)
Portaria 23 de 25/08/2011	Determina a realização, nos períodos de 03 a 07/10/2011 e de 17 a 27/10/2011, de correição geral ordinária nas Subseções Judiciárias da Bahia: Barreiras, Campo Formoso, Eunápolis, Guanambi, Ilhéus, Irecê, Itabuna, Jequié, Juazeiro, Paulo Afonso, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista
Portaria 24 de 31/08/2011	Em aditamento aos termos da Portaria Coger 22 de 24/08/2011, designa a diretora de Secretaria da 10ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão, Giovana Simões Castro, para auxiliar nos trabalhos de correição na Seção Judiciária do Amazonas (sede: Manaus) e Subseção Judiciária de Tabatinga e na Seção Judiciária de Roraima, no período de 12 a 23/09/2011
Portaria 25 de 20/09/2011	Designa magistrados para auxiliar nos trabalhos da correição geral ordinária nas Subseções Judiciárias da Bahia (Portaria Coger 23 de 25/08/2011)
Portaria 26 de 22/09/2011	Altera o segundo período da correição geral ordinária nas Subseções Judiciárias da Bahia (Barreiras, Eunápolis, Guanambi, Ilhéus, Itabuna, Jequié e Vitória da Conquista) para os dias 17 a 28/10
Portaria 27 de 29/09/2011	Designa magistrados e servidores para auxiliar nos trabalhos da correição geral ordinária nas Subseções Judiciárias de Barreiras, Eunápolis, Guanambi, Ilhéus, Itabuna, Jequié e Vitória da Conquista, vinculadas à Seção Judiciária da Bahia (Portaria Coger 23 de 25/08/2011)
Portaria 28 de 11/10/2011	Determina a realização, no período de 21 a 30/11/2011, de correição geral ordinária na Seção Judiciária do Piauí (sede: Teresina) e Subseções Judiciárias de Picos e Parnaíba e na Subseção Judiciária de Caxias/MA  Obs.: A correição na SJ/PI foi adiada para 2012, conforme despacho constante nos autos da Correição Geral Ordinária 2011/01124

### Mutirão de sentença e conciliação

Conforme diretrizes definidas em 2010, dos 1.428 processos que passaram pela triagem realizada pelos 13 magistrados convocados para participar do mutirão a distância em processos da Seção Judiciária do Distrito Federal conclusos há mais de 180 dias, foram proferidas cerca de 1.100 sentenças (Expediente Administrativo 2010/1343 – DF).

Para agilizar a prestação jurisdicional na 1ª instância, a Corregedoria manifestou-se favorável à realização de mutirão que objetiva propiciar a celebração de acordo nos processos relativos ao Sistema Financeiro de Habitação, conforme Termo de Cooperação Técnica 32/2011, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, os cinco tribunais regionais federais, a Empresa Gestora de Ativos e a Caixa Econômica Federal (Expediente Administrativo 2011/00624/DF), aprovando a indicação de magistrados sugeridos pelo desembargador federal Reynaldo Fonseca, coordenador.

Também foi realizado mutirão de sentenças a distância por juízes federais substitutos aprovados no XIII Concurso, para auxiliar as Subseções de Pouso Alegre/MG, Montes Claros/MG e a 2ª Vara da Subseção de Juiz de Fora/MG, a 1ª Vara

da SJ/MT, a 5ª Vara da SJ/PA e a 3ª Vara da SJ/MA, com o objetivo de sentenciar 4.533 processos conclusos há mais de 180 dias.

Desse modo, a Corregedoria definiu diretrizes para que se iniciasse o esforço concentrado para a prolação de sentenças, conforme despacho proferido no Expediente Administrativo 2011/00466/DF.

Os 15 juízes federais substitutos recém-empossados, que, por sorteio, receberam de 300 a 350 processos, remetidos a cada magistrado por malote, sentenciaram 3.904 processos. O prazo de julgamento foi de 90 dias, com prejuízo da jurisdição de origem.

### Correições gerais ordinárias

A teor do disposto no art. 6, VII, da Lei 5.010/1966, combinado com o art. 21 do Provimento Geral Consolidado 38, de 12/06/2009, com a redação dada pelo Provimento 39, de 3/11/2009, foram realizadas, no ano de 2011, correições gerais ordinárias nas seções judiciárias da 1ª Região. Os relatórios finais dos trabalhos realizados durante as correições foram aprovados pelo Conselho de Administração do Tribunal.

## Quadro 160

Correições gerais ordinárias realizadas em 2011

Seção judiciária	Varas/turma recursal	Subseções judiciárias	Data
Tocantins	Varas de Palmas (3), turma recursal (1)	Araguaína	07 a 11/02 1 semana
Minas Gerais		Uberlândia (3), Uberaba (2 + JEF), Patos de Minas, São Sebastião do Paraíso, Pouso Alegre, Passos, Lavras, Varginha e São João del-Rei	14 a 25/03 2 semanas
		Montes Claros (1), Ipatinga, Teófilo Otoni, Governador Valadares e Juiz de Fora (3)	11 a 15/04 1 semana
		Unai e Paracatu	18 e 19/04 2 dias

Seção judiciária	Varas/turma recursal	Subseções judiciárias	Data
Bahia	Varas de Salvador (23), turma recursal (2)	Feira de Santana	09 a 20/05 2 semanas
		Juazeiro, Paulo Afonso, Campo Formoso e Irecê	03 a 07/10 1 semana
		Barreiras, Eunápolis, Guanambi, Ilhéus, Itabuna, Jequié e Vitória da Conquista	17 a 28/10 2 semanas
Mato Grosso	Varas de Cuiabá (7), turma recursal (1)	Cáceres, Rondonópolis, Sinop e Diamantino	30/05 a 10/06 2 semanas
Pará e Amapá	Varas de Belém (9), turma recursal (1) Varas de Macapá (3)	Altamira/PA, Castanhal/PA, Santarém/PA e Redenção/PA	25/07 a 05/08 2 semanas
Acre e Rondônia	Varas de Porto Velho (5), turma recursal (1) Varas de Rio Branco (4), turma recursal (1)	Guajará-Mirim/RO e Ji-Paraná/RO	22 a 31/08 10 dias
Amazonas e Roraima	Varas de Manaus (7), turma recursal (1) Varas de Boa Vista (3), turma recursal (1)	Tabatinga/AM	12 a 23/09 2 semanas

No tocante aos procedimentos prévios para a realização das correições, foram respeitadas todas as condições requeridas, ou seja, expedição de portaria e divulgação de cronograma com antecedência mínima de 30 dias, nos termos do art. 23 do Provimento 38, de 12/06/2009; expedição de ofícios a todas as autoridades elencadas no art. 25 do aludido Provimento Geral Consolidado; comunicações às varas a serem correcionadas com antecedência mínima de 10 dias, nos termos do citado dispositivo legal; expedição de ato de designação dos juízes auxiliares e servidores para atuarem nas correições e a não suspensão dos prazos processuais, da distribuição e das audiências em todas as varas.

Ao longo dos trabalhos correccionais, foram realizadas:

- reuniões com os juízes federais, servidores e advogados, a fim de que fossem analisadas e debatidas as sugestões para o melhor funcionamento dos respectivos juízes e da Justiça Federal de 1ª instância;

- análise de dados e informações complementares ou circunstanciais;

- verificação dos relatórios da inspeção anual realizada pelos próprios juízes federais (Lei 5.010, art. 13, III);

- consultas ao relatório anual circunstanciado dos trabalhos sob jurisdição dos juízes federais das seções e subseções judiciárias (Lei 5.010, art. 13, VIII);

- vistoria na relação dos processos selecionados previamente pela Assessoria da Corregedoria Regional, assim como nos feitos conclusos para despacho, decisão e sentença cujos prazos foram excedidos, com a devida justificativa (Lei Complementar 35, de 14/03/1979, art. 39);

- verificação de boletins estatísticos e do resumo dos mapas de produtividade dos oficiais de justiça avaliadores;

- levantamento das condições de funcionamento e instalações físicas das diversas áreas administrativas na seções e subseções judiciárias.

Tendo em vista os trabalhos de inspeção no TRF 1ª Região realizados pelo CJF, por meio da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, durante o período de 16 a 25 de novembro de 2011, a correição geral ordinária na Seção Judiciária do Piauí (sede: Teresina) e Subseções Judiciárias de Picos/PI e Parnaíba/PI e na Subseção Judiciária de Caxias/MA, anteriormente marcada para o período de 21 a 30 de novembro de 2011, foi adiada.

### Inspeções ordinárias

Nos termos do art. 114 do Provimento Geral da Corregedoria Regional da 1ª Região, cabe à Coger verificar e avaliar, inclusive com a elaboração de parecer técnico, o cumprimento do procedimento previsto no art. 13, III, IV e VIII, da Lei 5.010/1966, que trata da inspeção judicial, que busca a eficiência e o aprimoramento dos juízos e serviços administrativos, judiciários e cartorários.

Em razão disso, a Coger autuou 222 processos de inspeção ordinária, o que motivou o total de 143 despachos e a elaboração de 222 pareceres técnicos, encaminhados eletronicamente a cada uma das varas e também ao Conselho Nacional de Justiça.

### Análises e manifestações

Por proposta da Corregedoria Regional, foi aprovada a Resolução Presi/Coger 18 de 29/09/2011, que dispõe sobre a promoção dos juízes federais substitutos, o acesso de juízes federais ao Tribu-

nal e a remoção de juízes federais e juízes federais substitutos no âmbito da 1ª Região.

Nos termos dessa resolução, a Coger examinou 23 requerimentos de promoção por antiguidade e merecimento e 53 requerimentos de remoção dos magistrados, tendo proferido despachos, pareceres ou relatórios, conforme o caso.

A Coger emitiu parecer quanto à especialização e jurisdição das 19 novas varas federais instaladas em 2011, conforme Resolução Presi/Cenag 24 de 18/11/2010, alterada pela Resolução Presi/Cenag 4 de 17/05/2011, bem como das varas a serem instaladas em 2012, conforme Resolução Presi/Cenag 21 de 14/11/2011.

Foram analisados, ao longo do ano, pedidos de suspensão de expediente das seções judiciárias da 1ª Região por motivos diversos, sendo, então, editadas pela Presidência as correspondentes portarias.

A Coger também manifestou-se previamente à aprovação do Colegiado no projeto de redefinição dos padrões dos quadros de pessoal da 1ª instância e organização das varas que serão instaladas em 2012, resultando na edição da Resolução Presi/Cenag 24 de 15/11/2011.

Diversos sistemas informatizados desenvolvidos ou em desenvolvimento no âmbito da 1ª Região contaram com a participação dos magistrados convocados para auxílio à Coger, que atuaram na condição de gestores ou de colaboradores, conforme espelha o quadro a seguir.

## Quadro 161

Sistemas informatizados que contaram com a participação dos juízes convocados em auxílio à Coger

Sistema	Descrição	Situação
e-CVD	Catalogador virtual de documentos	Desenvolvido novo catalogador virtual de documentos – e-CVD, para utilização tanto de processos físicos quanto virtuais, tendo sido incluídos nos tipos de documento (ex.: boletins estatísticos, mandados de prisão, atas de julgamento etc.) conforme critérios estabelecidos no Provimento Coger 66/2011

Sistema	Descrição	Situação
e-Jur	Sistema que permite a visualização das peças dos autos digitais, integrado ao Sistema de Acompanhamento Processual da Primeira Instância – Siapro e ao Gerenciador de Processos Digitais – GPD	Implantado em todas as varas cíveis das capitais da 1ª Região, com limitação de classes, à exceção da SJ/MG
TRF1Doc	Editor de texto que permite melhor integração com o e-Jur, maior utilização de recursos de editoração, controle dos campos específicos (cabeçalho, assinatura, notas de rodapé) e utilização de certificação digital ou assinatura eletrônica	Desenvolvido e implantado em 2011, permite maior estabilidade do e-Jur, substituindo integralmente o GPDoc. Editor de texto que também será utilizado para elaboração de atos judiciais de processos físicos e arquivo no e-CVD
e-Siam	Sistema de Afastamento de Magistrados – gerencia os pedidos de afastamento de magistrados, da solicitação até a autorização	Realizadas manutenções visando às correções dos dados estatísticos e da indicação da lotação do magistrado
e-Calendário	Sistema que registra as datas dos feriados no âmbito do Tribunal, das seções e subseções judiciárias. É utilizado pelo e-Cint e JEF virtual para controle automático de prazos processuais	Desenvolvida rotina que possibilita a inclusão de datas que implicam alteração de contagem de prazos processuais, tais como mudanças de instalações físicas, criação de novas varas, instabilidade do sistema etc.
Sistema de Peticionamento Eletrônico – e-Proc	Permite ao jurisdicionado encaminhar à Justiça Federal da 1ª Região petições via internet, com a utilização de assinatura eletrônica por meio de <i>login</i> e senha (cadastro prévio com validação presencial)	Efetuada o recadastramento das partes com validação presencial em toda a 1ª Região. Implementadas melhorias no sistema para maior integração com o e-Jur (unificação da tabela de tipos de documentos). Criados novos tipos de usuários (peritos, estagiários e magistrados). Inserida funcionalidade para que os magistrados prestem informações em mandado de segurança impetrado no TRF. Realizado levantamento de parâmetros para desenvolvimento de novo sistema em plataforma Java
e-Cint	Sistema de citação e intimação eletrônicas que permite a realização e certificação das citações e intimações por meio eletrônico	Realizada a integração do sistema com o e-Jur, com melhoria para os públicos interno e externo
Rotina de correição	Rotina de uso exclusivo da Coger, que seleciona automaticamente a relação de processos que passarão por correição no âmbito de cada vara federal da 1ª Região	Realizada manutenção a fim de ajustar os dados apresentados
Distribuição/redistribuição nas novas varas federais	Rotinas que devem observar os provimentos da Corregedoria na implantação ou especialização de varas	Elaborados os provimentos, foram acompanhados os resultados das redistribuições e feitos os ajustes para equilíbrio de acervo e observância de competências específicas
Distribuição/redistribuição nas varas federais especializadas	Rotinas que devem observar os provimentos da Corregedoria no ato da distribuição/redistribuição para as varas especializadas em matéria ambiental, agrária e penal	Corrigidos os erros nos parâmetros adotados nas rotinas automatizadas
e-Digitalizador 2.4	Sistema para digitalização de documentos que compõe o e-Jur	Identificada a necessidade de integração dos sistemas de forma a permitir que os dados cadastrados pelas áreas de protocolo e os enviados pelo e-Proc sejam aproveitados no sistema processual de primeira instância

Sistema	Descrição	Situação
Sistema de férias de magistrados	Rotina para agendamento de férias e homologação de escala pelas Direfs e Coger	Realizadas manutenções corretivas e evolutivas para elaboração das escalas de 2ª/2011 e 1ª/2012
Integração dos sistemas de 1º e 2º graus	Funcionalidade que possibilita troca de informações entre os sistemas processuais, automatizando rotinas de baixa e remessa de autos digitais, bem como aproveitamento de dados cadastrais	Realizado levantamento de requisitos, interfaces e encadeamento de fases, que permitem a tramitação segura entre os processos digitais, agravos e identificação de remessa de recursos digitais relativos a processos físicos

### Procedimentos administrativos

No âmbito da Secretaria da Coger e em conformidade com o Sistema de Controle de Tramitação Interna e Externa de Documentos – Sisdoc, foram cadastrados 6.825 documentos recebidos, foram expedidos 2.370 ofícios e juntados 2.809 documentos.

#### Quadro 162

Processos atuados

Classe	Quantidade
Consulta	34
Correição geral ordinária	8
Correição parcial	132
Expediente administrativo	860
Inquérito	2
Inspeção ordinária	222
Procedimento administrativo	1
Procedimento avulso	48
Recurso em processo administrativo disciplinar	1
Representação	10
<b>Total</b>	<b>1.318</b>

#### Quadro 163

Processos arquivados

Classe	Quantidade
Correição parcial	96
Correição extraordinária	2
Representação	28
Expediente administrativo	941
Inspeção ordinária	400
Procedimento avulso	81
Sindicância	–
Recurso em processo administrativo disciplinar	–
Correição geral ordinária	13
Consulta	27
Inquérito	4
Procedimento administrativo	–
<b>Total</b>	<b>1.592</b>

**Quadro 164**

Decisões e despachos proferidos por procedimento

Classe	Total de decisões	Total de despachos
Correição parcial	49	95
Representação	8	17
Expediente administrativo	85	2.008
Inspeção ordinária	147	42
Procedimento avulso	8	90
Recurso em sindicância	–	–
Recurso em processo administrativo disciplinar	–	–
Consulta	–	28
Inquérito	–	23
Correição geral ordinária	–	17
Correição extraordinária	–	–
Sindicância	–	–
Procedimento administrativo	–	–
<b>Total</b>	<b>297</b>	<b>2.320</b>

**Ouvidoria da Justiça Federal**

A Ouvidoria da Justiça Federal possui, entre suas competências, a de receber, encaminhar e obter uma resposta efetiva às reclamações, solicitações e dúvidas demandadas pelos jurisdicionados acerca da movimentação de processos na Justiça Federal de 1º grau.

**Quadro 165**

Dados da Ouvidoria – consolidação da 1ª Região

Comentários	Denúncias	Elogios	Morosidade processual	Pedido de informação	Reclamação/crítica	Sugestões	Total
111	213	51	2.936	1.338	1.022	77	5.875

Em atendimento às manifestações recebidas, a Ouvidoria Judicial expediu 774 ofícios e 119 cartas-resposta às partes.



**COJEF**

Coordenação dos  
Juizados Especiais  
Federais da 1ª Região

**A** Coordenação dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região – Cojef coube dirigir e coordenar as atividades administrativas das Turmas Recursais e dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região.

Por decisão do Conselho de Administração, nos termos da Resolução Presi/Cenag 16 de 08/09/2011, o mandato da coordenação dos JEFs passou a coincidir com o da Administração do Tribunal, prorrogando-se, excepcionalmente o mandato do atual coordenador, desembargador federal Tourinho Neto.

### Inovações e melhorias

#### ► Criação da Comissão de Estudos dos JEFs no Conselho Nacional de Justiça

Os juízes federais Murilo Fernandes de Almeida, da 31ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais, e Ronaldo Castro Desterro e Silva, da 9ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão, foram indicados pela Cojef para compor o grupo de trabalho instituído pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, com a finalidade de delinear um panorama dos JEFs em todo o país, propondo soluções para os problemas identificados e traçando estratégias que acelerem os julgamentos dos processos previdenciários, que representam 70% das ações que tramitam nos JEFs.

Os principais problemas diagnosticados foram:

- a) excessivo número de demandas, em sua maioria versando sobre questões previdenciárias;
- b) elevado número de audiências e produção de provas periciais que aguardam realização, muitas delas difíceis de serem viabilizadas;
- c) expressivo número de pedidos negados pelo INSS que acabam virando ação judicial, mesmo sobre questões pacificadas pelo STF;
- d) falta de estrutura de pessoal próprio para as turmas recursais e de defensores públicos da União.

#### ► Encontro Fonajef

O VIII Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais – Fonajef, realizado no Rio de Janeiro, nos dias 24 a 26 de agosto, contou com a participação dos juízes federais Jorge Gustavo Macedo Costa, da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Divinópolis/MG; Marco Antônio Barros Guimarães, da 15ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais; Isaura Cristina de Oliveira Leite, da 7ª Vara da Seção Judiciária do Pará; Arnaldo Pereira Andrade Segundo, da 9ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão; e Francisco Renato Codevilla, da Vara Única da Subseção Judiciária de Rio Verde/GO.

#### ► Curso de Aperfeiçoamento em Técnicas de Conciliação e Mediação

A Cojef e o Ministério da Justiça firmaram termo de cooperação para a realização do Curso de Aperfeiçoamento em Técnicas de Conciliação e Mediação nos JEFs da 1ª Região, com o objetivo de sensibilizar os partícipes da Justiça — magistrados, servidores, gestores dos órgãos públicos federais, advogados, procuradores e assessores — sobre a importância e os benefícios da conciliação, a fim de aprimorar a prestação jurisdicional, tornando-a mais célere, inclusiva e pacificadora.

O primeiro curso aconteceu em Brasília, nos dias 21 e 22 de novembro, para uma turma composta por 31 juízes e servidores dos JEFs dos estados de Minas Gerais, Bahia, Goiás, Piauí, Maranhão, Mato Grosso e do Distrito Federal.

O segundo foi em Belém, nos dias 12 e 13 de dezembro, ministrado para 54 participantes, entre juízes do Amapá, Rondônia, Roraima, Acre, Amazonas, Pará e Tocantins, desembargadores, servidores e preletores.

#### ► Vídeo institucional

A Cojef, em parceria com a Ascom/TRF 1ª Região, produziu um vídeo institucional sobre os

JEFs, objetivando campanha de divulgação do trabalho dos Juizados, sua finalidade e seu alcance.

O vídeo passou a ser veiculado na TV Brasil, rede oficial de comunicação pública, em novembro, com diversas inserções, e será transmitido durante um ano.

#### ► Mutirões da cidadania

Paralelamente aos mutirões de audiências e em alguns itinerantes realizados nos JEFs da 1ª Região, a Cojef aliou a prática de ações sociais, oferecendo aos jurisdicionados serviços preventivos e de orientação nas áreas de saúde — aferição de pressão, exames oftalmológicos, serviço odontológico — e de cultura e educação, voltadas à qualidade de vida. As ações alcançaram ainda familiares e testemunhas que acompanhavam a parte autora. Enquanto aguardavam a realização da audiência, podiam ser atendidos pelos serviços sociais. Parti-

ciparam cerca de 12 mil pessoas por evento, com duração de 5 a 6 dias.

Os serviços oferecidos pela ação social variam de acordo com o local, o ano e as parcerias estabelecidas em cada região, resultantes de articulações da Justiça Federal, do Sesi e demais entidades públicas e privadas.

#### ► Participação em ação global

Outra novidade em 2011 foi a participação da Cojef, em parceria com a Associação dos Juizes Federais do Brasil – Ajufe, no dia 14 de maio, no projeto Ação Global, na unidade Sesi/Senai de São Luís/MA. Foram realizadas cerca de 50 audiências de processos afetos aos JEFs pelos magistrados da Seccional do Maranhão, proferidas palestras educativas sobre o direito e acesso à justiça e repassadas orientações referentes ao ingresso de ações nos JEFs.

## Publicações normativas

### Quadro 166

Principais expedientes normativos

Norma	Assunto
Orientação Normativa 1 de 25/05/2011	Orienta quanto à marcação de pautas e realização de audiências nos JEFs cíveis
Portaria/Cojef 4 de 17/02/2011	Dispõe sobre o transporte, com segurança, dos materiais utilizados nos mutirões Itinerantes e determina o responsável por seu custeio
Portaria/Cojef 5 de 18/02/2011	Determina a realização de Juizado Especial Itinerante no norte do estado de Mato Grosso, em razão das dificuldades geográficas, econômicas e do elevado número de pessoas desassistidas na região
Portaria/Cojef 10 de 15/03/2011	Determina que, no caso de oposição de embargos de declaração e demais atos supervenientes à prolação de sentenças proferidos no mutirão a distância, as decisões de tais atos ficarão a cargo dos juizes responsáveis pelas varas auxiliadas, e não dos juizes que participaram do mutirão
Portaria/Cojef 13 de 28/03/2011	Dá nova redação aos arts. 1º, 2º e 4º da Portaria/Cojef 5 de 18/02/2011
Portaria/Cojef 14 de 25/04/2011	Autoriza os juizes federais Ronaldo Castro Desterro e Silva e Daniel Rocha Santos Sobral da Seção Judiciária/PA a participar das sessões da Turma Recursal do PA-AP, nos dias 22 e 23/09/2010, 07 e 08/10/2010, 27 e 28/10/2010, 11 e 12/11/2010, 14 e 28/01/2011, 11 e 25/02/2011 e 25/03/2011, em razão do impedimento dos juizes Ruy Dias de Sousa Filho e Francisco Garcez

Portaria/Cojef 15 de 29/04/2011	Uniformiza os procedimentos nos JEFs e nas Turmas Recursais quanto ao processamento dos feitos passíveis de suspensão/sobrestamento
Portaria/Cojef 31 de 09/09/2011	Esclarece os procedimentos e as funcionalidades do sistema e-Conciliador

## Juizados Especiais Federais

Com a instalação de 19 novas varas federais, criadas pela Lei 12.011 de 2009, a 1ª Região passou a contar com mais cinco varas de Juizados Especiais Federais, assim distribuídas:

Localidade	Competência
Uberlândia/MG	Cível e criminal
Goiânia/GO	Cível
São Luís/MA	Cível
Contagem/MG (1ª e 2ª Varas)	Cível e criminal

Além das varas de competência exclusiva em Juizados Especiais Federais, foram acrescentados ainda na 1ª Região 14 novas varas com Juizado adjunto, sendo 13 com competência cível e criminal (Montes Claros/MG, Redenção/PA, Manhuaçu/MG, Jataí/GO, Gurupi/TO, Irecê/BA, Feira de Santana/BA, Ipatinga/MG, Muriaé/MG, Laranjal do Jari/AP, Barra do Garças/MT, Oiapoque/AP e Teixeira de Freitas/BA e uma de competência cível criminal e execuções fiscais, na 2ª Vara de Marabá/PA.

### ► Dados e estatísticas

#### Quadro 167

Juizados e turmas recursais da 1ª Região

Tipo	Quantidade
Varas JEFs (todas com sistema virtual instalado)	37
JEFs destacados	2
JEFs adjuntos a varas da capital	22
JEFs adjuntos a varas do interior	66
Turmas recursais	16

#### Quadro 168

Processos distribuídos, julgados e em tramitação nos JEFs

SJ	Situação em 2011		
	Distribuídos	Julgados	Tramitação em dez./2011
AC	7.181	8.231	7.384
AM	4.501	4.301	6.858
AP	9.700	11.523	12.296
BA	60.339	57.824	88.489
DF	16.693	22.030	39.920
GO	35.446	34.736	45.738
MA	47.105	52.130	61.342
MG	84.242	93.133	198.993
MT	14.386	15.294	21.291
PA	47.899	40.502	67.517
PI	21.424	20.456	82.907

RO	9.755	12.586	24.813
RR	2.635	3.873	8.195
TO	13.555	10.582	10.317
<b>Total</b>	<b>374.861</b>	<b>387.201</b>	<b>676.060</b>

Fonte: Sistema Processual da Primeira Instância

### Quadro 169

Evolução dos processos virtuais nos JEFs

Ano	Tipo	Distribuídos	Julgados	Em tramitação
2005	Físico	243.219	391.449	540.642
	Virtual	140.811	71.509	142.510
	<b>Total</b>	<b>384.030</b>	<b>462.958</b>	<b>683.152</b>
2006	Físico	136.796	224.764	355.213
	Virtual	199.021	128.364	272.379
	<b>Total</b>	<b>335.817</b>	<b>353.128</b>	<b>627.592</b>
2007	Físico	145.018	146.515	327.930
	Virtual	217.305	176.345	330.375
	<b>Total</b>	<b>362.323</b>	<b>322.860</b>	<b>658.305</b>
2008	Físico	163.921	133.438	330.232
	Virtual	167.137	180.056	325.057
	<b>Total</b>	<b>331.058</b>	<b>313.494</b>	<b>655.289</b>
2009	Físico	154.055	155.031	316.664
	Virtual	202.945	189.900	328.408
	<b>Total</b>	<b>357.000</b>	<b>344.931</b>	<b>645.072</b>
2010	Físico	156.418	142.013	317.353
	Virtual	207.648	212.669	349.343
	<b>Total</b>	<b>364.066</b>	<b>354.682</b>	<b>666.696</b>
2011	Físico	186.573	168.165	336.583
	Virtual	188.288	219.036	339.477
	<b>Total</b>	<b>374.861</b>	<b>387.201</b>	<b>676.060</b>

**Quadro 170**

Estatística dos JEFS por seção judiciária

SJ	Distribuídos		Julgados		Em tramitação	
	físico	virtual	físico	virtual	físico	virtual
AC	2	7.179	–	8.231	16	7.368
AM	1.536	2.965	760	3.541	1.373	5.485
AP	56	9.644	13	11.510	280	12.016
BA	39.096	21.243	39.347	18.477	61.020	27.469
DF	111	16.582	131	21.899	1.200	38.720
GO	15.114	20.332	14.439	20.297	24.587	21.151
MA	20.605	26.500	15.595	36.535	29.328	32.014
MG	59.292	24.950	56.867	36.266	144.167	54.826
MT	7.704	6.682	8.232	7.062	13.950	7.341
PA	23.581	24.318	19.623	20.879	32.722	34.795
PI	7.068	14.356	7.253	13.203	15.873	67.034
RO	3.209	6.546	3.343	9.243	4.809	20.004
RR	109	2.526	119	3.754	289	7.906
TO	9.090	4.465	2.443	8.139	6.969	3.348
<b>Subtotal</b>	<b>186.573</b>	<b>188.288</b>	<b>168.165</b>	<b>219.036</b>	<b>336.583</b>	<b>339.477</b>
<b>Total</b>	<b>374.861</b>		<b>387.201</b>		<b>676.060</b>	

Fonte: Sistema Processual da Primeira Instância

**Juizados itinerantes**

Foram realizados nove JEFs itinerantes, contemplando os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais, Piauí, Rondônia e Roraima.

Destaca-se o grande número de audiências realizadas no município de Peçanha/MG — 1.792 —, que atendeu 2.300 pessoas (média de 43 audiências diárias), gerando distribuição de renda na região.

**Quadro 171**

Itinerantes realizados

Local	Data de realização	Pessoas atendidas	Audiências realizadas	Processos julgados/ acordos homologados	RPVs/valores gerados (em R\$)
Cruzeiro do Sul/AC	15 a 20/08	2.400	1.186	1.085	1.170.000,00
Barcelos/AM	15 a 19/08	700	339	383	182.904,40
Tartarugalzinho/AP	06 a 14/06	1.647	1.042	311	1.000.000,00
Peçanha/MG	04 a 09/04	2.300	1.792	1.554	8.000.000,00
Correntes/PI	27/06 a 09/07	2.289	1.653	696	2.369.702,60

Costa Marques, São Francisco do Guaporé e São Luís do Guaporé/RO	08 a 12/08	868	457	457/321	93.007,16
São Luís do Anauá/RR	26 a 27/09	189	66	63	25.860,00
Santo Amaro e Saubara/BA	16 a 27/05	1.150	545	526	750.640,00
São José do Rio Claro/MT	17 a 28/10	1.650	657	200	112.781,19

### ► Perícia Itinerante

O projeto Perícia Itinerante, criado pelo juiz federal Murilo Fernandes de Almeida, coordenador do JEF de Minas Gerais, nasceu como extensão do trabalho da bem-sucedida Central de Perícias. Implantada pela Cojef/MG, em 2010, como um setor específico destinado a racionalizar as etapas da realização de perícias médicas, a central tem o objetivo de reduzir o prazo de espera, os custos dos serviços e permitir o credenciamento de um maior número de médicos peritos. A Perícia Itinerante pretende desafogar os atendimentos nas subseções judiciárias de Minas Gerais, sobrecarregadas com o volume crescente de ações relativas a benefícios por incapacidade.

Neste ano, foram realizadas perícias médicas nas Subseções Judiciárias mineiras de Manhuaçu, Divinópolis (em duas etapas), Lavras, Governador Valadares e Montes Claros.

A Cojef, com o intuito de acelerar os processos que aguardam a realização de perícias médicas, sugeriu à Presidência desta Corte e aos diretores de foro das seccionais da 1ª Região a instalação de salas de perícias, caso não existam.

### ► Honorários periciais e advogados dativos

Com base na Resolução CJF 558/2007, o CJF determinou a descentralização da importância de R\$ 19.033.352,00 para as seções judiciárias atenderem aos JEFs em ações contempladas com assistência jurídica a pessoas carentes (AJPC).

## Quadro 172

Estatística do projeto Perícia Itinerante em 2011

Subseção judiciária	Período	Perícias designadas	N. de médicos peritos
Montes Claros	23 a 27/05	150	1
Montes Claros	30/05 a 01/06	150	2
Lavras	27 a 29/06	225	3
Divinópolis	28 a 30/06	300	5
Montes Claros	18 a 22/06	150	1
Montes Claros	25 a 29/06	150	1

Paracatu	25 a 29/06	420	3
Manhuaçu	08 a 12/06	790	5
Divinópolis	29 a 31/06	375	5
Lavras	12 a 16/09	511	4
Montes Claros	19 a 21/09	150	2
Montes Claros	26 a 30/09	150	1
Montes Claros	12 a 16/12	300	2
<b>Total de perícias designadas: 3.821</b>			

### Medidas de redução de acervo nos JEFS

#### ► Mutirões de audiências

#### Quadro 173

Resultados dos mutirões de audiências e julgamentos

Local	Data de realização	Número de juizes	Audiências realizadas	Processos julgados	Valores (em reais)
Campo Formoso/BA	28/03 a 02/04	10	2.687	1.942	9.540.168,79
Feira de Santana/BA	21 a 25/02	10	1.703	1.584	5.911.342,42
Marabá/PA	07 a 12/02	12	2.808	2.550	10.124.060,20
Altamira/PA	06 a 11/06	6	1.363	1.132	6.853.503,33
São Luís/MA	14 a 26/03	28	12.095	19.455	36.404.989,27
Imperatriz/MA	02 a 07/05	10	3.414	2.688	4.000.000,00
Palmas/TO	29/08 a 03/09	7	1.737	1.667	7.583.384,28
TO/Araguaína	27/06 a 02/07	4	1.171	823	1.664.044,01
PI/Picos	19 a 24/09	7	2.100	2.100	5.400.000,00
Patos de Minas, Paracatu e Unai/MG	12 a 15/09	5	811	811	6.000.000,00
Manhuaçu 1/MG	08 a 12/08	4	806	806	3.973.284,32
Manhuaçu 2/MG	21 a 26/11	3	689	689	3.762.303,68
Governador Valadares/MG	28/11 a 02/12	6	1.191	1.141	4.525.323,70
Lavras/MG	17 a 21/10	5	679	679	5.015.473,63
Sete Lagoas/MG	12 a 16/12	5	725	723	2.350.517,80

Uberlândia/MG	21 a 24/11	2	300	264	661.196,33
<b>Total</b>			<b>34.279</b>	<b>39.054</b>	<b>113.769.591,76</b>

► **Mutirão de sentença a distância — atuação de juízes recém-empossados**

A Cojef solicitou apoio à Presidência para promoção de mutirão a distância envolvendo apenas juízes recém-empossados. Foram selecionadas as varas que não tinham juízes auxiliares, com mais de 500 processos conclusos há mais de 60 dias, beneficiando as varas JEF das Seccionais da Bahia, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Roraima, Rondônia e Tocantins. Entre abril e julho, 32 juízes julgaram mais de 21 mil processos.

► **Mutirão de servidores**

No decorrer do ano, os seguintes JEFs foram contemplados com a convocação de servidores para elaborar minutas de atos judiciais — despachos, decisões ou sentenças —, sob a supervisão de um juiz federal.

JEF	Período	Minutas de sentenças elaboradas
SJ/MT – Cuiabá	24 a 28/01	170
JEF Adjunto de Passos/MG	31/01 a 04/02	110
JEF Adjunto de Uberaba/MG	27/02 a 04/03	302
JEF Adjunto de Campo Formoso/BA	23/05 a 03/06	1.070
JEF Adjunto de Lavras/MG	12 a 16/12	465

► **Mutirão de aposentados**

Deu-se continuidade à prática de convidar servidores aposentados para o trabalho voluntário de auxílio à prestação jurisdicional, especialmente nas atividades cartorárias de atermação e lançamento de movimentação processual no sistema.

► **Mutirinhos**

Em continuidade aos anos anteriores, alguns magistrados atuantes nos JEFs buscaram imprimir celeridade à prestação jurisdicional. Cabe, em 2011, destacar:

• **6ª Vara JEF/PI:** de 1º a 5 de agosto foi realizado mutirão de audiências em 441 processos. 358 acordos foram homologados, resultando na negociação de R\$ 2.003.046,00. A iniciativa foi re-

petida de 12 a 16 de setembro, com grande êxito.

• **7ª Vara JEF/PI:** na segunda quinzena de outubro, foram realizadas 900 audiências de conciliação em processos previdenciários do ano de 2009, sob a coordenação dos juízes lotados na vara.

• **Gurupi/TO:** o juiz federal Márcio José de Aguiar Barbosa, do JEF da Subseção, realizou, durante 60 dias, esforço concentrado de audiências, a fim de agilizar os processos oriundos da Vara de Fazenda Pública Estadual remetidos à Subseção quando de sua instalação. Aproximadamente 500 processos foram sentenciados.

• **Jataí/GO:** de 18 a 21 de outubro, o JEF Adjunto de Jataí realizou 120 audiências e, em parceria com o INSS, foi possível a implantação imediata dos benefícios concedidos, inclusive

em processos sentenciados antes da realização do mutirão.

- **Redenção/PA:** de 12 a 16 de setembro foram realizadas mais de 150 audiências nos processos do JEF Adjunto da Subseção Judiciária de Redenção, resultando na homologação de 104 acordos.

- **Rio Verde/GO:** no JEF Adjunto de Rio Verde, foi realizada semana de conciliação previdenciária em 204 processos de aposentadoria rural por idade, no período de 28 de março a 1º de abril, efetivando-se 98 acordos.

- **Uberaba/MG:** parceria firmada entre o JEF de Uberaba e o INSS possibilitou a realização de mutirão de conciliação de 1º a 15 de abril. Foram analisados 445 processos conclusos para sentença, o que resultou em 161 acordos homologados — uma economia de mais de meio milhão de reais para os cofres públicos.

- **Turma Recursal do Acre:** a Turma Recursal do Acre, sob a presidência do juiz federal Régis de Souza, atingiu a marca de 3.989 recursos julgados em cinco sessões de julgamento ocorridas no período de 13 de maio a 3 de agosto. Somente na sessão do dia 03 de agosto foram julgados 1.956 processos conclusos, marca histórica nos anais da referida Turma.

- **3ª Turma Recursal de Minas Gerais:** entre os meses de julho e agosto, a 3ª Turma Recursal de Minas Gerais, por iniciativa do relator Eduardo José Corrêa, em ação conjunta da Cojef e da Caixa Econômica Federal, promoveu a análise de 180 recursos inominados referentes aos anos de 2006 a 2010 que aguardavam julgamento, avaliando a possibilidade de desistência dos recursos inominados interpostos pela CEF, objetivando reduzir o acervo ou uma nova oportunidade conciliatória. O esforço resultou na resolução de cerca de 25% do acervo.

- **Turma Recursal de Goiás:** apenas no primeiro semestre do ano, o colegiado goiano julgou 6.774 processos. O feito representa quase a mesma quantidade do que foi julgado durante todo o ano de 2010.

- **Turma Recursal do Pará:** no dia 28 de janeiro, em apenas uma sessão, foram julgados 1.030 recursos.

#### ► Convênios e instalação de postos avançados

A Cojef deu continuidade às tratativas para ampliação do número de Postos Avançados de Atendimento dos JEFs (PAV-JEF) e dos Núcleos de Prática Jurídica na Primeira Região. Foi instalado o PAV/JEF em Feira de Santana/BA, por meio de convênio firmado com a Faculdade Anísio Teixeira.

Atualmente, estão em vigor 15 convênios que tratam dos PAVs dos JEFs da 1ª Região.

### Turmas Recursais

A 1ª Região possui atualmente 16 Turmas Recursais dos JEFs (duas na Bahia, três em Minas Gerais, uma conjunta — Pará e Amapá — e uma em cada um dos demais Estados que integram a Região). Encontra-se em tratativa a interiorização das Turmas Recursais, objetivando sua instalação no Triângulo Mineiro, com jurisdição em Patos de Minas, Uberaba, Uberlândia, Passos e São Sebastião do Paraíso.

### Quadro 174

Julgamentos nas turmas recursais da 1ª Região

Turma recursal	Tipos de sessão	Quantidade de sessões
Acre	Ordinária	12
	Extraordinária	–
Amazonas	Ordinária	22
	Extraordinária	4

1ª Bahia	Ordinária	20
	Extraordinária	10
2ª Bahia	Ordinária	22
	Extraordinária	13
Distrito Federal	Ordinária	14
	Extraordinária	5
Goiás	Ordinária	16
	Extraordinária	7
Maranhão	Ordinária	13
	Extraordinária	–
Mato Grosso	Ordinária	18
	Extraordinária	–
1ª Minas Gerais	Ordinária	21
	Extraordinária	6
2ª Minas Gerais	Ordinária	21
	Extraordinária	5
3ª Minas Gerais	Ordinária	18
	Extraordinária	–
Pará/ Amapá	Ordinária	22
	Extraordinária	–
Rondônia	Ordinária	19
	Extraordinária	–
Roraima	Ordinária	6
	Extraordinária	–
Tocantins	Ordinária	7
	Extraordinária	–
<b>Total</b>		<b>301</b>
Total de sessões ordinárias		251
Total de sessões extraordinárias		50

### ► Turma Recursal Volante

A Cojef propôs à Corregedoria e à Presidência da Corte a realização do projeto Turma Recursal Volante. A ideia consiste em destacar três juízes federais, sem prejuízo de sua jurisdição de origem, para atuar no julgamento dos processos nas turmas recursais dos JEFs da 1ª Região que se encontrem em situação mais crítica.

Três magistrados da Subseção Judiciária de Contagem/MG, pelo prazo de três meses, deverão atuar nas turmas recursais mineiras — haja vista que a proximidade não demandaria despesas —, a fim de julgar todos os processos da Meta 2 do CNJ (cerca de 900, distribuídos em 2005, 2006 e 2007 pendentes de julgamento). O êxito do trabalho poderá resultar em sua prorrogação, com a inclusão de outros processos.

A Corregedoria concordou com a medida proposta e solicitou detalhamentos, tais como: atribuição dos processos, atuação em auxílio às turmas existentes ou em turma suplementar, realização de mutirão, presidência, número de processos. O pleito foi atendido, e a Coordenação está aguardando a aprovação para o início das atividades em 2012.

### Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência – TRU

Foi realizada uma sessão de julgamento da TRU dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região em Belém/PA, no dia 21 de outubro, quando foram julgados 112 processos.

Não foram admitidos os sete recursos extraordinários encaminhados à TRU.

Dos cinco incidentes de uniformização de interpretação de lei federal para a Turma Nacional, dois foram admitidos, e três não.

Entre os 142 pedidos de submissão (art. 53 da Resolução/Presi/Cojef 16 de 10/06/2010), 132 não foram admitidos, e 10 foram admitidos.

No decorrer do ano, foram publicados 152 acórdãos.

Quanto à repercussão geral, nenhum processo foi sobrestado, havendo um total de 176 processos sobrestados dos anos anteriores.

### **Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência – TNU**

A TNU, a quem cabe uniformizar a jurisprudência dos JEFs, é presidida pelo corregedor-geral da Justiça Federal e integrada por magistrados representantes dos cinco Tribunais Regionais.

A 1ª Região integra a TNU com dois juízes federais como membros efetivos e outros dois como membros suplentes, com mandatos de dois anos, vedada a recondução.

Ocorreram sessões de julgamento nos dias 17 de março, 5 de maio, 14 de junho, 2 de agosto, 6 de setembro, 11 de outubro e 24 de novembro.

### **Serviço de cumprimento de julgados – SCJ**

Instituído pela Portaria Conjunta Presi/Coger/Cojef 600-324 de 13/10/2009, o Serviço de Cumprimento de Julgados – SCJ, vinculado à coordenação dos JEFs da Seccional de Minas Gerais, teve por objetivo concentrar esforços para a satisfação de créditos, entrega rápida e efetiva da prestação jurisdicional e baixa de processos julgados nas varas JEF mineiras. A princípio, sua vigência seria até 30/06/2010, porém o prazo foi sendo dilatado e, em 20/01/2011, a Portaria Conjunta Presi/Coger/Cojef/Cenag 38 determinou o prazo final até 19/12/2011.

O grupo contou com 13 servidores exclusivamente dedicados ao SCJ, cedidos pelas varas federais da seccional, e quatro servidores da Cojef/MG, em regime de eventual auxílio, além do servidor aposentado Frederico Guilherme Ruggio Júnior, ex-diretor da secretaria da 7ª Vara Federal de Belo Horizonte, como voluntário. O número de servidores sofreu diminuição devido a aposentadorias e revogação de cessões, e apenas cinco ficaram efetivamente em exercício no SCJ. Ainda assim, foram alcançados excelentes resultados. O SCJ atingiu a meta proposta e contribuiu para a extinção dos processos físicos, ainda pendentes de plena efetivação.

Até 19/12/2011, foram recebidos 29.656 processos no SCJ. Desse total, foram expedidas 21.552 RPVs, o que representou um montante de R\$ 252.119.760,41 pagos aos jurisdicionados dos JEFs. Foram finalizados e arquivados definitivamente 24.812, tendo sido devolvidos para as varas JEF apenas 4.844 processos; desses, 3.126 se encontram em fase de execução e o restante (1.718) pendente de intimações diversas para arquivamento.



**ESMAF**

Escola de Magistratura  
Federal da 1ª Região

A Escola de Magistratura Federal da 1ª Região – Esmaf atua na formação, no aperfeiçoamento e na reciclagem de conhecimentos técnico-jurídicos dos magistrados da 1ª Região. A Esmaf promoveu importantes ciclos de conferências, seminários, cursos e jornadas jurídicas, contando para tais eventos com a participação de expoentes da erudição brasileira, sob a direção do desembargador federal Carlos Moreira Alves, conforme demonstram os quadros seguintes.

### Quadro 175

Ciclo de conferências

Tema	Palestrante	Data
O Brasil no panorama internacional	Ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso	28/02
Sequestro internacional de crianças	Professora Nádia de Araújo	28/03
As Forças Armadas e as constituições	Ministro Nelson Jobim	26/04
Novo CPC – perspectivas, avanços e retrocessos	Professor Nelson Nery Junior	30/05
Um novo tipo de juiz	Ministro Carlos Ayres Britto	27/06
Dívida externa brasileira em libras esterlinas	Professor Habib Tamer Elias Merhi Badião	22/08



Foto: Brito Júnior

Presidente Olindo Menezes entrega a Medalha de Visitante Ilustre da Corte ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.



Foto: Ramon Pereira

Diretor da Esmaf, Carlos Moreira Alves, presidente Olindo Menezes e professor Nelson Nery Júnior na palestra “Novo CPC – Perspectivas avanços e retrocessos”.

## Seminários e cursos

### ► PEC dos Recursos

Data: 19/08.

Número de participantes: 33, entre desembargadores e juízes federais da 1ª Região e servidores do TRF1.

Programação:

- “Fundamentos da PEC dos Recursos e o papel dos tribunais superiores no sistema judiciário brasileiro”, pelo professor e assessor da Presidência do STF, Luiz Guilherme Mendes de Paiva;

- “PEC dos Recursos: avanços e retrocessos”, pelo professor doutor Jorge Amaury Maia Nunes;

- “A PEC dos Recursos sob a ótica do processo civil”, pelos professores doutores Eduardo Talamini e Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves;

- “A PEC dos Recursos sob a ótica do processo penal”, pelos professores doutores Maurício Zanoide de Moraes e Sérgio Moro.

### ► Curso de formação para magistrados aprovados no XIII Concurso para Provisão do Cargo de Juiz Federal Substituto da 1ª Região

Data: 28/03 a 08/04.

Carga horária: 70 h/a.

Número de participantes: 59 magistrados aprovados no XIII concurso.

Programação:

- “O Judiciário do século XXI”, pela ministra Eliana Calmon;

- “Secor/Secin”, pelos diretores Carlos Maia Bezerra e Márcio Cruz de Souza, respectivamente;

- “Asmag/Cenag”, pelas diretoras Márcia Bittar Bigonha e Wânia Maríça Araújo Vieira, respectivamente;

- “O papel da Corregedoria no acompanhamento das varas federais”, pelo desembargador federal do TRF1 Cândido Ribeiro;

- “Secbe/Secoi”, pelos diretores Marcos de Oliveira Dias e Ionice de Paula Ribeiro, respectivamente;

- “Audiência no Juizado Especial Federal”, pelo juiz federal da 31ª Vara da SJ/MG, Murilo Fernandes de Almeida;

- “Qual é a tua obra?”, pelo professor doutor Mario Sergio Cortella;

- “Eficácia e tempo”, pelo professor Francisco Rage Bittencourt;

- “Cada líder tem o subordinado que merece”, pela professora Denize Athayde Dutra da Costa;

- “Os primeiros passos em nova vara federal”, pelo juiz federal da Subseção Judiciária de Montes Claros/MG Carlos Henrique Borlido Haddad;

- “Desafios e oportunidades de sinergia”, pelo professor Américo Marques Ferreira;

- “Execução “bate-pronto”: cumprimento de decisões judiciais na era virtual”, pela juíza federal da 8ª Vara da SJ/PB, Cíntia Menezes Brunetta;

- “Simplificação de procedimentos e perícias nos Juizados Especiais Federais”, pelo juiz federal da 2ª Vara da SJ/AC, Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto;
  - “Gestão democrática das varas do Poder Judiciário”, pelo desembargador do Tribunal de Justiça de Rondônia Marcos Alaor Diniz Grangeia;
  - “Jurisdição cível na Justiça Federal”, pelo juiz federal da 23ª Vara da SJ/DF, Alexandre Jorge Fontes Laranjeira;
  - “A conciliação na Justiça Federal da 1ª Região”, pelo desembargador federal do TRF1 Reynaldo Fonseca;
  - “Turmas Recursais: organização, estrutura e funcionamento. TRU. Noções”, pela juíza federal da Subseção Judiciária de São João del-Rei/MG, Cristiane Miranda Botelho.
  - “Momento atual, perspectiva e propostas dos juizados. O juiz do JEF”, pelo desembargador federal do TRF1 Tourinho Neto;
  - “Panorama geral sobre a Cojef: atribuições e atividades. Funcionamento dos JEFs nas seções e subseções judiciárias”, pela secretária executiva da Cojef, Maria Regina Lara Ferreira;
  - “O Juizado Especial Federal: organização, estrutura e funcionamento”, pela juíza federal da 21ª Vara da SJ/BA, Cláudia Oliveira da Costa Tourinho Scarpa;
  - “Juizado Especial Federal Criminal”, pelo juiz federal da Subseção Judiciária de Rio Verde/GO Francisco Renato Codevila Pinheiro Filho;
  - “A Justiça Federal em atuação com os variados sistemas processuais e correlatos: Infojud, Infoseg, Renajud e Bacenjud”, pelo juiz federal em auxílio à Presidência, José Alexandre Franco;
  - “Ascom”, pela chefe da Assessoria de Comunicação Social, Ivani Morais;
  - “A importância da comunicação: a Justiça Federal como fonte e produtora de informação”, pela professora Dione Tiago;
  - “Sistema carcerário brasileiro”, pelo juiz federal da SJ/PR em auxílio à Corregedoria Nacional de Justiça/CNJ, Erivaldo Santos;
  - “A Corregedoria e a agenda do magistrado”, pela juíza federal em auxílio à Corregedoria Regional, Kátia Balbino de Carvalho Ferreira;
  - “Conduta ética em magistratura de massa”, pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça Sidnei Beneti;
  - “Tutelas antecipadas contra o poder público”, pelo juiz federal da 26ª Vara da SJ/DF, David Wilson de Abreu Pardo;
  - “Desafios de um juiz federal em vara de competência geral”, pelo juiz federal da Subseção Judiciária de Varginha/MG, Sérgio Santos Melo;
  - “A crise de legitimidade das instituições e o Poder Judiciário”, pelo desembargador federal do TRF1 Italo Fioravanti Sabo Mendes;
  - “Jurisdição criminal na Justiça Federal”, pelo juiz federal da 12ª Vara Criminal da SJ/DF, Marcus Vinícius Reis Bastos;
  - “Ajufe/Ajufer”, pelos juízes federais Gabriel de Jesus Tedesco Wedy e Roberto Carvalho Velloso, respectivamente.
- **Cursos de latim básico e avançado**
- Durante o ano de 2011, a Esmaf deu continuidade às aulas dos cursos de latim básico e latim avançado, oferecidos aos magistrados da 1ª Região e servidores do TRF1.
- Tiveram início os trabalhos de tradução de mais um livro do *Corpus iuris civilis*, que deverá ser apresentado ao público em 2012.

## Jornadas jurídicas

### ► II Jornada de Planejamento e Gestão

Data: 30/03 a 1º/04.

Carga horária: 20h/a.

Local: Brasília/DF.

Número de participantes: 43, entre desembargadores e juízes federais da 1ª Região e servidores do TRF1.

Temas abordados:

- “Qual é a tua obra?”, pelo professor doutor Mário Sérgio Cortella;
- “Eficácia e tempo”, pelo professor Francisco Rage Bittencourt;
- “Cada líder tem o subordinado que merece”, pela professora Denize Athayde Dutra da Costa;
- “Os primeiros passos em nova vara federal”, pelo juiz federal da Subseção de Montes Claros/MG Carlos Henrique Borlido Haddad;
- “Desafios e oportunidades de sinergia”, pelo professor Américo Marques Ferreira;
- “Execução “bate-pronto”: cumprimento de decisões judiciais na era virtual”, pela juíza federal da 8ª Vara da SJ/PB, Cíntia Menezes Brunetta;
- “Simplificação de procedimentos e perícias nos Juizados Especiais Federais”, pelo juiz federal da 2ª Vara da SJ/AC, Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto;
- “Gestão democrática das varas do Poder Judiciário”, pelo desembargador do Tribunal de Justiça de Rondônia Marcos Alaor Diniz Grangeira.

### ► I Jornada de Sistema Financeiro da Habitação

Data: 18 a 20/05.

Carga horária: 20h/a.

Local: Belém/PA.

Número de participantes: 58, entre desembargadores e juízes federais da 1ª Região, servidores do TRF1, advogados da CEF e da Emgea.

Temas abordados:

- “A questão dos saldos devedores do Sistema Financeiro de Habitação”, pelo professor Milton Machado Júnior;
- “Questões processuais e a nova jurisprudência do STJ acerca dos contratos do SFH”, pelo professor Cláudio Gonçalves Marques;
- “Os diversos sistemas de amortização (Price, Sacre, Sac e Série em Gradiente) e a capitalização de juros no SFH”, pelo desembargador federal do TRF3 Márcio Antônio Rocha;
- “Capitalização de juros e tabela Price – experiências internacionais”, pelo professor Teotônio Costa Rezende;
- “SFH – aspectos especiais da demanda: petição inicial; depósito; tutelas de urgências; legitimidade passiva; perícia; sentença; fase de cumprimento”, pelo juiz federal da SJ/MG Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves;
- “Alternativas para soluções negociadas das demandas do SFH”, pelo professor Eugen Smarandescu Filho;
- “Conciliação nas ações do SFH. Técnicas e Limites”, pela desembargadora federal do TRF3 Daldice Maria Santana de Almeida;
- “Conciliação na Justiça Federal da 1ª Região”, pelo desembargador federal do TRF1 Reynaldo Fonseca.

### ► II Jornada de Direito Tributário

Data: 30/06 a 1º/07.

Carga horária: 20h/a.

Local: Brasília/DF.

Número de participantes: 43, entre desembargadores e juizes federais da 1ª Região, servidores do TRF1, servidores da Caixa Econômica Federal e Emgea.

Temas abordados:

- “Modificações das decisões judiciais no âmbito do direito tributário e o papel do Poder Judiciário. A proteção da confiança e a irretroatividade”, pela professora doutora Misabel de Abreu Machado Derzi;
- “A função social do direito tributário e o desenvolvimento sustentável”, pelo professor doutor Heleno Taveira Torres;
- “Modulação temporal dos efeitos das

decisões da Suprema Corte (arts. 27 da Lei 9.868/1999 e 11 da Lei 9.992/1999 e os tributos inconstitucionais”, pelo professor doutor Tárek Moysés Moussallem;

- “Efeitos temporais da coisa julgada em matéria tributária”, pelo professor doutor Tácio Lacerda Gama;
- “Prescrição e decadência em matéria tributária”, pelo professor doutor Igor Mauler Santiago;
- “A coisa julgada inconstitucional em matéria tributária”, pela professora doutora Júnia Roberta Gouveia Sampaio;
- “Responsabilidade tributária dos representantes legais e administradores de pessoas jurídicas”, pelo professor doutor Thiago Chaves Gaspar Bretas Lage;
- “Preços de transferência, comparação entre as normas brasileiras e as diretivas europeias”, pela professora doutora Alessandra Brandão Teixeira.



Foto: Ramon Pereira

Mesa de abertura dos trabalhos da I Jornada de Ciências Sociais.

### ► I Jornada de Ciências Sociais

Data: 31/08 a 02/09.

Carga horária: 20h/a.

Local: Teresina/PI.

Número de participantes: 51, entre desembargadores e juízes federais da 1ª Região, servidores do TRF1 e servidores da Caixa Econômica Federal e Emgea.

Temas abordados:

- “Democracia, cidadania e o lugar do magistrado no mundo globalizado”, pelo professor doutor Agostinho Ramalho Marques Neto;
- “Direito e desenvolvimento econômico”, pelo professor doutor Marcus Faro de Castro;
- “Reflexões sobre filosofia e método em direito”, pelo professor doutor Nelson Cerqueira;
- “Teoria dos princípios e neoconstitucionalismo: o retorno do pêndulo”, pelo professor doutor Ruy Samuel Espíndola;
- “Ideologia patriarcal e direitos humanos das mulheres, discriminação e estereótipos”, pelo juiz da 1ª Vara do Júri de Campinas/SP, professor doutor José Henrique Rodrigues Torres;
- “O problema do conhecimento e o problema ético no trabalho do magistrado”, pelo professor doutor João Maurício Adeodato;
- “Direitos fundamentais, tensões principiológicas produzidas nos casos concretos e a superação do direito como sistema de regras”, pelo professor doutor Menelick de Carvalho Netto;
- “O Poder Judiciário e a opinião pública: o tempo do direito e o tempo da comunicação”, pela juíza do Trabalho de Minas Gerais professora doutora Mônica Sette Lopes.

## ► II Jornada de Direito Civil

Data: 19 a 21/10.

Carga horária: 20h/a.

Local: Goiânia/GO.

Número de participantes: 78, entre desembargadores e juízes federais da 1ª Região, servidores do TRF1, da Caixa Econômica Federal e Emgea.

Temas abordados:

- “Ensaio em torno dos conceitos de propriedade e domínio”, pelo desembargador federal do TRF1 Olindo Menezes;
- “O funcionalismo no direito civil contemporâneo”, pelo desembargador do TJ/RJ Marco Aurélio Bezerra de Melo;
- “Filiação, reprodução assistida e conselhos de medicina”, pelo desembargador federal do TRF2 Guilherme Calmon Nogueira da Gama;
- “O perfil atual da multipropriedade”, pelo professor doutor Frederico Viegas de Lima;
- “Princípios contratuais”, pela professora doutora Ana de Oliveira Frazão;
- “Responsabilidade civil: polêmicas em torno da função punitiva e da quantificação do dano moral”, pelo professor doutor Giordano Bruno Soares Roberto;
- “A farsa da desconsideração da personalidade da pessoa jurídica”, pelo professor Daniel Carnacchioni;
- “Ativismo judicial, constitucionalismo e relações privadas: uma perspectiva comparada entre Brasil e Alemanha”, pelo professor doutor Juliano Zaiden Benvindo.

### ► III Jornada de Direito Processual Penal

Data: 30/11 a 02/12.

Carga horária: 20h/a.

Local: Palmas/TO.

Número de participantes: 104.

Temas abordados:

- “Supressão de parcela do tempo da prescrição retroativa”, pelo professor doutor Cezar Roberto Bitencourt;
- “Atualidade e a importância do *habeas corpus*”, pelo professor doutor Alberto Zacharias Toron;
- “Provas audiovisuais e a sua valoração no processo penal”, pelo professor Spiridon Anyfantis;
- “Direito à defesa”, pela professora doutora Flaviane de Magalhães Barros;
- “Técnicas especiais de investigação criminal: a experiência italiana e o Projeto de Lei 6.678/2009, da Câmara dos Deputados”, pela juíza federal da SJ/RS Salise Monteiro Sanhotene;
- “Relações das organizações criminosas

com o direito penal econômico”, pelo professor doutor Gamil Föppel El Hireche;

- “Judiciário do futuro: vícios e virtudes”, pelo professor doutor Alexandre Morais da Rosa;
- “O novo regime de prisões cautelares”, pelo professor doutor Eugênio Pacelli de Oliveira.

## Publicações

### ► Coleção Jornada de Estudos

Foram editadas quatro revistas, constituídas de artigos produzidos pelos magistrados que participaram dos cursos de capacitação e pelos conferencistas sobre a temática das respectivas jornadas jurídicas.

- Volume 7, referente à I Jornada de Direito Eleitoral, no mês de março;
- Volume 8, referente à II Jornada de Direito Processual Civil, no mês de junho;
- Volume 9, referente à I Jornada de Direito Ambiental, no mês de julho;
- Volume 10, referente à I Jornada de Direito Constitucional, no mês de outubro.

## Afastamento de magistrados

### Quadro 176

Magistrados afastados para cursar pós-graduação

Juiz	Período de afastamento	Curso
Arthur Pinheiro Chaves	01/11/2010 a 31/10/2011	Doutorado
Camile Lima Santos	11/10/2010 a 09/10/2011	Doutorado
Carlos Alberto Simões de Tomaz	13/10/2010 a 30/06/2011	Pós-doutorado
Carlos Geraldo Teixeira	30/07/2009 a 31/03/2011	Mestrado
Charles Renaud Frazão de Morais	06/03/2009 a 05/03/2011	Mestrado
Dayana de Azevedo Bião de Souza	04/2011 a 12/2011	Mestrado
Fausto Mendanha Gonzaga	05/01/2009 a 05/01/2011	Doutorado
Jair Araújo Facundes	03/2011 a 03/2013	Mestrado
Paulo Roberto Lyrio Pimenta	01/10/2010 a 04/03/2011	Pós-doutorado